



**António Manuel  
Amaral da Fonseca**

**Escolas, Avaliação Externa, Auto-avaliação e  
Resultados dos Alunos**



**António Manuel  
Amaral da Fonseca**

**Escolas, Avaliação Externa, Auto-avaliação e  
Resultados dos Alunos**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, Área de Especialização em Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica do Doutor Jorge Adelino Costa, Professor Catedrático do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

À minha esposa Anabela e aos meus  
muito queridos filhos, Lara e Tomás;  
aos meus Pais e Irmão;  
aos meus Sogros, Cunhadas e Sobrinhas;  
à minha Família;  
e aos meus Amigos .  
Para ti Hélder, um especial e forte abraço. Tu és, como lutador, uma  
inspiração.

*“Quem nunca desiste vence e quem vence  
nunca desiste”*

## **o júri**

presidente

**Professor Doutor António Augusto Neto Mendes**  
professor auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

**Professora Doutora Maria João Machado Pires da Rosa**  
professora auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da  
Universidade de Aveiro

**Professor Doutor Jorge Adelino Rodrigues da Costa**  
professor catedrático do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Adelino Costa, pela disponibilidade, envolvimento e dedicação prestada. Como profissional é uma extraordinária e notável referência.

Aos professores, Professor Doutor Alexandre Ventura, Professor Doutor Neto-Mendes e Professor Doutor Luís Pardal, pelo profundo contributo, basilar para os passos dados.

Ao Professor Doutor Rui Marques Vieira, pelas primeiras sementes lançadas no campo da investigação.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho.

## palavras-chave

Escolas, avaliação externa, auto-avaliação, resultados dos alunos, *rankings*, desenvolvimento organizacional, melhoria

## resumo

O presente trabalho constitui um estudo exploratório que procurou analisar a relação entre a avaliação externa das escolas, em particular o *domínio da auto-avaliação*, e os resultados dos alunos nos exames nacionais do 9.º ano e do 12.º ano. A investigação consubstanciou-se, numa fase inicial, na verificação da relação entre a posição obtida pelas escolas nos *rankings* nacionais (9.º ano, 12.º ano e 9.º+12.º ano) e os resultados atribuídos pela Inspeção-Geral da Educação no processo de avaliação externa dessas mesmas escolas. Posteriormente, caracterizaram-se os processos, o uso e os fins dados à auto-avaliação dessas mesmas escolas, com base no olhar da Inspeção-Geral da Educação patente nos respectivos relatórios de avaliação externa. Os resultados do estudo apontaram para uma avaliação externa de “*teor burocrático*”, que valoriza mais a existência de um relatório do que o uso efectivo dado ao mesmo na implementação e apoio à melhoria das organizações escolares. Parece ainda poder inferir-se, pelo menos em alguns casos, a existência de um “*contágio positivo*” entre os bons resultados dos alunos patentes nas escolas “melhor” posicionadas nos *rankings* e as correspondentes classificações atribuídas pela Inspeção-Geral da Educação no domínio da *capacidade de auto-regulação e melhoria*.

**keywords**

Schools, external evaluation, self-evaluation, student results, rankings, organization development, improvement

**abstract**

This paper is a research study that tried to analyse the connection between the external evaluation of schools, in particular the *domain of self-evaluation* and the results of the students in the national exams of the 9<sup>th</sup> grade and the 12<sup>th</sup> grade. The investigation gathered, in an initial phase, the verification of the connection between the position obtained by the schools in the national rankings (9<sup>th</sup> grade, 12<sup>th</sup> grade and 9<sup>th</sup>+12<sup>th</sup> grades) and the results ascribed by the Inspectorate of Education in the process of external evaluation of the same schools. Later, the processes, the use and the aim of the self-evaluation of the same schools were characterized, based on the view of the Inspectorate of Education evident in the external evaluation reports. The results of the study pointed toward an external evaluation of *"bureaucratic content"*, which values more the existence of a report than the effective use of it in the implementation and support of the improvement of school organizations. It seems that it may be able to infer, at least in some cases, the existence of a *"positive contagion"* between the good results of the students evident in the schools which are better positioned in the rankings and the corresponding classification conferred by the Inspectorate of Education in the domain of the *capacity of self-regulation and improvement*.

## Stichwörter

Schulen, externe Bewertung, Selbstbewertung, Ergebnisse der Schüler, Ranglisten, Organisationsentwicklung, Verbesserung

## Zusammenfassung

Die vorliegende Studie stellt eine Forschungsarbeit dar, die versuchte die Beziehung zwischen der externen Bewertung der Schulen, besonders im *Bereich der Selbstbewertung* und den Ergebnissen der Schüler in den nationalen Prüfungen der 9. Klasse und der 12. Klasse zu analysieren. Die Forschung beschränkte sich zunächst, auf die Überprüfung des Zusammenhanges zwischen der Platzierung, die die Schulen in den nationalen Ranglisten erzielten (9. Klasse, 12. Klasse und 9.+12. Klassen) und die Ergebnisse, die die Schulaufsichtsbehörde diesen Schulen im Prozess der externen Bewertung erteilte. Anschließend, wurde das Verfahren, der Gebrauch und den Zweck der Selbstbewertung derselben Schulen charakterisiert, unter dem Blickpunkt der Schulaufsichtsbehörde, der in den jeweiligen Berichten der externe Bewertung deutlich wird. Die Ergebnisse der Studie deuteten auf eine externen Bewertung mit „*bürokratischem Inhalt*“ hin, die die Existenz eines Berichtes mehr schätzt, als die wirksame Nutzung des Gleichen bei der Umsetzung und Unterstützung zur Verbesserung der Schulorganisationen. Demnach kann man, zumindest in einigen Fällen, die Existenz einer „*positiven Ansteckung*“ zwischen den guten Ergebnissen der Schülern aus den Schulen, die in den Ranglisten besser platziert sind, entnehmen und den entsprechenden Bewertungen, die von der Schulaufsichtsbehörde in den Bereichen der *Fähigkeit der Selbstregelung* und *Verbesserung* erteilt wurden.





## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	1
1. Objectivos e trajectória da investigação .....	2
2. Breves considerações metodológicas .....	4
3. Organização do trabalho .....	4
 <b>Capítulo I – Avaliação das organizações escolares</b> .....	7
1. A escola como organização .....	7
2. Avaliação: importância e função na sociedade e nas políticas educativas .....	9
2.1 – Papel do Estado entre a educação e a avaliação .....	9
2.2 – Notoriedade e necessidade da avaliação de escolas .....	13
3. Conceitos, paradigmas e modalidades .....	15
3.1 – Em torno do conceito “avaliação” .....	15
3.2 – Paradigmas da avaliação de escolas: avaliação qualitativa/quantitativa .....	18
3.3 – Modalidades de avaliação de escolas .....	22
3.3.1 – Avaliação externa .....	23
3.3.2 – Avaliação interna /auto-avaliação .....	27
3.3.3 – Avaliação externa / avaliação interna .....	32
4. Dilemas e desenvolvimento organizacional .....	34
4.1 – Dilemas da avaliação de escolas: entre o controlo e a melhoria .....	34
4.2 – Desenvolvimento organizacional: entre a melhoria e a qualidade .....	37
4.2.1 – Movimento das escolas eficazes .....	39
4.2.2 – Movimento da melhoria de escolas .....	39
4.2.3 – Movimento da melhoria eficaz de escolas .....	40
 <b>Capítulo II – Avaliação de escolas em Portugal</b> .....	41
1. Enquadramento político .....	41
2. Enquadramento normativo .....	42
3. A Inspeção-Geral da Educação .....	45
4. Iniciativas de avaliação (fontes de inspiração e de informação) .....	48
4.1 – Retrospectiva sumária .....	48
4.2 – Avaliação Integrada de Escolas .....	49
4.3 – Outras fontes de referência .....	50
5. Programa de avaliação externa de escolas .....	53
5.1 – Fase piloto .....	53
5.2 – Generalização .....	56

<b>Capítulo III – Metodologia da investigação</b>	63
1. Opções metodológicas	63
2. Recolha de dados	65
<b>Capítulo IV – Resultados, análise e discussão</b>	79
1. Os <i>rankings</i> e a avaliação externa das escolas	79
1.1 – Ano em que ocorreu a avaliação externa	80
1.2 – Resultados globais por classificação	83
1.3 – Resultados por domínio	85
1.4 – O domínio <i>Capacidade de auto-regulação e melhoria</i>	87
2. Os relatórios da avaliação externa de escolas da IGE e a auto-avaliação das escolas	89
2.1 – Processos de auto-avaliação	89
2.2 – Uso e fins do processo de auto-avaliação	95
2.3 – Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação	98
2.4 – Contraditórios	105
<b>Conclusão</b>	107
<b>Bibliografia</b>	113
<b>Anexos</b>	123
<b>Anexo 1 – Ranking do Ensino Básico (9.º ano)</b>	123
<b>Anexo 2 – Ranking do Ensino Secundário (12.º ano)</b>	153
<b>Anexo 3 – Ranking de Escolas com 3.º Ciclo e Secundário (9.º + 12.º ano)</b>	175
<b>Anexo 4a – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup> escola em “melhor” posição no Ranking do Ensino Básico (9.º ano)</b>	182
<b>Anexo 4b – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup> escola em “pior” posição no Ranking do Ensino Básico (9.º ano)</b>	183
<b>Anexo 5a – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup> escola em “melhor” posição no Ranking do Ensino Secundário (12.º ano)</b>	184
<b>Anexo 5b – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup> escola em “pior” posição no Ranking do Ensino Secundário (12.º ano)</b>	185
<b>Anexo 6a – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup> escola em “melhor” posição no Ranking do Básico e Secundário (9.º+12.ºano)</b>	186
<b>Anexo 6b – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup> escola em “pior” posição no Ranking do Básico e Secundário (9.º+12.ºano)</b>	187
<b>Anexo 7a – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20 escolas em “melhor” posição no Ranking do Ensino Básico (9.º ano)</b>	188

<b>Anexo 7b</b> – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20 escolas em “pior” posição no <i>Ranking</i> do Ensino Básico (9.º ano) .....	189
<b>Anexo 8a</b> – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20 escolas em “melhor” posição no <i>Ranking</i> do Ensino Secundário (12.º ano) .....	190
<b>Anexo 8b</b> – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20 escolas em “pior” posição no <i>Ranking</i> do Ensino Secundário .....	191
<b>Anexo 9a</b> – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20 escolas em “melhor” posição no <i>Ranking</i> do Básico e Secundário (9.º+12.ºano) .....	192
<b>Anexo 9b</b> – Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20 escolas em “pior” posição no <i>Ranking</i> do Básico e Secundário (9.º+12.ºano) .....	193
<b>Anexo 10</b> – Quadro da avaliação externa das 20 escolas “melhor” (M) e das 20 “pior” (P) posicionadas no <i>Ranking</i> do Ensino Básico (R 9.º ano) .....	194
<b>Anexo 11</b> – Quadro da avaliação externa das 20 escolas “melhor” (M) e das 20 “pior” (P) posicionadas no <i>Ranking</i> do Ensino Secundário (R 12.º ano) .....	195
<b>Anexo 12</b> – Quadro da avaliação externa das 20 escolas “melhor” (M) e das 20 “pior” (P) posicionadas no <i>Ranking</i> do Básico e Secundário (R 9.º + 12.ºano) ..	196
<b>Anexo 13</b> – Grelha de Análise .....	197
<b>Anexo 14</b> – Aserções por Subcategoria .....	198
<b>Anexo 15a</b> – Frases ilustrativas por subcategoria:	
Domínio – Processo de auto-avaliação .....	200
<b>Anexo 15b</b> – Domínio – Uso e fins do processo de auto-avaliação .....	206
<b>Anexo 15c</b> – Domínio – Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação .....	211
<b>Anexo 16</b> – Escolas que apresentaram contraditório com referência ao domínio	
<i>Capacidade de auto-regulação e melhoria</i> .....	213

**Índice de Quadros**

<i>Quadro 1</i> – Grelha de Análise .....	74
<i>Quadro 2</i> – Escolas que apresentaram contraditório .....	105
<i>Quadro 3</i> – Frequência relativa de contraditórios com referência ao domínio <i>Capacidade de auto-regulação e melhoria</i> .....	106

**Índice de Gráficos**

<i>Gráfico 1</i> – Distribuição das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas nos <i>rankings</i> sujeitas a avaliação externa nos últimos 5 anos .....	81
<i>Gráfico 2</i> – Distribuição das classificações atribuídas pela IGE nos 5 domínios às 20 escolas “melhor” e às 20 “pior” posicionadas no <i>ranking</i> do 9.º + 12.º ano .....	84
<i>Gráfico 3</i> – Distribuição das classificações atribuídas por domínio, pela IGE, às 20 escolas “melhor” e às 20 “pior” posicionadas nos <i>Rankings</i> do 9.º, 12.º e 9.º + 12.º ano .....	86
<i>Gráfico 4</i> – Frequência relativa de classificações no domínio da <i>Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria</i> (CARM) das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas nos <i>Rankings</i> .....	88
<i>Gráfico 5</i> – Processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no <i>ranking</i> do 9.º + 12.º ano .....	90
<i>Gráfico 6</i> – Processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no <i>ranking</i> do 9.º + 12.º ano .....	93
<i>Gráfico 7</i> – Uso e fins do processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no <i>ranking</i> do 9.º + 12.º ano .....	97
<i>Gráfico 8</i> – Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no <i>ranking</i> do 9.º + 12.º ano .....	99

**Índice de figuras**

<i>Figural</i> – Modelo de Excelência da EFQM (EFQM, 2010) .....	51
--	----

## Introdução

O tema da avaliação de escolas é crescentemente incontornável no panorama do mundo educativo e suscita, cada vez mais, o interesse dos decisores políticos e organizacionais no domínio educativo, como também dos professores, pais e público em geral, pois todos desejam saber se a educação garante qualidade na preparação das crianças e jovens para enfrentarem os desafios de uma futura integração social.

Num período de recessão económica, dois factores são salientados pela OCDE como decisivos para a recuperação económica. Por um lado, acentua-se a tónica no investimento em capital humano, no sentido de garantir a aquisição de capacitação e competências relevantes e, por outro, vinca-se a necessidade de um sistema educativo eficiente (OCDE, 2009: 2). As políticas educativas vêm-se a braços com um desafio estratégico complexo que consiste em melhorar o nível de qualificação e de competência da população, indo de encontro ao referencial da Estratégia de Lisboa, no qual se reconhece o papel insubstituível da educação e da formação no desenvolvimento económico e tecnológico, na coesão social, realização pessoal e cidadania activa (Eurydice, 2009: 9) mas, contraditoriamente, são exigidas medidas de contenção e austeridade definidas no próprio Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010 – 2013.

Os relatórios internacionais, o relatório da Eurydice (2009: 9-10) é exemplo disso, dão conta que em Portugal têm sido implementadas medidas que colocam as escolas no centro das políticas educativas, qualificando-as, melhorando a sua gestão e organização quotidiana, dando particular atenção aos resultados dos alunos, como meios de reduzir os níveis de insucesso e de abandono escolar. O governo, o XVIII em Portugal, embandeira o slogan “*Mais e melhor educação para todos*” no seu programa de legislatura. Na educação propõe-se levar a cabo a consolidação e aprofundamento das medidas anteriormente tomadas. O programa acentua objectivos como a universalização da frequência básica e secundária, qualificar e certificar jovens e adultos sem habilitações, desenvolver programas de melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, reforçar os recursos, as condições, o papel e a autonomia das escolas e valorizar o trabalho e a profissão docente (Programa XVIII Governo, 2009: 47).

No entanto, várias são as vozes que afirmam que o papel do Estado está a sofrer uma metamorfose, do “*Estado Educador*” para o “*Estado Avaliador*” (Almerindo Afonso, 2002a: 34), nos sistemas educativos em toda a Europa. Em Portugal, também essa tendência se tem expressado no reforço dos mecanismos de avaliação externa, como os exames e as provas aferidas, na reconversão inspectiva nos programas de avaliação externa das escolas (Natércio Afonso, 2002a: 66), em contraponto a uma crescente autonomia das escolas. A avaliação evidencia-se como um factor de regulação e de governabilidade sob a égide da prestação de contas (Azevedo, 2007:18).

No entanto, a avaliação organizacional das escolas não pode ser somente reduzida à apreciação dos resultados conseguidos pelos alunos nos exames nacionais. O governo, com o programa de avaliação externa, assume também a avaliação como uma exigência de melhoria do sistema e das escolas, como um meio de revalorização e, sobretudo, como meio de “evitar as injustiças do reducionismo dos *rankings*”, promovendo uma informação mais ampla, plural e contextualizada (Maria Lurdes Rodrigues, 2007: 175-176).

Em 2002, foi publicada a Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, ainda em vigor, que estabelece o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior. Na Lei é feita a referência à escola como organização e que a sua avaliação se deve estruturar na auto-avaliação e na avaliação externa (artigo 5.º), assumindo que esta tem “carácter obrigatório” (artigo 6.º). Na sequência desta publicação, são atribuídas à Inspeção-Geral da Educação (IGE) actividades formais de aferição da auto-avaliação.

No ano 2006, foi constituído um grupo de trabalho com o objectivo de “estudar e propor modelos de auto-avaliação e de avaliação externa”, sendo desenvolvido um projecto-piloto de avaliação externa, a partir do qual se efectivou o modelo de avaliação em curso desde então: o Programa de Avaliação Externa das Escolas levado a cabo pela IGE. Este programa pretende na sua última fase, o próximo ano lectivo de 2010-2011, concluir a avaliação de todas as escolas públicas.

Este programa de avaliação externa centra-se na análise de cinco domínios chave do funcionamento das escolas, sendo um deles a *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*, que se alicerça na auto-avaliação das escolas como factor para a sua implementação, sendo este o foco da nossa investigação.

## 1. Objectivos e trajectória da investigação

A avaliação de escolas, quer na sua vertente externa, quer interna, move-se em última análise no sentido de melhorar as práticas, melhorar o ensino e a aprendizagem, com a pretensão de gerar impacto na melhoria dos resultados dos alunos no processo educativo (Azevedo, 2007: 67; Alaíz *et al.*, 2003: 32). A conjugação das duas vertentes apresenta-se como essencial para que as escolas melhorem e se desenvolvam. No entanto, é a auto-avaliação a vertente de avaliação que “melhor poderá contribuir para o desenvolvimento organizacional da escola, ou seja, para o reforço do profissionalismo e das competências docentes, para a melhoria das práticas de ensino-aprendizagem e para o bem-estar dos elementos da comunidade educativa” (Costa, 2007: 229).

Nesse sentido o Programa de Avaliação Externa de escolas assume o objectivo preponderante de promover a articulação dos contributos da avaliação externa e a capacidade das

escolas fomentarem e reforçarem uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados, no sentido de reforçarem a capacidade de desenvolverem a sua autonomia (Gravito *et al.*, 2009: 9).

Como tal, definimos como objectivo principal do nosso estudo, *analisar a relação entre a avaliação externa/auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios do Programa de Avaliação Externa levado a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais.*

Numa primeira etapa, procurámos *analisar a relação entre a avaliação externa das escolas e os resultados dos alunos nos exames nacionais*, especificamente, a relação entre:

- o ano em que as escolas foram sujeitas a avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais;
- as classificações atribuídas pela IGE às escolas na avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais;
- a classificação atribuída pela IGE a cada um dos cinco domínios considerados na avaliação externa, e especificamente à *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais.

Numa segunda etapa, pretendemos *analisar a relação entre a auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios de avaliação externa levada a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais*, especificamente:

- Caracterizar os processos de auto-avaliação das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais;
- Identificar o uso e os fins dados aos resultados da auto-avaliação nas escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais;
- Identificar o atributo que o processo de auto-avaliação, das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais, recebeu por parte da IGE.

Esta concepção díptica prende-se com o facto de considerarmos importante analisar em primeira instância a relação entre as classificações obtidas pelas escolas na avaliação externa e os resultados que, nessas mesmas escolas, foram obtidos pelos alunos nos exames do 9.º ano e do 12.º ano e, só depois, analisar especificamente a relação entre o processo de auto-avaliação das escolas e os resultados obtidos nos exames, pelos alunos que frequentam essas mesmas escolas.

Relativamente ao processo de auto-avaliação, procuramos verificar, nomeadamente, qual a estrutura que apresentam, que diversidade de campos de análise são considerados, que sustentabilidade apresentam e que equipas o dinamizam. Quanto ao uso e fins dados aos resultados desse processo, pretendemos conhecer como são mobilizados os resultados, se são objecto de reflexão, se constituem um impulso para o desenvolvimento e para a melhoria, se revertem no



apoio à decisão, se influenciam o planeamento e a gestão da escola. Por fim, pretendemos saber se a auto-avaliação é considerada como ponto forte ou ponto fraco nas várias escolas em análise.

## 2. Breves considerações metodológicas

Tendo em conta o objecto de estudo enunciado no ponto anterior, optámos por um estudo exploratório de tipo *naturalista de correlação*, (Natércio Afonso, 2005b: 43). Enquadrando-se, por um lado, numa *perspectiva exploratória*, porque visa proceder ao reconhecimento de uma dada realidade e levantar hipóteses sobre a mesma (Carmo e Ferreira, 1998) e, por outro lado, no âmbito de um estudo *naturalista de correlação*, porque implica proceder a uma “investigação de situações concretas existentes e identificáveis pelo investigador” (Natércio Afonso, 2005b: 43), em que se relacionam os resultados dos alunos nos exames e os resultados das escolas, que esses alunos frequentam, na avaliação externa levada a cabo pela IGE, “sem intervenção, em termos de manipulação, física e deliberada, de quaisquer variáveis” (Natércio Afonso, 2005b: 43).

Nesta postura metodológica, faz-se uso da conjugação de perspectivas quantitativas e qualitativas de investigação, usando dados qualitativos e quantitativos e recorrendo a uma estatística de natureza descritiva que recorre aos conceitos básicos de frequência e média.

## 3. Organização do trabalho

O presente trabalho, além da Introdução e das Conclusões, encontra-se estruturado em quatro capítulos: Avaliação das organizações escolares, Avaliação de escolas em Portugal, Metodologia da investigação e Resultados, análise e discussão.

Na *Introdução* constam, como se verifica, os objectivos e uma sintética referência à trajectória da investigação, algumas considerações metodológicas que orientaram a investigação e a presente descrição da forma como este trabalho se encontra estruturado.

No capítulo I – *Avaliação das organizações escolares*, apresentamos o enquadramento teórico que fundamenta a análise e a discussão dos resultados obtidos. Iniciamos com uma incursão na concepção da escola como organização, seguida de uma panorâmica sobre a importância e função da avaliação na sociedade e nas políticas educativas. Prosseguimos com uma conceptualização em redor do conceito de avaliação, sobre os paradigmas e modalidades de avaliação de escolas, dedicando especial relevo à avaliação externa, avaliação interna/auto-avaliação e à avaliação externa/avaliação interna (avaliação “mista”). No ponto seguinte abordamos os dilemas da avaliação de escolas (controlo e/ou melhoria) e a avaliação de escolas

entre a melhoria e a qualidade, com especial enfoque nos movimentos da *melhoria* e da *eficácia* das escolas.

O capítulo II – é dedicado à *Avaliação de escolas em Portugal*, no qual apresentamos o enquadramento político e normativo, seguido da análise do papel da Inspeção-Geral na educação, permitindo enquadrar a sua actuação no Programa de Avaliação Externa de escolas. A seguir tornou-se uma imposição do próprio estudo fazer uma abordagem sumária sobre as iniciativas nacionais de avaliação de escolas e sobre outras iniciativas internacionais que serviram de fonte de informação para inspirar e adaptar o modelo de avaliação externa à realidade das escolas portuguesas, no qual dedicamos especial relevo à *Avaliação Integrada de Escolas*, ao *Modelo de Excelência da EFQM* e ao Projecto “*How Good is Our School?*”. A terminar este capítulo reportamo-nos ao modelo de avaliação externa de escolas, apresentando o percurso desde a fase piloto até à fase actual.

No capítulo III – *Metodologia da investigação*, apresentamos e justificamos as opções metodológicas, descrevendo todo o percurso investigativo, desde a selecção das escolas a considerar na análise, aos procedimentos efectuados para recolha e análise dos dados.

No capítulo IV – são apresentados os resultados, bem como a sua análise e discussão. Neste capítulo tivemos em conta os objectivos a que nos propusemos e o enquadramento teórico que fundamenta o estudo. Sendo um estudo exploratório, sem hipótese definida à partida, foi neste capítulo e na análise dos resultados que se foram colocando e explorando algumas questões e formuladas hipóteses.

Encerramos o presente trabalho, além de aludimos às principais limitações, com um conjunto de reflexões e de conclusões sobre os resultados obtidos em função dos objectivos traçados, bem como de algumas questões e hipóteses levantadas no percurso investigativo. Conscientes de não termos esgotado a problemática, terminámos o nosso trabalho deixando em aberto um possível estudo sobre as implicações da auto-avaliação, não só na melhoria interna da escola mas, também, na melhoria da comunidade envolvente.



## Capítulo I - Avaliação das organizações escolares

A avaliação das escolas constitui um dos temas de maior visibilidade neste início de milénio no sistema educativo de vários países (Costa e Ventura, 2002: 105).

Numa época de globalização e num período de crise e recessão económica as orientações supra nacionais pesam sobre os sistemas educativos nacionais expressando-se nas políticas educativas e avaliativas (Almerindo Afonso, 2002a: 31).

### 1-A Escola como organização

A sociedade actual é uma sociedade organizacional que se caracteriza por um número elevado de diversas e complexas instituições. As organizações assumem um papel liderante na actualidade, assim importa, desde logo, definir o que se entende por “*organização*”.

Na literatura sobre o tema encontram-se várias definições sobre o conceito de organização. Detivemo-nos nas que apresentamos a seguir por considerarmos que abarcam de entre os muitos enfoques atribuídos ao tema o entendimento das organizações na sua enorme complexidade.

Como também refere Costa (1998: 12): “a definição de organização assume conotações diferenciadas em função das perspectivas organizacionais que lhe dão corpo, já que estamos em presença de um campo de investigação plurifacetado, constituído por modelos teóricos (teorias organizacionais) que enformam os diversos posicionamentos, encontrando-se, por isso, cada definição de organização vinculada aos pressupostos teóricos dos seus proponentes”.

Durante muito tempo a escola foi vista como um “lugar de reprodução, relativamente neutra, de determinadas macro políticas, económicas ou sociais, ou então, como contexto físico e administrativo de micro interações que decorriam na sala de aula” (Barroso, 2005: 33). Porém, a escola tornou-se, nos tempos mais recentes, objecto de estudo privilegiado das Ciências da Educação. Embora, como afirma Barroso (2005: 33), a avaliação “não se constitua como um objecto de investigação em si mesma”.

Actualmente, a escola é vista na sua especificidade como “um objecto social, com uma identidade própria, cuja estrutura, funções, processos e resultados não se limitam a serem deduzidos do sistema social mais amplo em que se integram, nem a serem vistos como simples resultados de um somatório de acções individuais e grupais que se desenrolam no interior das suas fronteiras físicas” (Barroso, 2005: 33).

Rui Canário acrescenta que “a escola, enquanto objecto social, não corresponde a um objecto de estudo, mas sim a múltiplos objectos de estudo, consoante a multiplicidade de olhares teóricos de que for alvo” (Canário, 1996: 127).

Segundo Formosinho (1986: 6), a escola é “uma organização específica de educação formal socialmente constituída por uma multiplicidade de actores com formação, percursos e perspectivas educativas diferentes e marcada pelos traços de sistematicidade, sequencialidade, contacto pessoal directo e prolongado, certificando os saberes que proporciona através de um título ou grau”, que pressupõe a atribuição de finalidades e funções muito concretas que claramente ajudam a distingui-la das outras organizações.

A escola é, portanto, uma organização complexa onde se desenvolvem múltiplos processos e se inter-relacionam professores, alunos, funcionários, pais, encarregados de educação e outros membros da comunidade em geral, contribuindo todos para uma mesma finalidade, ainda que nem todos a representem da mesma forma.

Também Lima (2006: 17) nos ajudou a compreender a escola quando refere “compreender a escola como organização educativa especializada exige a consideração da sua historicidade enquanto unidade social artificialmente construída e das suas especificidades em termos de políticas e objectivos educacionais”. O autor visiona a escola como uma realidade organizacional, como uma unidade social com uma perspectiva histórica e cultural remetendo a compreensão da mesma para aspectos relacionados com processos de acção, dependentes da intervenção humana em termos de constituição, como também em termos de manutenção e reprodução.

Alaíz *et al.* (2003: 24) consideram, ainda, um dos aspectos fundamentais das organizações a sua dimensão formal e a sua dimensão informal. A dimensão formal é constituída “pelos níveis hierárquicos e pela distribuição de tarefas expressas nos regulamentos e nas normas” e a dimensão informal, que “constitui o lado afectivo e social da mesma” que «foge à “racionalidade” dos organogramas, que escapa às hierarquias estabelecidas, que as atravessa e que, por vezes, impede o seu funcionamento “normal”» (Alaíz *et al.*, 2003: 24-25).

Também Guerra (2002: 11) refere que para conhecer as escolas com rigor é necessário “conhecer a especial natureza e configuração que elas têm, enquanto instituições enraizadas em determinada sociedade: a sua débil articulação, a sua problemática tecnologia... Por outro lado, é imprescindível ter em conta o carácter único, irrepetível, dinâmico, cheio de valores de cada escola”.

Na perspectiva de Jorge Adelino Costa (1998: 12) a escola enquanto realidade complexa, pode ser melhor compreendida “pelas diferentes perspectivas, pelas diferentes *imagens organizacionais*”.

Destes aspectos decorre o facto de a escola ter uma idiossincrasia, que não se explica na totalidade pelas teorias gerais da organização, pelo seu carácter complexo na sua variante administrativa como também pela componente ideográfica constituída pela diversidade de valores dos indivíduos que a compõem e pela especificidade dos contextos sociais que integram. No

desenvolvimento do nosso trabalho entendemos a escola como uma organização com características específicas, dotada de grande complexidade, onde interagem diversos elementos e diversos meios.

Partindo deste ponto de vista, no desenvolvimento deste trabalho investigativo, assume-se a escola como “organização educativa complexa e multifacetada” (Lima, 2003: 10), pelo facto optamos por um olhar organizacional holístico, sem nos prendermos especificamente a uma ou outra abordagem organizacional.

No âmbito desta investigação assume particular relevo a observação da forma como a escola se move no sentido da sua própria avaliação, que avaliação pratica, que usos e que fins dá a essa avaliação.

## **2- Avaliação: importância e função na sociedade e nas políticas educativas**

### **2.1- Papel do Estado entre a educação e a avaliação**

Após a Segunda Guerra Mundial desenvolveu-se o Estado-Providência para dar resposta à nova situação social e económica que se vivia na Europa. Na perspectiva de Mishra (1995: 22), as características essenciais deste tipo de Estado são o pleno emprego, um conjunto de serviços universais destinados a satisfazer as necessidades básicas (educação, segurança social, assistência médica) e a manutenção de um nível nacional mínimo relativamente às condições de vida de toda a população. Na educação, desenvolveu-se a “escola para todos”, também designada “escola de massas”, assumindo-se que esta devia ser gratuita, obrigatória e laica (Stoer, 2001: 250).

No período pós guerra, a educação é concebida com o bem público e um direito dos cidadãos, no qual o Estado assume a responsabilidade de promover um ensino universal e gratuito visando a justiça social e o crescimento económico.

Em consequência do choque petrolífero de 1973, os princípios do Estado-Providência são rejeitados pela Nova Direita considerando-os incompatíveis com o progresso económico, acentuando-se críticas que este é ineficiente e dispendioso. Sacristán (1999: 214) afirma que “o Estado retira-se das políticas sociais activas e intervencionistas para passar a ser um árbitro de um jogo no qual ele parece não tomar partido”, abandona assim as responsabilidades de garantir directamente os serviços essenciais da educação, da saúde, ...

O liberalismo volta a afirmar-se na Europa e nos EUA, espalhando-se à América latina e ao resto do mundo, com a crescente advocação da abolição da intervenção estatal na esfera económica, considerando que o comércio é a melhor forma de desenvolver a economia de um país, assumindo que a regulação pelas leis do mercado, da oferta e da procura, garantirão por si só o necessário equilíbrio e dispensam qualquer controlo. A adopção do prefixo “neo” não muda a

concepção básica do liberalismo, “a única diferença para o liberalismo tradicional reside no facto de, agora, o mercado adquirir uma dimensão mundial” (Bóia, 2003: 37).

Ao longo das últimas décadas, as interações a nível económico, social e político ultrapassaram fronteiras e assumiram uma dimensão mundial (Santos, 2001: 31), encarando um conceito de globalização que segundo Seixas (2001: 211) se traduz na “crescente interdependência mundial a nível económico, político e cultural”.

No âmbito das economias de cada país, é defendido, entre outros aspectos, que estas “devem abrir-se ao mercado mundial e os preços locais devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; (...) o sector empresarial do Estado deve ser privatizado; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras actividades compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela actuação do mercado” (Santos, 2001: 35).

Devido à crescente competição económica a nível internacional e à necessidade de investimento em novas tecnologias, os sistemas educativos sofrem pressões com vista à sua reestruturação no sentido da criação do trabalhador com as competências necessárias para sustentar a competitividade internacional. Assim, a educação está intimamente ligada ao aumento de competitividade económica do país num mercado mundial. “O efeito é voltar a educação para capacidades baseadas em competências, às custas das formas mais fundamentais de competências críticas exigidas para uma aprendizagem autónoma e uma cidadania activa” (Morrow e Torres, 2004: 39). Assistimos, então, à divisão entre percursos académicos e percursos vocacionais, assumindo os governos que o investimento em educação melhora a qualidade da força de trabalho, o que por seu turno melhora o crescimento económico e a produtividade.

Por outro lado, devido ao mercado neoliberal que implicou alterações no papel do Estado, à crise do Estado-Providência e a uma crescente diminuição da despesa pública, assistimos à defesa da separação da educação do controlo directo do Estado, ao aumento da autonomia institucional, introduzindo-se princípios de mercado na educação e a sua sujeição às leis da oferta e da procura.

Desde o final dos anos setenta tem-se assistido, principalmente no EUA e Reino Unido, a esta diminuição do papel do Estado e ao aumento do mercado e da concorrência. Entre um movimento de desregulação, com a diminuição ou eliminação do controlo do Estado sobre a produção e sobre o mercado, e o crescente “estabelecimento de regras para a actividade económica destinadas a garantir o seu funcionamento equilibrado, de acordo com determinados objectivos públicos” (Moreira: 1997: 34). Também na educação são estabelecidas novas formas de regulação.

Natércio Afonso (2004: 34) define a regulação da educação como “o conjunto de dispositivos e procedimentos que, numa determinada sociedade, moldam a provisão colectiva e institucionalizada da acção educativa, em função dos valores sociais dominantes”.

Este novo papel do Estado, de Estado-regulador, é para Barroso (2001), um processo em que o Estado tem por objectivo “assegurar o equilíbrio, a coerência, mas também a transformação de um sistema de ensino” através da “produção de regras (normas, injunções, constrangimentos, etc.) ” e do “(re)ajustamento da diversidade de acções dos actores em função dessas mesmas regras”, acrescentando a ideia que “é um compósito que resulta mais da regulação das regulações, do que do controlo directo da aplicação de uma regra sobre a acção dos *regulados*” (2001: 7).

Neste jogo de regulações que o Estado assume como forma de regulação da educação estabelecem-se alianças com os professores e os pais dos alunos. Destaca-se a aliança estabelecida entre o Estado e os pais dos alunos, que Barroso (1999: 22-24) caracteriza como “regulação de mercado”, quando os pais vêm o seu poder de decisão e controlo aumentado pelo Estado, podendo escolher a escola que desejam, passando a poder participar na gestão da escola ou seja, implicando-se e assumindo responsabilidades no percurso escolar dos educandos.

Na década de oitenta, a educação não escapa ao discurso da modernização nem a esta nova forma de a perspectivar, onde a referência à qualidade, eficiência, eficácia, excelência, competitividade, concorrência e cliente, palavras oriundas da lógica económica e empresarial, revelam as “tendências de empresarialização da educação” (Formosinho, 2000: 78).

A autonomia ganha, neste contexto, uma consideração cada vez mais essencial para atingir a eficácia das escolas, já que o sistema público existente, onde a influência externa burocrática é muito forte, não proporciona o aparecimento de organizações eficientes. É defendida a liberdade de escolha e a concorrência daí resultante como forma de a promover. Os pais optam pela escola que oferece um tipo de educação que vai ao encontro do projecto educativo que têm para os seus filhos e podem sempre mudar para uma outra quando não se sentem satisfeitos, o que conduzirá, através de um processo de selecção natural, ao encerramento daquelas que não conseguem satisfazer uma clientela suficientemente grande, sobrevivendo e prosperando apenas as escolas que melhor conseguem satisfazer os consumidores (Chubb e Moe, 1990: 23). Parte-se do princípio que, no fim de todo este processo, os alunos serão os grandes beneficiados.

Natércio Afonso (2004: 37-40) identifica vários “temas dominantes” nos sistemas educativos europeus “que configuram (estas) novas práticas de governação neoliberal” e de promoção da “regulação de mercado”:

- “*intensificação da avaliação externa institucional e do controlo social sobre a escola*”, com a realização de um maior número de inspecções e avaliações externas, com exames e provas nacionais, às escolas no sentido de obter informações acerca da “qualidade do desempenho” das



mesmas; publicação dos resultados e elaboração de *rankings* de escolas a partir das notas dos alunos nos exames nacionais para permitirem aos pais avaliarem-nas e usarem essa informação no momento em que tomam decisões relativas ao percurso escolar dos seus filhos, fomentando a concorrência entre os estabelecimentos de ensino e consequente aumento da “qualidade do serviço”;

- “*promoção da abertura e participação social no governo das escolas públicas*”, elaboração e divulgação de documentos relacionados com a gestão dos estabelecimentos de ensino, tais como os projectos educativos, curriculares, relatórios entre outros, os quais servem para avaliar “a qualidade do desempenho da gestão escolar”; participação dos pais e de elementos da comunidade em conselhos ou assembleias “com poder de nomeação ou supervisão dos gestores escolares” que exercem sobre a escola um controlo social e pressão sobre a mesma, no sentido da sua adaptação às “necessidades e interesses das famílias e das comunidades”;

- “*tendência para a flexibilização*”, como forma de fomentar a diversidade escolar, “resultante de escolas mais autónomas” com gestores “empreendedores” e dotados de mais poderes, que se verifica a vários níveis: “fluxos financeiros” em que às escolas é atribuído um financiamento calculado em função do número de alunos, “promoção do financiamento local, privado e familiar” como é o caso do pagamento de propinas, actividades extracurriculares, obtenção de patrocínios de empresas ou o arrendamento das instalações a outras entidades, e o financiamento público em função de concursos e candidaturas com a apresentação de projectos “desenvolvendo-se uma cultura de licitação para a obtenção dos recursos necessários à provisão do serviço” em que a gestão se revela empreendedora e actuante; “gestão dos fluxos escolares” o que é possível após a “liberalização da carta escolar” e que implica a liberdade de escolha da escola por parte das famílias, assim como a liberdade da escolha dos alunos por parte da escola, o que permite a existência de uma maior diversidade de escolas e sua adaptação à procura, através da sua especialização, em função daquilo que os pais desejam para o futuro escolar dos seus filhos.

As escolas vêem-se cada vez mais inseridas numa lógica de mercado apresentando-se como fornecedoras de serviços, necessitando de cativar os clientes. Dependentes da avaliação dos resultados dos alunos em exames para identificar a sua qualidade de desempenho, estas dedicam mais tempo e energias à criação de uma boa imagem, orientam práticas, culturas e valores em função dos alunos que pretendem atrair. Salienta-se que se trata muitas vezes de uma questão de sobrevivência, uma vez que as escolas são financiadas de acordo com o número de alunos que as frequentam. Por outro lado, surge a questão da competição entre as escolas no sentido de atrair os “melhores” alunos, isto é, aqueles que com menor investimento de recursos obtêm melhores resultados nos exames nacionais e, deste modo, colocam as suas escolas numa melhor posição nos

*rankings*. O que aumenta a exclusão, as diferenças na igualdade de acesso e consequentemente põe em causa o bem público da educação.

No mercado educativo encontramos os pais como consumidores que escolhem a escola que oferece mais vantagens para os seus filhos. Daí que a sua escolha tenha que se basear em indicadores de “qualidade” das escolas, mesmo que redutores da realidade e muitas vezes díspares com a mesma, como por exemplo os exames nacionais e a publicação dos *rankings* das escolas. Estes pretendem dar informações aos pais que lhes permitirão fazer boas escolhas.

A informação relativa às prestações dos alunos nos exames a nível nacional é cada vez mais tida como um direito dos cidadãos que “confere maior transparência ao processo de escolha das escolas e atenua a real desigualdade social no acesso à informação” (Justino, 2005:10).

Na verdade, o sistema educativo precisa de mais informação pública, para que seja possível mais regulação *à posteriori*, seja pelo próprio Estado (por exemplo na organização de exames e avaliações nacionais) seja pela sociedade em geral. Contudo, espera-se que esta informação seja justa e que reflecta o que realmente é feito, com quê, com quem, de onde parte e até onde chega.

## 2.2- Notoriedade e necessidade da avaliação de escolas

Entre as diversas razões que muitos autores apresentam como estando na origem da notoriedade da necessidade da avaliação de escolas, remetemo-nos a seguir para Lafond *et al.*, (1999), Costa e Ventura (2002) e Azevedo (2007), que em nosso entender abarcam a generalidade dos pontos de vista de forma clara e concisa.

Para Lafond *et al.*, (1999: 10) existem três razões essenciais: a pressão da opinião pública; a constatação da “singularidade” de cada escola e o acréscimo de autonomia atribuída às escolas desde o início dos anos 80.

Relativamente à primeira razão apontada, os autores referem que a pressão dos pais, em consonância com a produzida com os meios de comunicação social, leva a administração a questionar-se sobre o valor das escolas, no tocante à sua eficiência e eficácia (Lafond *et al.*, 1999: 11).

Os autores reconhecendo a escola como uma “comunidade viva, que pensa e que tenta encontrar as melhores soluções para obter os melhores resultados, tendo em conta as realidades concretas” (Lafond *et al.*, 1999: 12). Mencionando nesse contexto a “singularidade” das escolas, que se prende com todos os aspectos que se relacionam com a diferença de resultados obtidos nas escolas, nomeadamente, o tipo de direcção, a qualidade das relações humanas, a existência ou não de um trabalho em equipa, a qualidade da organização pedagógica, a utilização dos espaços. Os mesmos defendem que definição de uma “boa escola” não se prende com uma análise

individualizada de cada um dos seus elementos, mas sim, com a sua percepção como um todo, como uma “entidade global original” (Lafond *et al.*, 1999: 11).

Em síntese, os mesmos autores referem que do acréscimo da autonomia e da capacidade de tomar decisões advém a responsabilidade e a obrigação de prestar contas, pelo que defendem que “a escola autónoma, precisamente porque é autónoma, deve ser avaliada e aceitar ser avaliada” (Lafond *et al.*, 1999: 12).

Também outros autores, como Costa e Ventura (2002), Vítor Alaíz (2007) e Azevedo (2007), apresentaram recentemente algumas das principais razões que contribuem para a notoriedade da temática de avaliação de escolas. De entre as principais razões apontadas pelos autores referidos destacamos a seguir aquelas que, em nosso entendimento, apresentam maior relevância:

a) “*a visibilidade e a especificidade das organizações escolares*”: as escolas são cada vez mais percebidas como unidades organizacionais com uma identidade própria, localmente bem identificadas, sendo, pelo facto, necessariamente foco da avaliação organizacional ou institucional (Costa e Ventura, 2002: 106);

b) “*a autonomia crescente dos estabelecimentos de ensino*”: com a crescente visibilidade e especificidade das escolas advém-lhes também da capacidade de decisão e das competências próprias de que se têm visto detentoras, como a construção de projectos educativos próprios (Costa e Ventura, 2002: 106);

c) “*a definição de objectivos nacionais e de patamares de resultados escolares*”: considerando que a autonomia dos serviços públicos, “consubstanciando um delegação de poder”, pressupõe responsabilização, transparência, definição de objectivos e recolha de informações sobre resultados (Azevedo, 2007: 18);

d) “*a relação dos actores sociais com a escola*”: assumindo diferentes papéis. Ora como consumidores, que querem informação para escolher a “melhor” escola na relação custo/benefício; ora como clientes, que querem garantias de qualidade e informação actualizada ou também como cidadãos, que querem a informação necessária para fomentar a responsabilidade colectiva face à educação, nos campos político, social, cultural e empresarial (Azevedo, 2007: 18-19);

e) “*a contracção dos recursos financeiros*”: o alargamento equitativo dos benefícios sociais do “*Estado de bem-estar*” parece estar cada vez mais comprometido, acentuando um crescente escrutínio da eficiência dos serviços educativos (Costa e Ventura, 2002: 106);

f) “*o controlo e a regulação dos sistemas educativos*”: dispor, em cada momento, de informações precisas sobre a situação dos sistemas de formação e aprendizagem, do grau de execução dos programas educativos e dos resultados alcançados constitui um diagnóstico

fundamental para desencadear os processos de pilotagem, de correcção das assimetrias e das disfunções (Costa e Ventura, 2002: 106-107);

g) *“as estratégias de marketing e de promoção da escola”*: o papel que os processos (e, se possível, os resultados) da avaliação poderão ter nos mecanismos de promoção de cada escola (Costa e Ventura, 2002: 107). Contrariando a “imagem pública pouco favorável”, fruto de uma avaliação “mediática, genérica, impressiva, expressa na ressonância pública de acontecimentos, problemas ou incidentes” e, também, da divulgação de “penosas comparações internacionais” ou da “divulgação de resultados de exames” (Azevedo, 2007: 21);

h) *“a melhoria e o desenvolvimento organizacional das escolas”*: avaliar uma escola sem que estes mecanismos se repercutam na própria instituição – na identificação dos seus estrangulamentos, dificuldades e insucessos e em consequentes estratégias de mudança e de melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e de bem-estar institucional – parece constituir uma perda de tempo (Costa e Ventura, 2002: 107). Deve portanto ser entendida como um “processo de melhoria e de estratégia de desenvolvimento” em que «decorre, implica e reforça o profissionalismo docente, o desejo de realização, a exigência de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, o desenvolvimento da ética profissional marcada pela responsabilidade e pelo cuidado, o fomento de “comunidades profissionais” na escola» (Azevedo, 2007: 22);

i) *“uma lei”*: a Lei 31/2002 que permanece em vigor; no seu artigo n.º 6 estipula que a auto-avaliação das escolas “tem carácter obrigatório, desenvolve-se em permanência, conta com o apoio da administração educativa”. Define alguns “termos de análise”, mas não impõe um modelo (Alaíz 2007: 1);

j) *“uma medida de política educativa”*: o Ministério da Educação (ME) coloca no topo da sua agenda política a avaliação externa das escolas. Esse Programa de Avaliação Externa das escolas opera com um referencial composto por cinco domínios-chave. Um deles refere-se precisamente à “*capacidade de auto-regulação e progresso da escola*” e pergunta pela “*auto-avaliação da escola*”. Por via de perguntas de orientação define alguns “parâmetros” que não são tão definidos que imponham às escolas um único modelo de auto-avaliação (Alaíz 2007: 1).

### 3- Conceitos, paradigmas e modalidades

#### 3.1- Em torno do conceito “avaliação”

No modelo tradicional de avaliação, esta referia-se exclusivamente à avaliação dos alunos, mas hoje o conceito de avaliação é muito mais amplo, associa-se à avaliação dos alunos, professores, processos educativos, organizações escolares, administração e ao sistema educativo.

Neste estudo importa clarificar o conceito de avaliação institucional, de escolas. No entanto, o conceito de avaliação é, do ponto de vista teórico-conceptual, indissociável do termo avaliação educacional.

Ao longo dos tempos, o conceito de avaliação foi sofrendo alterações segundo o paradigma teórico subjacente. Como refere Bolívar (1994: 251), “ cada perspectiva teórica é a matriz que define a forma de conceber e fazer avaliação das escolas”.

Para Rosales (1990: 19), o conceito de avaliação enquadrado em diferentes paradigmas traduz-se em três momentos: primeiro - até aos anos sessenta, a avaliação convencional era associada ao paradigma quantitativo, positivista em que avaliar é igual a medir; segundo – durante os anos sessenta, a avaliação vincula-se ao movimento de *accountability*, *de responsabilização social* e de *prestação de contas*, em que se associa fundamentalmente à responsabilidade dos professores e ao cumprimento dos objectivos educativos estabelecidos; terceiro - a partir dos anos setenta a avaliação segue os novos paradigmas de investigação, com carácter qualitativo, renovando-se o conceito de avaliação sem, no entanto, se afastar totalmente do paradigma quantitativo, em que a avaliação assume um carácter mais compreensivo e holístico, ou seja avaliar é considerado como compreender para melhorar.

Na perspectiva de Alaíz *et al.* (2003: 11-12), ao referirem-se à evolução do conceito de avaliação, apresentam-no em quatro gerações distintas: 1.<sup>a</sup> geração – marcada pela medição, em que avaliar é entendido como medir; 2.<sup>a</sup> geração – a avaliação centra-se nos objectivos, procurando identificar pontos fortes e pontos fracos do que é avaliado; 3.<sup>a</sup> geração – a finalidade é emitir juízos acerca da qualidade do que é avaliado; 4.<sup>a</sup> geração – pretende encontrar consensos, recorrendo à negociação, sobre o objecto de avaliação, radicando no paradigma do construtivismo.

O conceito que vigora nos nossos dias resulta de um percurso histórico que importa referir, sobretudo referente à segunda metade do século XX. Neste percurso, vamos seguir as perspectivas apontadas por Rosales (1990), Requena (1995) e Casanova (1999).

Com Tyler, em 1942, começa a atribuir-se um papel mais dinâmico à avaliação, perspectivando que ela deveria provocar uma melhoria contínua do currículo e da instrução educacional. Efectivamente, Tyler marcou a teoria da avaliação nas décadas de 40, 50 e 60, considerando que a mesma traduz o confronto dos resultados com os objectivos previamente definidos. Este conceito de avaliação traduziu-se na chamada pedagogia por objectivos que deixou marcas até aos dias de hoje (Casanova, 1999:19). Neste contexto, avaliar é comparar os resultados previstos com os objectivos e os resultados obtidos.

Cronbach, em 1963, introduz e destaca a importância da recolha de informação para a tomada de decisões: “Quem toma decisões deve possuir um conhecimento muito completo da realidade e, por isso, as informações devem ser minuciosas e amplas, recorrendo às mais variadas

fontes” (Cronbach, citado por Rosales, 1990: 23). Nesta conceptualização, avaliar é sobretudo reunir informação para decidir.

No final da década de 60 e durante a década de 70, Scriven traz para a avaliação a necessidade de avaliar processos mais do que resultados, introduzindo os conceitos de avaliação sumativa, esta ligada aos resultados e de avaliação formativa, principalmente ligada aos processos. Para Scriven, avaliar consiste, basicamente, em emitir um juízo de valor, devendo o avaliador desconhecer os objectivos inicialmente definidos, e os critérios de avaliação deverão ser “extraídos do estudo das necessidades daqueles que estão implicados no ensino” (Rosales, 1990: 22). De forma a ultrapassar a subjectividade inerente ao processo de avaliação, em que a ideologia do avaliador e o sistema de valores que impera na sociedade estão presentes no processo de avaliação, desenvolveu-se posteriormente a ideia da necessidade de definir indicadores, o que veio a traduzir-se na avaliação criterial que confronta o desempenho com um conjunto de critérios previamente definidos. A avaliação, nesta perspectiva, acentua a consideração dos processos e dos resultados.

Na década setenta, MacDonald introduz o conceito de avaliação holística, isto é, uma avaliação que considere de forma integrada todos os processos do ensino: o contexto, o processo, os resultados, acentuando-se uma dimensão ecológica da avaliação e colocando-a ao serviço das decisões que melhorem todas as variáveis do ensino e da aprendizagem. Avaliar seria então ponderar todas as variáveis para as melhorar.

Stufflebeam (décadas 70 e 80) retoma a ideia de Cronbach quanto à importância da avaliação para a tomada de decisões, acrescentando-lhe o seu carácter holístico numa perspectiva sistémica. Concebendo a avaliação como um processo através do qual se delimitam, obtêm e fornecem informações úteis que permitam julgar decisões possíveis. Como evidencia Requena (1995: 23), referindo que Daniel Stufflebeam tem uma visão sistémica da avaliação, ao considerar quatro tipos de avaliação: avaliação de contexto, avaliação de entrada (input), avaliação do processo e avaliação do produto (output), tendo construído a estrutura básica do modelo CIPP.

Na linha deste modelo, consideram que: “A avaliação é um processo de identificação, recolha e apresentação de informação útil e descritiva acerca do valor e do mérito das metas, da planificação, da realização e do impacto de um determinado objecto, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, para a solução dos problemas de prestação de contas e para promover a compreensão dos fenómenos envolvidos” (Stufflebeam e Shinkfield, 1993: 183). Na perspectiva de Rosales (1999: 24), Stufflebeam considera que a avaliação deve ter com fundamento primordial a melhoria da qualidade.

No final dos anos 80, Cuba e Lincoln elevam o entendimento da avaliação como uma actividade que compreende, por um lado, a descrição, entendida como recolha de dados, e, por

outro lado, o juízo crítico de decidir sobre os valores, normas sociais e preferências dos indivíduos que realizam a avaliação.

Robert Stake, nos anos setenta, propõe o conceito de “avaliação respondente” que se deve realizar através de “método pluralista, flexível, interactivo, holístico e orientado para servir” (Rosales, 1999: 25) devendo tomar em linha de conta os antecedentes, os resultados, os processos, as normas, os juízos de valor. Neste caso, avaliar é servir ou responder numa lógica de resposta a pedidos, expectativas ou necessidades.

Como constatámos, o conceito de avaliação pode reunir várias características dos conceitos de avaliação dos vários autores referidos (Tyler, Gronbach, Scriven,...) podendo ser entendida como um processo que consiste em recolher um conjunto de informações pertinentes, válidas e fiáveis, e de examinar o grau de adequação entre esse conjunto de informações e um conjunto de critérios adequadamente escolhidos, de modo a apoiarem a tomada de decisão.

Podemos concluir, perante a panóplia de concepções de avaliação, que o conceito é diversificado e dependente, em grande medida, de cada perspectiva teórica que define a forma de conceber e fazer a avaliação. Contudo, tal como considera Stufflebeam (2001), não há nenhuma abordagem avaliativa que funcione melhor do que as outras em todas as situações. A decisão de qual a abordagem ou que combinação de abordagens melhor se adaptam a cada situação particular deve ser precedida por “um estudo concebido e conduzido para ajudar uma determinada audiência a avaliar o mérito e o valor de um determinado objecto” (Stufflebeam, 2001: 11).

Muitas são, portanto, as concepções de avaliação que dependem sobretudo da origem epistemológica de partida. Como refere Ventura (2006: 218), “todas as propostas têm os seus créditos, as suas vantagens e desvantagens. Cada caso específico, tomando em linha de conta as variáveis em presença, deverá ser objecto de uma determinada abordagem que utilize um modelo ou um *cocktail* de modelos que permitam dar resposta às questões da forma mais adequada”.

### **3.2- Paradigmas da avaliação de escolas: avaliação qualitativa/quantitativa**

#### **Paradigmas da avaliação de escolas**

A conceptualização de qualquer processo de avaliação de escolas supõe que seja previamente colocadas um conjunto de perguntas, tais como: porquê avaliar?; que avaliar?; como avaliar?; para quê avaliar?; com que critérios avaliar?; quem deve avaliar? (segundo Díaz, 2003: 9).

As finalidades e as expectativas que se assumem, à partida, na resposta a estas questões e perante a avaliação de escolas, estão na génese da definição de uma avaliação qualitativa ou quantitativa; formativa ou sumativa; mais interna ou mais externa; com tónica nos processos ou nos resultados (segundo Azevedo, 2007: 22).

Natércio Afonso (2002a: 51) partilha também desta perspectiva e acrescenta que, “qualquer que seja a metodologia a adoptar, o processo de avaliação passa sempre pela consideração de padrões de referência (explícitos ou implícitos, formais ou informais, referenciáveis nos discursos dos avaliadores ou apenas nas suas práticas de avaliação)”. Segundo o autor, os padrões de referência devem ser definidos “a partir de uma selecção e hierarquização de valores relevantes, e consistem na conceptualização de factos e situações virtuais (por exemplo, o volume e a natureza dos recursos que devem ser disponibilizados, as características desejáveis da organização e dos processos de trabalho, a adequação dos produtos ou resultados obtidos em relação às finalidades pretendidas)”.

Assim, para Natércio Afonso (2002a: 51), na sua essência, “a avaliação consiste num exercício de comparação entre duas situações: a situação geral que é objecto da avaliação, e uma situação virtual deduzida a partir dos padrões de referência”. Para proceder à comparação é necessário que se seleccionem os indicadores que permitiram evidenciar as discrepâncias existentes. Para o autor, os indicadores podem ser descritos no plano qualitativo, por exemplo “a relevância dos conteúdos curriculares, a adequação, do equipamento e materiais pedagógicos, o alcance da visão estratégica dos dirigentes, a preparação científica e pedagógica dos professores, a consistência do enquadramento político da tutela, etc.”, ou num plano quantitativo, referindo “o custo por aluno, número de alunos por professor, taxas de absentismo docente ou discente, de abandono escolar ou de insucesso, médias dos resultados escolares, etc.”.

Portanto, na avaliação de escolas, os juízos que se produzem dependem não só dos padrões de referência que se assumem como também, e muito significativamente, dos indicadores que os operacionaliza, se se enquadram num plano qualitativo ou quantitativo.

***A avaliação de escolas pode, assim, referenciar-se a dois grandes paradigmas: o paradigma quantitativo e o paradigma qualitativo.***

O paradigma quantitativo valoriza sobretudo os resultados (desvalorizando os processos). Recorre a técnicas quantitativas, consideradas como as únicas objectivas e rigorosas, capazes de fornecer dados válidos e fiáveis para a interpretação da realidade.

Como refere Rocha (1999: 46), “O avaliador que se coloca na perspectiva quantitativa considera a educação um processo tecnológico, acredita na objectividade da avaliação e procura-a (utilizando o método hipotético-dedutivo e admitindo os seus corolários), valoriza mais os resultados do que os processos da educação, pressupõe que a finalidade principal da avaliação é o controlo, coloca-se fora do âmbito (subjectivo) dos fenómenos educativos e valoriza mais o carácter estável do que o dinâmico da realidade educativa”.



Para Figari (1993: 142), ao referir-se ao paradigma quantitativo de avaliação, designa-o por “referencial normativo”, por o mesmo “relacionar um resultado com outro resultado”, desvalorizando os processos. Quando se fala em avaliação quantitativa, quer na avaliação dos alunos, quer das escolas ou do sistema educativo, é claro que tem de se considerar a avaliação normativa, já que está e é associada à quantificação e comparação de resultados sendo, assim, indissociável do paradigma quantitativo.

Como se pode também depreender, segundo a perspectiva de Lima (2002) quando refere que a avaliação das escolas, tendo em conta o seu aspecto mensurável, com vista ao controlo e selecção, associa-se ao paradigma positivista, e designa-a por “*educação contábil*”. Esta designação inscreve-se em concepções racionalistas de organização escolar que definem “a educação que conta em função do carácter contável, mensurável e comparável dos “resultados” educativos produzidos, tendendo a conceptualizar o aluno/ educando como uma “matéria prima” moldável através de processos de “produção” escolar (processos de transformação de tipo *input/output*)” (Lima 2002: 26).

O paradigma positivista da avaliação das organizações escolares, com ênfase nos resultados quantificáveis do tipo *contábil*, encontra-se associado a concepções de avaliação que visam a eficácia organizacional, utilizando como critério de eficácia os resultados dos alunos. Este paradigma está associado a movimentos de desenvolvimento da escola, como seja as escolas eficazes.

Martinez e Lera (2003: 77) relacionam os modelos centrados na avaliação quantitativa com aqueles que se centram na valorização nos resultados, com funções sumativas e com a finalidade de comprovação do cumprimento de objectivos.

Este paradigma de avaliação encontra-se, desta feita, mais associado à avaliação externa das escolas, quando os referentes de avaliação são definidos externamente à escola e aplicáveis a estas, possibilitando a comparação dos resultados e a sua hierarquização, associado aos modelos de avaliação de escolas de auditoria, de *accountability* e prestação de contas (segundo Martinez e Lera, 2003: 77-82).

O que se pode verificar na aplicação de provas e exames nacionais, tanto ao nível básico em final de ciclo, como ao nível da conclusão do ensino secundário, que nestes últimos assumem uma clara finalidade de selecção dos alunos com base nos seus resultados académicos, como se pode assinalar também a própria avaliação das escolas quando se utilizam os resultados académicos para as avaliar. Nesse sentido, destacamos as palavras de Neto-Mendes, Costa e Ventura (2003: 2) que referem “a elaboração do *ranking* das escolas secundárias portuguesas (...) parece ser comandada pela ideia da comparação dos resultados das escolas”.

Na posição diametralmente oposta, o paradigma qualitativo valoriza sobretudo os processos (em detrimento dos resultados), colocando enfoque na avaliação formativa, rejeitando a ideia que se deve avaliar a nível da consecução dos objectivos pré-definidos a partir dos resultados (Bolívar, 1994: 252). Nesta perspectiva, a avaliação tem subjacente o princípio de que a subjectividade é relativa, na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais implica ter em consideração os vários pontos de vista, os vários significados atribuídos pelos actores aos factos que envolvem a avaliação (Requena, 1995: 93).

Para Rocha (1999: 47), “o avaliador que se posiciona na perspectiva qualitativa considera a educação sempre ligada a valores, problematiza a objectividade da avaliação e, por isso, utiliza métodos mais qualitativos e compreensivos (capazes de permitir a descoberta dos significados, interesses, aspirações e intencionalidades dos actores), valoriza mais os processos do que os resultados da educação, considera como finalidade principal da avaliação a melhoria e valoriza mais o carácter dinâmico e subjectivo da realidade educativa”.

Em alternativa ao referencial normativo, Figari (1993: 142) apresenta o paradigma criteriado “que relaciona o resultado com os critérios que determinam o sentido da *performance* no conjunto do processo”. Remetendo, assim, para uma avaliação criterial, que ao nível da avaliação das escolas se referencia aos objectivos definidos pelas próprias, indo de encontro a uma avaliação contextualizada. No entanto salvaguarda-se que esta determinação é, em muito, dependente do fim último dado aos resultados da avaliação. Como refere Almerindo Afonso (1998: 55), se “essas informações forem, posteriormente, divulgadas para o espaço público, nada impede que o efeito social deste tipo de avaliação se aproxime daquele que é característico da avaliação normativa”.

A função de avaliação das escolas, segundo este paradigma, deverá ser essencialmente reguladora, estando ao serviço da melhoria, pois “tem como objectivo obter informação sobre os processos e produtos obtidos pela escola, dados que são utilizados pela escola” (...) “...para a introdução de melhorias no seu funcionamento”, como defendem Figueiredo e Góis (1995: 18).

Também nesta linha de pensamento, Guerra (2002) afirma: “A finalidade última da avaliação e a origem da sua existência é o melhoramento da prática que se realiza na escola. A avaliação não é um simples apêndice, um adorno, um acréscimo que se coloca no final do processo, se houver tempo, oportunidade e vontade. De igual forma, também não tem um fim em si mesma. Não se avalia por avaliar ou para avaliar, mas para melhorar a qualidade da prática” (2002: 271).

Este paradigma de avaliação poderá, nesta perspectiva, ser associado à avaliação interna ou à auto-avaliação das escolas, devendo ser a escola a assumir a definição dos indicadores tendo em conta o seu contexto específico, como afirma Guerra (2001), ao defender uma avaliação de escolas contextualizada “que tenha em conta o quadro referência (tanto diacrónico como sincrónico) em

que é realizada a experiência, a dimensão da organização, a peculiar configuração psicossocial que a define, a idiossincrasia da sua cultura” (2001: 13).

Neste sentido, a descrição dos indicadores deve ser qualitativa e, consequentemente, as técnicas de recolha de dados deverão ser também de natureza qualitativa e etnográfica, pois, ao darem voz à interpretação da realidade pelos actores num determinado contexto escolar, permite uma melhor compreensão deste. Nesse sentido, Guerra (2003: 54) refere: “A natureza dos fenómenos que acontecem na escola são de carácter social. Daí que utilizemos perspectivas, métodos, instrumentos e análises de carácter qualitativo”.

Cada um dos paradigmas referidos tem pontos fracos. Rocha (1999: 47), relativamente ao paradigma quantitativo, refere que este “ao procurar traduzir a realidade educativa em números, cai no risco de a deformar parecendo que a exprime fielmente. Na verdade, por um lado, desvaloriza a importância dos seus contextos (importantes fontes de significação), e, por outro, simplifica-a, reduzindo a sua multidimensionalidade qualitativa a uma unidimensionalidade quantitativa”. Relativamente ao paradigma qualitativo, Rocha (1999: 47) destaca que, “embora seja considerado pela maioria dos especialistas actuais como mais adequado para o estudo dos fenómenos educacionais, pode resvalar para algum subjectivismo se não for acompanhado por um esforço permanente de procura das raízes e razões dos comportamentos”.

Vários autores (Requena, 1995; Guerra, 2002) advogam que estas duas perspectivas não se excluem mutuamente. Consideram que elas podem mesmo ser complementares. A diversidade de situações que envolvem a avaliação das escolas exige o recurso a métodos diversificados, ou seja, cada um dos métodos não permitiria conhecer a realidade em separado, mas sim quando conjugados: “é necessária a dicotomia entre os tipos de métodos, e existem muitas razões para os empregar em conjunto com o objectivo de satisfazer as exigências da investigação, da avaliação, do modo mais eficaz possível” (Requena 1995: 96).

### 3.3- Modalidades de avaliação de escolas

Na literatura sobre a temática são usadas outras designações como “tipos de avaliação” (Casanova, 1992; Requena, 1995), para identificar as avaliações que apresentaremos a seguir e às quais Alaíz *et al.* (2003: 18) denominam “modalidades de avaliação”, sendo esta a expressão que será adoptada.

De entre as várias modalidades de avaliação que se encontram na literatura, remetemo-nos neste ponto para avaliações com o referente aos agentes avaliadores. Assumimos a designação das modalidades de avaliação de escolas apresentada por Requena (1995) no que respeita à natureza dos avaliadores: “avaliação externa”, “avaliação interna” e “avaliação mista”.

### 3.3.1- Avaliação externa

A avaliação externa é uma modalidade de avaliação que é utilizada por agentes externos, pertencentes a agências de avaliação públicas ou privadas, podendo contar com a colaboração de membros da comunidade (Alaíz, 2003: 16). Esta, quer num quadro local, regional ou nacional, envolve agentes que não se encontram directamente implicados nas actividades dos estabelecimentos de ensino (Eurydice, 2004).

Da classificação de modelos de avaliação de escolas que apresenta Marchesi (2002), destacamos, neste momento, os modelos de avaliação externa “unidimensional” e “multidimensional”. Para o autor, os modelos de avaliação externa de escolas, maioritariamente da responsabilidade da inspecção, que incidam somente numa dimensão simples, “avaliação unidimensional simples” sem a contextualizarem, por exemplo, os resultados simples dos alunos nos exames, para a partir destes compararem os desempenhos das escolas, não são positivos e apresentam limitações superiores às suas vantagens (Marchesi, 2002: 37). Pelo facto, Marchesi (2002) destaca a avaliação externa multidimensional quer qualitativa quer quantitativa para um melhor conhecimento do funcionamento da escola e que permita, de forma enriquecedora, a criação de projectos de melhoria e inovação nas escolas. A primeira, avaliação multidimensional qualitativa externa, embora ponha de parte a rigorosa comparação entre escolas, sendo combinada com estratégias de avaliação interna, “contribui para que a escola conheça, de forma mais ajustada, as suas possibilidades e os seus limites”, enquanto a segunda, avaliação multidimensional quantitativa externa, permite “estabelecer relações entre diferentes níveis de análise, e na potencial incorporação de uma informação contextualizada e comparada” e, “ainda, estabelecer o valor acrescentado de cada escola” (Marchesi, 2002: 39).

Relativamente à origem da iniciativa da avaliação externa, Guerra (2002: 16) considera que é um factor importante e que define o modo de fazer a avaliação e o seu maior ou menor impacto, distinguindo a avaliação externa com carácter imposto e com carácter de proposta. A avaliação externa “vinda de fora e, por conseguinte, por via hierárquica, é imposta à escola a obrigação de realizar uma avaliação, ou então sujeita-se a escola a uma avaliação externa” que em sua opinião, esse tipo de iniciativa “se aproxima mais a modelos de *accountability* ou prestação de contas” e que pelo facto “tem fraco poder transformador” (Guerra, 2002: 16). Enquanto que, sendo a iniciativa externa à própria comunidade mas com um carácter de uma proposta, de uma oferta, ou de uma sugestão e, se o processo de decisão for “amplamente democrático, se houver uma intensa negociação, será fácil que a avaliação se estabeleça de uma forma positiva” (Guerra, 2002: 17).

Na perspectiva de Guerra (2002: 17), a tomada da decisão de levar a cabo uma avaliação da escola deverá ser transparente, esclarecendo as intenções, assente numa negociação profunda facilitará o desenvolvimento positivo e aumentará a eficácia da avaliação.

Segundo Requena (1995), sendo a avaliação geralmente feita por especialistas, que não trabalham quotidianamente na escola, permite uma maior independência e “objectividade” dos avaliadores e uma maior qualidade técnica do trabalho. Embora, estas vantagens possam, em muito, ser diminuídas em função de quem os contrata e da natureza do estabelecimento desse contrato. Evidenciando como principal inconveniente, o avaliador não chegar a conhecer ou não poder expressar a verdadeira realidade da escola em virtude da existência de alterações de comportamento dos avaliados, de pressões sentidas ou dificuldades de interpretação dos factos à luz do contexto: “Os elementos das instituições educativas podem considerar o avaliador como uma pessoa representante da hierarquia perante a qual se têm de proteger. Os ricos de fomentar atitudes de defensiva estão ligados a este tipo de avaliação, podendo promover uma imagem distorcida da realidade da instituição educativa” (Requena.1995: 43).

Relativamente à avaliação com carácter impositivista, Ventura (2006) refere: “a avaliação externa só poderá dar origem a resultados visíveis se forem articulados com dispositivos robustos de reflexão interna e de auto-avaliação dos estabelecimentos de ensino. As abordagens impositivistas, pré-concebidas sem consensualização alargada e sem possibilidade de customização em função da especificidade dos contextos ou das organizações escolares poderão servir vários propósitos, nomeadamente o *reporting* e a caracterização global do desempenho dos estabelecimentos de ensino ou a transmissão de confiança às populações relativamente ao trabalho desenvolvido nas escolas e aos respectivos resultados. Mas nenhum deles corresponderá a um desenvolvimento organizacional sustentado. Nenhum deles desencadeará processos genuínos de melhoria da acção dos profissionais de educação e dos gestores escolares. Muito menos propiciará uma melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos” (Ventura, 2006: 588).

Nesse mesmo sentido, Guerra (2002) também considera que sendo uma iniciativa externa, facilmente será considerada como uma ameaça, ora despertando o desejo de ficar bem visto, ora desenvolver estratégias agressivas, desmotivadoras e desqualificadoras, levando a questionar o carácter científico da avaliação, sobre a sua utilidade ou mesmo das suas intenções (2002: 16).

Guerra (2003) refere, também, o risco que pode ocorrer quando o avaliador, bem acolhido pela escola, produz um relatório para agradar a esta. Defendendo o autor que, para minorar este risco, a avaliação externa deve ser feita por uma equipa, para garantir maior imparcialidade e rigor (Guerra, 2003: 168).

Por outro lado, sendo a avaliação externa levada a cabo por especialistas, há o perigo das estruturas hierárquicas da escola se apropriarem e legitimarem as suas decisões em relação à escola, por sua conveniência, apoiando-se nas conclusões dos especialistas (Guerra, 2003: 165).

Sendo a iniciativa da própria escola, segundo Requena (1995: 45), podem surgir problemas no sentido de partes da comunidade utilizarem o avaliador, sobretudo quando existem conflitos entre os vários sectores da comunidade educativa.

Um risco que também pode ser associado à avaliação externa é o facto de esta, ao utilizar indicadores e instrumentos universais, excluindo a variável contexto, pôr em causa a validade de alguns resultados da avaliação, principalmente quando estes são publicados, promovendo a comparação entre escolas sem especial contextualização.

Para Libório (2004: 62), sendo a avaliação externa (como no caso do modelo da – Avaliação Externa de Escolas) da responsabilidade da IGE pode conduzir ao isomorfismo mimético e coercivo, ao sujeitarem as escolas a pressões de organismos centrais são levadas a incorporar práticas de forma ritualizada ou a copiar práticas levadas a cabo por outras organizações que reconhecem credíveis e legitimadoras como forma de resposta às suas fragilidades. Práticas essas que poderão, em pouco ou nada, contribuir para o efectivo desenvolvimento organizacional, ou para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos.

Também na opinião de Bolívar (1994), a avaliação externa, sob o discurso da promoção de melhoria das escolas, acaba, por um lado, por fazer prevalecer uma estratégia de mero controlo da legalidade, do respeito pelo cumprimento do regulamentado, sobre aquelas e por outro, constituiu uma estratégia de legitimação, quer do sistema educativo e das escolas, quando mostra que tudo funciona bem, quer das políticas e reformas a implementar, quando são identificadas disfuncionalidades (Bolívar, 1994: 254).

Desta feita, a avaliação não se pode resumir a um mero controlo da legalidade ou cingir-se à apreciação dos resultados obtidos por esta. Embora todas as escolas estejam obrigadas a obter resultados, as condições para os obter não são as mesmas, dependem de factores sociais, económicos e culturais da comunidade em que se encontra inserida. Vários autores (Lafond *et al.*, 1999, Marchesi, 2002) identificam o contexto sócio-cultural de origem dos alunos como um factor individual muito significativo com influência directa nas escolas com maior êxito académico. Marchesi (2002: 33), defende que se este factor não for tido em conta durante o processo de avaliação se corre um sério risco de obter uma informação distorcida, incapaz de evidenciar a realidade de uma escola.

Por outro lado, a focalização da apreciação em aspectos quantitativos leva a que se ignorem as condições de funcionamento das escolas, o seu clima educativo, a sua vida própria. A este propósito Lafond *et al.* afirmam “uma avaliação exclusiva dos resultados escolares é uma avaliação

impessoal que não leva em conta os problemas que a escola enfrenta diariamente. Esta avaliação tem valor estatístico; é, sem dúvida, útil aos decisores nacionais, mas não dá de volta à escola qualquer tipo de ajuda” (1999: 14).

Lafond *et al.* (1999: 14) lembram que a avaliação, exclusivamente baseada nos resultados, incorre o risco de conduzir a uma graduação dos estabelecimentos de ensino, em função do seu desempenho, podendo gerar um clima de concorrência pouco saudável.

Contudo, não tendo em conta o contexto sociocultural da população estudantil e o valor acrescentado da escola, há possibilidade de apenas se obter uma visão limitada da realidade da escola. O contexto sociocultural dos alunos não influencia apenas os resultados escolares mas, também, a cultura da escola, as expectativas dos professores, o estilo de liderança necessário para impelir as mudanças, o tipo de relações que se estabelecem entre esta e os alunos.

Assim, defendem que a avaliação deve ser aplicada numa “escola concreta, tomada como um todo, em toda a sua singularidade e complexidade” (Lafond *et al.*, 1999: 14). Ela deve estar direccionada para pessoas responsáveis; às quais é reconhecida a liberdade de iniciativa. Trata-se de apreciar as acções destas no terreno, auscultando aqueles que trabalham no terreno. Deste modo, a avaliação deve analisar o funcionamento de uma comunidade viva, inserindo-se mais num contexto de auditoria em que se procura realizar um diagnóstico, em que se evidenciem os pontos fortes e fracos da organização e que, em simultâneo, formule conselhos e recomendações.

Segundo Lafond *et al.* (1999: 14), a avaliação nos moldes apresentados anteriormente só pode ser alcançada se for “colegial, participativa e construtiva”. Assumindo-se como: fruto de uma equipa que congrega competências complementares, por forma a reunir pontos de vista diversificados acerca da escola, participada por todos os que são avaliados e com benefícios não só para quem a manda fazer, mas, sobretudo, para o estabelecimento avaliado.

Neste contexto, e ainda na esteira de Lafond *et al.* (1999:15), o avaliador não se assume como um inspector, mas sim, como um auditor. A situação ideal é que a primeira fase da avaliação seja desenvolvida pelos avaliados, ou seja, que a auto-avaliação preceda a avaliação externa e que os resultados sejam assumidos como um diagnóstico que mostre os pontos fortes e os pontos fracos e que inclua recomendações em vez de sanções. Assim, a escola não assume um papel passivo, participando na avaliação.

Não obstante, existe na avaliação externa uma tensão entre o controlo (imposição, penalização) e desenvolvimento (melhoria, motivação), difícil de resolver, embora possa ser solucionada ao planificar e programar os fins e os objectivos da avaliação e também pela constituição da equipa avaliadora e a capacidade da mesma produzir uma atmosfera de responsabilidade e de maturidade.

### 3.3.2- Avaliação interna/auto-avaliação

A avaliação interna é um processo de avaliação gerido pela própria escola, com elementos da comunidade escolar.

Bolívar (1994: 262-265) faz coincidir o conceito de avaliação interna com a auto-avaliação, já que a considera como uma estratégia para a melhoria organizacional a partir de processos de auto-reflexão, reconhecendo à escola capacidade para avaliar a realidade escolar e admite que esta recorra a apoio de agentes externos.

Meuret (2002: 39) considera nesta modalidade de avaliação todos os processos de avaliação que são liderados pela própria escola ou que sejam levados a cabo por iniciativa da escola, pois em seu entender é a natureza da entidade que toma a decisão que define se se trata de avaliação interna ou externa. O autor incluiu na avaliação interna, também os processos que são da iniciativa da escola, mas conduzidos por entidades exteriores, pois, em seu entender, a decisão sobre essa avaliação é da escola.

De forma semelhante, Scheerens (2000: 103) considera que uma avaliação interna é auto-avaliação quando são os próprios responsáveis por um projecto de avaliação a levar a cabo a avaliação da sua organização, mesmo que nesse processo se socorram de aconselhamento externo. Esclarece que o critério subjacente ao entendimento de avaliação interna como auto-avaliação reside sobre dois critérios “quem decide sobre o conteúdo e a forma do processo de avaliação e quem interpreta os resultados para pronunciar um julgamento sobre a escola” (Meuret, 2002: 39).

Marchesi (2002) defende que esta avaliação deve fazer parte integrante dos processos de ensino o que se revela altamente vantajosa, na medida em que permite o conhecimento do contexto da escola, das suas características, os problemas que podem ser reflexo de situações passadas da relação entre os diferentes dados obtidos. Contudo, a avaliação interna tem mais dificuldade em analisar o funcionamento da escola, pois, a falta de distanciamento dos avaliadores retira alguma objectividade à avaliação dos dados obtidos e, por outro lado, a ausência de referências externas dificulta a interpretação da avaliação realizada (2002: 35).

Na classificação dos modelos internos de avaliação, Marchesi (2002: 38) defende que estes não devem centrar-se apenas num nível, apresentando como mais aconselhável a avaliação multidimensional interna. Esta supõe que sejam incluídos os diferentes níveis que influenciam o funcionamento da escola: o contexto, nível inicial, processos de escola, processos de sala de aula e a avaliação de resultados obtidos.

Jorge Adelino Costa (2007) refere que é a auto-avaliação como vertente de avaliação que “melhor poderá contribuir para o desenvolvimento organizacional da escola, ou seja, para o reforço do profissionalismo e das competências docentes, para a melhoria das práticas de ensino-



aprendizagem e para o bem estar dos elementos da comunidade educativa” (Costa, 2007: 229). Acrescentando que, relativamente aos intervenientes nesse processo, em concordância com a opinião de Stufflebeam: “Os indivíduos têm mais probabilidades de compreender, valorizar e usar os resultados de uma avaliação, se estiverem significativamente envolvidos em todo esse processo” (2001, citado por Costa, 2007: 231).

A definição dos intervenientes no processo de auto-avaliação é também merecedora de reflexão, pois a auto-avaliação, levada a cabo em exclusivo por intervenientes internos, pode comportar riscos. Santos Guerra (2002: 17) apresenta os seguintes riscos dessa avaliação: o forte comprometimento dos participantes poderá levá-los a qualificarem de bom, aquilo que pré-concebiam bom e o desejo inconsciente de confirmarem teorias prévias, que resultam das representações que os intervenientes têm da realidade. Para o autor uma avaliação de iniciativa interna, levada a cabo pelos mesmos, pode conduzir à falta de perspectiva e de objectividade, considerando que a melhor opção é aquela que combina a iniciativa interna com a participação de “facilitadores”, avaliadores externos (Guerra, 2002: 17-18).

Também Requena (1995: 79) assinala como perigo da auto-avaliação o facto de esta recorrer em auto-justificação por falta de distanciamento dos implicados, levando os resultados para o nível da mediocridade.

Tanto Guerra (2002: 27) como Requena (1995: 78) consideram que, para evitar estes riscos, a auto-avaliação deverá conciliar a iniciativa interna com a ajuda de avaliadores externos. Que respectivamente denominam de via “em espiral” e de “avaliação mista”.

Constituindo-se a auto-avaliação como uma tarefa obrigatória, resultante de imposições externas, como o carácter obrigatório, são vários os riscos que daí podem resultar, podendo mesmo ser posto em causa o principal objectivo de melhoria que com esse processo se pretende.

Relativamente a esse aspecto, Helena Libório (2004) manifesta recear que os processos de auto-avaliação impostos “se venham a traduzir em processos ritualizados, rotineiros, cujo principal objectivo seja a prestação de contas traduzidas num relatório final, para enviar para os órgãos e entidades a quem compete dele tomarem conhecimento” (Libório, 2004: 106). Mas salienta que seja possível que as escolas se apropriem dos processos de auto-avaliação com carácter imposto “sobretudo ao nível político da organização, traduzido no discurso organizacional orientado para o desenvolvimento e melhoria, muito embora essa apropriação resulte da pressão exercida pelos meios institucionais, aumentando a capacidade de sobrevivência e legitimação destas escolas, e não da definição de um plano interno de acção orientado para a melhoria e eficácia da organização” (Libório, 2004: 107).

Helena Libório (2004) refere, ainda, que quando a auto-avaliação resulta de pressões externas poderá converter-se num “instrumento de legitimação da organização escolar”, por

traduzir conformidade com o meio institucional que a impõe. Acrescentando a esta perspectiva que, sendo a escola um “*sistema debilmente articulado* em que a articulação entre a estrutura formal e a actividade técnica é ténue e os objectivos ambíguos, a auto-avaliação pode constituir um estratégia organizacional de legitimação, na medida em que torna visível a debilidade na articulação entre a estrutura formal e a actividade técnica” e a “convocarem o mito do profissionalismo docente e a *lógica da confiança e de boa fé* para não avaliarem determinados aspectos organizacionais, particularmente aqueles que se relacionam com a actividade técnica” (Libório, 2004: 108-109).

John MacBeath (2004) apresenta, também, uma visão muito crítica da evolução da obrigatoriedade da auto-avaliação, tendo como referência maior o Reino Unido: “mais do que expressar a singularidade e a diversidade de cada escola, a auto-avaliação (...) assumiu uma fórmula comum com critérios pré-determinados e protocolos. (...) A auto-avaliação é pouco mais que inspecção delegada nas próprias escolas” (MacBeath, 2004, citado em Azevedo, 2007: 87).

Em suma, e apropriando-nos das palavras de Lafond *et al.* (1999), a avaliação de escola não deve ser “(...) apenas um controlo impessoal, mas antes um esforço de análise para compreender por dentro, a partir da observação directa e da auscultação dos actores, a sua vida, o seu funcionamento, os seus problemas, no sentido de se atingir um diagnóstico que ponha em evidência os seus trunfos e indicando, sob forma de recomendações e conselhos, o caminho a seguir para se aperfeiçoar” (1999: 15). Acrescentamos, a este propósito, as palavras de Azevedo (2007: 67) que lembra que a avaliação das escolas tem de ser “uma prática para melhorar as práticas, um instrumento para melhorar o ensino e a aprendizagem”.

O processo de auto-avaliação assume como função, além do fornecimento de dados sobre o desempenho, descrevendo o estado de diferentes sectores da escola, reforçar a capacidade da organização escolar em implementar o seu processo de melhoria. Cada uma das finalidades atribuídas conduz a diferentes formas de auto-avaliação e a um posicionamento também diferente, face à avaliação externa.

Segundo Azevedo (2007: 78), há múltiplas modalidades e expressões de auto-avaliação, que podem ser organizadas, de acordo com diversas categorias. Vejamos, segundo o autor, três:

(i) em função da *orientação externa ou interna*, a auto-avaliação pode

- decorrer da avaliação externa da escola,
- ter fins internos e externos, monitorizada pelo nível central (por exemplo, pela Inspeção),
- ter fins internos ou externos,
- estar integrada na avaliação de programas de melhoria da escola incidindo sobre várias escolas,
- ser feita à medida da escola;

(ii) do ponto de vista da relação entre *avaliação e melhoria*, temos:

- a avaliação da melhoria da escola, com um formato para várias escolas,
- a avaliação da melhoria da escola numa só escola,
- a avaliação para a promoção da melhoria da escola, de orientação formativa, para uma escola,
- a avaliação enquanto meio de melhoria da escola, sob a forma de acção-investigação, para uma escola;

(iii) quanto às *dimensões* em análise, a auto-avaliação pode ser centrada sobre:

- as finalidades do sistema educativo na sua globalidade,
- as prioridades próprias do estabelecimento, explicitadas no seu projecto,
- os critérios de eficácia estabelecidos pela investigação,
- um balanço de competências, base da identificação das necessidades de formação,
- uma problemática específica,
- um programa institucional de desenvolvimento.

Esta diversidade também decorrerá do grau de ascendência das correntes que mais influenciaram o desenvolvimento da auto-avaliação das escolas na Europa, designadamente: (i) os adeptos do desenvolvimento organizacional que promoveram a auto-avaliação como estratégia de mudança, a partir da investigação-acção (diagnóstico, recolha de informação, concretização de acções, supervisão e avaliação da eficácia dessas acções); (ii) a auto-avaliação surge como resposta alternativa à necessidade de prestação de contas, exigida pelas teorias da gestão escolar que prevaleceram nos anos 1980; (iii) as “novas” perspectivas da gestão escolar (descentralização, autonomia, certificação de tipo ISO, etc.) incitaram os meios profissionais a mobilizarem-se contra as tendências de reduzir os profissionais a executantes vigiados e a favor de iniciativas que pudessem, de algum modo, controlar (Azevedo, 2007: 79).

Segundo Azevedo (2007: 81-82), no estudo das práticas de auto-avaliação em escolas de diversos países da Europa, foram identificadas características comuns às *boas práticas de auto-avaliação*, que passamos a enumerar:

- liderança forte,
- metas entendidas e partilhadas pelos membros da comunidade escolar,
- empenhamento dos principais actores da escola nas actividades de auto-avaliação e de melhoria,
- definição e comunicação clara de políticas e orientações,
- actividades de auto-avaliação centradas na aprendizagem, no ensino e na melhoria dos resultados,
- forte empenhamento do pessoal na auto-avaliação,

- os dispositivos de acompanhamento e avaliação são sistemáticos, rigorosos e robustos,
- bom planeamento das acções e da afectação de recursos,
- um equilíbrio benéfico entre o apoio e o estímulo externos e a persistência interna na qualidade,
- uma infra-estrutura forte de apoio nacional e/ou local à auto-avaliação como um processo (SICI, 2003:25).

Estas características são para Murillo (2003, citado por Azevedo 2007: 81), em boa parte, comuns aos factores mais relevantes para a *melhoria escolar*:

- a escola como centro da mudança (seja por pressão externa ou interna, a escola tem de assumir a necessidade de mudar e comprometer-se nesse sentido). A mudança implica os alunos, os professores, as aulas, a organização da escola;
- a mudança depende dos professores, da alteração da “cultura escolar”;
- o papel determinante da direcção – colegial, participativa, pedagógica e dirigida para a mudança;
- a escola como comunidade de aprendizagem;
- mudar a forma de ensinar e aprender - centrar-se nas competências de ordem superior, utilizar uma ampla variedade de estratégias, metodologias, técnicas e procedimentos de avaliação, preocupar-se com a auto-estima dos alunos e acalentar elevadas expectativas.

Em síntese, na perspectiva do autor, a auto-avaliação insere-se no esforço colectivo da escola e a sua utilidade está em servir a eficácia desse esforço, também pela maior endogeneização dos recursos e das competências mobilizadas nos processos de avaliação.

No entanto, segundo Azevedo (2007: 80), a auto-avaliação, enquanto instrumento explícito da melhoria da escola, não se tornou uma prática regular e corrente nos sistemas educativos europeus. Algumas escolas desencadeiam procedimentos de avaliação de aspectos específicos da vida escolar, fazem levantamentos e inquéritos, procuram justificação para resultados insatisfatórios ou base para reivindicações ou são “o terreno” de estudos de investigação ou de projectos promovidos pela administração, mas dificilmente estabelecem processos sistemáticos e regulares de apresentação e discussão dos resultados e de propostas de actuação.

Esta dificuldade de sustentar práticas de auto-avaliação poderá ser explicada por, entre outras, duas ordens de razão: (i) “praticada de forma isolada, normalmente fracassa”; (ii) “para que seja implementada de uma maneira durável e útil, a avaliação dos estabelecimentos de ensino deve ser coerente, por um lado, com o funcionamento do estabelecimento de ensino e, por outro, com os procedimentos externos de regulação” (Meuret, 2002:40).

Ou seja, como refere Azevedo (2007: 80), “importa salvaguardar a coerência interna (na relação com a formação, a alocação de recursos ou a avaliação individual) e a coerência externa

(não se pode promover a prática da auto-avaliação e, paralelamente, manter ou criar dispositivos de pilotagem e de regulação que esquecem ou desvalorizam tal prática).

Segundo Gather Thurler (2002), a experiência que revela a dificuldade de criar práticas duradouras de auto-avaliação mostra também que, “para que os estabelecimentos escolares possam funcionar como organizações aprendentes, não só é necessário que o sistema escolar lhe conceda uma autonomia parcial de funcionamento, mas também que se dote de um novo sistema de pilotagem, mais capaz de gerir a descentralização” (Gather Thurler, 2002:18). Ou seja, é necessário um sistema de regulação ajustado entre os parceiros, com concretizações diversas de escola para escola, de acordo com as suas condições, capacidades e projecto.

Por outro lado, não é pelo facto de poder ser controlada pelos actores da instituição escolar que a auto-avaliação traz, por si, a eliminação de tensões e conflitos, de perspectivas e interesses diferentes e mesmo contraditórios, designadamente entre professores ou entre estes e os pais. Apesar de ser uma forma potencialmente “amigável” de avaliação, está longe de ser um processo isento de tensões, o que constitui um factor adicional de dificuldade (Azevedo, 2007: 81).

### **3.3.3- Avaliação externa/avaliação interna (“Avaliação Mista”)**

De acordo com o defendido por Lafond *et al.* (1999: 13), “a avaliação interna e a avaliação externa não são antinómicas são, pelo contrário, complementares”.

Guerra (2002: 15-17), tendo como referente a origem da iniciativa, considera várias modalidades de avaliação: a) avaliação de iniciativa externa de carácter imposto, cuja iniciativa parte da administração; b) a avaliação externa de carácter proposto em que uma entidade externa sugere a avaliação; c) a avaliação de iniciativa interna com facilitadores externos e d) a avaliação de iniciativa interna sem facilitadores externos, que é aquela em a própria escola lidera e concretiza todo o processo.

Pondo enfoque na origem da iniciativa para clarificar as modalidades de avaliação, Guerra (2002: 17) reforça a perspectiva de que a melhor opção para a avaliação de escolas é aquela que combina a iniciativa interna com a participação de avaliadores externos, a que chama “facilitadores”, na medida em que o seu papel é facilitar aos actores organizacionais um processo de avaliação mais rigoroso.

Em defesa desta perspectiva, Guerra (2002: 17) apresenta como perigos de uma avaliação feita exclusivamente por intervenientes internos: não ser assumida e participada por todos da mesma forma, ser apenas assumida pela direcção, por um grupo de professores ou um grupo da associação de pais e a perda de perspectiva crítica devido ao grande envolvimento dos participantes no funcionamento interno da escola e traduzindo-se por isso, numa perda de objectividade.

Também Requena (1995: 79) refere que, faltando distanciamento dos implicados, existe um grande risco de a auto-avaliação se traduzir numa auto-justificação, inviabilizando o seu fim de promoção de mudança e inovação.

Desta feita, Lafond *et al.* (1999: 13), Requena (1995: 82) e Guerra (2002: 17) consideram a avaliação “mista”, que combina a avaliação externa com a interna, como sendo a opção que permitirá ultrapassar os problemas atrás referidos, apresentando esta opção como a mais rica, do ponto de vista do poder educativo da avaliação, não substituindo a capacidade da comunidade educativa pensar por si e de se auto-analisar, mas ajudá-la a exercer essa capacidade de uma forma mais rigorosa.

Actualmente, em muito por estes factos, a oposição de avaliação externa à interna, está a ser ultrapassada, uma vez que os sistemas educativos tendem a enquadrar estas duas modalidades como complementares.

Para se fazer da avaliação das escolas um instrumento de uma política de melhoria da educação, há, segundo Azevedo (2007: 86), alguns factores a respeitar: existência de condições efectivas (e não só decretadas) de autonomia das escolas; estabilidade e continuidade das equipas docentes, propiciadoras do desenvolvimento de projectos educativos, de dinâmicas de trabalho colectivo e de parcerias com a comunidade, condição de uma maior responsabilização; condições básicas nas escolas para uma educação de qualidade; a situação deplorável de muitas escolas do primeiro ciclo e as disparidades de meios entre as escolas); uma intervenção mais efectiva da direcção da escola, sustentada no contrato, na confiança e na responsabilização; uma administração educativa orientada para o incentivo, a animação e o acompanhamento.

Segundo o mesmo autor (2007: 86), “não pode haver avaliação institucional sem instituições que exerçam a sua missão num quadro favorável e coerente”. Não se poderá aguardar que todas estas condições estejam asseguradas para se proceder à avaliação, impõe-se no entanto que exista uma integração e um equilíbrio de esforços e de prioridades.

Para concretizar esta prioridade deverá relevar-se, como princípio orientador geral, o que o estudo da Eurydice conclui ser a tendência actual, ou seja, o “investimento numa avaliação interna participativa”, com apoio, acompanhamento e supervisão externa: “Do ponto de vista da melhoria da qualidade e da inovação, é sem dúvida o grau de desenvolvimento da avaliação interna que vai determinar os contornos da avaliação externa. Quanto mais a primeira é sistemática e autónoma, mais a segunda pode tornar-se discreta e complementar. A tendência actual é para o desenvolvimento de uma avaliação interna participativa que examina de forma sistemática os pontos fortes e fracos do estabelecimento escolar, apoiando-se tanto sobre os problemas identificados pelos diferentes actores da escola, como sobre as fontes exteriores de informação, tais como os desempenhos de outras escolas. Pôr em prática um tal processo poderia permitir libertar o

avaliador externo do peso de uma avaliação completa e sistemática e de o centrar na supervisão do processo de avaliação interna e no acompanhamento dos seus resultados” (Eurydice, 2004: 135).

Esta opção funda-se no princípio do desenvolvimento das nossas escolas como instituições com projecto próprio, organização e meios adequados e em interacção com a comunidade envolvente, não se funda numa menor responsabilização da administração.

#### **4- Dilemas e desenvolvimento organizacional**

##### **4.1- Dilemas da avaliação de escolas: controlo/melhoria**

À avaliação de escolas podem estar associadas as funções de controlo e prestação de contas e de melhoria do funcionamento das escolas.

##### ***A perspectiva do controlo***

No primeiro aspecto (controlo), segundo Marchesi (2002: 34), a avaliação pretende conhecer o funcionamento das escolas para aferir se estão a cumprir os objectivos educativos estabelecidos e, deste modo, a administração central pode detectar as lacunas mais importantes e tomar as providências necessárias à sua superação. No entanto, para além destes objectivos, com o controlo também se pretende a prestação de contas tendente à recolha de informação sobre o funcionamento das escolas que tanto a comunidade e a sociedade requerem. Este tipo de avaliação é típico de processos de avaliação externa. A necessidade de prestação de contas insere-se nos postulados educativos associados à ideologia liberal que considera a informação imprescindível para que os pais possam fazer a escolha correcta para os seus filhos. Neste contexto, a avaliação surge como uma forma de controlo social, na medida em que é exercida uma pressão no sentido das escolas melhorarem o seu funcionamento (Marchesi, 2002: 34).

Segundo Alaíz *et al.* (2003, 30), especificamente quanto à auto-avaliação, a perspectiva da prestação de contas tem como finalidade principal fornecer dados sobre o desempenho, a eficácia e a averiguação da conformidade entre o investimento feito, relativamente à gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos e os resultados obtidos pela escola, pelos alunos. Sendo uma das principais funções atribuídas à avaliação em sistemas educativos descentralizados, em que as escolas, gozando de alguma autonomia, deverão prestar contas do seu desempenho ao poder do qual dependem, inserindo-se, segundo os autores (2003: 31), numa filosofia de “transparência da acção escolar” face aos poderes públicos e aos utilizadores. A avaliação sumativa externa é a modalidade que melhor responde aos objectivos da prestação de contas, podendo inclusive constituir um instrumento útil de apoio à gestão da escola (Alaíz *et al.*, 2003: 31).

Porém, tendo como referência os utilizadores, as práticas de avaliação, segundo Costa (2007: 231), podem ser orientadas para o mercado, isto é, o processo de avaliação pode visar uma promoção da imagem da escola no exterior, no sentido de encontrar os “clientes”, necessários ao seu funcionamento. A avaliação pode traduzir-se num reforço de dispositivos numa lógica de regulação mercantil, ao fomentar a competição entre escolas e a livre escolha, como vem acontecendo nalguns países (Natércio Afonso, 2002a: 55). A montante de uma prestação de contas orientada para a avaliação externa pode estar uma avaliação de escola de teor mais burocrático, uma avaliação tecno-burocrática, orientada para a elaboração de um relatório (Costa, 2007: 231) com o fim de prestar contas, ao Estado, aos pais e à opinião pública, numa lógica de controlo.

Para além da avaliação externa, também a auto-avaliação pode ter como objectivo a prestação de contas, pois apesar da responsabilidade face ao exterior, também existe uma responsabilidade ao nível interno (Alaíz *et al.*, 2003: 31) quando, da análise rigorosa dos resultados obtidos pelos alunos, dos processos desenvolvidos na escola, da utilização que é feita dos recursos, de modo a fornecer dados sobre o desempenho da escola, se informam os pais em particular.

### ***A perspectiva da melhoria***

A outra função da avaliação é a de melhoria da escola, que se encontra aliada ao desenvolvimento de programas baseados “na participação voluntária das escolas, no compromisso dos professores e no acordo da comunidade educativa” (Marchesi, 2002: 34). Este tipo de avaliação, para o autor, é característico de processos de auto-avaliação e avaliação interna, embora sejam passíveis de serem complementados com alguns tipos de avaliação externa. Pode, também esta perspectiva, estar associada a uma função de controlo social, já que esta pretende a melhoria do funcionamento das escolas e informação sobre essa mesma melhoria e qualidade.

Alaíz *et al.* (2003: 31-32) fazem coincidir esta perspectiva com a produção de conhecimento e com a perspectiva do desenvolvimento. Para os autores, a produção de conhecimento orienta-se, sobretudo, para a produção de um conhecimento acerca das diferentes dimensões da escola. O conhecimento produzido pode ter em conta a escola como um todo, aspectos relativos à sua qualidade ou o estado de diferentes dimensões (liderança, *ethos*, aprendizagem e ensino). Caso incidam sobre o ensino e a aprendizagem, estas avaliações fornecem informações que podem ser utilizadas pelos professores e pela gestão da escola, a quem interessam informações sobre as suas várias dimensões, como por exemplo, lideranças intermédias, funcionamento dos departamentos curriculares, apoios educativos. Esta perspectiva de avaliação pode ser da iniciativa da própria escola, que deseja conhecer-se melhor, da iniciativa da tutela, instituições académicas ou investigadores individuais. Esta perspectiva de avaliação aproxima-se



da avaliação diagnóstica e pode consubstanciar-se na auto-avaliação ou na avaliação externa (Alaíz *et al.*, 2003: 32).

Na perspectiva do desenvolvimento, para os mesmos autores (2003: 32-33), a finalidade principal prende-se com o reforço da capacidade da escola para planear e implementar o seu processo de melhoria, quando a intenção e utilização dos dados da avaliação se prendem com o desenvolvimento organizacional da escola, com o desenvolvimento dos seus profissionais e com a melhoria da aprendizagem dos alunos. Esta perspectiva, na esteira de Costa (2007: 231), evidencia uma preocupação em avaliar para “nós próprios”. Alaíz *et al.* (2003: 32) referem que os destinatários privilegiados dos resultados desta perspectiva avaliativa são os diversos actores educativos avaliados ou implicados no processo de avaliação, os *stakeholders*.

Nesta perspectiva, segundo Alaíz *et al.* (2003: 33), a auto-avaliação é eleita como a abordagem avaliativa mais adequada, pois é contextualizada e envolve os actores locais. De acordo com MacBeath *et al.* (2005: 171), “a auto-avaliação é uma componente intrínseca e necessária da melhoria da escola”. Daqui decorre a necessidade da auto-avaliação ser um processo participativo, devendo contar com o envolvimento dos seus destinatários. Desta forma reúnem-se as condições para o estabelecimento de um acordo sobre o que deve ser avaliado, como deve ser avaliado e a consequente produção de informação passível de mobilizar acções conducentes à melhoria (Alaíz *et al.*, 2003; MacBeath *et al.*, 2005). A auto-avaliação pode constituir-se num instrumento útil para a melhoria se for participada, no entanto, se praticada de forma isolada, pode traduzir-se num fiasco (Meuret, 2002: 40).

No entanto, não é só a auto-avaliação que responde aos objectivos da melhoria. Na perspectiva de MacBeath *et al.* (2005: 172), a avaliação externa pode associar a perspectiva de prestação de contas à perspectiva da melhoria, na medida em que pode fornecer dados comparativos, susceptíveis de serem usados como instrumento de gestão, para pôr em evidência o desempenho da escola comparando-a com outras.

Não obstante estes considerandos, e reportando-se ao caso português, na perspectiva de Costa (2007: 229-232) e reportando-se às conclusões dos trabalhos investigativos de Libório (2004) e de Ventura (2006), a auto-avaliação e a avaliação externa não têm implicado por si só um desenvolvimento organizacional da escola, observando-se na prática, na maior parte das vezes, uma desarticulação entre o plano de intenções e o plano de acções. Alguns destes processos estão ritualizados e não passam de procedimentos de fachada, nem vão muito além das intenções. De acordo com o mesmo autor (2007: 229), não estão reunidas as condições básicas para o desenvolvimento da avaliação de escolas em Portugal, nomeadamente devido à falta de institucionalização de uma autonomia contratualizada e de uma assessoria qualificada.

A preponderância atribuída a cada uma destas perspectivas (controlo e melhoria) vai pesar nas decisões presentes no processo de avaliação.

#### **4.2- O Desenvolvimento organizacional: entre a melhoria e a qualidade**

Falar de avaliação de escolas torna imprescindível falar do desenvolvimento organizacional subjacente aos modelos de avaliação e, por conseguinte, de melhoria e de qualidade.

O conceito de desenvolvimento organizacional está intimamente associado à ideia de melhoria que se traduz em qualidade das organizações escolares. Importa então clarificar o que se entende por qualidade e melhoria.

A preocupação com a qualidade atinge o seu auge na década de noventa, em que a visão neoliberal da economia desencadeia a revolução da qualidade e a ideia da excelência exerce maior impacto nas organizações. Há a criação dos círculos de qualidade que estabelecem padrões exigentes de produção e propõem novas vias para a qualidade total conducentes ao sucesso dos produtos e à excelência dos processos organizacionais. A qualidade, neste contexto, torna-se uma questão central, em que a internacionalização e as novas concepções das relações económicas lançam novos desafios à sociedade.

Segundo Gaziël *et al.* (2000: 67), o conceito de qualidade está associado a uma percepção complexa que se traduz em três concepções: qualidade centrada nos processos, qualidade centrada no resultados e qualidade centrada no cliente e no contexto. A qualidade centrada nos processos e no contexto tem subjacente um modelo organizacional que fazem prevalecer os aspectos qualitativos, enquanto a qualidade centrada nos resultados recebe influências nos modelos quantitativos.

A OCDE (1992: 49) assinala, claramente, a dificuldade de definir o conceito de qualidade entre o dilema da corrente que valoriza os resultados e a que valoriza os processos: “(...) duas correntes de pensamento que podem ser contraditórias juntam no discurso em defesa da qualidade: a primeira, defende que se devia conceder mais importância aos resultados do que aos meios; a segunda, que é falacioso distinguir entre meios e resultados porque estes dependem estreitamente de um complexo conjunto de métodos que não se podem negligenciar”.

Natércio Afonso considera que os critérios de referência para a definição de qualidade das escolas devem ter subjacentes o bem comum e o interesse público: “é justamente a partir da definição do interesse público que se constrói o conceito de qualidade na prestação dos serviços públicos e nomeadamente na educação” (2002b: 101), apontando, na linha de Sergiovanni, a equidade, a eficiência, a eficácia e a liberdade como sendo os valores que tradicionalmente estão

subjacentes às políticas educativas e, na linha de Henri Levin, a liberdade de escolha, a eficiência, a equidade e a coesão social.

Na perspectiva de Gaziël *et al.* (2000: 69), são a “eficácia, a produtividade, a excelência e a justiça social” os referentes a ter em conta na definição do conceito de qualidade.

Estamos, assim, perante um conjunto de critérios de referência contraditórios. Como afirma Natércio Afonso (2002a: 53): “Os valores fundamentais das sociedades democráticas europeias ou de tradição europeia são intrinsecamente contraditórios, no sentido em que só parcialmente podem ser compatibilizados. Valores como a liberdade e a igualdade, a solidariedade e a competitividade, a criatividade e a conformidade, a eficácia e a eficiência, quando prosseguidos de uma forma extremada entram necessariamente em contradição e tendem a enfraquecer-se mutuamente”. Esta problemática leva a que haja várias definições de qualidade do desempenho das escolas, sobretudo quando se privilegia um critério em detrimento dos restantes.

Natércio Afonso (2002a: 54), referindo-se à tensão existente entre equidade, eficiência, liberdade e eficácia, afirma: “considerando a coexistência destes valores contraditórios na definição e condução das políticas educativas e na administração da educação, a noção de desenvolvimento organizacional ganha necessariamente uma dimensão pluralista e fluida”.

O mesmo autor (2002a: 54) acrescenta que o conceito de qualidade do desempenho de uma escola e do serviço de educação que ela assegura pode ser entendido em dois planos distintos: “A tradicional dimensão técnica e instrumental da qualidade, entendida como a adequação de recursos e procedimentos em relação às finalidades enunciadas, juntando-se agora uma dimensão política e práticas organizacionais”.

Em conclusão, o conceito de qualidade tem um sentido plural, pelo que quando falamos de desenvolvimento organizacional das escolas, temos de ter presente que este está intimamente associado a um conjunto de critérios de referência, que podem variar de acordo com as políticas e os interesses da organização, para medir a qualidade de uma escola.

Relativamente ao conceito de melhoria, para Bolívar (2003: 51), melhoria implica um juízo de valor, tendo, deste modo, a ver com os aspectos normativos, ou seja, melhoria traduz mudança em função das metas educativas suportadas por um determinado sistema normativo. Para o autor, mudança tem um sentido “descritivo” das alterações em relação à situação anterior, em termos de comparação.

No entanto, falar de desenvolvimento organizacional impõe a clarificação sobre os processos de melhoria das escolas, pelo que apresentamos sinteticamente os vários movimentos de melhoria da escola associados aos modelos de avaliação de escolas.

#### 4.2.1- O movimento das escolas eficazes

Este movimento está associado, segundo Bolívar (1994: 260), à perspectiva da avaliação da melhoria na perspectiva da valorização dos resultados e da prestação de contas. Esta abordagem, em termos de avaliação dos sistemas educativos, consistiu no estabelecimento de uma relação entre “inputs” e “outputs”. Trata-se de analisar a relação entre as características da escola e o desempenho dos alunos, verificando se a escola cumpre a sua função de mobilidade social ou se, pelo contrário, reproduz as desigualdades sociais. Este tipo de abordagem é limitado e ignora a importância e complexidade dos processos escolares, encarando a escola como unidade de produção, numa perspectiva tyleriana.

Segundo Alaíz *et al.*, (2003: 35), estes estudos permitiram identificar um conjunto de factores associados às escolas mais eficazes. Assim, uma escola eficaz evidencia as características seguintes: liderança profissionalizada; visão e objectivos partilhados; ambiente de aprendizagem; ênfase no ensino e na aprendizagem; ensino estruturado; expectativas elevadas acerca dos alunos; reforço positivo; monitorização do progresso; direitos e responsabilidades dos alunos; parceria família e escola e organização aprendente.

#### 4.2.2- O movimento da melhoria das escolas

Este movimento associa-se ao rumo da valorização da escola como centro de mudança, capaz de desenvolver processos de melhoria a partir de sinergias internas, conducentes ao desenvolvimento organizacional com impacto nos resultados dos alunos. Surgiu paralelamente ao desenvolvimento da eficácia das escolas e, segundo Alaíz *et al.* (2003: 36), a melhoria é considerada como um processo em que a escola: melhora os resultados dos alunos; focaliza-se no ensino e na aprendizagem; desenvolve a capacidade para se apropriar da mudança; define os seus princípios orientadores; analisa a sua cultura e investe no seu desenvolvimento; define estratégias para alcançar os objectivos; tem em conta as condições internas necessárias à mudança; mantém o equilíbrio nos períodos de turbulência e monitoriza e avalia os seus processos, progressos, desempenho e desenvolvimento. Pode ser associado à perspectiva da avaliação para a melhoria, numa perspectiva de avaliação formativa, na medida em que pretende “melhorar o resultado enquanto o processo decorre” (Alaíz *et al.*, 2003: 12), com o objectivo de facilitar a mudança. Pode também ser associado à perspectiva da avaliação como melhoria, que assume a melhoria escolar implícita ao próprio processo de avaliação, quando esta se promove internamente sob a forma de auto-avaliação.

### 4.2.3- O movimento da melhoria eficaz da escola

Nenhum dos movimentos atrás referidos conseguiu responder a todos os problemas que se colocam aos sistemas educativos. Os investigadores ligados a cada uma destas correntes sentiram necessidade de cooperar entre si, na procura de soluções. É neste contexto que aparece uma nova abordagem conhecida por melhoria eficaz da escola.

Por melhoria eficaz da escola, Alaíz *et al.* (2003: 36) no trilho de Hoeben, consideram a mudança educacional planeada que valoriza, quer os resultados de aprendizagem dos alunos, quer a capacidade da escola gerir os processos de mudança conducentes a estes resultados, combinando métodos qualitativos (para a melhoria) e quantitativos (para a eficácia).

Segundo Alaíz *et al.* (2003: 38), a melhoria eficaz da escola concretiza-se em dois tipos de resultados: os resultados intermediários, que dizem respeito à forma como a escola e a sala de aula se organizam para que haja uma melhoria nos processos organizativos, sendo estes avaliados segundo um critério de melhoria e os resultados dos alunos, considerados como um todo (cognitivos, sócio-afectivos, etc.), avaliados segundo um critério de eficácia. Nesta perspectiva, a escola assume uma posição central nos processos de melhoria eficaz e o quadro de referência contém factores a nível do contexto e a nível de escola que podem influenciar a sua melhoria eficaz. Esta perspectiva díptica, de melhoria e eficácia, assume os resultados dos alunos como critério de sucesso tendo em conta o processo e o *valor acrescentado* implementado pela própria escola (Murrillo, 2003: 13).

De acordo com Alaíz *et al.* (2003: 36), são factores de contexto: a pressão externa para a melhoria, quer seja da tutela, quer seja da sociedade, em geral; recursos ou apoios à melhoria, tais como a autonomia, as condições de trabalho favoráveis e os recursos financeiros; resultados educativos, que dizem respeito aos resultados dos alunos.

Os mesmos autores (2003: 36) indicam como factores de escola: a cultura de melhoria que se verifica numa pressão interna/vontade para a melhoria; os processos de melhoria que incluem diagnóstico, objectivos de melhoria, implementação de planos de melhoria, entre outras características e, por fim, os resultados de melhoria que se devem focar num conjunto de objectivos claramente definidos, que deverão ser atingidos num determinado período de tempo.

Este último movimento está na origem da perspectiva de escola como organização aprendente, de onde se salientam os conceitos de aprendizagem organizativa e de organização que aprende.

## Capítulo II – Avaliação de escolas em Portugal

### 1- Enquadramento político

A avaliação de escolas envolve visões, interesses e expectativas de semblante político, social e económico, por isso, não pode ser reduzida a uma dimensão técnica. Os processos de avaliação estão mergulhados no campo da política, transluzindo valores e aspirações sociais (Azevedo, 2007: 18).

Portugal, como país inserido no espaço europeu e como pertencente a uma estrutura comunitária, é, inevitavelmente, influenciado na definição da suas políticas pelos relatórios da União Europeia, da OCDE, da UNESCO e de outros organismos internacionais. Muitos dos relatórios colocam Portugal na “cauda da Europa”, por exemplo, os relativos aos níveis de escolarização, abandono escolar e qualificação da população, o que tem repercussões na acção governativa nacional, não só pelo tipo de medidas, mas principalmente pela velocidade e intensidade com que são tomadas, na busca de uma mobilização local (Ferreira, 2006).

Na óptica de Ferreira (2006: 26), o que parece hoje diferente não é tanto a emergência de novos actores, muito menos de actores locais “autónomos” e “empreendedores”, mas de novos modos conexionistas de governo da educação, nos quais se entrecruzam os níveis local, regional, nacional, europeu e global.

A descentralização de meios e a definição de objectivos nacionais e de patamares de resultados escolares são tendências que marcam a generalidade dos países europeus e contribuem para a importância dada à avaliação das escolas (Azevedo, 2007: 43) e perante os quais Portugal não fica e não pode ficar indiferente.

Num plano mais geral da política educativa, segundo Natércio Afonso (2007a: 224), “o processo de falência da administração centralizada e burocrática é uma evidência, prática e política, para além de ser uma evidência no plano da investigação”. Ao nível da administração central da educação, é necessário passar de um paradigma de gestão directa para um paradigma de gestão da informação. Isto pressupõe, para o autor (2007a: 224), a passagem de uma lógica de regulamentação normativa, hierárquica e centralizada, para uma lógica mais horizontal de controlo social, o que implica o fomento da participação social e da prestação de contas.

Nesta perspectiva, só faz sentido pensar numa política de avaliação “se for concebida como um instrumento de mudança na forma como o Estado assegura a educação” (Natércio Afonso, 2007a: 224). Nas políticas globais definidas, a avaliação das escolas não pode ser considerada de forma isolada, pois assume diferentes papéis e implica diferentes soluções técnicas e organizacionais. O sentido estratégico das políticas de avaliação, constrói-se a montante das

políticas educativas, pelo que é necessário pensar em vectores centrais de reconfiguração do papel do Estado (Natércio Afonso, 2007a: 224).

A reconfiguração do papel do Estado, de Estado Educador para Estado Avaliador, na administração da educação, passa pela aplicação de medidas que reduzam o centralismo e o peso burocrático estatal na gestão das escolas, promovendo efectivamente a transferência de competências e da responsabilização política para os níveis regional, local e para a própria gestão escolar, tendo em conta os aspectos da autonomia das escolas e a qualificação profissional da gestão escolar (Natércio Afonso, 2007: 225). Nas políticas mais recentes, o Estado, no papel de “avaliador”, revela um retrocesso político que “promove a recuperação e actualização de pressupostos positivistas e quantitativistas tornados anacrónicos pelo próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento das práticas e teorias da avaliação” (Almerindo Afonso, 2002a: 34) inscrevendo-se numa lógica regulatória em contra-censo com a lógica emancipatória inerente ao aumento de autonomia, embora, segundo Almerindo Afonso (2002a: 35), estas não sejam “radicalmente incompatíveis, antes se inscrevendo, de forma tensa e contraditória, no mesmo contínuo político e social”.

A transição do Estado Educador para o Estado Avaliador tem ocorrido também em Portugal. Contudo, tem ocorrido perante paradoxos e dilemas específicos, como sejam, o impasse da descentralização administrativa e a indefinição em torno da municipalização da educação, a retórica sobre a autonomia da escola e a imposição da formação de agrupamentos e mega agrupamentos de escolas ou a aposta falhada nos *rankings*, enquanto dispositivos centrais do sistema de regulação social da provisão da educação (Natércio Afonso, 2007a). Já para Almerindo Afonso (2002a: 35), a presença do Estado Avaliador, ao nível do ensino não superior, expressa-se sobretudo pela promoção de um *ethos* competitivo interiorizado por pressões sociais e familiares exercidas sobre as escolas através da avaliação externa e pelo predomínio de uma racionalidade instrumental, que sobrevaloriza indicadores e resultados quantificáveis, sem ter em conta os contextos e os processos educativos.

## 2- Enquadramento normativo

Na tradição centralizadora do nosso sistema de ensino, a avaliação das escolas, enquanto organizações, constitui uma ideia relativamente recente entre nós.

A LBSE (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), embora contemple no seu artigo 3.º a ideia de descentralização, desconcentração e diversificação das estruturas educativas, continua a perspectivar a avaliação, tendo como referente o sistema educativo (artigo n.º 49º): “O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e

pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural. Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.”.

Nesta lei, a escola não é tida como uma unidade estratégica de mudança do sistema educativo, porquanto, entre outras razões, a avaliação das escolas não merece lugar de destaque (Alaíz *et al.*, 2003: 56). Remetendo unicamente, no artigo 53.º, a avaliação para a competência da Inspeção-Geral da Educação: “A inspecção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar”.

O Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro, define o regime jurídico da autonomia das escolas, com aplicação às escolas oficiais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e às do ensino secundário. O reforço da autonomia da escola é entendido como um factor determinante de mudança da administração educacional. Segundo o diploma, artigo 43.º, a avaliação das escolas deve pautar-se pela “avaliação sistemática da qualidade pedagógica e dos resultados educativos das escolas”, cabendo-lhe um papel de natureza puramente instrumental (recolha e organização de informações), tendência que se viria a manter na legislação produzida em 1990 e parte de 1992.

A escola começa, nos normativos, a ser reconhecida como central no sistema educativo, enquanto organização e, neste contexto, é publicado o regime de autonomia, administração e gestão, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril e revogado pelo Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril. Neste diploma é atribuída à escola a função de avaliar aspectos da sua organização, no entanto, são reforçados os exames nacionais e avaliações aferidas, denotando a lógica do Estado Avaliador.

Desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), é aprovada a Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, o primeiro quadro normativo exclusivo à avaliação da educação e do ensino não superior, que fortemente marcou o início de um caminho na avaliação de escolas em Portugal.

O presente normativo propõe duas formas distintas de avaliação: a auto-avaliação (artigo 6º), realizada pelas escolas com carácter obrigatório, e a avaliação externa (artigo 8º), desenvolvida pela Inspeção-Geral da Educação, por outros serviços do Ministério da Educação, por instituições públicas ou privadas de mérito reconhecido.

A auto-avaliação é assumida como a modalidade de avaliação que melhor serve o princípio da escola como organização autónoma, apesar de ser posta em causa pelo carácter de obrigatoriedade que esta assume, tratando-se nesta perspectiva de uma “autonomia decretada”, pois não cabe às escolas a decisão. Também se apresenta como um carácter instrumental de controlo, implícito no artigo 3.º, onde enuncia como finalidade “a melhoria da qualidade do sistema



educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia (...) e assegurar a disponibilidade de informação de gestão daquele sistema” e, no artigo 7.º, que define a necessidade de certificação da auto-avaliação.

Ao prever a existência das duas modalidades de avaliação, externa e interna, do ponto de vista teórico, esta combinação ganha legitimidade na medida em que as tendências recentes para a avaliação das escolas incidem em modalidades mistas, como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior.

Quanto aos objectivos da avaliação, estes estão definidos nos artigos 14.º e 15.º que estabelecem, respectivamente, os objectivos gerais dos resultados da avaliação e os objectivos específicos dos resultados da avaliação. Relativamente aos resultados da avaliação, é definido que “uma vez interpretados de forma integrada e contextualizada, devem permitir a formulação de propostas concretas” especialmente no que toca à organização do ano lectivo; à estrutura curricular; à formação inicial, contínua e especializada dos docentes; à autonomia, administração e gestão de escolas; aos incentivos e apoios diversificados às escolas; à rede escolar; à articulação com o sistema de ensino e o sistema de formação e regime de avaliação dos alunos (artigo 14.º). Estes resultados da avaliação “devem permitir às escolas aperfeiçoar a sua organização e funcionamento”, em relação aos termos de análise enunciados no artigo 6.º, e, especialmente, em relação ao projecto educativo, plano de desenvolvimento, programa de actividades, interacção com a comunidade educativa, programas de formação, organização das actividades lectivas e gestão dos recursos (artigo 15.º).

Relativamente à articulação de todos estes programas e planos, Alaíz *et al.* (2003: 58) e Costa (2007: 235) manifestam que constituem uma carga crescente de documentos institucionais das escolas, reflectindo uma redundância de conceitos e de duplicação de documentos, cujas consequências passam muitas vezes pela inoperância (Costa, 2007: 236).

Quanto à Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, não queremos deixar de aludir, partilhando da posição de Costa (2007: 235), dois aspectos positivos ou pontos fortes da lei: a sua própria publicação, que constitui uma evidência da importância que tem a avaliação do sistema de educação e do ensino não superior e o facto de se estruturar na auto-avaliação das escolas, com todas as vantagens a ela associadas.

A publicação do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, que altera o regime jurídico de autonomia, administração e gestão escolar, revogando o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, com as alterações introduzidas a este, centra-se no reforço da promoção da auto-avaliação de escolas. O referido diploma persegue três objectivos fundamentais: reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino; reforçar a liderança

e a autonomia das escolas, assim assente numa perspectiva de prestação de contas e reforço dos mecanismos de regulação e controlo pelas famílias e comunidade.

No mesmo Decreto-Lei, no artigo 8.º, a autonomia constitui a faculdade reconhecida aos agrupamentos ou às escolas não agrupadas, pela lei e pela administração educativa, na tomada de decisões nos domínios da organização pedagógica, curricular, gestão de recursos humanos, acção social escolar e gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira.

A autonomia pode desenvolver e aprofundar a iniciativa das escolas e o seu exercício supõe a prestação de contas, que assentará em procedimentos de auto-avaliação e avaliação externa (artigo 8.º e artigo 56.º). São também, neste, definidos os diversos instrumentos de autonomia, como o projecto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de actividades e o orçamento. A autonomia é desenvolvida e aprofundada com a celebração de contratos de autonomia decorrentes de procedimentos de auto-avaliação e avaliação externa (artigo 9.º).

O quadro normativo, aqui apresentado, parece-nos reunir as condições legais necessárias para que a avaliação de escolas, nomeadamente para que a auto-avaliação aufira de maior significado e maior dinâmica nas escolas. No entanto, também suscita algumas questões. Estarão e serão garantidos os requisitos, os apoios, os mecanismos de acompanhamento para a concretização de tais pressupostos, especificamente, a autonomia e a avaliação de escolas, referentes ao dever do Estado como agente regulador do sistema de educação?

### **3- A Inspeção-Geral da Educação (IGE)**

A Inspeção-Geral da Educação (IGE) constitui um serviço central do Ministério da Educação, integrando um dos serviços da administração directa do Estado. A IGE é dirigida por um inspector-geral, coadjuvado por dois subinspectores-gerais. O Inspector-Geral é apoiado, nas suas funções, pelo Conselho de Inspeção, órgão colegial de natureza consultiva, no qual têm assento, para além do Inspector-Geral e dos Subinspectores-Gerais, os Delegados Regionais.

Os Serviços Centrais da IGE, sediados em Lisboa, e as cinco Delegações Regionais, a do Norte, a do Centro, a de Lisboa e Vale do Tejo, a do Alentejo e a do Algarve, sedeadas respectivamente no Porto, em Coimbra, em Lisboa, em Évora e em Faro, asseguram a execução das funções atribuídas.

No artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, encontram-se genericamente estabelecidas a missão, as atribuições e a orgânica da IGE e encontram-se especificamente definidas no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007 e nas Portarias 827-F/2007 e 827-G/2007, todos de 31 de Julho, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho, que estabelece o regime de funcionamento das Inspeções.

A missão da IGE consiste em assegurar o controlo, a auditoria e a fiscalização do funcionamento do sistema educativo no âmbito da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extra-escolar, bem como dos serviços e organismos do ME, e assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão, de acordo com o artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007.

Quanto às suas atribuições, definidas no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, e de acordo com informações divulgadas na sua página, na Internet, a IGE tem competência para intervir em todo o sistema educativo, ou seja, nos estabelecimentos de ensino e nos serviços do Ministério da Educação.

Na consulta da página da IGE (recuperado em 18 de Agosto de 2010) recolheram-se as informações seguintes. A IGE caracteriza e objectiva do seguinte modo as suas actividades:

**Acompanhamento** - visa observar e acompanhar a acção educativa desenvolvida pelas escolas e pelos agrupamentos de escolas, de modo a obter um melhor conhecimento dos processos de implementação das medidas de política educativa.

**Controlo** - tem por finalidade verificar a conformidade legal do funcionamento das unidades organizacionais ou de segmentos do sistema educativo e identificar factores condicionantes da sua eficiência e da sua eficácia, considerando os meios disponíveis e os serviços prestados.

**Auditoria** - análise dos actos de gestão praticados pelas escolas e pelos estabelecimentos de ensino num determinado lapso temporal, tendo como referência a legislação em vigor, as normas ou regulamentos das organizações e os contratos celebrados com entidades públicas, segundo critérios de conformidade, eficácia, eficiência, pertinência e coerência. A principal finalidade das auditorias é informar os responsáveis das organizações auditadas acerca das condições de funcionamento ou de prestação de serviço destas e recomendar soluções que permitam melhorar os resultados da gestão.

**Avaliação** - enquadra-se no âmbito da avaliação organizacional e pretende assumir-se como um contributo relevante para o desenvolvimento das escolas e para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, numa perspectiva reflexiva e de aperfeiçoamento contínuo.

**Provedoria e Acção Disciplinar** - visa a salvaguarda, a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos e a equidade e justiça do Sistema Educativo. Traduz-se no atendimento das queixas dos utentes e dos actores da educação, bem como, se for caso disso, na organização da consequente acção disciplinar, a qual pode também resultar de uma qualquer acção inspectiva. A acção disciplinar pode assumir as características de uma averiguação, de um inquérito ou de um processo disciplinar.

Actividades Internacionais - constituem uma vertente essencial das actividades da IGE. Através delas podemos ainda identificar as grandes prioridades da Europa e do mundo nas áreas da educação, relacionadas com o Acompanhamento, o Controlo, a Auditoria e a Avaliação.

No campo de acção da auditoria e do controlo, à IGE compete avaliar e fiscalizar, nas vertentes técnico-pedagógica e administrativo-financeira, as actividades da educação pré-escolar, escolar e extra-escolar, dos estabelecimentos do ensino público, dos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo, bem como dos estabelecimentos e cursos que ministram o ensino do Português no estrangeiro.

Quanto à prestação de apoio técnico, compete à IGE propor e colaborar na preparação de medidas que visem a melhoria do sistema educativo; apoiar, pedagógica e administrativamente, os órgãos dos estabelecimentos de ensino, instruir processos disciplinares e representar o Ministério da Educação nas estruturas de inspecção das escolas europeias.

A IGE, de entre as actividades que realiza, distingue dois tipos de intervenção, as intervenções sistemáticas e as intervenções pontuais. As intervenções sistemáticas são aquelas que são susceptíveis de programação prévia. Nestas intervenções, a IGE selecciona um objecto de observação, um universo de intervenção e define objectivos.

Estas actividades são sustentadas por um roteiro que orienta, em plano, a actividade dos inspectores, com o objectivo de responder pontualmente a situações e necessidades concretas e a promover níveis mais elevados na qualidade das aprendizagens, no desenvolvimento profissional dos aspectos educativos, nos modelos e nos processos de gestão. Estas intervenções são desenvolvidas normalmente em equipa. Integram-se aqui as actividades de Acompanhamento, de Controlo, de Auditoria e de Avaliação. As intervenções pontuais constituem todas aquelas que não são susceptíveis de previsão ou de programação prévia. Estas intervenções são normalmente desenvolvidas por um só inspector. Integram-se aqui as actividades de Provedoria e Acção Disciplinar.

As intervenções sistemáticas decorrem das prioridades políticas estabelecidas para a Inspecção-Geral da Educação e que as intervenções pontuais decorrem da situação concreta da vida nas escolas e do que dela decorre e suscita a intervenção da IGE.

A IGE participa em actividades de representação e integra activamente conselhos, conferências, projectos e programas nacionais, europeus e internacionais, muitos deles em parceria com as inspecções de educação de outros países, uns com carácter regular e permanente, e outros com carácter periódico ou temporário.

#### 4- Iniciativas de avaliação externa

A avaliação das escolas em Portugal, apesar de recente, possui já alguma experiência, quer em processos liderados pelo Ministério da Educação, quer em processos a que as escolas aderiram por sua iniciativa. De entre outras fontes de informação a nível internacional destaca-se a importância dos modelos em uso nas Inspeções da Educação de outros países Europeus, no Reino Unido (*Effective School Self-Evaluation* - ESSE), na Irlanda do Norte (*Together Towards Improvement*) e em especial no modelo da inspeção nacional de escolas da Escócia. O modelo que está em curso na Escócia (*How Good is our School* - HGIOS) desfruta de grande popularidade em toda a Europa, pela dinâmica educativa que tem promovido ao dar às escolas a responsabilidade e os instrumentos de interpelação quanto ao conhecimento que tem da sua própria qualidade (Oliveira *et al.*, 2006: 8-9)

Para Oliveira *et al.* (2006: 3), o modelo definido na fase piloto de avaliação externa de escolas teve por base, principalmente, a experiência adquirida com o projecto de Avaliação Integrada das Escolas (1999-2002), bem como metodologias propostas pelo “*Modelo de Excelência da European Foundation for Quality Management*” (EFQM) e pelo Projecto “*How Good is Our School*” (HGIOS), levado a cabo na Escócia.

O modelo de avaliação externa parece constituir uma adaptação destes modelos à realidade das escolas e ao contexto político-social português. Pelo facto, entre os vários programas e modelos, iremos aludir, ainda que de forma breve, aos referidos por Oliveira *et al.* (2006), que mais influenciaram o actual programa de avaliação de escolas, pela seguinte ordem: Programa de Avaliação Integrada de Escolas (ponto 4.2) e, no ponto 4.3, outras fontes de referência, abordaremos, primeiro o Modelo de Excelência da EFQM e, em seguida, o projecto “*How Good is Our School*” (HGIOS). No interesse primordial da nossa investigação centraremos um maior relevo ao Programa de Avaliação Externa de Escolas, bem como à sua fase piloto (ponto 5).

##### 4.1- Retrospectiva sumária

Em Portugal, existe já alguma experiência no campo da avaliação de escolas. Muito sucintamente, enumeram-se os seguintes: *Sistema Estatístico da Educação* - Indicadores Disponíveis (DAPP); *Melhorar a Qualidade* (AEEP/apresentação do processo de auto-avaliação com base no modelo da Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade); *Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino Obrigatório na Europa* (Eurydice); *Modelo AVES* (Fundação Manuel Leão); *Modelo de Avaliação das Escolas Profissionais* (ANESPO).

No âmbito da IGE, podemos elencar, como exemplos mais significativos de avaliação externa, as seguintes iniciativas: *Avaliação do Funcionamento Global das Escolas* (1993-1995); *Auditorias Pedagógicas* (1997); *Avaliação das Escolas Secundárias* (1998-1999); *Avaliação Integrada do Desempenho das Escolas* (1999-2002); *Observatório da Qualidade da Escola* (PEPT 2000, 1992-2000); *Aferição da Efectividade da Auto-Avaliação* (2004-2006) e, presentemente, *Avaliação Externa*.

Apesar de a avaliação de escolas não se ter constituído uma prática regular e sistemática, as iniciativas de avaliação externa, a par com prévias iniciativas de auto-avaliação, permitiram acumular conhecimento e experiência que se revelaram consequentes no desenvolvimento da fase piloto de avaliação externa (Despacho conjunto n.º 370/2006). No reajuste ao modelo aplicado na fase piloto e na posterior generalização, Ventura *et al.* (2007:5) referem que “Apesar de constituir uma modalidade diversa das realizações anteriores, constantes dos seus planos de actividades, a IGE assume este novo encargo com uma experiência adquirida em actividades como a Avaliação do funcionamento global das escolas (1993-95), a Auditoria Pedagógica (1997), a Avaliação das Escolas Secundárias (1998-99), a Avaliação Integrada das Escolas (1999-2002) e a Aferição da efectividade da auto-avaliação (2004-06)”.

#### **4.2- Avaliação integrada de escolas**

Durante três anos lectivos (1999/2000 a 2001/2002), a IGE desenvolveu o “*Programa de Avaliação Integrada das Escolas*” (PAIE), que abrangeu 540 unidades de gestão do sistema educativo português, correspondendo a 2039 estabelecimentos de ensino.

Este programa apresentava os seguintes objectivos explícitos:

1. Valorizar as aprendizagens e a experiência escolar dos alunos;
2. Desenvolver informação de regulação às escolas, identificando pontos fortes e fracos do seu funcionamento e contribuindo para a manutenção dos níveis de qualidade já alcançados ou para o seu aperfeiçoamento;
3. Induzir processos de auto-avaliação como a melhor estratégia para garantir a qualidade educativa, consolidar a autonomia das escolas e responsabilizar os seus actores;
4. Criar níveis mais elevados de exigência no desempenho global de cada escola;
5. Desempenhar uma das funções de regulação de funcionamento de sistema educativo escolar, que compete ao estado, no contexto da crescente autonomia das escolas e da descentralização do sistema;
6. Disponibilizar informação e caracterizar o desempenho do sistema escolar através de um relatório nacional, no qual, ao mesmo tempo que se dá conta do estado da educação, se identificam as

disfunções e os constrangimentos, em relação a uma política de autonomia e desregulamentação. (Azevedo, 2007: 58)

Para a operacionalização do PAIE, em termos metodológicos, foram constituídas equipas inspectivas multidisciplinares formadas por três ou quatro elementos, com perfis de formação diferenciados. Estas equipas pautavam a sua intervenção no terreno sobre quatro dimensões estratégicas: a avaliação e os resultados; a organização e a gestão escolar; a educação, o ensino e as aprendizagens; e o clima de escola e o ambiente educativo interno. Apoiavam-se em roteiros, que definiam as áreas-chave, os campos de observação e os indicadores de desempenho de cada dimensão. Cada intervenção tinha a duração de 14 a 18 dias, dependendo da dimensão e da complexidade da unidade de gestão. Para a recolha de informação eram realizadas entrevistas (órgãos de gestão, professores, alunos, funcionários, representantes da comunidade educativa), eram feitas observações no terreno e procedia-se à análise documental.

Para Ventura (2006: 327), o PAIE constituiu a primeira tentativa credível para avaliar o sistema educativo em Portugal, conseguindo “criar uma dinâmica de entusiasmo e alerta revigorante como nunca se tinha vivido, tanto na IGE como nas escolas. Constituiu-se como um desafio galvanizador pelas suas características e pela visibilidade que outorgava”.

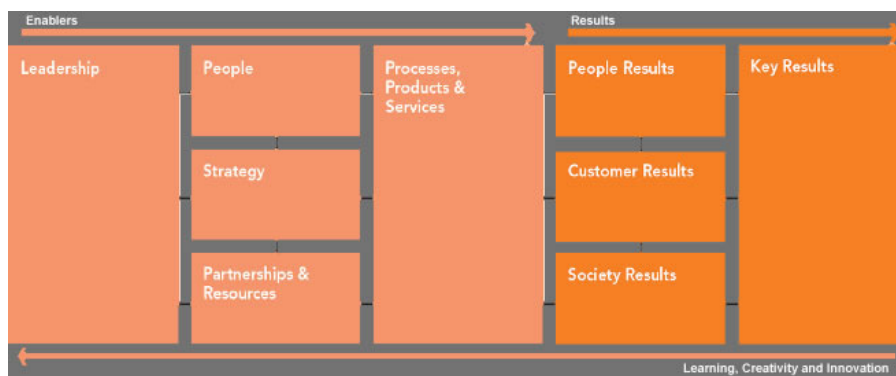
Porém, o horizonte temporal de oito anos para que abrangesse todas as unidades de gestão constituía um problema do PAIE, já que “um programa de avaliação externa com uma carga política forte em termos de prestação de contas sobre a qualidade do desempenho do sistema educativo não se compadece com um horizonte temporal tão dilatado” (Ventura, 2006, 328). O carácter ambicioso do programa, a falta de tradição e experiência na área, a falta de avaliadores com formação adequada e experiência no terreno, bem como o fim da acção política que o sustentava e a mudança de governo constituíram obstáculos à manutenção e aperfeiçoamento do PAIE (Ventura, 2006: 327).

#### 4.3- Outras fontes de referência

Como já foi referido, o modelo de avaliação externa de escolas teve por base, principalmente, a experiência adquirida com o projecto de Avaliação Integrada das Escolas (1999-2002) que atrás analisámos, bem como metodologias propostas pelo *Modelo de Excelência da European Foundation for Quality Management* (EFQM) e pelo Projecto *How Good is Our School* (HGIOS), levado a cabo na Escócia.

### Modelo de Excelência da EFQM

De acordo com a informação presente na página oficial da EFQM ([www.efqm.org](http://www.efqm.org)), o *Modelo de Excelência* é uma estrutura baseada em nove critérios, que permite que aos gerentes/líderes compreender a relação causa e efeito entre o que a sua organização faz e os resultados que obtém.



Figural – Modelo de Excelência da EFQM (EFQM, 2010)

Cinco destes são “Meios” (*enablers*) e quatro “Resultados”. Os critérios “Meios” abrangem o que uma organização faz. Os critérios “Resultados” abrangem o que uma organização realiza e como ele faz. “Resultados” são causados por “Meios” e os “Meios” são melhorados através do feedback dos “Resultados”.

As setas pretendem sublinhar o carácter dinâmico do modelo, mostrando inovação e aprendizagem contribuindo para melhorar que, por sua vez, conduz a melhores resultados.

A Excelência não é, segundo a EFQM, um conceito teórico, está relacionado com as realizações tangíveis de uma organização relativamente ao que faz, à forma como o faz, aos resultados que alcança, e à convicção de que estes resultados serão sustentados e atenderão tanto às necessidades de curto, como de longo prazo das suas partes interessadas e, eventualmente, até superá-las (EFQM, 2010).

Este modelo pretende proporcionar às organizações uma linguagem de gestão e ferramentas comuns, facilitando a partilha de “*know-how*” entre organizações de diferentes sectores em toda a Europa.

O modelo foi, inicialmente, concebido pela Fundação Europeia para ajudar as empresas a estabelecer um sistema de gestão apropriado, capaz de melhorar o seu desempenho, acabando os seus critérios por passarem a ser utilizados por outras entidades do sector público e privado, enquanto ferramenta de diagnóstico e auto-avaliação no âmbito da Gestão pela Qualidade Total (Leandro, 2002: 70).

A adaptação do Modelo de Excelência da EFQM à estrutura organizativa escolar do sistema educativo português foi desenvolvida por Leandro em 2002, como resultado de um



trabalho realizado no âmbito do Instituto Nacional de Administração, sob a forma de um Guião para Auto-Avaliação de Desempenho.

### ***Projecto “How Good is Our School” (HGIOS)***

Durante os anos 90, a Inspeção Nacional de Escolas da Escócia (HMIE) implementou um modelo de avaliação institucional das escolas, “How Good Is Our School” (HGIOS). O mesmo é caracterizado por fazer uso de processos complementares de auto e hetero avaliação (avaliação externa) e ter um quadro explícito para a criação de juízos de valor, que aborda os aspectos fundamentais para o cumprimento da missão da escola.

O processo de avaliação de cada centro desenrola-se segundo os seguintes passos (HGIOS, 2002):

- Cada equipa escolar avalia sete dimensões do modelo;
- Uma equipa da Inspeção de Escolas (HMIE) visita as escolas durante uma ou duas semanas;
- Durante este período, os inspectores analisam os documentos da escola, realizam entrevistas e reuniões com os funcionários, observado o funcionamento das aulas e da escola.
- A partir da informação recolhida, os inspectores redigem um relatório que contrasta com as conclusões do relatório de auto-avaliação da escola, assinalando os pontos fortes e fracos encontrados em cada uma das sete grandes dimensões de análise.
- Depois de obter o relatório de inspecção externa, a escola tem quatro meses para analisar o relatório e desenvolver planos de melhoria no que diz respeito às debilidades identificadas.
- A partir dessa data, o centro é obrigado a convocar e a informar as famílias sobre os resultados das avaliações e dos planos desenvolvidos para resolver as deficiências.

As sete grandes dimensões que são avaliadas são: 1. Desenvolvimento Curricular; 2. Conquistas; 3. Qualidade de ensino e aprendizagem; 4. Apoio prestado aos alunos; 5. Cuidados com a educação em valores; 6. Recursos Educativos e 7. Gestão, liderança e controle de qualidade.

Para cada uma dessas dimensões, são estabelecidos vários indicadores. Cada indicador tem descrito o seu significado e, em seguida, avaliados através das seguintes categorias: nível 4 – *Muito Bom* (muitos pontos fortes); nível 3 – *Bom* (mais pontos fortes do que fracos); nível 2 – *Regular* (algumas debilidades importantes); nível 1 – *Insatisfatório* (grandes debilidades).

Segundo o Inspetor-Chefe Graham Donaldson (HGIOS, 2007: 2), agora é possível identificar escolas escocesas com excelente desempenho. Isto resultou numa mudança na escala de indicadores de avaliação com o objectivo de alcançar uma maior discriminação na parte superior. Em Agosto de 2005, a escala original, de quatro níveis, foi modificada para uma escala de seis níveis, com a subdivisão dos níveis 3 e 4. O nível 3 foi dividido no nível 3 – *Adequado* (mais pontos fortes do que fracos) e nível 4 – *Bom* (Importante robustez, com algumas áreas a melhorar).

O nível 4 foi dividido no nível 5 – *Muito Bom* (Grande Robustez) e nível 6 – *Excelente* (Excelente ou Destacado), (HGIOS, 2007: 53).

A nova escala é apresentada como capaz de: identificar práticas exemplares; maior diferenciação e discriminação da avaliação das escolas; mais precisa nos casos em que se revela maior robustez ou mais debilidades e maior focalização na orientação da melhoria escolar.

O modelo apresentado assenta actualmente em quatro pontos chave (HGIOS: 2007: 2-3):

- “*Aspiração da excelência*”, em que se descreve o conceito de excelência assente na natureza da aprendizagem e da aprendizagem bem-sucedida;
- “*Explorando a excelência*”, detalhando-se as dimensões de análise da mesma;
- “*Quão bem estamos agora?*”, que inclui instrumentos e um conjunto de indicadores que ajudam a diagnosticar, com precisão, os resultados e traçar o caminho para atingir os objectivos desejados;
- “*Planeamento de excelência*”, em que descreve o tipo de tarefas que deve ser feito para prosseguir o caminho para o alvo e como verificar se se está a alcançar o resultado esperado.

## 5- Programa de avaliação externa de escolas

### 5.1- Fase piloto

No início de 2006, com a finalidade de melhoria da qualidade da educação e o desenvolvimento de condições para a prática efectiva de autonomia das escolas, é formado, por Despacho Conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Educação, o Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas (Despacho conjunto n.º 370/2006). A criação deste Grupo de Trabalho é determinada com o propósito de estudar e propor modelos de auto-avaliação e avaliação externa, bem como definir procedimentos e condições para a sua generalização. O referido Despacho parte do pressuposto de que a “avaliação dos estabelecimentos de educação e ensino constitui um importante instrumento para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem” (Despacho conjunto n.º 370/2006) e que, apesar de em Portugal não se observar uma prática efectiva e sistemática de avaliação de escolas, têm sido desenvolvidos vários projectos no âmbito da auto-avaliação e da avaliação externa, que têm permitido acumular um conhecimento e experiência nesta matéria, que importam para acções consequentes neste domínio. Ainda no mesmo Despacho é assumida claramente “uma relação estreita entre a avaliação e o processo de autonomia das escolas, cujo desenvolvimento pressupõe a responsabilização, a prestação regular de contas e a avaliação”.

Ao Grupo de Trabalho, dotado de autonomia técnica-científica e funcional, são dadas as seguintes atribuições:

- a) Definir os referenciais para a auto-avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (...);
- b) Definir os referenciais para a avaliação externa dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (...);
- c) Aplicar os referenciais de auto-avaliação e avaliação externa a um número reduzido de unidades de gestão (entre 20 e 30) (...);
- d) Definir os procedimentos, o calendário e as condições necessárias à generalização da auto-avaliação e da avaliação externa aos restantes estabelecimentos de educação e ensino;
- e) Produzir recomendações para uma eventual revisão do actual quadro legal, tanto em matéria de avaliação como de autonomia dos estabelecimentos de educação e ensino. (Despacho conjunto n.º 370/2006).

A síntese sobre o decurso da fase piloto que se apresenta a seguir é feita de acordo com Oliveira *et al.* (2006: 2-11).

O Grupo de Trabalho iniciou a sua actividade com a preparação da fase piloto de avaliação externa, que foi conduzida e concluída até ao final do ano 2006. A fase piloto de avaliação externa incidiu sobre dois aspectos: estabelecimento dos termos de referência para a avaliação externa e a execução e avaliação do piloto de avaliação externa.

A fase piloto de avaliação externa iniciou-se com o envio de um convite, por parte do Ministério da Educação, dirigido a todas as escolas e agrupamentos. O convite definia como critério de aceitação o desenvolvimento de um processo formal de auto-avaliação, devendo ser apresentados os resultados dessa avaliação, bem como a enumeração de um grupo de pontos fortes e outro de pontos fracos que tivessem sido identificados e, em relação aos últimos, a estratégia, o plano e as acções que se propunham pôr em prática para os superar. A selecção do conjunto de escolas/agrupamentos teve em conta os termos e dados da candidatura, assim como critérios de diversidade da amostra, respeitantes a aspectos regionais, contextos sócio-económicos, níveis de educação e ensino e dimensão das unidades de gestão.

Das 120 respostas de escolas e agrupamentos recebidas, tendo em conta os critérios definidos no próprio convite, o Grupo de Trabalho seleccionou um grupo de 24 unidades de gestão.

Antes das visitas pelas equipas de avaliação externa, o Grupo de Trabalho realizou duas reuniões: uma com os avaliadores e outra com os representantes das escolas/agrupamentos. Nestas reuniões o processo foi amplamente descrito e discutido, tendo sido dada informação sobre a constituição das equipas de avaliação e os locais e datas de cada visita.

Para a preparação das visitas, cada escola recebeu uma informação detalhada do processo, bem como um guião para a apresentação inicial da escola/agrupamento, a cargo dos Conselhos Executivos. O início da visita era marcado por uma apresentação da escola pelos seus dirigentes. A

apresentação era preparada com base nos documentos orientadores da escola e nos resultados da auto-avaliação.

As visitas tinham a duração de dois dias, no caso das escolas não agrupadas e dois dias e uma manhã, no caso dos agrupamentos, para que se pudessem visitar outras unidades, além da escola sede. Cada escola também recebeu uma lista dos órgãos e grupos da escola com quem a equipa de avaliação pretendia reunir, bem como o modo de representação de alguns desses grupos.

Em termos de recolha de informação, a equipa de avaliação externa tinha previamente acesso a informação sobre a população escolar, os resultados escolares e os recursos humanos da escola. Durante a visita às escolas, era realizada uma visita às instalações, de acordo com um itinerário definido pela escola, e eram realizadas uma série de entrevistas em painel entre a equipa de avaliação e as várias entidades da escola/agrupamento. As equipas de avaliação eram constituídas por três elementos: um do Grupo de Trabalho e dois convidados para o efeito; num ou noutro caso poderiam estar presentes mais elementos do Grupo de Trabalho.

Posteriormente, para cada unidade de gestão, as equipas de avaliação elaboraram os relatórios individuais de avaliação externa. Os relatórios foram elaborados de acordo com um formato previamente acordado e contaram com a colaboração de todos os avaliadores envolvidos. Cada relatório foi enviado à escola ou agrupamento respectivo, ficando cada unidade convidada a exercer o seu direito de contraditório. Os relatórios e os respectivos contraditórios foram publicados na página da Internet da IGE.

Com o objectivo de analisar e aperfeiçoar a organização e os instrumentos de avaliação utilizados na fase piloto, o Grupo de Trabalho elaborou dois inquéritos, um a ser preenchido pelas escolas e outro pelos avaliadores externos do Grupo de Trabalho. Os resultados destes inquéritos, acumulados com a experiência obtida, estiveram na base da revisão da organização de alguns procedimentos e instrumentos de avaliação, que se introduziram nas fases subsequentes da avaliação externa das escolas.

Relativamente à auto-avaliação, o Grupo de Trabalho reconheceu a existência de ampla documentação, bem como o apoio público e privado que tem sido prestado a muitas unidades de gestão e que lhes tem permitido desenvolver processos de auto-avaliação bem articulados e consequentes. Tendo em conta a diversidade de situações encontradas no terreno, o Grupo de Trabalho optou por propor que, futuramente, se solicitasse às escolas avaliadas a produção de um documento de interface entre a auto-avaliação e a avaliação externa. Neste sentido, é desenvolvido o documento *Tópicos para a apresentação da Escola - Campos de análise de desempenho*, deste modo pretendeu-se introduzir alguma homogeneidade que possibilitasse a comparação inter-institucional e estabelecesse uma base mínima de informação interna sobre as escolas.

Para o desenvolvimento do processo, o Grupo de Trabalho elaborou um documento metodológico intitulado “*Auto-avaliação das escolas e avaliação externa: os pontos de intersecção*”. Este documento é dirigido às unidades de gestão onde o processo de auto-avaliação esteja mais atrasado, no entanto também pretende constituir um conjunto de metas comuns, necessárias na preparação para a avaliação externa. No documento apresentam-se algumas considerações sobre o que avaliar, como avaliar, bem como sobre o processo de organização da auto-avaliação.

O Grupo de Trabalho procedeu ainda a uma revisão dos factores do quadro de referência inicial, a alterações na constituição dos painéis formados para as entrevistas e ao desenvolvimento do documento Perfil de Escola. Este documento tem como objectivo proporcionar aos avaliadores externos, antes da visita, informação sobre identificação da escola, oferta educativa e respectiva frequência, meio sócio-económico, população escolar e resultados escolares e de exames.

Na conclusão da fase piloto, o Grupo de Trabalho apresentou algumas sugestões. Em relação à auto-avaliação, a constituição de meios fáceis e abertos de interacção e acesso a informação, baseados na Internet, e relativamente ao acompanhamento e apoio das unidades que necessitem, colocou a hipótese da intervenção do recém-criado Conselho das Escolas. Das conclusões apresentadas pelo Grupo de Trabalho destacamos a necessidade de acompanhamento e de avaliação a que o processo de avaliação deve ser sujeito e o facto do Grupo reconhecer que cumpriu todas as atribuições que lhe foram cometidas. O Grupo de Trabalho só não procedeu a recomendações para uma eventual revisão da legislação sobre a avaliação das escolas porque em nenhuma circunstância verificou que o quadro legal vigente impossibilitasse o processo de avaliação.

## 5.2- Generalização

Por incumbência da Sra. Ministra da Educação, no ano 2007, o Grupo de Trabalho procede ao lançamento da segunda fase de avaliação externa. Neste ano, o Grupo de Trabalho iniciou o processo de transferência da gestão do programa de avaliação externa para a IGE, que passou a gerir o processo de avaliação, actividade consignada como sua competência no Decreto-Regulamentar n.º 81-B/2007 (Ventura *et al.*, 2007: 2-11).

O processo de generalização do programa de Avaliação Externa das Escolas ocorreu no ano 2007-2008. A IGE, através do seu sítio na Internet divulgou e continua a divulgar o programa junto das escolas e do público em geral. Como tal, tem disponibilizando vários documentos: *Folhetos de divulgação da actividade; Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos; Tópicos para a apresentação da escola; Perfil de escola ou de agrupamento;*

*Escala de avaliação; Agendas das visitas e regras para a constituição de painéis; Relatórios de avaliação; Contraditórios.*

Para caracterização/descrição do Programa de Avaliação Externa das Escolas baseámo-nos na documentação de suporte divulgada na página da IGE e respectivos relatórios publicados na internet e nos relatórios nacionais de avaliação externa de escolas (Oliveira *et al.*, 2006: 3; Ventura *et al.*, 2007: 6; Monteiro *et al.*, 2008: 9; e Gravito *et al.*, 2009: 10).

Para a segunda fase de avaliação externa, ano lectivo 2006-2007, foi enviado convite, por correio electrónico, a 115 unidades de gestão (escolas que se tinham candidatado a integrar a fase piloto de avaliação externa mas que não tinham sido seleccionadas e escolas que tinham demonstrado vontade de envolvimento no processo), onde se solicitava que manifestassem a sua vontade em integrar o grupo de escolas a ser avaliado. Destas 115 unidades de gestão, entre Fevereiro e Maio de 2007, foram avaliadas 100. Tendo em conta que estas 100 unidades de gestão se declararam voluntárias para participar nas primeiras fases da fase piloto, a IGE considera que a qualidade global do seu desempenho não pode ser considerada representativa do todo nacional. A determinação em quererem ser avaliadas indicia que se tratam de escolas com lideranças fortes, seguras de estar a realizar um bom trabalho e que, de certa forma, aspiram a serem pioneiras nos caminhos da autonomia (Ventura *et al.*, 2007: 6).

No ano lectivo 2007-2008, decorreu a fase da generalização da avaliação externa, que abrangeu 273 unidades de gestão. Em 2007, através da página da IGE na Internet, as escolas também foram convidadas a apresentar a sua candidatura à avaliação externa. O processo de Avaliação Externa das Escolas foi largamente anunciado, tendo sido enviado para as escolas um folheto de divulgação onde eram apresentados os objectivos, os elementos que as escolas e agrupamentos tinham que apresentar, os domínios e factores a avaliar, a agenda das visitas, a escala de avaliação, forma de divulgação dos resultados e contactos. A candidatura era anunciada como um passo necessário para a celebração de contratos de desenvolvimento e autonomia e não eram pronunciados critérios de selecção; anunciava-se que o processo poderia abranger até 350 escolas e agrupamentos, de norte a sul do país. Era dada informação de que, para esta fase, a selecção incidiria, preferencialmente, nas unidades que se candidatassem, embora pudessem ser incluídas outras que não tivessem manifestado essa intenção. No ano 2007-2008 acabaram por ser avaliadas, pela IGE, 273 escolas e agrupamentos de norte a sul do país.

No ano 2008-2009, houve alterações relativamente ao processo de selecção das escolas, tendo sido dirigido um convite a algumas escolas para completar o número de escolas que se pretendia avaliar. Segundo informação obtida na página da IGE, foi prevista a avaliação de 290 unidades de gestão: 17 escolas inseridas no programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária e que ainda não tinham participado na avaliação externa; 204 escolas que se

candidataram em resposta ao convite da IGE e 69 escolas indicadas pela IGE, com anuência da direcção de cada escola.

No ano 2009-2010, estiveram em processo de avaliação externa 234 agrupamentos de escolas e 66 escolas não agrupadas, num total de 300, das quais 93 escolas candidataram-se em resposta ao convite da IGE e 207 escolas foram indicadas pela IGE, com anuência da direcção de cada escola.

Os objectivos da Avaliação Externa das Escolas, são:

- Fomentar nas escolas uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados;
- Articular os contributos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de auto-avaliação das escolas;
- Reforçar a capacidade das escolas para desenvolverem a sua autonomia;
- Concorrer para a regulação do funcionamento do sistema educativo;
- Contribuir para um melhor conhecimento das escolas e do serviço público de educação, fomentando a participação social na vida das escolas. (IGE, 2007, 2008, 2009).

A existência de um processo de auto-avaliação formal e sistemático constituía um requisito para a que as escolas ou agrupamentos fossem seleccionadas para a fase piloto de avaliação externa. No entanto, nas fases seguintes, esse requisito deixou de existir, pelo que a situação das escolas relativamente à avaliação externa ficou bastante heterogénea.

A ligação entre a avaliação externa e a auto-avaliação, tem sido feita pelo documento “Tópicos para a apresentação da escola: campos de análise de desempenho”, que permite que a escola faça uma leitura sobre o seu desempenho, sobre diversos domínios, como a sua imagem global, o seu contexto, as suas prioridades e metas de desenvolvimento, estratégias para as alcançar, resultados obtidos e reflexões emergentes. Este documento, ao mesmo tempo que enquadra um conjunto de documentos básicos organizadores da escola, constituiu também o suporte da apresentação feita pelo Conselho Executivo no início do processo de avaliação externa.

De forma idêntica à fase piloto, cada escola tem sido avaliada por uma equipa constituída por três avaliadores: dois inspectores e um avaliador externo à IGE.

Os procedimentos relativos à avaliação externa prendem-se com o uso de uma metodologia de recolha de dados diversificada e o recurso a diversas fontes, que passa pela análise documental, observação directa e entrevista em painel. Com o propósito de obter uma compreensão e um conhecimento mais significativo da escola é reconhecida, por este programa, a importância de uma ampla participação directa ou indirecta dos diferentes actores educativos, que se traduz na triangulação de dados efectuada pela combinação de diferentes procedimentos e pelo cruzamento de fontes diversas e distintos olhares.

Para definir detalhadamente o que se queria avaliar e em que termos se propunha a avaliação, foi utilizado o quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos, dado a conhecer antecipadamente às escolas. O quadro privilegiava cinco domínios: 1. *Resultados*, 2. *A prestação do serviço educativo*, 3. *A organização e a gestão escolares*, 4. *Liderança* e 5. *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*. Cada um destes domínios era suportado por um conjunto de factores. Para habilitar as escolas a seguirem esses factores no seu processo de preparação para a avaliação externa, foi estabelecido, para cada um deles, um conjunto de perguntas que apenas tinha o propósito de os ilustrar, não sendo necessário nem que todas tivessem resposta, nem que cobrissem todas as áreas relevantes para a escola. Cada domínio foi avaliado de acordo com uma escala de classificações constituída por quatro níveis: *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*.

O processo de avaliação externa da escola tem tido início com o tratamento, pela equipa de avaliação, de dados estatísticos relevantes que constam do Perfil de Escola, tais como: *séries de resultados dos alunos da escola na avaliação interna e nos exames nacionais dos ensinos básico e secundário; taxas de transição/retenção e de abandono; idade média dos alunos por ano de escolaridade; número de alunos apoiados pela Acção Social escolar; acesso dos alunos às Tecnologias de Informação e Comunicação; profissões e habilitações dos pais e das mães*. Este conjunto de dados, que é enviado previamente, pelas escolas para a IGE, permite à equipa de avaliação caracterizar o contexto social, económico e cultural das famílias dos alunos. Os dados relativos à evolução dos resultados escolares dos alunos, nos últimos anos, são complementados com informação recolhida no texto de apresentação da escola e pela análise dos documentos de orientação estratégica da escola, pelo que Projecto Educativo, Regulamento Interno, Planos Anuais de Actividades, Projecto Curricular de Escola, são fornecidos previamente pela direcção da escola à equipa de avaliação (IGE, 2009).

Posteriormente têm lugar as visitas às escolas pelas equipas de avaliação externa. As visitas são previamente agendadas. A agenda das visitas varia consoante se tratem de visitas a agrupamentos, a agrupamentos com ensino secundário, escolas básicas integradas ou escolas secundárias com 3.º ciclo. A respectiva agenda, bem como algumas informações complementares são facultadas à escola antecipadamente. A duração da visita varia entre dois e dois dias e meio (ou três dias no ano lectivo 2008/09), dependendo se se trata de uma escola não agrupada ou de um agrupamento de escolas. Em termos gerais, o trabalho de campo inicia-se com a sessão de apresentação da escola, feita pela Direcção Executiva, perante as entidades suas convidadas e a equipa de avaliação externa. Posteriormente tem lugar uma visita às instalações da escola, que permite aos avaliadores a observação da qualidade, diversidade e estado de conservação das



mesmas, bem como os diversos serviços e situações do quotidiano escolar (segundo Oliveira *et al.*, 2006: 3; Ventura *et al.*, 2007: 6; Monteiro *et al.*, 2008: 9; e Gravito *et al.*, 2009: 10).

Durante o período da visita sucedem-se uma série de entrevistas em painel entre a equipa de avaliação e os diversos actores educativos, como sejam alunos, pais, docentes, funcionários não docentes, autarcas e outros parceiros da escola. A constituição dos painéis respeita alguns procedimentos prévios determinados pela IGE, que são dados a conhecer à escola. Objectivamente, é determinado um amplo conjunto de responsáveis e representantes a entrevistar, como sejam, membros da Assembleia de Escola, membros da Direcção Executiva, Coordenadores de estabelecimento, representantes de pais e encarregados de educação, membros da Direcção da Associação de Pais e Encarregados de Educação, representantes dos alunos, presidente do Conselho Pedagógico, Coordenadores de departamentos curriculares, Coordenadores de conselho de docentes, Coordenadores de ano e de ciclo, Serviços Especializados de Apoio Educativo, equipa de avaliação interna, docentes sem cargos atribuídos, representantes do pessoal não docente. Os dados recolhidos nas entrevistas são posteriormente analisados e tratados. Desta análise resulta a elaboração, por parte da equipa de avaliação, de um relatório para cada escola, que expressa os resultados da avaliação. Cada relatório possui cinco capítulos: *introdução, caracterização da unidade de gestão, conclusões da avaliação por domínio, avaliação por factor e considerações finais*. No capítulo I, *Introdução*, é feito um breve enquadramento legal, evolução do processo de avaliação externa das escolas e alusão a um dos objectivos da avaliação externa. No capítulo II, *Caracterização da unidade de gestão*, como o título indica, é apresentada uma caracterização da unidade de gestão. No capítulo III, *Conclusões da avaliação por domínio*, é apresentado um resumo da avaliação de cada domínio: 1. *Resultados*, 2. *Prestação do serviço educativo*, 3. *Organização e gestão escolar*, 4. *Liderança* e 5. *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, e atribuída a respectiva classificação. A escala de classificação utilizada nos cinco domínios comporta quatro níveis de classificação: *Muito Bom, Bom, Suficiente e Insuficiente*. No capítulo IV, *Avaliação por factor*, são apresentados para cada domínio os resultados descritivos da avaliação por cada factor e no capítulo V, *Considerações finais*, são tecidas considerações relativamente aos atributos da unidade de gestão (pontos fortes e pontos fracos) e às condições de desenvolvimento da sua actividade, que poderão orientar a sua estratégia de melhoria (oportunidades e constrangimentos). Os relatórios são enviados a cada unidade de gestão avaliada, que dispõe de um prazo para exercer o seu direito de contraditório, caso assim entenda. Por fim, os relatórios e respectivos contraditórios, caso existam, são publicados na Internet, no sítio da IGE (segundo Ventura *et al.*, 2007: 10-11).

No ano lectivo de 2009-2010, foi continuado o processo de avaliação externa deste Programa de Avaliação Externa das Escolas. No final deste ano lectivo, estarão avaliadas mais de

80% das escolas e, segundo Gravito *et al.*, (2009: 73), “importa dar passos decididos na preparação de uma revisão mais ou menos profunda deste modelo, tendo em vista o começo da aplicação de um novo ou renovado modelo ainda no ano lectivo de 2010-2011, em parte das escolas avaliadas em 2005-2006 e 2006-2007”.

A experiência e a informação acumulada ao longo destes anos de avaliação externa, complementada com os pareceres que sobre esta matéria o Conselho Nacional de Educação emitiu, em Maio de 2008 e em Maio de 2010, constituirão igualmente uma referência relevante para a reformulação do actual modelo de avaliação externa.

O relatório de Gravito *et al.* (2009: 73) conclui sublinhando a importância dos “diversos estudos de âmbito académico que se têm debruçado sobre a avaliação externa – em vertentes como a relação com a auto-avaliação, a percepção das escolas ou os critérios e os valores presentes nos relatórios de escola – poderão igualmente constituir uma fonte de informação pertinente”.



## Capítulo III – Metodologia da investigação

### 1- Opções metodológicas

Neste capítulo procuramos explicitar as principais opções metodológicas que tomámos, no sentido de levar a cabo este estudo.

A nossa investigação assenta no campo teórico definido nos capítulos anteriores, no qual destacámos o relevo atribuído à avaliação de escolas assente em critérios de melhoria e eficácia, segundos os quais a avaliação da qualidade se remete para conceitos associados à eficácia da consecução dos resultados desejados, à melhoria eficaz e ao desenvolvimento organizacional das escolas. Em última análise, importa melhorar as práticas, melhorar o ensino e a aprendizagem, com consequente impacto na melhoria dos resultados dos alunos no processo educativo (Azevedo, 2007: 67; Alaíz *et al.*, 2003: 32). Nesse sentido, concluiu-se do confronto teórico que é a auto-avaliação a vertente de avaliação que “melhor poderá contribuir para o desenvolvimento organizacional da escola, ou seja, para o reforço do profissionalismo e das competências docentes, para a melhoria das práticas de ensino-aprendizagem e para o bem estar dos elementos da comunidade educativa” (Costa, 2007: 229).

Partindo deste enquadramento teórico, definimos como objectivo principal do nosso estudo, *analisar a relação entre a avaliação externa/auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios da avaliação externa levada a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais*.

Como tal, numa primeira etapa, estabelecemos *analisar a relação entre a avaliação externa das escolas e os resultados dos alunos nos exames nacionais*, especificamente propomos analisar a relação entre:

- o ano em que as escolas foram sujeitas a avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais;
- as classificações atribuídas pela IGE às escolas na avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais;
- a classificação atribuída pela IGE a cada um dos cinco domínios considerados na avaliação externa, especificamente à Capacidade de auto-regulação e melhoria das escolas e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais.

Numa segunda etapa, estabelecemos *analisar a relação entre a auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios de avaliação externa levada a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais*, especificamente:

- Caracterizar os processos de auto-avaliação das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais;
- Identificar o uso e os fins dados aos resultados da auto-avaliação nas escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais;
- Identificar o atributo que o processo de auto-avaliação, das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais, recebeu por parte da IGE.

Esta consideração díptica prende-se com o facto de considerarmos importante analisar em primeira instância a relação entre as classificações obtidas pelas escolas na avaliação externa e os resultados que, nessas mesmas escolas, foram obtidos pelos alunos nos exames do 9.º ano e do 12.º ano e, só depois, analisar especificamente a relação entre o processo de auto-avaliação das escolas e os resultados obtidos nos exames, pelos alunos que frequentam essas mesmas escolas.

Pelo facto, optámos por um estudo exploratório de tipo *naturalista de correlação*, (Natércio Afonso, 2005b: 43), enquadrando-se, por um lado, numa *perspectiva exploratória*, porque visa proceder ao reconhecimento de uma dada realidade e levantar hipóteses sobre a mesma (Carmo e Ferreira, 1998) e, por outro lado, no âmbito de um estudo *naturalista de correlação*, porque implica proceder a uma “investigação de situações concretas existentes e identificáveis pelo investigador” (Natércio Afonso, 2005b: 43), em que se relacionam os resultados dos alunos nos exames e os resultados das escolas, que esses alunos frequentam, na avaliação externa levada a cabo pela IGE, “sem intervenção, em termos de manipulação, física e deliberada, de quaisquer variáveis” (Natércio Afonso, 2005b: 43).

Nesta postura metodológica, faz-se uso da conjugação de perspectivas quantitativas e qualitativas de investigação, usando dados qualitativos e quantitativos e recorrendo a uma estatística de natureza descritiva que recorre aos conceitos básicos de frequência e média.

A utilização de uma abordagem mista com uso simultâneo de abordagens qualitativas e quantitativas é considerado como “possível, e, em alguns casos, desejável” (Bogdan e Bilken, 1994: 39). A habitual distinção entre investigação qualitativa e quantitativa refere-se a uma diferença importante em relação à colheita e análise dos dados. As abordagens qualitativas centram-se na descrição e análise de elementos específicos de informação, enquanto, as abordagens quantitativas concentram-se na agregação de múltiplas informações em unidades substantivas, com o objectivo de gerar frequências, comparações e inferências estatísticas.

A dimensão dos nossos objectivos que consiste na comparação entre os resultados na avaliação externa das escolas, especificamente no processo de auto-avaliação que implementam, e os resultados dos alunos nos exames nacionais, remete-nos, predominantemente, para uma abordagem quantitativa, quer na medida da variável, resultados dos alunos nos exames (procedendo à ordenação das escolas em *rankings*, a partir dos resultados dos alunos nos exames), quer na

comparação com as classificações atribuídas pela IGE na avaliação externa, especificamente no processo de auto-avaliação. Quanto à análise das características dos processos de auto-avaliação, dos usos e fins dados aos resultados desses processos, remete-nos para uma abordagem qualitativa, muito embora a comparação entre as escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* nos remeta para a quantificação dos dados qualitativos. Não pretendemos, no entanto, criar uma transformação implícita de dados qualitativos em resultados quase quantitativos, procuramos sim uma interpretação dos resultados teoricamente fundamentados.

Na nossa investigação, não procurámos resultados extrapoláveis, susceptíveis de generalização a outros contextos, pelo que as questões de rigor e validade do estudo colocam-se ao nível interno.

Procurámos reduzir a subjectividade encarando-a objectivamente. Tentámos identificar de forma objectiva os estados subjectivos com que nos deparámos, assumindo uma postura continuamente reflexiva, ao longo de todo o processo de investigação. Ao utilizarmos a pesquisa arquivística como método de recolha de dados, procedemos a uma diferenciação e ordenação dos dados quantitativos referentes aos resultados verificados nos exames nacionais nas escolas e a uma categorização dos dados qualitativos, relativos aos resultados na avaliação externa e ao processo de auto-avaliação das escolas, apoiando-nos num meticoloso desenvolvimento e num rigoroso controlo (Natércio Afonso, 2005b: 117-121).

Esta postura metodológica plural é assim justificada por Boaventura Sousa Santos (Santos, 1989: 83): “Perdida a inocência empirista, a via de acesso ao conhecimento certo tornou-se uma via sinuosa e cheia de percalços, em suma, uma via dolorosa. Ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, quanto mais precária e provisória se tornou a verdade, mais difícil e arriscado se tornou o caminho para a obter. Essa consciência da complexidade traduziu-se na ideia de que, se não há um caminho real para aceder à verdade, todos devem ser tentados na medida do possível.”

Partindo desta constatação, propomo-nos em seguida esclarecer, de forma simplificada, o caminho que decidimos percorrer no nosso labor investigativo.

## **2- Recolha de dados**

Na primeira etapa procedemos a uma comparação geral entre a avaliação externa das escolas, com base nos relatórios da IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais. Começámos, então, por analisar especificamente a relação entre:

- o ano em que as escolas foram sujeitas a avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos nos exames nacionais;

- as classificações atribuídas pela IGE às escolas na avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais;
- a classificação atribuída pela IGE a cada um dos cinco domínios considerados na avaliação externa, em particular à *Capacidade de auto-regulação e melhoria das escolas*, e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais.

Para a elaboração das listas ordenadas que nos permitissem identificar as escolas onde se verificavam melhores e piores resultados dos alunos nos exames, foi trilhado um longo e árduo caminho que passamos a descrever.

Nesse percurso recorreremos à técnica de recolha de dados através da pesquisa arquivística, utilizando informação existente em documentos anteriormente elaborados, com o objectivo de obter dados relevantes em função dos nossos objectivos. Segundo Natércio Afonso (2005b: 88), na pesquisa arquivística “o investigador não precisa de recolher informação original. Limita-se a consultar a informação que foi previamente organizada”. A vantagem desta técnica reside no facto de “poder ser utilizada como metodologia não interferente (...) desta maneira evitam problemas de qualidade” (Natércio Afonso, 2005b: 88).

Como tal, procedemos à recolha dos resultados nos exames nacionais do 9.º ano e do 12.º ano nos anos lectivos 2006/07, 07/08 e 08/09, consultando a plataforma Web do projecto BESP (Benchmarking das Escolas Secundárias Portuguesas – <http://besp.mercatura.pt/>).

A nossa fonte de documentação dos resultados nos exames nacionais do 9.º ano e do 12.º ano são da tutela do BESP. O BESP é um projecto (PTDC/GES/68213/2006) da responsabilidade da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP); do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Universidade do Porto (INEGI) e da Universidade Católica do Porto, com direcção técnica de Conceição Portela, da Universidade Católica Portuguesa, de Ana Camanho, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e de Miguel Fernandes, do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial da Universidade do Porto (BESP, 2010).

Esta plataforma serve de apoio às escolas em duas grandes vertentes da sua avaliação: Avaliação Interna e Avaliação Externa. Esta plataforma serve também de apoio à comunidade em geral (pais e alunos) que podem consultar, para cada escola, uma série de indicadores que têm por base dados públicos. O BESP possibilita também a elaboração de *rankings* de escolas semelhantes aos produzidos anualmente pela comunicação social, sendo que o utilizador pode efectuar o *ranking* de forma “customizada” e para as disciplinas que mais lhe interessam (BESP, 2010).

Esta fonte de documentação pode ser classificada de pública (Natércio Afonso, 2005b: 89), já que está ligada a entidades públicas e dependente de uma autoridade do Estado, o ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

No interesse da nossa investigação, somente recolhemos os dados referentes aos exames realizados nos anos lectivos 2006/07, 07/08 e 08/09, já que a avaliação externa de escolas se iniciou, como projecto, em 05/06. Acrescenta-se que os resultados dos exames do ano 2009/10 não estavam à data, a 04/10/2010, disponíveis para consulta e pelo facto não foram considerados no estudo.

Para a análise dos dados partimos, em primeira instância, para a organização dos resultados dos exames, por ano, fase e número de provas. Foram elaboradas as listas ordenadas (*ranking*) de escolas pela média final de exame nos 3 anos considerados: para o 9.º ano (*ranking* do 9.º ano) e para o 12.º ano (*ranking* do 12.º ano).

No *ranking* do 9.º ano, foram definidos os seguintes critérios: médias dos exames de Português e Matemática da primeira fase de cada ano, escolas públicas de Portugal Continental com denominação de Escola Secundária, Escola Básica ou Agrupamento e com mais de 299 exames realizados nos 3 anos. A consideração do número de provas serve para procurar evitar que o *ranking* seja condicionado por resultados obtidos por escasso número de alunos. Este *ranking*, segundo os critérios definidos, conta com 707 escolas ordenadas por média final nos exames dos três anos considerados. A lista ou *ranking*, como passaremos a referir, consiste numa grelha de análise indicando o número de ordem na lista, a denominação da escola, o ano a que se refere cada um dos resultados do exame, o número total de provas e, na última coluna, a média final dos três anos e o número total de provas realizadas (Anexo 1).

No *ranking* do 12.º ano, foram definidos os seguintes critérios: médias dos 8 exames com mais provas realizadas em cada ano na primeira e na segunda fase, escolas públicas de Portugal Continental com denominação de Escola Secundária, Escola Básica ou Agrupamento e com mais de 99 exames realizados em cada ano (1.ª fase + 2.ª fase). A consideração do número de provas serve para procurar evitar que o *ranking* seja condicionado por resultados obtidos por escasso número de alunos. Este *ranking*, 12.º ano, segundo os critérios definidos, inclui 377 escolas, ordenadas por média final nos exames da primeira e segunda fase dos três anos considerados. O *ranking* consiste numa grelha de análise indicando o número de ordem, a denominação da escola, o ano a que se refere cada um dos resultados do exame, a média e o número de provas por fase, a média parcial e o total de provas realizadas por ano. Repetindo-se esta estrutura para todos os anos em análise, na última coluna é apresentada a média final por escola, calculada a partir da média de cada fase de exame, arredondada às centésimas, e o número total de provas realizadas (Anexo 2).



Para cada um dos anos lectivos analisados neste ranking (12.º ano), foram considerados os 8 exames com mais provas realizadas, que passamos a esclarecer:

- em 2006/07 – Português / Português B - Matemática A / Matemática - Biologia e Geologia - Física e Química A - Biologia - Geografia A / Geografia - Economia A / Introdução à Economia – Psicologia;
- em 2007/08 - Português - Biologia e Geologia - Física e Química A - Matemática A - Geografia A - História A - Economia A - Matemática Aplicada às Ciências Sociais;
- em 2008/09 - Português - Física e Química A - Biologia e Geologia - Matemática A - Geografia A - Economia A - História A - Geometria Descritiva A.

Na perspectiva de obter uma visão global dos resultados obtidos nos exames em cada escola no 9.º ano e no 12.º ano foi, posteriormente, elaborado um *ranking* com a fusão dos dois anteriores. Nesse *ranking* mantiveram-se os critérios definidos previamente na elaboração de cada um dos anteriores.

O *ranking* do 9.º + 12.º consiste numa grelha de análise indicando o número de ordem na lista, a denominação da escola, a média e o número de ordem no *ranking* de origem e na última coluna apresentamos o valor da soma da média do 9.º ano com a média do 12.º ano como valor de ordenação (Anexo 3).

Este *ranking*, além de ser único, pois não é do nosso conhecimento a existência de nenhum *ranking* de escolas que inclua os resultados dos exames do 9.º ano e os do 12.º ano nos últimos três anos, conta, segundo os critérios definidos, com 239 Escolas com 3.º ciclo e Secundário e constitui uma fonte de informação importante para outras investigações para além da nossa.

A fusão dos *rankings* foi um trabalho “titânico” pela dificuldade de fazer coincidir o nome de muitas escolas do *Ranking* do 9.º ano com o apresentado no do 12.º ano, pois, muitas vezes, apareceram com denominação diferente em cada um dos *rankings*. Para tal teve que se esclarecer com clareza a sua correspondência, recorrendo a diferentes fontes de informação: Direcções Regionais, página das escolas na internet (quando existiam e estavam actualizadas) e contactos telefónicos com as próprias escolas, uma a uma, para todas as que levantaram dúvidas.

Quanto à validade de cada um dos *rankings*, foi solicitado a verificação, escola a escola, a outras pessoas não envolvidas na investigação, além de ter sido por nós várias vezes verificado.

Partindo dos *rankings* elaborados, consideramos na nossa investigação as 20 escolas “melhor” e as 20 escolas “pior” posicionadas em cada um dos *rankings*. Foi considerado este número de escolas porque não colocaria em causa o distanciamento diametralmente oposto que se pretende para proceder à comparação dos resultados, já que considerando um número superior de escolas correríamos o risco de subir demasiado no *ranking* e deixar as escolas demasiado próximas na ordenação. Considerando este número de escolas estamos a analisar 5,7% das escolas do

*ranking* do 9.º ano, 10,6% das escolas do *ranking* do 12.º ano e 16,8% das escolas do *ranking* 9.º + 12.º, ou seja 8,4% como “pior” e 8,4% como “melhor” posicionadas.

Com as escolas identificadas e no intuito de responder aos objectivos que nos propusemos, consultámos os relatórios da avaliação externa (levada a cabo pela IGE e disponíveis na página da internet), das 20 escolas “melhor” posicionadas e das 20 “pior” posicionadas em cada um dos *rankings* (do 9.º, do 12.º e do 9.º + 12.º) recolhendo a classificação em cada um dos 5 domínios em avaliação e o ano em que foram sujeitas à avaliação. Estes dados foram recolhidos em cada um dos relatórios de cada escola que tenha sido sujeita a avaliação externa, desde 2006 a 2009/2010, no capítulo III, *Conclusões da Avaliação por Domínio*: 1. *Resultados*, 2. *Prestação do serviço educativo*, 3. *Organização e gestão escolar*, 4. *Liderança* e 5. *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, recolhendo o respectivo nível de classificação/qualidade atribuída pela IGE a cada um dos domínios (*Muito Bom* – MB; *Bom* – B; *Suficiente* – S ou *Insuficiente* – I).

Para operacionalizar esta recolha de dados, foi elaborada uma grelha de análise, para o *ranking* do 9.º, 12.º e 9.º + 12.º, onde constavam inicialmente todas as escolas de cada *ranking*, com o número de ordem, denominação, os domínios avaliados pela IGE (*Resultados* – R; *Prestação do Serviço Educativo* - PSE; *Organização e Gestão Escolar* – OGE; *Liderança* - L e *Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria* – CARM) e na última coluna o ano em que foi avaliada.

Posteriormente, a título exploratório e na expectativa de encontrar algum dado que fugisse à regularidade geral, assunto que exploraremos mais adiante, foram recolhidas as classificações atribuídas pela IGE a cada escola avaliada para cada um dos *rankings*.

Nos Anexo 4, 5 e 6 apresentam-se as grelhas para cada *ranking*, respectivamente, das escolas que foram e que não foram avaliadas ou que não o serão por motivos de processos de fusão a decorrer; tal como informa a IGE (2010), “não são incluídos os agrupamentos de escolas agora criados no âmbito do reordenamento da rede escolar, mesmo quando integram alguma(s) escola(s) ainda não avaliada(s)”. Nos Anexos 7, 8 e 9 apresentam-se as grelhas para cada *ranking*, respectivamente, onde constam somente as escolas sujeitas a avaliação externa e onde foi acrescentado a renumeração, na primeira coluna, com o número de ordem atribuído e a utilizar na nossa investigação, de 1 a 40, considerando que 1 é a escola “melhor” posicionada e 40 a “pior” posicionada em cada *ranking*.

Para verificar a frequência relativa de escolas “melhor” e “pior” posicionadas e sujeitas à avaliação externa em cada um dos últimos cinco anos e verificar a frequência relativa de classificações atribuídas pela IGE a cada um dos cinco domínios na avaliação externa a cada escola, arquitectou-se um quadro de frequência para cada *ranking* (Anexos 10, 11 e 12). Nesses quadros são apresentadas as frequências da classificação atribuída pela IGE por ano e em cada um

dos cinco domínios das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings*. Na coluna do total são apresentadas as frequências totais para as melhores e piores. Na linha do total é apresentado o número de escolas “melhor” e “pior” posicionadas avaliadas por ano. No total global aparece o número total de escolas consideradas, ou seja, 20 “melhor” e 20 “pior” posicionadas. Apresenta-se, para cada domínio e ano, a percentagem a que corresponde a frequência verificada em função das 40 escolas consideradas.

Numa **segunda etapa** norteámos a nossa investigação pelo objectivo: *analisar a relação entre a auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios da avaliação externa levada a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais*, especificamente:

- Caracterizar os processos de auto-avaliação das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais;
- Identificar o uso e os fins dados aos resultados da auto-avaliação nas escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais.
- Identificar o atributo que o processo de auto-avaliação, das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais, recebeu por parte da IGE.

Nesta fase foram consideradas as 20 “melhores” e as 20 “piores” escolas do *ranking* da fusão dos resultados do 9.º ano e do 12.º ano (*ranking* do 9.º + 12.º). Este critério segue o número de escolas já definido para a recolha e as análises anteriores. Recordamos que foi considerado este número de escolas porque não colocaria em causa o distanciamento diametralmente oposto que se pretende na comparação dos resultados, já que considerando um número superior de escolas correríamos o risco de subir demasiado no *ranking*. Considerando este número de escolas estamos a analisar 16,8% das escolas do *ranking*, ou seja 8,4% como piores e 8,4% como melhores.

Chegados a este momento da investigação, passámos à recolha de informação sobre o processo de auto-avaliação, sobre o uso e fins do processo de auto-avaliação e o atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação.

As nossas fontes de documentação foram os relatórios da avaliação externa levada a cabo pela IGE em cada uma das 20 escolas, “melhor” e “pior” posicionadas no *ranking*, consideradas (Anexo 9) nos anos 2006, 2006/07, 2007/08, 2008/09 e 2009/2010. No total foram analisados 40 relatórios respeitantes às escolas consideradas.

Em cada relatório são expressos os resultados da avaliação externa, realizada pela equipa de avaliação, que decorrem da análise dos documentos fundamentais da unidade de gestão, da sua apresentação e das entrevistas em painel, realizadas na escola. Ao longo dos anos verifica-se alguma modificação gráfica nos relatórios, mas a sua estrutura básica não foi alterada. Cada relatório tem entre 12 e 13 páginas. A primeira, que constitui a capa, contém a identificação da escola e as datas da realização da visita efectuada pela equipa de avaliação, e as páginas seguintes

estão organizadas em cinco capítulos. No capítulo I, *Introdução*, é feito um breve enquadramento legal, evolução do processo de avaliação externa das escolas e alusão a um dos objectivos da avaliação externa. É referido que “espera-se que a avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate”. Nesta página, é ainda exposta a escala de avaliação utilizada, descrevendo-se os níveis de classificação a atribuir a cada um dos cinco domínios na unidade de gestão. No capítulo II, *Caracterização da unidade de gestão*, como o título indica, é apresentada uma caracterização da unidade de gestão. No capítulo III, *Conclusões da avaliação por domínio*, reside um resumo das avaliações feitas em cada domínio, 1. *Resultados*; 2. *Prestação do serviço educativo*; 3. *Organização e gestão escolar*; 4. *Liderança*; e 5. *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*, e o respectivo nível de classificação atribuído pela IGE a cada um dos domínios. No capítulo IV, *Avaliação por factor*, são apresentados para cada domínio os resultados descritivos da avaliação por cada factor. Para o domínio 1. *Resultados* os factores: 1.1 *Sucesso académico*; 1.2 *Participação e desenvolvimento cívico*; 1.3 *Comportamento e disciplina*; 1.4 *Valorização e impacto das aprendizagens*. Para o domínio 2. *Prestação do serviço educativo*: 2.1 *Articulação e sequencialidade*; 2.2 *Acompanhamento da prática lectiva em sala de aula*; 2.3 *Diferenciação e apoios*; e 2.4 *Abrangência do currículo e valorização dos saberes e da aprendizagem*. No domínio 3. *Organização e gestão escolar*: 3.1 *Concepção, planeamento e desenvolvimento da actividade*; 3.2 *Gestão dos recursos humanos*; 3.3 *Gestão dos recursos materiais e financeiros*; 3.4 *Participação dos pais e outros elementos da comunidade educativa*; e 3.5 *Equidade e justiça*. No domínio 4. *Liderança*: 4.1 *Visão e estratégia*; 4.2 *Motivação e empenho*; 4.3 *Abertura à inovação*; e 4.4 *Parcerias, protocolos e projectos*. A finalizar, no domínio 5. *Capacidade de auto-regulação melhoria da escola*, os factores: 5.1 *Auto-avaliação e* 5.2 *Sustentabilidade do progresso*. Por último, no capítulo V, *Considerações finais*, são tecidas considerações relativamente aos atributos da unidade de gestão e às condições de desenvolvimento da sua actividade, que poderão orientar a sua estratégia de melhoria. Neste capítulo é apresentada uma síntese dos atributos da unidade de gestão com a identificação de pontos fortes e de pontos fracos. Pontos fortes, entende-se os “atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objectivos” e, por pontos fracos, os “atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objectivos”. Relativamente às condições de desenvolvimento da actividade, que poderão orientar a estratégia de desenvolvimento das unidades de gestão, neste capítulo são apresentados as oportunidades e os constrangimentos. As oportunidades são entendidas como condições externas à organização que a poderão ajudar a alcançar os seus objectivos e os constrangimentos como condições externas à organização que poderão prejudicar o cumprimento dos seus objectivos.

Para a nossa investigação, importam-nos os dados inscritos no:

- Capítulo III, *Conclusões da avaliação por domínio*, relativamente ao ponto 5. *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*;
- Capítulo IV, *Avaliação por factor*, no que diz respeito ao domínio 5. *Capacidade de auto-regulação e melhoria da escola*, os respectivos factores: 5.1 *Auto-avaliação* e 5.2 *Sustentabilidade do progresso*;
- Capítulo V, *Considerações finais*, no que concerne aos atributos da unidade de gestão, identificação de pontos fortes e de pontos fracos e identificação de oportunidades e constrangimentos.

A nossa fonte de documentação, os relatórios de avaliação externa e respectivos contraditórios, quanto à sua natureza, pode ser classificada de oficial, já que é uma fonte documental depende da IGE, que integra os serviços de administração directa do Estado e, dentro de uma concepção estritamente limitada, uma fonte oficial depende de uma autoridade pública, ou seja, depende exclusivamente de agentes do Estado (Albarello *et al.*, 1997).

Todos os relatórios estão publicados na Internet, no sítio da IGE. A nossa recolha começou por: identificar e fazer coincidir o nome da escola do *ranking* com o respectivo relatório, muitas vezes pertencente a um agrupamento, ou entretanto fundida com outra escola. Para isso, houve que recorrer frequentemente: à informações das Direcções Regionais; à procura, nos relatórios prováveis, no capítulo II, *Caracterização da Escola*, do esclarecimento se era o relatório referente à escola em causa; às páginas das escolas na internet ou mesmo, em último recurso, telefonando para as escolas para esclarecer a situação. Apresentou-se como uma tarefa deveras complexa e morosa. De seguida, procedeu-se ao *download* de cada um dos quarenta relatórios e respectivos contraditórios, numerando-os de 1 a 40, fazendo coincidi-los, respectivamente, com o número da escola em consideração.

Cada escola pode exercer o seu direito de contraditório à avaliação efectuada, devendo para o efeito enviar para a IGE o respectivo documento “*Contraditório*”. Das 40 escolas consideradas, 10 escolas exerceram esse direito, 4 das escolas “melhor” posicionadas (5, 8, 11 e 20) e 6 das “pior” posicionadas (23, 24, 26, 31, 37 e 40).

A análise de dados consistiu na tarefa de interpretar e tornar compreensíveis os materiais recolhidos. No decorrer da análise, tal como nos sugere Natércio Afonso (2005b: 120-121), estabelecemos as seguintes fases:

Uma fase inicial, que correspondeu à fase da organização propriamente dita, procedemos à selecção dos dados dos relatórios que importavam para a nossa investigação, a que já nos referimos no ponto anterior. Esta fase baseou-se numa leitura repetida, onde nos deixámos invadir por impressões e orientações, ganhando uma crescente desenvoltura na capacidade de *navegar* no material empírico e gerir o elevado volume de informação.

Na exploração do material, fomos progressivamente entrando no processo interpretativo: “a produção de categorias, temas e padrões” (Natércio Afonso, 2005b: 121).

Nesta fase e já com uma perspectiva das categorias e subcategorias a considerar na análise, procedeu-se a uma pesquisa sobre investigações idênticas levadas a cabo recentemente e que também tivessem aplicado uma grelha de análise vertical dos relatórios com características idênticas. Foi-nos indicada uma investigação levada a cabo por Maria Luís (2009), na qual procedeu também à análise de relatórios da avaliação externa. A grelha de análise vertical dos relatórios que usámos (Anexo 13) foi adaptada a partir de Maria Luís (2009).

Na grelha de análise vertical adaptada (Anexo 13) estabelecemos três domínios de análise: *processo de auto-avaliação; uso e fins do processo de auto-avaliação; atributo e classificação dada pela IGE ao processo de auto-avaliação*. Os domínios de análise adaptados de Maria Luís (2009) perseguiram os objectivos da nossa investigação para esta fase do estudo:

- Caracterizar os processos de auto-avaliação das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais;

- Identificar o uso e os fins dados aos resultados da auto-avaliação nas escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais.

- Identificar o atributo que o processo de auto-avaliação, das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais, recebeu por parte da IGE.

Os dois primeiros objectivos reúnem um conjunto de aspectos relativos aos processos de auto-avaliação das escolas que procurámos desocultar definindo um conjunto de categorias para os respectivos domínios em análise que, por sua vez, foram subdivididos em subcategorias. Os aspectos específicos em análise constituíram auxiliares importantes para a concretização dos objectivos.

Relativamente ao domínio processo de auto-avaliação, estabelecemos quatro categorias de análise: *estrutura do processo de auto-avaliação, diversidade de campos de análise, sustentabilidade do processo de auto-avaliação e constituição da equipa de auto-avaliação*, tendo sido atribuídos os códigos A, B, C e D, respectivamente.

Na definição da categoria A, *Estrutura do processo de auto-avaliação*, procurámos conhecer o grau de formalização e institucionalização dos processos de auto-avaliação nas escolas. Interessa-nos perceber se o processo de auto-avaliação nas escolas é um processo formal, institucional, ou se este processo não existe, limitando-se a uma recolha de dados que conduzem a práticas pontuais de avaliação sobre alguns aspectos da escola ou se simplesmente não existia qualquer tipo de práticas de auto-avaliação. Para a categoria A definimos as subcategorias A.1 *formal/institucional*, A.2 *recolha de dados/práticas de avaliação*, A. 3 *inexistência de práticas de*

auto-avaliação e, para o caso de verificarmos que não dispomos de informação suficiente clara, A.4, aspecto não clarificado.

Domínio	Categorias	Código	Subcategorias
Processo de auto-avaliação	Estrutura do processo de auto-avaliação	A	A.1 Formal/institucional
			A.2 Recolha de dados/práticas de avaliação
			A.3 Inexistência de práticas de auto-avaliação
			A.4 Aspecto não clarificado
	Diversidade de campos de análise	B	B.1 Só ensino/aprendizagem
			B.2 Diversos campos de análise
			B.3 Aspecto não clarificado
	Sustentabilidade do processo de auto-avaliação	C	C.1 Recente
			C.2 Sistemático
			C.3 Aspecto não referido/não clarificado
	Constituição da equipa de auto-avaliação	D	D.1 Só docentes
			D.2 Docentes e não docentes
			D.3 Docentes, não docentes, enc. de educação e alunos
			D.4 Docentes com apoio de entidade externa
			D.5 Docentes, não docentes e encarregados de educação com apoio de entidade externa
			D.6 Não há equipa de auto-avaliação
			D.7 Aspecto não referido/não clarificado
Uso e fins do processo de auto-avaliação	Conhecimento de pontos fortes e de pontos fracos	E	E.1 Permite conhecer pontos fortes/pontos fracos
			E.2 Não permite conhecer pontos fortes/pontos fracos
			E.3 Aspecto não referido/não clarificado
	Reflexão sobre os resultados da auto-avaliação	F	F.1 Proporciona reflexão
			F.2 Não proporciona reflexão
			F.3 Aspecto não referido/não clarificado
	Instrumento de desenvolvimento/melhoria	G	G.1 Planos de melhoria
			G.2 Acções de melhoria
			G.3 Inexistência de acções e planos de melhoria
			G.4 Aspecto não referido/não clarificado
	Apoio à decisão, influência no planeamento e gestão	H	H.1 Apoia a decisão, influencia o planeamento e a gestão
			H.2 Não apoia a decisão, não influencia o planeamento nem a gestão
			H.3 Aspecto não referido/não clarificado
Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação	Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação	I	I.1 Ponto forte
			I.2 Ponto fraco
			I.3 Aspecto não referido

Quadro 1 – Grelha de Análise (Adaptado de Maria Luís, 2009)

Com a categoria B, *Diversidade de campos de análise*, procurámos saber qual a diversidade de campos de análise dos processos de auto-avaliação ou das práticas de avaliação existentes. Pretendemos, portanto, saber se, por um lado, os processos de auto-avaliação têm como

objecto de avaliação um quadro suficientemente amplo e abrangente de aspectos relevantes para escola ou se, por outro lado, os processos de auto-avaliação incidem apenas sobre determinado campo de análise, frequentemente o ensino/aprendizagem, incidindo principalmente sobre os resultados escolares. Definimos três subcategorias: B. 1 *só ensino/aprendizagem*, quando o campo de análise era somente o ensino/aprendizagem, B. 2 *diversos campos de análise*, para quando se verifica a existência de mais que um campo de análise, e B. 3, *aspecto não referido/não clarificado*.

Com a categoria C, *Sustentabilidade do processo de auto-avaliação*, procurámos informação que nos permitisse ver, de alguma forma, qual a sustentabilidade da auto-avaliação nas escolas. Especificamente, ver se o processo de auto-avaliação está consolidado, constitui uma tradição nas escolas ou é um processo recente, emergente da candidatura à avaliação externa das escolas? Para esta categoria estabelecemos três subcategorias: C.1 *recente*, onde verificámos a existência de asserções que nos indicassem se o processo de auto-avaliação se desenvolvia desde do ano lectivo 2005-2006; C.2 *sistemático*, quando o processo de auto-avaliação já se desenvolvia antes do ano lectivo 2005-2006, indiciando que já se desenvolvia de forma contínua há algum tempo; e C.3 *aspecto não referido/não clarificado*, para quando não dispúnhamos de elementos suficientes para enquadrar na categoria C.1 ou C.2. Tomámos como referência o ano lectivo 2005-2006 uma vez que corresponde ao ano em que se iniciou a fase piloto da avaliação externa das escolas; procurámos também, desta forma, alguns dados que nos permitam reconhecer se, após este ano, houve ou não um desenvolvimento de um maior número de processos de auto-avaliação nas escolas.

No pressuposto de que a participação, o envolvimento e a responsabilização são aspectos essenciais (Azevedo, 2007: 76) e que é prioritário que se defina uma equipa que se responsabilize pela auto-avaliação (Alaíz *et al.*, 2003: 75), considerámos analisar a constituição da mesma em cada escola, estabelecendo a categoria D. No sentido de bem conhecermos a constituição da equipa de auto-avaliação criámos sete subcategorias de análise, procurando desta forma enquadrar o maior número de situações diferentes com que nos deparámos. Assim estabelecemos: D. 1, *só docentes*; D.2, *docentes e não docentes*; D. 3, *docentes, não docentes e encarregados de educação*; D.4, *docentes com apoio de entidade externa*; D. 5, *docentes, não docentes, encarregados de educação e alunos com apoio de entidade externa*; D. 6, *não há equipa de auto-avaliação*; e D. 7, *aspecto não clarificado*, quando não estava identificada a constituição da equipa. Nas subcategorias definidas quando nos referimos a docentes, incluímos os elementos do conselho executivo (presidente, vice-presidentes) e o psicólogo escolar; quando referenciámos não docentes incluímos os auxiliares de acção educativa e os funcionários administrativos. Nas subcategorias D. 4 e D. 5 entendemos como entidade externa a entidade que é exterior e funciona de forma independente da



escola ou agrupamento. Incluímos nesta subcategoria instituições do ensino superior, instituições particulares, empresas privadas, consultores externos, amigo crítico (quando referenciadas, o apoio prestado situava-se ao nível de acompanhamento especializado e técnico para implementação do modelo de auto-avaliação).

No domínio *Uso e fins do processo de auto-avaliação*, procurámos que os dados nos levassem a reconhecer quais os fins, qual o uso dado à informação, aos resultados recolhidos pelo processo de auto-avaliação. Empenhámo-nos no sentido de conhecer como são mobilizados os resultados, pois, de acordo com Alaíz *et al.* (2003: 102), esse é o momento de extrair da auto-avaliação a sua utilidade. Para além do corpo teórico em que nos apoiámos para a definição das categorias, neste domínio foram capitais as expressões, frases e palavras que apareciam nos relatórios com alguma frequência. Como tal, definimos quatro categorias de análise: *conhecimento de pontos fortes e de pontos fracos*; *reflexão sobre os resultados da auto-avaliação*; *instrumento de desenvolvimento de desenvolvimento/melhoria*; e *apoio à decisão, influência no planeamento e gestão*, códigos E, F, G e H, respectivamente, e as subcategorias que a seguir descrevemos:

Para a categoria E, definimos três subcategorias: E.1 *permite conhecer pontos fortes/pontos fracos*, enquadrámos aqui as escolas, cujos relatórios de avaliação externa referiam que os seus processos de auto-avaliação permitiam conhecer os seus pontos fortes e pontos fracos, bem como as suas oportunidades e os seus constrangimentos; E.2, *não permite conhecer pontos fortes/pontos fracos*; e E.3, *aspecto não referido/não clarificado*. Sabendo a diferença entre ponto forte e oportunidades e entre ponto fraco e constrangimento, foram no entanto considerados associados por aparecerem também associados nos relatórios.

Na categoria F, *reflexão sobre os resultados da auto-avaliação*, foram definidas três subcategorias: F.1, *proporciona reflexão*; F.2, *não proporciona reflexão*; e F. 3, *aspecto não referido/não clarificado*. Com esta categoria e respectivas subcategorias, pretendemos aferir a reflexão subjacente aos resultados da auto-avaliação.

Com a categoria G pretendemos aferir se um dos fins da auto-avaliação se prende com o reforço e desenvolvimento de planos e acções de melhoria, constituindo-se um instrumento de desenvolvimento e melhoria da escola. Estabelecemos quatro subcategorias de análise: G. 1, *planos de melhoria*; G.2, *acções de melhoria*; G. 3, *inexistência de acções e planos de melhoria*; e G. 4, *aspecto não referido/não clarificado*. As subcategorias G.3 e G.4, como as suas expressões bem designam, foram tidas em conta se, no relatório de avaliação externa, era referido que o processo de auto-avaliação não conduzia a acções e planos de melhoria ou o aspecto não era abordado ou não estava clarificado, respectivamente. A distinção entre G.1 e G.2 prende-se sobretudo com a diferença entre um plano de melhoria e uma acção de melhoria. No decorrer da nossa análise, entendemos por plano de melhoria um plano de acção estratégico, integrador dos objectivos de

melhoria, revestido de aspectos formais e técnicos. Por acções de melhoria, julgámos as acções avulsas conducentes à melhoria num ou noutro campo pontual, não resultando por isso de uma estratégia concertada de planeamento global da escola.

Para a categoria H, *apoio à decisão, influência no planeamento e gestão*, constituímos três subcategorias: H.1, *apoia a decisão, influencia o planeamento e a gestão*; em oposição H. 2, *não apoia a decisão, não influencia o planeamento nem a gestão*; e H. 3, *aspecto não referido/não clarificado*. Com a categoria H e respectivas subcategorias, procurámos apreciar se os mecanismos da auto-avaliação têm impacto no planeamento e na gestão e organização da escola, ou seja se o processo de auto-avaliação fundamenta a tomada de decisões na escola, constituindo-se um instrumento de apoio à gestão.

Para o domínio de *Análise atributos e classificações dados pela IGE ao processo de auto-avaliação* foi definida a categoria de análise com o código I, que corresponde ao atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação. Para a categoria de análise I, definimos três subcategorias: I.1, *ponto forte*; I.2, *ponto fraco*; e I.3, *aspecto não referido*. A definição desta categoria e subcategorias de análise decorreu da leitura do último capítulo dos relatórios onde são tecidas considerações finais, sendo apresentada uma síntese dos atributos da escola intervencionada, com identificação de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e constrangimentos. Com esta análise prende-se saber, de acordo com o olhar da IGE, se a auto-avaliação constituiu um ponto forte ou um ponto fraco da escola intervencionada, bem como, se a auto-avaliação foi referida como oportunidades ou como constrangimento.

No sentido da operacionalização da nossa análise, construímos uma grelha de análise transversal dos relatórios (Anexo 14). Nesta grelha, além de estar indicado o domínio, as categorias e subcategorias respectivas, foi criado espaço para a indicação de asserções por subcategoria para as escolas “melhor” e “pior” posicionadas no *ranking*. Nas asserções por subcategoria, indicámos o número do relatório que, como já atrás referido, coincide com o número de ordem da escola, o número total de asserções para cada subcategoria e a respectiva percentagem. A metodologia usada no preenchimento da grelha de análise transversal assentou na verificação ou não de asserções relativas às categorias e subcategorias definidas. Independentemente do número de vezes que um determinado tipo de asserção é feito num relatório, foi apenas considerado uma vez, pelo que o número de asserções considerado na coluna respectiva corresponde ao número de relatórios em que um determinado tipo de asserção, enquadrável numa subcategoria, foi feito. O somatório do número de asserções de cada subcategoria corresponde ao número de asserções da categoria correspondente que, por sua vez, corresponde ao número total de relatórios analisados.

Como tratamento dos resultados obtidos e no sentido de que estes se tornassem significativos, procedemos ao cálculo de percentagens. As percentagens calculadas correspondem à

percentagem do número de asserções, em cada subcategoria, relativamente ao número total de relatórios analisado em cada categoria.

Para um pertinente esclarecimento da nossa análise, construímos uma grelha onde apresentamos um conjunto de frases ilustrativas das categorias e subcategorias de análise usadas (Anexo 15).

No que respeita aos contraditórios, não foi nosso objectivo realizar uma análise de conteúdo dos mesmos. Pretendemos unicamente uma análise no sentido de contabilizar o número de contraditórios enviados pelas escolas “melhor” e “pior” posicionadas no *ranking* e verificar, somente, se tinham alguma referência ao ponto cinco dos relatórios de avaliação externa, *Capacidade de auto-regulação e melhoria*. Identificámos cada um dos contraditórios com o número da escola/relatório acrescentado a letra C. A seguir, elaborámos uma grelha de análise de contraditórios onde registámos: os contraditórios que continham alguma referência ao ponto 5. *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, o respectivo número total de contraditórios e, na última coluna, a respectiva percentagem relativa ao número total de contraditórios das escolas “melhor” e “pior” posicionadas no *ranking* e também a percentagem total em função do número total de relatórios analisados, 40 (Anexo 16).

No ponto seguinte apresentamos os resultados, a análise e a discussão dos mesmos tendo em conta os objectivos definidos e o enquadramento teórico que sustenta o estudo.

## Capítulo IV – Resultados, análise e discussão

Este capítulo reporta-se à apresentação e análise dos dados obtidos, numa primeira fase, na pesquisa arquivística sobre os resultados “das escolas” (alunos) nos exames nacionais e na avaliação externa, especificamente no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, e, numa segunda fase, na categorização efectuada quanto aos processos, uso e fins e atributo dado pela IGE à auto-avaliação dessas mesmas escolas, bem como a sua análise. Os dados foram interpretados e discutidos tendo por base o quadro conceptual construído, não esquecendo o enquadramento político-normativo. Tratando-se de um estudo exploratório de tipo naturalista de correlação (Natércio Afonso, 2005b: 43), as inferências que aqui fazemos respeitam especificamente às escolas consideradas, pelo que deixamos em aberto possíveis generalizações. O recurso à conjugação de perspectivas quantitativas e qualitativas de investigação, usando dados qualitativos e quantitativos e recorrendo a uma estatística de natureza descritiva que recorre aos conceitos básicos de frequência e média, guiar-nos-ão na interpretação.

### 1- Os *rankings* e a avaliação externa das escolas

Na demanda de proceder à comparação entre os resultados na avaliação externa das escolas e os resultados dos alunos nos exames nacionais, apresentam-se a seguir os resultados das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* do 9.º ano, do 12.º ano e do 9.º + 12.º ano (Anexos 10, 11 e 12). Para tal, partimos de uma apreciação, primeiro, por ano de avaliação, segundo, por classificações globais, terceiro, por domínios, e concluímos este ponto com uma apreciação sobre o domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*.

Relembramos que o *ranking* do 9.º + 12.º se construiu a partir da fusão dos dois anteriores e foi elaborado especialmente para a nossa investigação, não se pretendendo, a partir dele, tal como com dos outros dois, apresentar uma avaliação efectiva do desempenho das escolas. No entanto, foi a forma que considerámos mais adequada para rapidamente obter uma ordenação de escolas relativamente aos resultados dos alunos nos exames nacionais que nos permitisse de modo mais sustentado identificar as 20 escolas “melhor” e as 20 escolas “pior” classificadas, segundo os critérios já enunciados na metodologia.

Este *ranking*, tal como já referido, não considera uma perspectiva multi-dimensional dos resultados, onde outros possíveis indicadores poderão ser usados, como as variáveis de resultados (ex. percentagem de alunos que completa o secundário em 3 anos, percentagem de alunos que entra na universidade ou percentagem de alunos que sai precocemente da escola), como também as variáveis de contexto (ex. escolarização dos pais, ou percentagem de alunos com apoio social escolar), os quais seriam desejáveis para que a comparação entre os resultados dos alunos nos

exames fosse mais rigorosa. Procurámos, no entanto, elaborar um *ranking* que apresentasse os resultados não só da recta final da formação dos alunos, mas que considerasse um período mais alargado, 3.º ciclo e secundário. Na perspectiva de que o desenvolvimento e melhoria organizacional da escola é fomentado também por processos de auto-avaliação e que no seu fim último promove a melhoria dos resultados dos alunos, considerámos muito relevante comparar esses mesmos processos de auto-avaliação desenvolvidos entre escolas “melhor” e “pior” classificadas, num *ranking* que contemple, não só os resultados obtidos pelos alunos no final do secundário, mas também, numa perspectiva alargada e contínua, os resultados dos exames do 9.º ano.

Salientamos que somente 35% das escolas “melhor” e 30% das “pior” posicionadas, se repetem no *ranking* do 9.º e do 12.º (ver anexos 7 e 8) e somente 30% das escolas “melhor” e 20% das “pior” posicionadas se repetem nos três *rankings* (ver também anexo 9).

### **1.1- Ano em que ocorreu a avaliação externa**

A comparação entre o ano em que ocorreu a avaliação externa das escolas e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais possibilita verificar que (Gráfico 1):

- até ao ano lectivo 2007/08, inclusive, verifica-se nos três *rankings* que foram avaliadas sempre mais escolas “melhor” posicionadas. Essa diferença oscila entre os 5 pontos percentuais, no *ranking* 9.º + 12.º, e os 25 pontos percentuais nos restantes *rankings*.

- nos anos seguintes, 2008/09 e 2009/10, essa tendência inverte-se, verificando-se que nesses anos passam a ser avaliadas mais escola com “pior” posição nos *rankings*. Essa diferença é mais significativa no *ranking* do básico, com uma expressão de 65% e menos significativa no *ranking* 9.º + 12.º com uma expressão de 40%.

A constatação destes factos permite concluir que, até ao ano lectivo 2007/08, período no qual as escolas se candidatavam em resposta ao convite da IGE, mais de 60% da escolas “melhor” posicionadas acederam a esse mesmo convite, contra 35% das escolas “pior” posicionadas do *ranking* do 9.º, 40% do *ranking* do 12.º e 60% do *ranking* do 9.º+12.º.

Nos anos lectivos seguintes a IGE teve de indicar 68 escolas, em 2008/09, e 207 escolas, em 2009/10, em virtude de não se terem verificado candidaturas suficientes para perfazer o número total de escolas estabelecido para avaliar em cada um desses anos.

Verificámos um volte-face na frequência relativa de escolas “pior” posicionadas avaliadas nesses anos, sendo significativamente superior face às “melhor” posicionadas, em média uma diferença de 21 pontos percentuais em relação aos dois anos seguintes, 2008/09 e 2009/10.

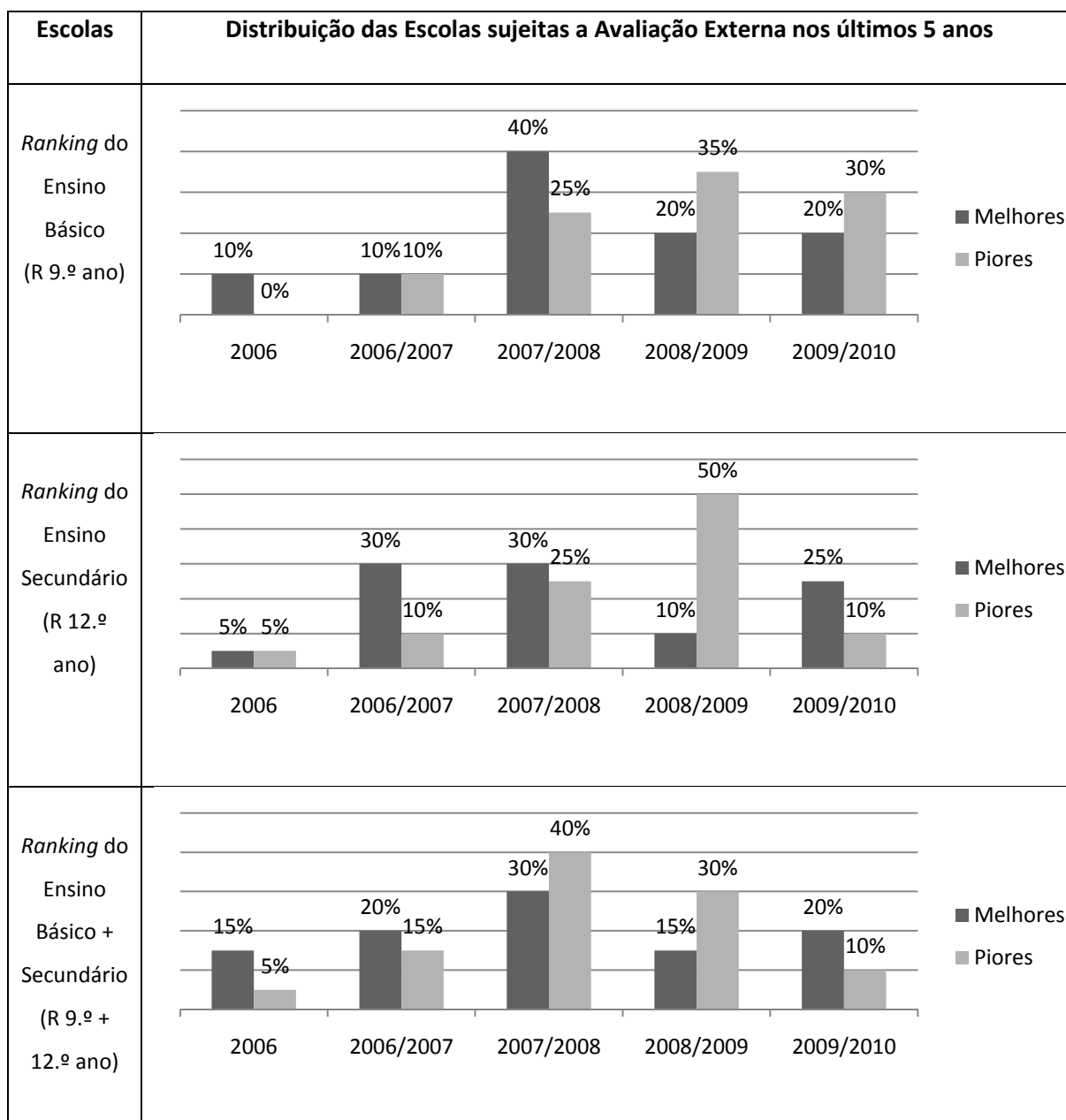


Gráfico 1 – Distribuição das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas nos *rankings* sujeitas a avaliação externa nos últimos 5 anos

Assinalamos, no entanto, com alguma estranheza, na análise do quadro do anexo 10, a candidatura voluntária de 20% das escolas “melhor” posicionadas e de 25% das escolas “pior” posicionadas no *ranking* do 9.º que vieram a revelar, segundo a classificação atribuída pela IGE no processo de avaliação externa, um nível de desempenho *Suficiente*, no domínio da *Capacidade de auto-regulação e melhoria* e 5% das piores obtiveram mesmo a classificação de *Insuficiente*. A título de exemplo, a escola 26, avaliada voluntariamente em 2007/08, com a seguinte classificação *S, S, S, S e INS*, respectivamente em cada um dos cinco domínios.

Numa análise mais atenta do quadro do anexo 11, verificamos também a candidatura voluntária de 20% das escolas “melhor” posicionadas e de 25% das escolas “pior” posicionadas no *ranking* do 12.º que vieram a revelar, segundo a classificação atribuída pela IGE no processo de avaliação externa, pelo menos um nível de desempenho *Suficiente*, sendo este no domínio da *Capacidade de auto-regulação e melhoria*.

Destaca-se ainda que todas as classificações *Insuficiente*, com uma frequência relativa de 6%, foram atribuídas a escolas “pior” classificadas no *ranking* 12.º e avaliadas no ano lectivo 2008/09, ano em que a IGE indicou escolas a serem avaliadas. Terão algumas sido estas? Lembramos que as escolas que foram indicadas pela IGE não consta da informação pública e que, apesar de algumas tentativas, esta não nos foi disponibilizada.

Relativamente aos resultados apresentados do *ranking* do 9.º + 12.º, constatámos que, especificamente no ano lectivo 2007/2008, a tendência que se verificava nos outros *rankings*, de uma maior frequência relativa de escolas “melhor” posicionadas sujeitas a avaliação externa, não se verifica neste. No entanto, até ao ano 2007/08, globalmente foram também avaliadas externamente mais escolas “melhor” posicionadas do que escolas “pior” posicionadas.

Na análise cuidada dos resultados dessas mesmas escolas, as “pior” posicionadas no *ranking* 9.º + 12.º, na avaliação externa foram também “piores” (consultar anexo 9 e 12), pois verificou-se que essas escolas, que supostamente nesse ano acederam voluntariamente à avaliação externa (40% das escolas “pior” consideradas na nossa investigação), obtiveram uma frequência relativa de classificações *Suficiente* e *Insuficiente* de 37,5%. Destacam-se, nesse sentido, a escola, número 26, avaliada em 2007/08, que obteve a classificação de *INS*, *S*, *S*, *INS* e *INS* (nos respectivos domínios de avaliação) e a escola número 23, avaliada em 2007/08, que obteve a classificação de *S*, *S*, *B*, *S* e *S*. Contudo, coloca-se-nos a questão: Por que terão estas escolas acedido voluntariamente à avaliação externa, quando existem inclusivamente repercussões menos positivas para as escolas com fracos desempenhos? E, sabendo as mesmas que a avaliação externa assenta na análise entre a auto-avaliação e a avaliação externa, não terão essas mesmas escolas consciência concreta do processo de auto-avaliação que implementaram? Ou não terão sido voluntárias e tenham surgido pressões que as levaram a aceder à avaliação? Ou, numa perspectiva tão válida como outra qualquer até que seja investigada e clarificada, poderão as escolas assumir a avaliação externa como um processo de diagnóstico das suas fragilidades, tornando-as visíveis e incontestáveis, para posteriormente de forma legitimada procederem a melhorias ou à formalização de um processo de auto-avaliação?

No entanto, destacamos também a escola 29, avaliada em 2007/08, que se encontra posicionada, no *ranking* do 9.º + 12.º ano, como a 18.ª escola com piores resultados nos exames, no *ranking* do 12.º como a 37.ª, de um total de 377, e no *ranking* do 9.º como 185.ª, de um total de 707

escolas, e que “foge à regra”, pois apresenta na avaliação externa 4 níveis de *Muito Bom* e um *Bom* no domínio *Resultados*. Porque estará esta escola entre as piores nos resultados dos exames, já que organizacionalmente, segundo a IGE, esta escola é muito boa?

A análise dos processos de auto-avaliação e o uso e fins dados a esses mesmos processos nas escolas “melhor” e “pior” posicionadas no *ranking* do 9.º + 12.º poderão desvendar alguns destes enigmas, além de nos permitir analisar a relação entre a auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios da avaliação externa levada a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais.

## 1.2- Resultados globais por classificação

A apreciação global das classificações atribuídas pela IGE na avaliação externa das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* permite-nos constatar que (Gráfico 2):

- entre os resultados obtidos para cada *ranking* não se verificam grandes diferenças;
- as escolas “melhor” posicionadas obtiveram globalmente uma frequência relativa mais expressiva do nível de classificação *Muito Bom*, apresentando uma diferença relativa ao peso dessas avaliações para as escolas “pior” posicionadas que se situa num máximo de 37 pontos percentuais, no *ranking* do 12.º, e um mínimo 30 pontos percentuais no *ranking* do 9.º, ficando no *ranking* do 9.º + 12.º num valor intermédio (34%);
- a classificação *Bom* é a mais expressiva para as escolas “melhor” classificadas e é nessa classificação que se verifica uma distribuição mais equilibrada, apresentando uma diferença entre os 6 e os 7 pontos percentuais em relação às escolas “pior” classificadas;
- às escolas “pior” posicionadas foram atribuídas mais classificações *Suficiente*, em que a diferença relativamente ao peso desta classificação para as escolas “melhor” posicionadas se situa entre os 33 e os 38 pontos percentuais;
- a classificação de *Insuficiente* não teve expressão para as escolas “melhor” posicionadas e teve uma expressão máxima de 6% e mínima de 3% para as escolas “pior” posicionadas.

Numa comparação dos resultados entre os *rankings* verificamos uma frequência relativa de classificações *Muito Bom* e *Bom* nas escolas “melhor” posicionadas que varia entre um mínimo de 90% e um máximo de 93%. Enquanto as escolas “pior” posicionadas nos *rankings* apresentam uma frequência relativa de classificações *Muito Bom* e *Bom* significativamente inferior, com uma expressão entre os 48% e os 54%.



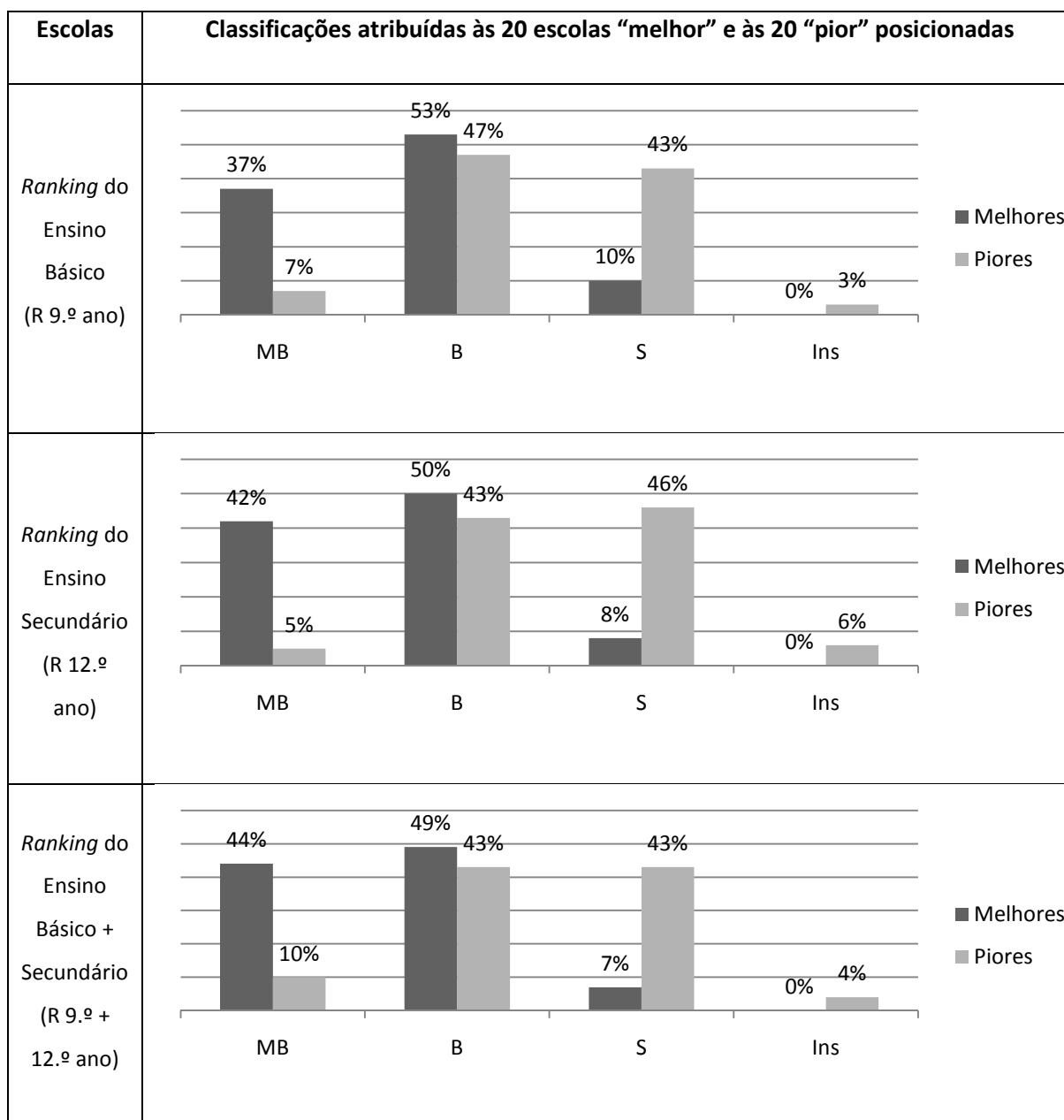


Gráfico 2 – Distribuição das classificações atribuídas pela IGE nos 5 domínios às 20 escolas “melhor” e às 20 “pior” posicionadas no ranking

Salientamos que somente 35% das escolas “melhor” e 30% das “pior” posicionadas, se repetem no ranking do 9.º e do 12.º (ver anexos 7 e 8) e somente 30% das escolas “melhor” e 20% das “pior” posicionadas se repetem nos três rankings (ver anexo 9), no entanto comparativamente os resultados sofrem apenas oscilações mínimas que não vão além dos 7 pontos percentuais.

Perante estes resultados concluímos que as escolas com melhores resultados nos exames nacionais apresentam claramente “melhor” desempenho global, ou seja apresentam melhores resultados na avaliação externa das escolas. Em contrapartida, as escolas com piores resultados nos exames nacionais apresentam também piores resultados na avaliação externa das escolas.

### 1.3- Resultados por domínio

Numa apreciação geral das classificações atribuídas pela IGE, constata-se, logo à partida, a predominância das classificações positivas (*Muito Bom*, *Bom* e *Suficiente*), para os cinco domínios em análise e em todos os *rankings* (Gráfico 3).

Na análise específica por domínios e comparando as classificações atribuídas às escolas “melhor” e “pior” posicionadas permite constatar que:

- as escolas “melhor” posicionadas nos três *rankings* registaram percentagens mais significativas de níveis de classificação elevados, *Muito Bom* e *Bom*, com uma expressão que oscila entre um mínimo de 70%, para o domínio *Capacidade de Auto-regulação e melhoria*, e um máximo de 95% ou 100%, para os restantes domínios. Para as mesmas, a classificação de *Suficiente* assume uma expressão de 0 ou 5% para todos os domínios, à excepção do domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* no qual se verifica uma frequência relativa de 30%. Nenhuma das escolas “melhor” classificadas nos *rankings* obteve a classificação *Insuficiente* em qualquer dos domínios;

- as escolas “pior” posicionadas nos *rankings* apresentam uma frequência relativa de *Suficiente* como mais significativa nos domínios *Resultados*, *Prestação do serviço educativo* e na *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, entre 45% e 65%. No domínio *Organização e gestão escolar* foi aquele em que as escolas “pior” posicionadas nos *rankings* obtiveram melhores classificações (*Muito Bom* e *Bom*), com uma expressão entre 70% e 80%. No domínio *Liderança* a classificação *Bom* é a que apresenta maior frequência, entre 40% e 60%. Os domínios onde se verifica uma expressão maior de classificações *Insuficiente* e *Suficiente* são, em primeiro, o domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* e, em segundo, o domínio *Resultados*.

- a classificação de *Insuficiente* só teve expressão no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* (entre 10% e 25%), no domínio *Liderança* (5% nos *rankings* 12.º e 9.º + 12.º) e no domínio *Resultados* (5% no *ranking* 9.º + 12.º) nas escolas “pior” classificadas.

A comparação dos resultados das escolas “melhor” e “pior” posicionadas permite-nos concluir que as “melhor” posicionadas apresentam globalmente melhores resultados em todos os domínios, com destaque mais acentuado nos domínios dos *Resultados*, *Prestação do serviço educativo*, *Organização e gestão escolar* e *Liderança*. As escolas “pior” posicionadas revelaram um pior desempenho global, no entanto, apresentaram resultados melhores nos domínios *Organização e gestão escolar* e *Liderança*.

O domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* foi globalmente aquele em que tanto as “melhor” como as “pior” posicionadas apresentaram maior frequência de classificações mais baixas.

Domín.	Distribuição das classificações atribuídas por domínio às 20 escolas “melhor” e às 20 “pior” posicionadas		
	Ranking do Ensino Básico	Ranking do Ensino Secundário	Ranking Básico + Secundário
Resultados	<p>MB: 0% to 50%</p> <p>B: 35% to 45%</p> <p>S: 5% to 65%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>	<p>MB: 0% to 60%</p> <p>B: 35% to 40%</p> <p>S: 0% to 65%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>	<p>MB: 0% to 55%</p> <p>B: 35% to 40%</p> <p>S: 5% to 60%</p> <p>INS: 0% to 5%</p>
Prestação do Serviço Educativo	<p>MB: 10% to 30%</p> <p>B: 40% to 65%</p> <p>S: 5% to 50%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>	<p>MB: 5% to 40%</p> <p>B: 45% to 60%</p> <p>S: 0% to 50%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>	<p>MB: 10% to 40%</p> <p>B: 40% to 60%</p> <p>S: 0% to 50%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>
Organização e Gestão Escolar	<p>MB: 10% to 45%</p> <p>B: 50% to 70%</p> <p>S: 5% to 20%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>	<p>MB: 10% to 40%</p> <p>B: 55% to 60%</p> <p>S: 5% to 30%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>	<p>MB: 10% to 40%</p> <p>B: 60% to 70%</p> <p>S: 0% to 20%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>
Liderança	<p>MB: 15% to 45%</p> <p>B: 50% to 60%</p> <p>S: 5% to 25%</p> <p>INS: 0% to 0%</p>	<p>MB: 10% to 55%</p> <p>B: 40% to 45%</p> <p>S: 5% to 40%</p> <p>INS: 0% to 5%</p>	<p>MB: 25% to 60%</p> <p>B: 40% to 40%</p> <p>S: 0% to 30%</p> <p>INS: 0% to 5%</p>
Capacidade de Auto-regulação e Melhoria	<p>MB: 0% to 15%</p> <p>B: 30% to 55%</p> <p>S: 30% to 55%</p> <p>INS: 0% to 15%</p>	<p>MB: 0% to 15%</p> <p>B: 30% to 55%</p> <p>S: 30% to 45%</p> <p>INS: 0% to 25%</p>	<p>MB: 5% to 25%</p> <p>B: 30% to 45%</p> <p>S: 30% to 55%</p> <p>INS: 0% to 10%</p>

Gráfico 3 – Distribuição das classificações atribuídas por domínio, pela IGE, às 20 escolas “melhor” e às 20 “pior” posicionadas nos *Rankings* do 9.º, 12.º e 9.º + 12.º ano

Comparando os resultados entre os *rankings*, podemos referir que as frequências relativas das classificações por domínio oscilam no máximo 15 pontos percentuais na classificação *Muito Bom* no domínio *Liderança* e na classificação *Bom* no domínio *Organização e gestão escolar*, nos restantes domínios oscilação máxima das classificações foi de 10 pontos percentuais.

As escolas “pior” posicionadas apresentam claramente classificações *Muito Bom* e *Bom* com frequências relativas muito inferiores, assumindo essa diferença um peso mínimo de 15 ponto percentuais para o domínio *Organização e gestão escolar*, no *ranking* do 9.º, e um peso máximo de 65 pontos percentuais para o domínio *Resultados*, nos *rankings* do 12.º e 9.º + 12.º. Nos restantes domínios (*Prestação do serviço educativo*, *Liderança* e *Capacidade de auto-regulação e melhoria*), essa diferença varia entre 35 pontos percentuais e 50 pontos percentuais.

Neste ponto foi analisada, numa perspectiva geral, a relação entre os resultados nos 5 domínios considerados pela IGE no processo de avaliação externa. Na análise efectuada verificámos que, na relação entre a posição das escolas nos *rankings* de resultados nos exames e as classificações atribuídas pela IGE por domínio, se evidenciaram domínios em que as escolas apresentaram melhores e piores desempenhos.

Contudo, na nossa investigação pretendemos analisar em particular a relação entre a auto-avaliação e os resultados dos alunos nos exames. Assim sendo, no ponto seguinte focamo-nos, especificamente, na apresentação e discussão dos resultados no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*.

#### 1.4- O domínio *Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria (CARM)*

Neste ponto apresentam-se os resultados referentes ao *Domínio capacidade de auto-regulação e melhoria*, partindo dos resultados apresentados nos quadros dos anexos 10, 11 e 12, procedendo à comparação entre os resultados nesse domínio e a posição que as escolas ocupam nos *rankings* do ensino básico (9.º), do ensino secundário (12.º) e do ensino básico + secundário (9.º + 12.º) (Gráfico 4).

A avaliação do domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* engloba a avaliação de dois factores específicos: auto-avaliação e a sustentabilidade do progresso, não sendo pública a classificação em cada um dos factores.

O domínio em apreciação constitui aquele que apresenta uma percentagem menos significativa de menções qualitativas de *Muito Bom*, como já analisado no ponto 1.3.

Na análise do gráfico 4, que confronta as classificações atribuídas neste domínio às 20 escolas “melhor” e às 20 “pior” posicionadas nos três *rankings* considerados, verificamos que:

- se regista com maior frequência a classificação *Bom*, nas escolas “melhor” posicionadas, correspondendo a um mínimo de 45%, no *ranking* do 9.º + 12.º, e a um máximo de 55%, nos restantes *rankings*. Sensivelmente metade destas escolas obteve a classificação *Bom*;

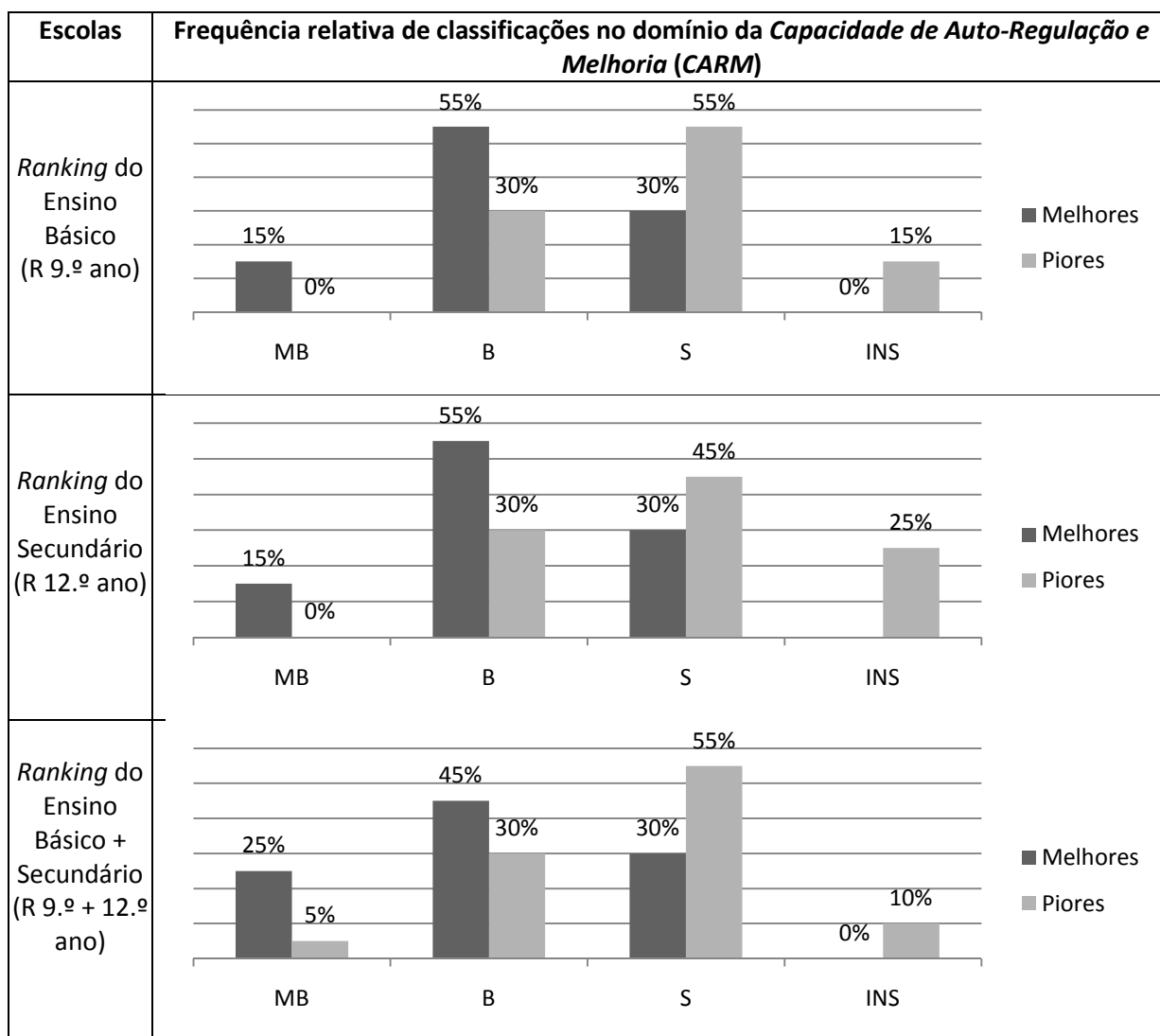


Gráfico 4 – Frequência relativa de classificações no domínio da *Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria (CARM)* das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas nos *Rankings*

- a classificação *Suficiente* registou, nas escolas “pior” posicionadas, maior frequência relativa, correspondendo a um mínimo de 45% no *ranking* do 12.º e a um máximo de 55%, nos restantes *rankings*. Sensivelmente metade das escolas “pior” posicionadas obteve a classificação *Suficiente*;

- da conjugação das classificações *Muito Bom* e *Bom*, 70% das escolas “melhor” posicionadas obtiveram estas classificações, contra o máximo de 35% das escolas “pior” posicionadas no *ranking* 9.º + 12.º ano;

- a classificação *Insuficiente* só teve expressão nas escolas “pior” posicionadas, com uma frequência de 15%, 25% e 10%, respectivamente para as escolas de cada *ranking*.

Da prossecução do nosso objectivo, comparar a relação entre a *Capacidade de auto-regulação e melhoria das escolas*, com base nos relatórios da IGE, e a posição que as escolas ocupam nos *rankings*, mediante os resultados dos alunos nos exames nacionais, podemos concluir que as escolas “melhor” posicionadas nos *rankings* apresentam também melhores resultados no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*. Por oposição, verifica-se que as escolas “pior” posicionadas nos *rankings* apresentam também piores resultados no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, mediante as classificações atribuídas pela IGE nesse processo.

Perante estes dados, justifica-se uma análise de conteúdo dos relatórios da avaliação externa das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no *ranking* do ensino básico e secundário (9.º + 12.º). Pretendemos analisar, com pormenor, a relação entre os processos de auto-avaliação; o uso e fins dados aos resultados da auto-avaliação (o atributo que o processo de auto-avaliação recebeu por parte da IGE) e a posição que as escolas ocupam no *ranking*.

## 2- Os relatórios da Avaliação Externa de Escolas da IGE e a Auto-avaliação das escolas

Os relatórios analisados na presente investigação dizem respeito a 40 escolas que foram sujeitas a avaliação externa de 2006 a 2009, das quais 20 se encontram “melhor” posicionadas no *ranking* do ensino básico e ensino secundário (9.º + 12.º) e as outras 20 se encontram colocadas nas últimas posições no mesmo *ranking* (Anexo 3 e 9).

A nossa análise relativamente ao processo de auto-avaliação teve por base quatro categorias distintas: estrutura do processo de auto-avaliação, diversidade de campos de análise, sustentabilidade do processo de auto-avaliação e constituição da equipa de auto-avaliação (Anexo 13).

### 2.1- Processos de auto-avaliação

Apresentamos neste ponto os resultados obtidos quanto ao processo de auto-avaliação (Gráfico 5), a partir dos quais procederemos a uma apreciação comparada dos processos de auto-avaliação entre as escolas “melhor” e “pior” posicionadas no *ranking*.

Em relação à estrutura dos processos de auto-avaliação, verifica-se que 60% das escolas “melhor” posicionadas apresentam um processo formal e institucional, contra 40% das escolas “pior” posicionadas no *ranking*. As escolas “pior” posicionadas apresentam uma expressão mais significativa (55%) de recolha de dados ou práticas de avaliação, uma diferença de 20 pontos percentuais relativamente às escolas “melhor” posicionadas. Somente em 5% das escolas “melhor” e “pior” posicionadas se verificou a inexistência de práticas de auto-avaliação.

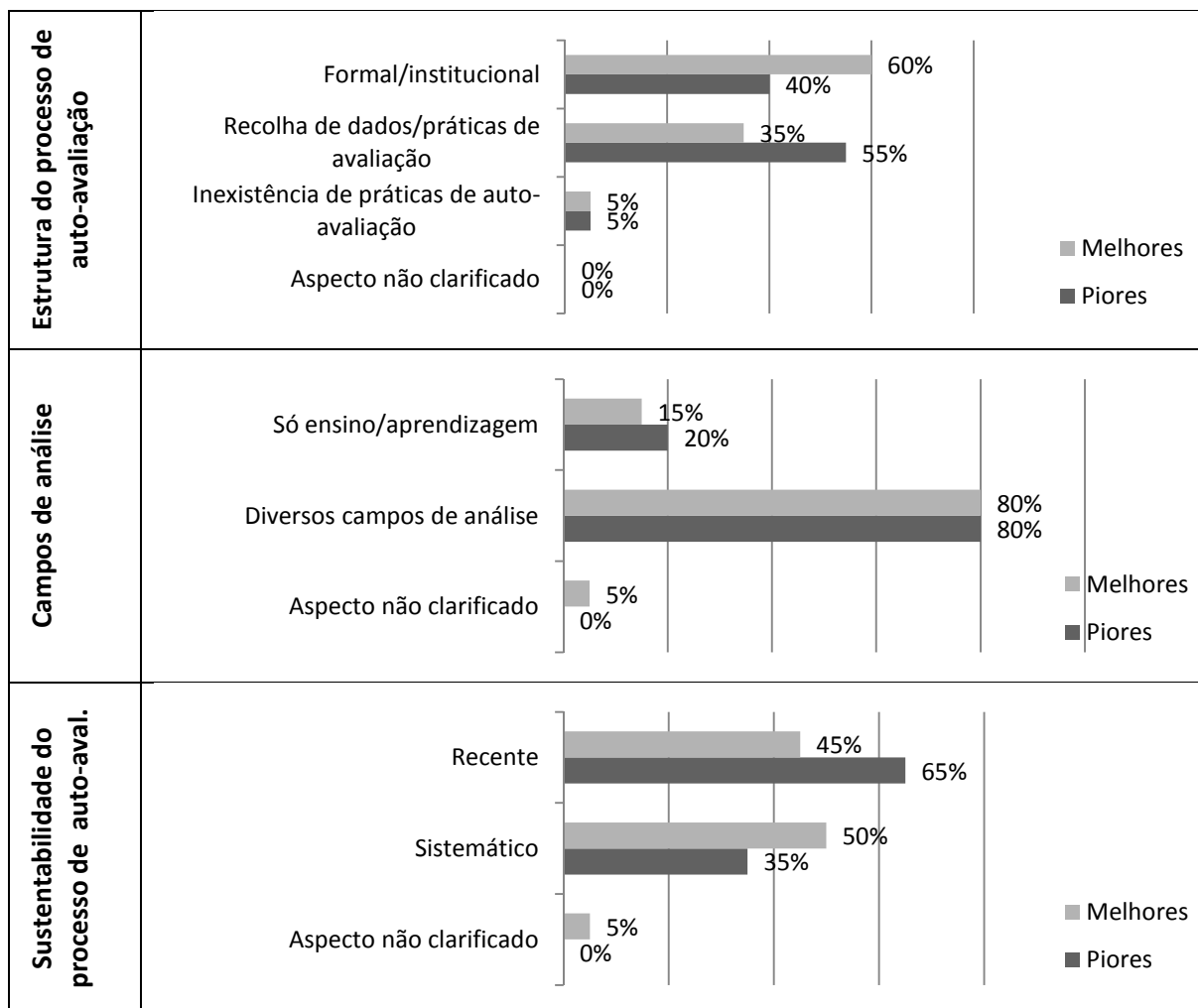


Gráfico 5 – Processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no *ranking* do 9.º + 12.º ano.

Relativamente à diversidade dos campos de análise, a situação é muito semelhante entre as escolas “melhor” e “pior” posicionadas. Ambas apresentam uma frequência mais expressiva, e igual (80%), de processos que abrangem diversos campos de análise. No entanto, as escolas “pior” posicionadas apresentam uma expressão superior, em 5 pontos percentuais, de processos que

abrangem só ensino/aprendizagem. Assinala-se que, embora o valor seja residual, em 3% das escolas “melhor” posicionadas não foi possível clarificar este aspecto.

Ao nível da sua sustentabilidade, verifica-se que nas escolas “pior” posicionadas os processos de auto-avaliação são mais recentes e menos sistemáticos e nas escolas “melhor” posicionadas os processos são mais sistemáticos, ocorrendo há mais tempo e de forma continuada. Porém convém referir que nos relatórios de 5% escolas “melhor” posicionadas não nos foi possível clarificar este aspecto.

Em síntese, podemos referir que as escolas “melhor” posicionadas apresentam maioritariamente processos de auto-avaliação formais e institucionalizados (60%), que abrangem diversos campos de análise (80%) e que esses processos são sistemáticos (50%), anteriores ao programa de avaliação externa.

Relativamente às escolas “pior” posicionadas verificámos que mais de metade (55%) somente recolhe dados/práticas de avaliação, que em 80% abrangem diversos campos de análise e que 65% desenvolvem um processo de auto-avaliação recente.

Como analisado, a quase totalidade das escolas avaliadas regista uma preocupação com a auto-avaliação. Esta preocupação traduz-se maioritariamente por processos formais de auto-avaliação nas escolas “melhor” posicionadas e por práticas de avaliação ou por simples recolhas de dados sobre o seu funcionamento, nas escolas “pior” posicionadas.

A prática de uma avaliação formal/institucional assume particular importância na medida em que desta decorre o reforço do profissionalismo docente, pautado por princípios de exigência, aperfeiçoamento e progresso das práticas pedagógicas, bem como o desenvolvimento de uma ética profissional vincada pela responsabilidade e pelo cuidado (Azevedo, 2007: 21). E caso este seja participado por toda a comunidade educativa “pode ser um instrumento decisivo de processos de melhoria e de estratégia de desenvolvimento” (Azevedo, 2007: 20).

Algumas asserções retiradas dos relatórios de Avaliação Externa comprovam que as escolas, metade das consideradas no nosso estudo, caminham nesse sentido: “O processo de auto-avaliação da Escola é participado, envolvendo toda a comunidade educativa, desde a fase da concepção até à definição de planos de melhoria.” (escola 29); “A Assembleia de Escola desempenha neste aspecto um papel relevante, participando nos balanços periódicos e analisando a necessidade de ajustes. Segundo o seu presidente, praticamente todas as reuniões incluem um ponto sobre avaliação, interna ou externa.” (escola 12) e “Estão assumidas nas várias estruturas de orientação educativa de topo e intermédias, de há muitos anos a esta parte, práticas sistemáticas de reflexão e avaliação crítica, (...)” (escola 9).

No entanto, verifica-se uma frequência elevada, 55% das “pior” posicionadas e 35% nas “melhor” posicionadas, de asserções do tipo, “A escola não parece conseguir mobilizar os seus



docentes para uma acção concertada e convergente, que potenciasses um conjunto que fosse mais do que apenas a soma das partes.” (escola 1); “A ESJGF faz a recolha de dados estatísticos sobre os resultados escolares, em particular dos resultados académicos, mas também sobre o funcionamento de algumas estruturas e projectos, embora isso ainda não se traduza numa análise reflexiva sobre o impacto destes nas aprendizagens dos alunos.” (escola 2); “(...) todavia o processo de auto-avaliação não é suficientemente conhecido pela comunidade escolar, não tendo sido devidamente apropriado pelos diversos órgãos, estruturas e profissionais.” (escola 11) e “Não têm sido desenvolvidas iniciativas de auto-avaliação organizadas e sistemáticas que dêem sustentabilidade ao planeamento da acção educativa, nem é regular a auscultação da comunidade escolar, no sentido de avaliar o seu grau de satisfação sobre a qualidade dos serviços prestados ou de conhecer eventuais propostas de melhoria.” (escola 34).

Os processos de auto-avaliação, que podem seguir diversas motivações, devem, em última análise, seguir sempre o objectivo de melhoria da escola (Alaíz *et al.*, 2003: 45), o que implica a definição de um quadro operacional suficientemente amplo que abranja todos os aspectos relevantes que se pretendem avaliar na escola (Alaíz *et al.*, 2003: 63).

Esta preocupação traduz-se em 80% das escolas “melhor” e “pior” posicionadas, verificável por asserções do tipo: “O processo de auto-avaliação tem sido progressivo, consolidando e alargando os campos de análise” (escola 12); “O projecto de auto-avaliação tem vindo a abranger as várias dimensões da Escola, nomeadamente, as de âmbito pedagógico, organizativo, funcional e de gestão, considerando, claramente, os parâmetros de avaliação consignados na lei.” (escola 29) e “Os campos de análise incidiram nos seguintes domínios: resultados, prestação do serviço educativo, organização e gestão escolar, liderança e capacidade de auto-regulação e melhoria da escola.” (escola 35).

Em contrapartida, em 20% das “pior” posicionadas e em 15% das “melhor” posicionadas, foram verificadas asserções como: “Os procedimentos avaliativos estão centrados nos órgãos e nas estruturas de coordenação e supervisão e dizem respeito, sobretudo, à análise dos resultados escolares.” (escola 14); “A avaliação interna já efectuada no domínio dos resultados escolares ... Quanto à auto-avaliação do desempenho organizacional, esta parece relativamente secundarizada. O processo de auto-avaliação, apesar de sistemático e regular é focalizado, não abrange ainda todas as áreas estratégicas (...)” (escola 24); ou “O Agrupamento não implementou um processo participado de auto-avaliação que considere todas as áreas-chave do seu desempenho. (...) limitados à área do ensino/aprendizagem, especificamente aos resultados académicos.” (escola 26).

Relativamente à sustentabilidade dos processos de auto-avaliação, verifica-se que nas escolas “pior” posicionadas a frequência de processos de auto-avaliação recentes é superior em quase o dobro em relação aos processos sistemáticos, enquanto nas “melhor” posicionadas, os

processos sistemáticos são mais significativos em 5 pontos percentuais do que os processos recentes. Tendo a avaliação externa como objectivos “fomentar nas escolas uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados” e “articular os contributos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de auto-avaliação das escolas” (IGE, 2010), podemos confirmar, pelos dados apresentados, que esse objectivo parece estar a ser cumprido, já que mais de metade das escolas analisadas apresentam processos recentes, o que significa que em princípio, os iniciaram depois do ano 2006 (o mesmo ano em que teve início o programa da avaliação externa de escolas). Esta conclusão é sustentada em asserções como: “No presente ano lectivo, a Escola optou por um processo formal de auto-avaliação” (escola 4); “Em 2008-2009, foi implementado um mecanismo de auto-avaliação (...)” (escola 13); ou “A Escola revela algumas práticas de análise e reflexão no interior dos órgãos e estruturas intermédias, mas só criou em 2009 uma equipa para a auto-avaliação” (escola 28).

No que respeita à constituição das equipas de auto-avaliação, uma análise atenta sobre o Gráfico 6 permite-nos constatar que equipas formadas só por docentes assume, tanto para as escolas “melhor” posicionadas como para as “pior” posicionadas, a frequência relativa mais significativa, com uma diferença percentual de mais 15% para as escolas “pior” classificadas.

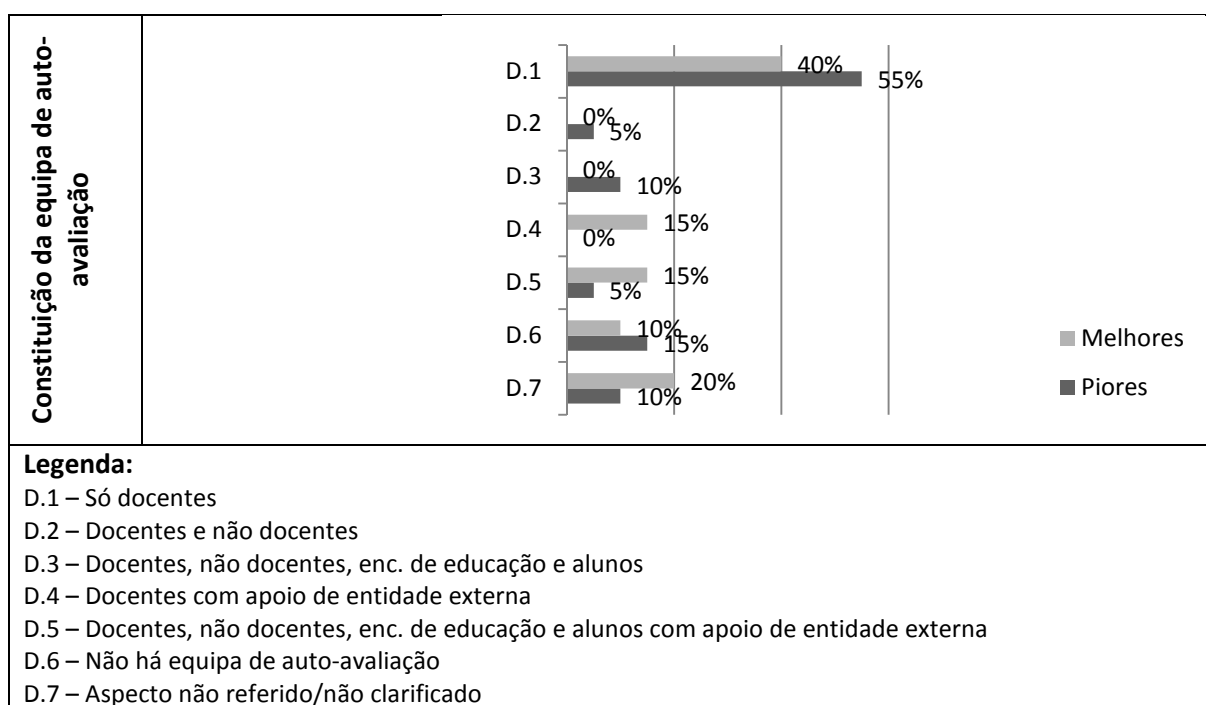


Gráfico 6 – Processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e 20 “pior” posicionadas no ranking do 9.º+12.ºano

As escolas “melhor” classificadas apresentam uma frequência relativa de 30% no que se refere ao apoio de entidade externa.

Somente em 10% das escolas “melhor” posicionadas se verificou que não há equipa de auto-avaliação, contra 15% das escolas “pior” posicionadas.

Assinalamos que em 20% e em 10%, respectivamente de escolas “melhor” e “pior” posicionadas, este aspecto não foi clarificado ou referido pela IGE nos relatórios referentes às respectivas escolas.

Segundo Azevedo (2007: 76), a participação, o envolvimento e a responsabilização na avaliação são aspectos essenciais; e, na perspectiva de Alaíz *et al.* (2003: 75), é prioritário que se defina uma equipa que se responsabilize pela auto-avaliação.

Na leitura dos relatórios verificámos a centralização do processo de auto-avaliação nos docentes em mais de metade das escolas “melhor” e “pior” posicionadas (D1 + D4, 55%), com asserções como: “(...) foi constituída uma equipa, com coordenação a cargo da presidente do conselho executivo e integrada apenas por docentes (...)” (escola 23); “A Escola preocupa-se em desenvolver mecanismos e processos de auto-avaliação, tendo criado uma equipa interna de auto-avaliação” (escola 24); e “(...) a ESAS constituiu em 2005/06 uma equipa de docente que iniciou o processo de auto-avaliação (...) integra exclusivamente docentes, (...)” (escola 3). O que, na perspectiva de Alaíz *et al.* (2003: 20), se caracteriza por processos de auto-avaliação que apresentam uma concepção restrita de auto-avaliação, assentando no papel desenvolvido pelos docentes. Para os mesmos autores, essa concepção de auto-avaliação comporta alguns riscos, uma vez que pode redundar no corporativismo, no imobilismo e na defesa das rotinas de trabalho instituídas na escola (2003: 20).

Alaíz *et al.* (2003: 20) consideram “imprescindível que a escola tenha em conta as perspectivas dos pais, dos alunos, dos autarcas e de outros cidadãos com interesses directos ou indirectos na escola”. Na nossa análise verificámos que somente em 15% das escolas “melhor” e “pior” posicionadas (D3 + D5) a equipa se fazia constituir com outros actores educativos, em asserções como: “Com o objectivo de implementar a auto-avaliação foi criada, em 2004, uma equipa formada por docentes, alunos, uma funcionária e um encarregado de educação, (...)” (escola 21); ou «Em 2008, este grupo foi substituído pela “Comissão de Avaliação Interna”, constituída por alunos, docentes e não docentes e pais, que, na sequência do trabalho anterior, produziu um documento de avaliação interna» (escola 35).

Relativamente ao envolvimento de uma entidade externa de apoio, um “amigo crítico”, Alaíz *et al.* (2003: 77) referem que esse elemento externo “poderá trazer maior objectividade à avaliação (...) pois tem o distanciamento de um olhar externo”. Nesse sentido, podemos constatar que existe apoio de uma entidade externa em 30% das escolas “melhor” posicionadas e somente em 5% das escolas “pior” posicionadas. Verificámos asserções como: “(...) tendo sido constituída uma equipa que integra pessoal docente e não docente, representantes dos Pais/EE, dos alunos e um

amigo crítico” (escola 4); “(...) contaram com o apoio de uma empresa de consultadoria, que também assegurou o tratamento estatístico dos inquéritos aplicados à comunidade educativa” (escola 5); ou “Gestores e a equipa de auto-avaliação estabeleceram como desafios: – recompor a equipa de avaliação interna que passou a envolver, além de professores, pessoal não docente, pais e uma “amiga crítica”, uma ex-aluna graduada no domínio da gestão de empresas e ligada à Universidade (...)” (escola 25).

Por fim, destacamos ainda que, em 20% das escolas “melhor” posicionadas e em 10% das “pior” posicionadas, verificámos asserções no sentido da não existência de uma equipa de auto-avaliação: “Não foi constituída uma equipa de auto-avaliação (...)” (escola 26); “Actualmente, não existe uma equipa para promover a auto-avaliação. Os procedimentos avaliativos estão centrados nos órgãos e nas estruturas de coordenação e supervisão e dizem respeito, sobretudo, à análise dos resultados escolares” (escola 14); e “A Escola, em sede de Conselho Pedagógico, departamentos curriculares e conselhos de turma, tem vindo a analisar os resultados académicos dos alunos e os órgãos e estruturas de gestão intermédia têm promovido a auto-avaliação de algumas das suas actividades. Por outro lado, o Plano Anual de Actividades tem sido avaliado em Conselho Pedagógico (...)” (escola 32).

## 2.2- Uso e Fins do Processo de Auto-avaliação

Após a conclusão do processo de auto-avaliação, com a identificação sustentada dos pontos fortes e fracos, de acordo com Alaíz *et al.* (2003: 113), chega o momento de extrair da auto-avaliação a sua utilidade, passando à planificação da melhoria da escola.

Na análise dos relatórios da avaliação externa procurámos recolher dados que nos permitissem inferir sobre o uso que é dado e que finalidades perseguem os resultados obtidos pelas escolas no processo de auto-avaliação que implementam. Como tal, definimos, seguindo os critérios de Maria Luís (2009), quatro categorias de análise com as quais pretendemos clarificar: se os processos de auto-avaliação permitem conhecer os pontos fortes e os pontos fracos; se constituem um instrumento que conduza ao desenvolvimento e melhoria da escola, nomeadamente ao nível de desenvolvimento de planos de melhoria da escola ou orienta acções de melhoria; e se constituem um apoio à tomada de decisão, ao planeamento e à gestão. Como foi já referido na metodologia, fazemos a associação das oportunidades e constrangimentos, respectivamente, a pontos fortes e a pontos fracos, por aparecerem muito frequentemente associados também nos relatórios.

Na análise dos resultados sobre os *usos e fins do processo de auto-avaliação* nas escolas “melhor” e “pior” classificadas no *ranking* (Gráfico 7), constatamos que, em metade das escolas

“pior” posicionadas e em 55% das “melhor” posicionadas, o processo permite conhecer os pontos fortes/fracos. No aspecto de a auto-avaliação não permitir o conhecimento dos pontos fortes/fracos, verificámos uma diferença de mais 5 pontos percentuais para as escolas “pior” classificadas. No entanto, é de notar que, em 20% das escolas “pior” classificadas contra 5% das escolas “melhor” posicionadas, esta categoria não foi referida ou clarificada.

No concernente à *reflexão sobre os resultados da auto-avaliação*, a situação é semelhante, ou seja, os processos de auto-avaliação proporcionaram maior reflexão nas escolas “melhor” posicionadas, verificando-se uma frequência superior em 15 pontos percentuais em relação às “pior” classificadas. Esta diferença, 15 pontos percentuais, também se verificou relativamente à ausência de clarificação ou referência a este aspecto nos relatórios, com uma expressão maior para as escolas “pior” classificadas (20%).

No que respeita ao facto de a auto-avaliação ser um *instrumento de desenvolvimento e melhoria*, assinalamos que a inexistência de acções e planos de melhoria foi o aspecto que se registou com maior frequência, com uma diferença mais significativa para as escolas com melhores resultados nos exames, mais 10 pontos percentuais. As escolas “melhor” posicionadas registaram uma frequência igual (25%) para a existência de planos de melhoria e para unicamente acções de melhoria. Enquanto as escolas “pior” posicionadas registaram uma diferença de menos 5 e 10 pontos percentuais, respectivamente, quanto à existência de planos de melhoria ou somente acções de melhoria. Como aspecto não referido/não clarificado, só teve expressão (5%) para as escolas “melhor” posicionadas.

Por último, relativamente aos processos de auto-avaliação constituírem um processo de apoio à decisão e influenciarem o planeamento e a gestão, constatou-se que o facto de isso não acontecer foi o aspecto com maior expressão e com uma frequência relativa igual (55%) para as “melhor” e para as “pior” posicionadas no ranking. Ou seja, para mais de metade das escolas, quer “melhor” quer “pior” posicionadas no *ranking*, a auto-avaliação não constitui um processo que apoia a decisão, que influencia o planeamento e a gestão. O contrário só se verificou para 40% das escolas “melhor” posicionadas e para 35% das escolas “pior” posicionadas. A frequência relativa referente à não referência ou não clarificação deste aspecto teve uma expressão diminuta, verificando-se uma diferença de menos 5 pontos percentuais para as “melhor” classificadas (5%).

Na nossa investigação concluímos que, na maioria das escolas, quer nas “melhor” quer nas “pior” posicionadas no *ranking*, “o processo de auto-avaliação permitiu o conhecimento de pontos fortes e fracos da actividade da organização (...)” (escola 11) e que “os resultados de auto-avaliação são reflectidos (...)” (escola 29). No entanto, foi possível verificar que, em 45% das escolas “melhor” posicionadas e em 35% das “pior” posicionadas, o processo de auto-avaliação apresenta sérias debilidades ao nível da implementação de melhoria, em asserções como: “não se

recolheram evidências de que as práticas de auto-avaliação adoptadas pela Escola tenham já permitido uma intervenção sistemática consubstanciada em planos de melhoria (...)” (escola 2); “(...) na sequência do processo de auto-avaliação, não foram elaborados planos formais de melhoria, embora tenham sido identificadas áreas a melhorar” (escola 4); e “(...) a escola não ser muito consequente no uso do processo de avaliação interna como um processo de melhoria do seu próprio funcionamento” (escola 1).

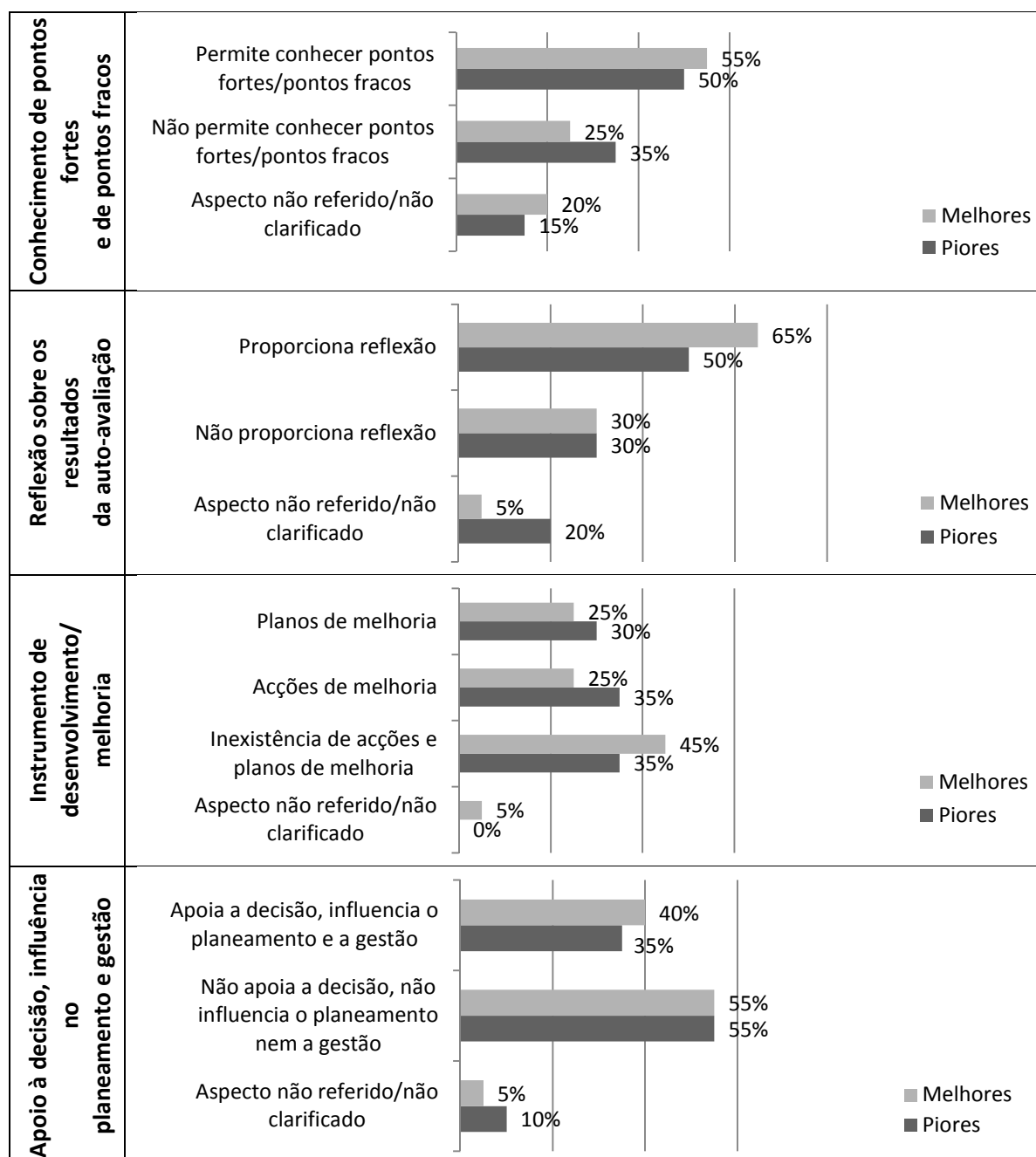


Gráfico 7 – Uso e fins do processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no ranking do 9.º + 12.º ano

Este facto torna-se mais notório ao nível do apoio à decisão, influência no planeamento e gestão da escola, onde em mais de metade das escolas “melhor” e “pior” posicionadas no *ranking* se verificou que: “Não se recolheram evidências de que as práticas de auto-avaliação adoptadas pela Escola tenham já permitido uma intervenção sistemática consubstanciada em planos de acção que considerem os pontos fortes e as debilidades da prestação do serviço educativo e sustentem as opções estratégicas e as decisões tomadas relativamente à vida da Escola” (escola 2) ou que “(...) este processo não conduziu à elaboração de planos de melhoria, nem é ainda suficientemente sistemático e abrangente para ser apropriado por todos e para ter impacto na organização da Escola, na gestão das actividades, no planeamento e nas práticas profissionais (...) não é ainda evidente uma cultura de auto-regulação assumida por toda a comunidade escolar, nem a existência de um planeamento estratégico de consolidação e melhoria” (escola 10). Nestas escolas, os processos de auto-avaliação não foram muito além do plano das intenções, verifica-se que as melhorias se centraram fundamentalmente ao nível dos procedimentos, de “*procedimentos burocráticos*” (Costa, 2007: 232).

A constatação destes factos desperta alguma estranheza se comparado com os resultados obtidos no ponto 1.4, onde se verificou que 70% das escolas “melhor” posicionadas obtiveram classificação *Muito Bom* ou *Bom*, respectivamente 25% e 45%. A IGE atribuiu tais classificações no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, em processo de auto-avaliação que apresentam debilidades ao nível do *desenvolvimento e melhoria* e no *apoio à decisão, influência no planeamento e gestão*. Será que este facto poderá traduzir uma valorização da avaliação de escolas numa “*lógica instrumental*”, de prestação de contas sobre a verificação do cumprimento dos “*procedimentos burocráticos*”, revelando subjacente uma exigência do cumprimento formal dos requisitos legais, ou seja, a verificação da existência de um relatório com referência aos pontos fortes e fracos será mais importante do que a valorização da sua componente de efectiva promoção de melhoria organizacional e de aumento da qualidade dos serviços e dos resultados?

Analisemos ainda o atributo que os processos da auto-avaliação receberam por parte da IGE.

### **2.3- Atributo dado pela IGE ao Processo de Auto-avaliação**

Na análise de conteúdo efectuada aos relatórios da avaliação externa da IGE das escolas consideradas na nossa investigação verificámos a frequência relativa de referências aos processos de auto-avaliação no capítulo das *Considerações finais*, como ponto forte ou fraco ou como oportunidade ou constrangimento (Anexo 14). Considerámos nesta categoria que faríamos, conscientes das diferenças, coincidir ponto forte com oportunidade e ponto fraco com

constrangimento. Já que, em nossa opinião, as asserções verificadas como oportunidades ou como constrangimentos se firmam, respectivamente, em prováveis pontos fortes ou pontos fracos caso sejam explorados ou superados.

Da leitura dos resultados e partindo do Gráfico 8, verificámos que o *atributo Ponto fraco* foi o aspecto com frequência relativa mais significativa, tanto para as escolas “melhor” como para as escolas “pior” classificadas no *ranking*, com, respectivamente, 50% e 60%. Verificámos asserções como: “A inexistência de processos consistentes e suficientemente consolidados de auto-avaliação” (escola 3); “A equipa de auto-avaliação, pouco representativa da comunidade, e o processo de auto-avaliação, pouco sistemático e abrangente para ter impacto na organização e gestão e nas práticas profissionais” (escola 10); ou “Os procedimentos de avaliação interna que ainda não revelam uma política consistente e sistemática de auto-avaliação” (escola 16).

O atributo *Ponto Forte* somente teve uma expressão de 15% e 25%, respectivamente, para as escolas “melhor” e “pior” posicionadas. Verificado em asserções como: “A auto-avaliação é muito participada e os seus resultados são instrumento para a melhoria da Escola” (escola 15); “A adopção de um modelo de auto-avaliação mais adaptado às escolas que o CAF, mais em linha com o adoptado internacionalmente que o concebido pela equipa responsável e integrador de contributos de avaliadores que não sejam docentes” (escola 18); “A implementação de planos de acção decorrentes das fragilidades identificadas nos relatórios de auto-avaliação” (escola 21); ou “Projecto de auto-avaliação com forte impacto nos planos de melhoria do desempenho da Escola” (escola 29).

Contudo, sublinhamos que este aspecto não é referido nos relatórios de 35% das escolas “melhor” posicionadas e em 15% das “pior” posicionadas no *ranking*.

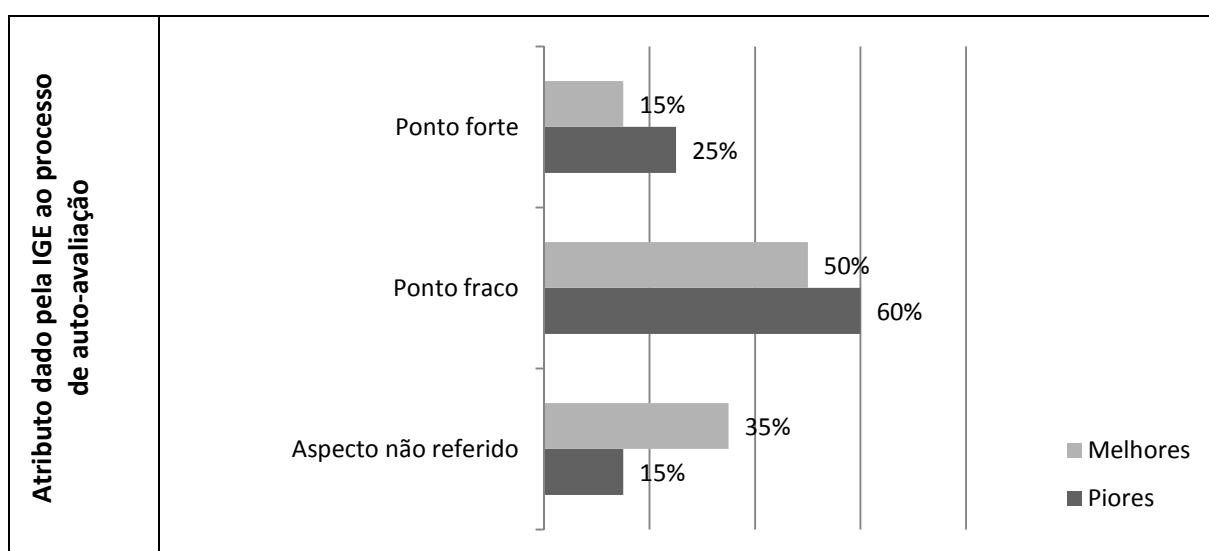


Gráfico 8 – Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação das 20 escolas “melhor” e das 20 “pior” posicionadas no *ranking* do 9.º + 12.º ano



A conjugação dos resultados do ponto 1.4, sobre o domínio *Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria (CARM)*, com os resultados do ponto 2.1 e 2.2., relativos ao *Processo de auto-avaliação e Uso e fins dados ao processo de auto-avaliação* (respectivamente) e os resultados apresentados no ponto anterior, permite-nos as constatações que a seguir apresentamos.

A maioria das escolas “melhor” posicionadas (70%) contra 35% das escolas “pior” posicionadas apresentou uma conjugação de classificações *Muito Bom* e *Bom* no domínio CARM. A frequência relativa de escolas em que se verificou que os resultados da auto-avaliação não se concretizavam em instrumento de desenvolvimento/melhoria e no apoio à decisão, influência no planeamento e gestão, foi, respectivamente, de 45% e 55% para as “melhor” posicionadas e de 35% e 55% para as “pior” posicionadas.

Acresce que verificámos que em 50% das “melhor” classificadas e em 60% das “pior” classificadas o processo de auto-avaliação foi considerado ponto fraco. Sabendo que o domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* considera dois factores *Auto-avaliação* e *Sustentabilidade do progresso* e que a sustentabilidade do progresso está intimamente ligada à existência de um robusto processo de auto-avaliação que permita, em primeira instância de forma participada, um diagnóstico global e sustentado dos pontos fortes e fracos para posteriormente fomentar a implementação de planos de melhoria e proporcionar melhorias no planeamento, na gestão das actividades, na organização e por fim nas práticas profissionais, como poderão ser atribuídas estas (boas) classificações e ao mesmo tempo o atributo de ponto fraco?

Esta constatação induziu-nos, novamente, a considerar que há uma valorização da avaliação de escolas numa “*lógica instrumental*” de prestação de contas sobre a verificação do cumprimento dos “*procedimentos burocráticos*”, revelando subjacente uma exigência do cumprimento formal dos requisitos legais; ou seja, a sobrevalorização da existência de um relatório de auto-avaliação com referência aos pontos fortes e fracos e recomendações, mais do que a valorização da sua componente de efectiva mobilização dos resultados na promoção de melhoria organizacional e de aumento da qualidade dos serviços.

No entanto, verificando-se este facto na classificação atribuída pela IGE ao domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* de algumas escolas “melhor” posicionadas, será que podemos falar de um “*contágio positivo*”, em que os bons resultados nos exames dos alunos dessas escolas influenciaram na tomada de decisão da classificação do processo de auto-avaliação dessas mesmas escolas?

Porém, compete-nos salientar que se tratam de conjecturas baseadas em análises (subjectivas) a partir de asserções verificadas nos relatórios da avaliação externa, nos quais não poderá constar toda a vastidão de informação recolhida pela equipa de avaliação da IGE no

processo de avaliação de cada escola. No entanto, das asserções verificadas nos relatórios analisados, podemos afirmar que há escolas “melhor” posicionadas no *ranking* que, apresentando um processo de auto-avaliação com fragilidades, obtiveram a classificação *Bom* e, em contra-senso, escolas “pior” posicionadas, apresentando um processo de auto-avaliação mais robusto, este foi também classificado com *Bom*. Analisemos mais particularmente os casos identificados.

A escola “melhor” posicionada no *ranking* do 9.º+12.º, posicionada em 1.º, teve classificação *Bom* no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* na avaliação externa levada a cabo em Abril de 2007. No entanto, na análise do relatório da avaliação externa, verificámos, pelas asserções, que apresenta um processo de auto-avaliação pouco formalizado e institucionalizado, recente e com uma equipa de auto-avaliação que não é representativa pois não inclui outros elementos além dos professores: “(...) a prática de auto reflexão e de auto crítica nem sempre é abordada de modo sistemático, cingindo-se, frequentemente, a iniciativas de um grupo restrito de pessoas que insiste nesse sentido” (escola 1) e que “A actual equipa de avaliação interna funciona desde Setembro 2006 (...)” (escola 1).

Relativamente ao uso e fins dado à informação, é referido no relatório que “(...) não se encontrou evidência de que as suas conclusões fossem assumidas pela escola, como comunidade” (escola 1); “(...) o ambiente que encontrámos não nos pareceu envolver uma intensa prática de auto-reflexão e de auto-crítica” e “parece não possuir uma percepção dos seus pontos fracos nem reconhecer ameaças à sua acção, o que pode induzir algumas dificuldades em definir uma estratégia consequente e largamente aceite, pela comunidade, que lhe permita aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem e melhorar o seu desempenho” (escola 1). Como se verifica, não há a identificação evidente dos pontos fortes nem dos pontos fracos, o que limita o processo reflexivo e o apoio à decisão e a definição estratégica de planos de melhoria. Situação que, pelo analisado, se revela difícil de ultrapassar, pois “(...) o ambiente que encontrámos [a IGE] não nos pareceu envolver uma intensa prática de auto-reflexão e de auto-crítica” (escola 1), existindo uma “Anuência a rotinas, fortemente interiorizadas, que criam inércias inibidoras de questionamento ante à necessária eficácia de implementação de processos” (escola 1).

Na leitura do texto do relatório da IGE sobre a avaliação externa realizada na escola posicionada em 2.º lugar no *ranking* do 9.º + 12.º, pode-se também descortinar uma certa contradição entre a classificação (*Bom*) e a descrição apresentada. O processo de auto-avaliação apresenta fragilidades ao nível da estrutura, da sustentabilidade e da constituição da equipa responsável pela sua concretização. Vejamos: “A (escola) ESJGF faz a recolha de dados estatísticos sobre os resultados escolares, em particular dos resultados académicos, mas também sobre o funcionamento de algumas estruturas e projectos, embora isso ainda não se traduza numa análise reflexiva sobre o impacto destes nas aprendizagens dos alunos” (escola 2); “Este trabalho

tem sido desenvolvido, essencialmente, pelo órgão de gestão apoiado por um pequeno grupo de docentes” (escola 2); e “A fase de desenvolvimento em que se encontra a aplicação do modelo de auto-avaliação e a forte tendência de concentração do processo no CE tem condicionado as possibilidades de um tratamento e análise mais aprofundados dos dados obtidos, que traduzam um desenho mais preciso e fundamentado das linhas e estratégias de melhoria” (escola 2). As fragilidades tornam-se ainda mais evidentes sobretudo ao nível do uso e fins dado aos seus resultados, como se verifica pelas asserções: “Não se recolheram evidências de que as práticas de auto-avaliação adoptadas pela Escola tenham já permitido uma intervenção sistemática consubstanciada em planos de melhoria que orientem uma estratégia de acção para superar os seus aspectos menos positivos, não tendo ainda sido criadas, deste modo, dinâmicas capazes de sustentar o progresso” (escola 2); e que “(...) sustentem as opções estratégicas e as decisões tomadas relativamente à vida da Escola” (escola 2).

Relembramos que se trata de escolas destacadas no *ranking* pela excelência dos resultados dos “seus” alunos e que obtiveram, mesmo perante as fragilidades apontadas, a classificação *Bom* no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*.

Vamos agora analisar, comparativamente e em particular, dois exemplos de escolas posicionadas nos últimos lugares do mesmo *ranking* que, perante um processo mais robusto de auto-avaliação, receberam no entanto a mesma classificação.

As escolas que passamos a analisar estão posicionadas em 210.º e em 237.º no *ranking* e apresentam, de acordo com o relatório, maior robustez quer ao nível do *processo de auto-avaliação* que implementam quer ao nível do *uso e fins dados* aos resultados desse mesmo processo.

Ao nível da *estrutura*, categoria A, verifica-se que: “Em 2004, foi criada uma equipa de auto-avaliação alargada a toda a comunidade escolar, tendo vindo a debruçar-se sobre a avaliação de várias dimensões da vida da Escola, através de inquéritos aplicados a toda a comunidade escolar. Esta prática de avaliação reportada a questões de ordem organizacional, administrativa e pedagógica foi prosseguida, com nova equipa, em 2008-2009” (escola 21); “Do percurso efectuado pela Escola, desde há vários anos, no domínio da avaliação interna, retira-se que houve um progresso, sobretudo, em termos das metodologias utilizadas que evoluíram das práticas de análise e reflexão sobre, fundamentalmente, os resultados escolares, de acordo com a respectiva legislação, para a implementação, a partir de 2006, de uma estratégia de auto-avaliação, sustentada em processos metodológicos enquadrados no modelo de excelência *European Foundation for Quality Management*” (escola 37); que “(...) incide em áreas importantes do funcionamento da Escola tais como: os resultados escolares, a oferta educativa e a qualidade dos espaços e equipamentos, encontrando-se prevista uma participação mais efectiva de toda a comunidade educativa no processo” (escola 37).

Relativamente ao *uso e fins* dado aos resultados do processo de auto-avaliação verificámos que: “Em resultado dos inquéritos, foram elaborados relatórios, com a identificação de pontos fortes e aspectos a melhorar, e implementados planos de acção educativa, estando em fase de construção o plano de melhoria decorrente das fragilidades identificadas no último relatório de auto-avaliação. A actual equipa de avaliação elaborou o plano de acção para 2009-2013 e o cronograma de actividades, por período lectivo, para o ano em curso” (escola 21); e, na escola 37, “tendo procedido ao levantamento dos pontos fortes e dos aspectos a melhorar - resultados escolares, oferta educativa e qualidade dos espaços - segundo os critérios definidos no citado modelo de avaliação”.

Assim, “A Escola conhece os seus pontos fortes e pontos fracos, graças à adopção de mecanismos de auto-regulação e, subsequentemente, desenvolve medidas diversificadas no sentido da sua consolidação e/ou superação das dificuldades. Potencializa as oportunidades que o contexto lhe faculta e minimiza o impacto dos constrangimentos, de forma a garantir a sustentabilidade do seu progresso” (escola 21); e, também, “(...) demonstrando que a auto-avaliação foi o ponto de partida para o aperfeiçoamento institucional (...) Pese embora, não se encontre concluído o projecto de auto-avaliação da Escola, esta revela que já conseguiu, através do diagnóstico preciso das características dos alunos e do seu contexto social, auto-questionar-se, no sentido da selecção dos factores da mudança que pretende” (escola 37).

Por fim, a IGE destacou como ponto forte “A implementação de planos de acção decorrentes das fragilidades identificadas nos relatórios de auto-avaliação” (escola 21).

Em síntese e perante a análise dos textos dos relatórios da IGE sobre a avaliação externa, particularmente nestas escolas, verificou-se que, ao nível do uso e fins dado aos resultados do processo de auto-avaliação, as escolas “melhor” posicionadas apresentam debilidades mais significativas, do que os processos de auto-avaliação das escolas “pior” posicionadas, no entanto, obtiveram a mesma classificação. Esta constatação confirmou a existência de contradição entre as classificações atribuídas ao domínio de *Capacidade de auto-regulação e melhoria* e a descrição apresentada sobre o processo de auto-avaliação, indiciando uma possível “contaminação positiva” do posicionamento das escolas nos *rankings* sobre as classificações atribuídas neste domínio.

No entanto, também a escola 29, avaliada em 2007/08, que se encontra posicionada em todos os *rankings* entre os piores lugares e que aparece, especificamente no *ranking* do 9.º + 12.º ano, como a 18.ª escola com piores resultados nos exames, se destaca por outros motivos.

Esta escola não segue a regra verificada, em que as escolas “pior” posicionadas comparativamente com as “melhor” posicionadas, têm piores resultados na avaliação externa e globalmente processos de auto-avaliação e usos e fins menos sustentados e menos direccionados

para a melhoria da organização e da qualidade do serviço educativo. Na avaliação levada a cabo pela IGE, realizada no ano lectivo 2007/08, obteve as classificações *Bom*, *Muito Bom*, *Muito Bom*, *Muito Bom* e *Muito Bom*, respectivamente em cada um dos domínios em que incide a avaliação externa.

Recolocamos a questão, Porque estará esta escola entre as piores, já que organizacionalmente, segundo a IGE, esta escola é muito boa?

Quanto à auto-avaliação, verificámos no relatório de Avaliação Externa que: “O projecto de auto-avaliação da Escola é participado, envolvendo toda a comunidade educativa desde a fase da concepção até à definição de planos de melhoria. Este projecto tem vindo a abranger as várias dimensões da Escola, nomeadamente as de âmbito pedagógico, organizativo, funcional e de gestão. A informação é recolhida e tratada exaustivamente e divulgada nos diversos órgãos da Escola. Estes resultados de auto-avaliação são aqui reflectidos e têm um impacto no planeamento, na gestão e organização da Escola e nas práticas dos docentes.” (29).

Embora saia do âmbito do nosso estudo, não conseguimos deixar de fazer uma pequena incursão em outros domínios para esclarecer esta situação excepcional.

A auto-avaliação é fundamental para que a escola enquanto organização reflecta sistematicamente e de forma rigorosa sobre as fragilidades e oportunidades para garantir a melhoria organizacional, quer ao nível das práticas, quer ao nível da qualidade das aprendizagens e dos resultados alcançados (Azevedo, 2007; Alaíz, 2003; Guerra, 2001). No entanto, existem factores que não dependem exclusivamente do controlo das escolas, como o conhecimento dos alunos à entrada para a organização e os factores do contexto, social e económico, de onde os mesmos são oriundos. Poderão estes factores ser um obstáculo ao fim último da auto-avaliação, a melhoria dos resultados dos alunos? O caso da escola em análise poderia ser um exemplo a referir pelos mais cépticos relativamente à (in)utilidade da auto-avaliação.

Na procura de uma explicação e não dispondo de tempo para ir mais além, detemo-nos na análise do relatório de avaliação externa elaborado pela IGE: do capítulo II, *Caracterização da escola*; do capítulo III, *Conclusões da avaliação por domínio*, no ponto 1.1, *Resultados*; e do capítulo IV, *Avaliação por factor*, no ponto 1.1, *Sucesso Académico* e no ponto 1.4, *Valorização do impacto das aprendizagens*.

Na leitura da caracterização da escola constatámos sinteticamente que “As instalações escolares, apesar de funcionais e aprazíveis, encontram-se desgastadas e alguns espaços desactualizados”, que “No presente ano lectivo é frequentada por cerca de 1931 alunos (...) cujas nacionalidades são, maioritariamente, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, do Brasil e dos países do leste europeu (...)” e que “O corpo docente é constituído por 221 professores.

Destes 168 pertencem ao quadro de Escola, 25 ao quadro de zona pedagógica, sendo 40 contratados”.

Quanto aos resultados escolares destacamos algumas expressões que vincam o discurso: “(...) as taxas de sucesso apresentam uma tendência positiva na sua evolução (...)”, “(...) as classificações dos alunos apresentam uma evolução positiva (...)” e “São recolhidos os dados relativos às avaliações internas e dos exames nacionais e tratados exaustivamente pela equipa de auto-avaliação. Este trabalho tem impacto na organização e gestão da Escola e no trabalho de planeamento nos departamentos curriculares. Para melhorar os níveis de sucesso nas disciplinas nas quais os alunos têm mais dificuldades, a Escola aderiu ao Plano de Acção para a Matemática e ao projecto Português como Língua não Materna. Também, a organização do apoio pedagógico acrescido, compatibilizando os horários dos docentes com as necessidades dos alunos (...)”.

Relativamente à valorização das aprendizagens, destacamos: “Os pais e encarregados de educação reconhecem a Escola como um contexto positivo na formação dos jovens e como força transformadora da própria comunidade. A Escola preocupa-se com a formação dos alunos e incentivando-os, incluindo, nela, a diversidade sociocultural. Ao mesmo tempo, valoriza, significativamente, a relação com a comunidade educativa e procura estimular nesta a valorização do papel da Escola, das aprendizagens e das competências nela desenvolvidas. Esta relação é estimulada através das reuniões realizadas pelos directores de turma, procurando-se, justamente, demonstrar o progresso feito pelos alunos ao longo dos anos (o mesmo DT segue todo o ciclo de ensino)”.

Concluimos: perante este cenário, ser necessário refazer a nossa questão – o que seria destes alunos, destas famílias e desta escola se o processo de auto-avaliação não sustentasse o seu bom desempenho organizacional?

## 2.4- Contraditórios

Relativamente à apresentação de contraditórios pelas escolas consideradas na nossa investigação, constatámos que 25% exerceu esse direito: 30% de escolas “pior” posicionadas contra 20% das escolas “melhor” posicionadas, como pode ser observar no Quadro 2.

	<b>Contraditório</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>“Melhores”</b>	5C, 8C, 11C, 20C	4	20%
<b>“Piores”</b>	23C, 24C, 26C, 31C, 37C, 40C	6	30%
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>25%</b>

Quadro 2 - Escolas que apresentaram contraditório

No que concerne aos *Contraditórios* onde constam referências relativas ao domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, verificou-se uma diferença para metade nas escolas “melhor” posicionadas e uma diferença de 5 pontos percentuais para as “pior” posicionadas, como se pode verificar pela análise do Quadro 3.

	<b>Contraditório</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>“Melhores”</b>	8C, 20C	2	10%
<b>“Piores”</b>	23C, 24C, 26C, 31C, 40C	5	25%
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>17,5%</b>

Quadro 3 - Frequência relativa de contraditórios com referência ao domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*.

Da totalidade de escolas consideradas na nossa investigação, 17,5% referiram-se ao domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* no contraditório apresentado. No entanto, comparativamente, constatou-se que mais do dobro das escolas “pior” posicionadas no *ranking*, 25% contra 10%, recorreram à apresentação de contraditório com referência a esse domínio.

## Conclusão

Perante os condicionalismos temporais impostos à elaboração deste tipo de trabalhos, somos chegados à conclusão do nosso laborioso percurso, com a clara sensação de que o tema era merecedor de maior aprofundamento, sobretudo em termos da exploração de muitas linhas interpretativas e investigativas para onde apontam alguns dos resultados que obtivemos. Deixamos assim entreabertos alguns caminhos desafiantes que futuramente poderão ser aprofundados.

Esta incursão, em domínios que não conhecíamos tão bem, permitiu um grande enriquecimento pessoal a nível investigativo e técnico, além da modesta contribuição com novas interrogações, novos problemas e novos interesses merecedores de reflexão no âmbito da avaliação de escolas.

Quando arquitectámos este trabalho propusemo-nos *analisar a relação entre a avaliação externa/auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios de avaliação externa levada a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais*.

Como tal, numa primeira etapa, procurámos *analisar a relação entre a avaliação externa das escolas e os resultados dos alunos nos exames nacionais*, especificamente propusemo-nos a analisar a relação entre:

- o ano em que as escolas foram sujeitas a avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais;
- as classificações atribuídas pela IGE às escolas na avaliação externa e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais;
- a classificação atribuída pela IGE a cada um dos cinco domínios considerados na avaliação externa, especificamente à *Capacidade de auto-regulação e melhoria das escolas* e a posição que ocupam nos *rankings* de resultados dos alunos no exames nacionais.

Na etapa seguinte tentámos perceber *a relação entre a auto-avaliação das escolas, com base na análise dos relatórios de avaliação externa levada a cabo pela IGE, e os resultados dos alunos nos exames nacionais*, especificamente pretendemos:

- Caracterizar os processos de auto-avaliação das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais;
- Identificar o uso e os fins dados aos resultados da auto-avaliação nas escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais.
- Identificar o atributo que o processo de auto-avaliação, das escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings* de resultados dos exames nacionais, recebeu por parte da IGE.

Relativamente ao primeiro objectivo enunciado, *analisar a relação entre o ano em que as escolas foram sujeitas a avaliação externa e a posição que ocupam nos rankings de resultados dos*



*alunos no exames nacionais*, verificámos que, até ao ano lectivo 2008/09, foram avaliadas, maioritariamente, escolas “melhor” posicionadas nos *rankings* e que a maioria das escolas “pior” posicionadas foram avaliadas nos anos seguintes.

Até ao ano lectivo 2007/08, as escolas candidatavam-se à avaliação externa (face ao convite lançado pela IGE) e nos anos seguintes, não existindo candidaturas suficientes para perfazer o número total de escolas a avaliar, a IGE passou a indicar escolas, que mediante anuência da sua direcção, que foram sujeitas à avaliação.

Logo à partida, não se verificando a candidatura de um número suficiente de escolas ao processo de avaliação externa, induziu-nos a considerar que as escolas não estavam preparadas para enfrentar essa avaliação. Os resultados por nós obtidos tendem a confirmar esta possível relação, já que as escolas “melhor” posicionadas representaram o maior número de escolas avaliadas até esse ano e melhores resultados gerais na avaliação externa. No entanto, não nos foi possível confirmar tal facto, já que se trata de um assunto confidencial da IGE.

Contudo, e ainda referente ao ano em que as escolas foram sujeitas à avaliação externa, assinalámos uma significativa percentagem de escolas “pior” posicionadas que, no período identificado como de candidatura voluntária, foram avaliadas. No entanto, essas escolas obtiveram uma frequência elevada de classificações *Suficiente* ou mesmo classificações *Insuficiente*, o que despertou alguma estranheza. Sabendo-se que a avaliação externa assenta na análise do texto de apresentação onde em destaque se deve estabelecer a ligação entre a auto-avaliação e a avaliação externa e que existem inclusivamente repercussões para as escolas com fracos desempenhos, por que terão estas escolas acedido voluntariamente à avaliação externa? Não terão essas mesmas escolas consciência concreta do processo de auto-avaliação que implementaram? Não terá sido uma decisão voluntária e tenham havido pressões que as levaram a aceder à avaliação? Ou, numa perspectiva tão válida como outra qualquer, até que seja investigada e clarificada, poderão as escolas assumir a avaliação externa como um processo de diagnóstico das suas fragilidades, tornando-as visíveis e incontestáveis, para posteriormente de forma legitimada procederem a melhorias ou à formalização de um processo de auto-avaliação? Não foi objectivo da presente investigação encontrar respostas que expliquem este facto.

No que respeita à frequência relativa de classificações atribuídas pela IGE na avaliação externa constatámos que as escolas com melhores resultados nos exames nacionais apresentam claramente “melhor” desempenho global, ou seja apresentam melhores resultados na avaliação externa das escolas. Em contrapartida, as escolas com piores resultados nos exames nacionais apresentam também piores resultados na avaliação externa das escolas.

A comparação dos resultados por domínio, entre as escolas “melhor” e “pior” posicionadas nos *rankings*, permitiu-nos concluir que as “melhor” posicionadas apresentam globalmente

melhores resultados em todos os domínios, com destaque mais acentuado nos domínios dos *Resultados, Prestação do serviço educativo, Organização e gestão escolar e Liderança*. Enquanto as escolas “pior” posicionadas revelaram um “pior” desempenho global, no entanto apresentaram melhores classificações nos domínios *Organização e gestão escolar e Liderança*.

Na análise específica dos resultados no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* concluímos que, globalmente, foi aquele em que tanto as “melhor” como as “pior” posicionadas apresentaram classificações mais baixas. No entanto, comparativamente, também neste domínio as escolas “melhor” posicionadas apresentaram melhores resultados.

Relativamente aos processos de auto-avaliação, comparativamente, os resultados indicam que as escolas “melhor” posicionadas nos *rankings* apresentam com maior frequência processos de auto-avaliação formais e institucionalizados, que abrangem diversos campos de análise, que esses processos são sistemáticos e anteriores ao início do programa de avaliação externa. Enquanto nas escolas “pior” posicionadas verificámos que é mais frequente a recolha de dados/práticas de avaliação, que abrangem diversos campos de análise e que os processos de auto-avaliação são mais recentes.

No que respeita à condução do processo de auto-avaliação verificámos que prevalecem equipas de auto-avaliação constituídas só por docentes, tanto nas escolas “melhor” como nas “pior” posicionadas.

Quanto ao uso e fins dados aos resultados do processo de auto-avaliação, comparativamente, constatámos que tanto nas “melhor” como nas “pior” classificadas nos *rankings* é mais frequente que o processo de auto-avaliação permita identificar os pontos fortes e fracos e que proporcione reflexão. No entanto, os dados apresentam uma pequena diferença, respectivamente de menos 5 e 15 pontos percentuais para as piores. Contudo, verificámos como mais frequente que a auto-avaliação não é, nem para as “melhor” nem para as “pior” posicionadas, um instrumento de desenvolvimento e melhoria, verificando-se com maior expressão a inexistência de acções e planos de melhoria. Nas escolas “pior” posicionadas verifica-se, no entanto, uma frequência relativa superior de acções de melhoria e de planos de melhoria comparativamente com as “melhor” posicionadas. Relativamente à frequência verificada, de a auto-avaliação não sustentar a decisão e não influenciar o planeamento nem a gestão, é muito significativa, tanto para as “melhor” como para as “pior” classificadas. Este facto verifica-se nos relatórios de 55% das “melhor” e das “pior” posicionadas.

No respeitante ao atributo conferido pela IGE ao processo de auto-avaliação das escolas “melhor” e “pior” posicionadas, verificámos que este foi predominantemente considerado como ponto fraco. Comparativamente, verificámos que foi considerado ponto fraco com maior expressão

nas “pior” posicionadas. No entanto, sublinhamos que, também em metade das escolas “melhor” posicionadas, o processo de auto-avaliação foi considerado ponto fraco.

Relembra-mos que o domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria* considera dois factores *Auto-avaliação* e *Sustentabilidade do progresso* e que a sustentabilidade do progresso está intimamente ligada à existência de um robusto processo de auto-avaliação que permita, em primeira instância de forma participada, um diagnóstico global e sustentado dos pontos fortes e fracos para posteriormente fomentar sustentadamente a implementação de planos de melhoria e proporcionar melhorias no planeamento, na gestão das actividades, na organização e por fim nas práticas profissionais. Perante este enquadramento, deparamo-nos com asserções: “A inexistência de processos consistentes e suficientemente consolidados de auto-avaliação” (escola 3); “A equipa de auto-avaliação, pouco representativa da comunidade, e o processo de auto-avaliação, pouco sistemático e abrangente para ter impacto na organização e gestão e nas práticas profissionais” (escola 10); ou “Os procedimentos de avaliação interna que ainda não revelam uma política consistente e sistemática de auto-avaliação” (escola 16).

A constatação destes resultados despertou alguma estranheza quando os comparámos com os resultados que as escolas obtiveram no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*, no qual a IGE atribuiu a classificação *Muito Bom* ou *Bom* a 70% das escolas “melhor” posicionadas. Na leitura dos relatórios verificámos que a IGE atribuiu essas classificações a processos de auto-avaliação que apresentam debilidades ao nível do desenvolvimento e melhoria e no apoio à decisão, influência no planeamento e gestão e, simultaneamente, considerou-os ponto fraco.

Esta constatação induziu-nos a concluir que há uma valorização da avaliação de escolas numa “*lógica instrumental*”, de prestação de contas sobre a verificação do cumprimento dos “*procedimentos burocráticos*”, revelando subjacente uma exigência do cumprimento formal dos requisitos legais, ou seja, a importância da verificação da existência de um relatório de auto-avaliação com referência aos pontos fortes e fracos e recomendações, mais do que a valorização da sua componente de efectiva mobilização dos resultados na promoção de melhoria organizacional e de aumento da qualidade dos serviços.

Não obstante, verificou-se também que escolas “melhor” posicionadas no *ranking* apresentando um processo de auto-avaliação com fragilidades obtiveram a classificação *Bom* e, em contra-senso, escolas “pior” posicionadas, apresentando um processo de auto-avaliação mais robusto, este foi também classificado com *Bom*.

Nesse sentido analisámos em particular 4 relatórios de avaliação externa, referentes a duas escolas “melhor” posicionadas com classificação *Bom* e duas das “pior” posicionadas também com classificação *Bom*, no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*. Em síntese e perante a análise dos textos dos relatórios da IGE sobre a avaliação externa, particularmente nestas escolas,

confirmou-se a existência de contradição entre as classificações atribuídas ao domínio de *Capacidade de auto-regulação e melhoria* e a descrição apresentada sobre o processo de auto-avaliação. Este epílogo, ainda que sujeito a limitações ao nível da complementaridade desta investigação com um estudo *in loco* sobre os processos e o uso e os fins dados aos resultados desses mesmos processos, permitiu constatar nestas escolas uma possível “contaminação positiva” do posicionamento das escolas nos *rankings* sobre as classificações atribuídas no domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria*. Como verificado, estas escolas, apresentando debilidades mais significativas, ao nível do uso e fins dado aos resultados do processo de auto-avaliação, do que os processos de auto-avaliação das escolas “pior” posicionadas, obtiveram, no entanto, a mesma classificação.

Sublinhamos, com a devida salvaguarda, de que se tratam de conjecturas baseadas em análises (subjectivas) a partir de asserções verificadas nos relatórios da avaliação externa. Estamos conscientes de que os relatórios são breves vislumbres da realidade, nos quais não poderá constar toda a vastidão de informação recolhida pela equipa de avaliação da IGE no processo de avaliação de cada escola. Desta feita, esta explicação não é passível de generalização, já que se baseou numa comparação somente entre quatro relatórios de avaliação externa.

Uma investigação desta natureza comporta sempre limitações, a nossa não foge à regra. Uma das limitações prende-se, logo à partida, com o facto de somente nos baseamos na perspectiva da IGE. Como já referimos, essa realidade construída pela IGE não deixa de ser um breve vislumbre da realidade, não podendo corresponder à complexa realidade vivida nas escolas relativamente à auto-avaliação. Esta falta de complementaridade entre a imagem transmitida nos relatórios acerca da auto-avaliação e a realidade vivida nas escolas pode ainda estar sujeita a outros factores, em que as escolas, quando visitadas por pessoas exteriores à comunidade educativa, procuram realçar os aspectos mais positivos, deixando os aspectos menos positivos despercebidos. Portanto, ter em conta a perspectiva das escolas daria com certeza outra segurança às conclusões apresentadas.

Outra limitação surgiu da própria investigação. Na análise dos resultados destacou-se uma escola que, pelos resultados que apresenta na avaliação externa e a posição que ocupa no *ranking*, não se coadunava com os resultados gerais, fugia à regra verificada. No entanto numa análise pormenorizada recolheram-se indícios para uma possível interpretação. A escola encontra-se entre as escolas “pior” posicionadas nos *rankings*, no entanto, apresenta resultados muito bons na avaliação externa. Estes resultados traduzem um elevado desempenho organizacional e, pelo analisado, especialmente ao nível da auto-avaliação. Na análise dos mais cépticos relativamente à auto-avaliação poderiam, desde logo, aventar a falta de utilidade prática da auto-avaliação. Os mais displicentes detinham-se na atribuição desse facto ao contexto sócio-cultural e económico do meio

envolvente, do qual os alunos são oriundos. Contudo, verificou-se que a auto-avaliação na sua essência é, não só, o suporte interno de melhoria da escola mas, extravasando os seus muros, é o suporte de melhoria de toda a comunidade envolvente. Porém, estes são os dados recolhidos no relatório de Avaliação Externa que analisámos. O conhecimento da realidade concreta implicaria outro tipo de estudo, certamente muito interessante.

## Bibliografia

- Afonso, Almerindo (1998). *Políticas Educativas e Avaliação Educacional*. Braga: Universidade do Minho.
- Afonso, Almerindo (2002a). Políticas educativas e avaliação das escolas: por uma prática avaliativa menos regulatória. In Jorge Adelino Costa, António Neto-Mendes e Alexandre Ventura (org.). *Avaliação de Organizações Educativas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 31- 37.
- Afonso, Almerindo (2002b). Qualidade e avaliação da educação. In Conselho Nacional da Educação. *Qualidade e Avaliação da Educação*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 241-243.
- Afonso, Natércio (2002a). Avaliação e desenvolvimento organizacional da escola. In Jorge Adelino Costa, António Neto-Mendes e Alexandre Ventura (org.). *Avaliação de Organizações Educativas*. Aveiro: Universidade de Aveiro. 51-68.
- Afonso, Natércio (2002b). A avaliação do serviço público de educação: direito do cidadão e dever do Estado”. In Conselho Nacional da Educação. *Qualidade e Avaliação da Educação*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 95-104.
- Afonso, Natércio (2004). A globalização, o estado e a escola pública. *Revista do Fórum Português de Administração Educacional*, 4, 33-42.
- Afonso, Natércio, (2007a). A avaliação das escolas no quadro de uma política de mudança da administração da educação”. In Conselho Nacional da Educação. *Avaliação das Escolas. Modelos e Processos*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 223- 228.
- Afonso, Natércio (2005b). *Investigação Naturalista em Educação: um guia prático e crítico*. Porto: ASA.
- Alaíz, Vitor, Góis, Eunice e Gonçalves, Conceição (2003). *Auto-Avaliação de Escolas*. Porto: Edições ASA.
- Alaíz, Vitor (2007). Auto-avaliação das escolas? Há um modelo recomendável?. *Correio da Educação*, n.º 301, CRIAP ASA. Recuperado em 2009, Março 22, de [www.asa.pt/CE/Auto-avaliacao\\_escolas.pdf](http://www.asa.pt/CE/Auto-avaliacao_escolas.pdf).

- Albarello, Luc *et al.* (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Azevedo, José Maria (2007). Avaliação das escolas: fundamentar modelos e operacionalizar processos. In Conselho Nacional da Educação. *Avaliação de Escolas – modelos e processos: actas/seminário avaliação das escolas*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- Barroso, João (1999). Regulação e autonomia da escola pública: o papel o estado, dos professores e dos pais. *Inovação*, 12, 9-33.
- Barroso, João (2001). *As Políticas de Reforço da Autonomia no Contexto da Alteração dos Modos de Regulação da Escola Pública*. Lisboa: Universidade de Lisboa (documento policopiado).
- Barroso, João (2005). *Políticas Educativa e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BESP (2010). *Benchmarking das Escolas Secundárias Portuguesas*. Recuperado em 2009, Março 28, de <http://besp.mercatura.pt/>.
- Bóia, José M. P. (2003). *Neoliberalismo e os Desafios do Futuro*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Bogdan, R., et Biklen, S. (1999). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bolívar, António (1994). La evaluación de centros: entre el control administrativo y la mejora interna. In Juan Manuel Escudero e María Teresa González. *Profesores y Escuela*. Madrid: Ediciones Pedagógicas.
- Bolívar, António (2003). *Como Melhorar as Escolas*. Porto: Edições ASA.
- Canário, Rui (1996). Estudos sobre a Escola: Problemas e Perspectivas. In João Barroso (org.). *O Estudo da Escola*. Porto: Porto Editora, 121-150.
- Carmo, Hermano e Ferreira, Manuela M. (1998). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Casanova, Maria Antónia (1999). *Manual de Evaluación Educativa*. Madrid: La Muralla.

- Chubb, John E. e Moe, Terry M. (1990). *Politics, Markets and America's Schools*. Washington: The Brookings Institution.
- Costa, Jorge A. (1998). *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: Edições ASA.
- Costa, Jorge A. (2007). Avaliação, ritualização e melhoria das escolas: à procura da roupa do rei.... In Conselho Nacional da Educação. *Avaliação de Escolas – modelos e processos: actas/seminário avaliação das escolas*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação, 229-236.
- Costa, Jorge A. e Ventura, Alexandre (2002). Avaliação Integrada das escolas: análise em torno das opiniões dos intervenientes. In Jorge Adelino Costa, António Neto-Mendes e Alexandre Ventura. *Avaliação de Organizações Educativas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 105-124.
- Díaz, Amparo Seijas (2003). *Avaliação da qualidade das escolas*. Porto: Edições Asa.
- EFQM (2010). *European Foundation for Quality Management*. Recuperado em 2010, Setembro 22, de <http://www.efqm.org/en/>.
- Eurydice (2004). *A Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino à Lupa*. Recuperado em 2010, Fevereiro 02, de [www.eurydice.org](http://www.eurydice.org).
- Eurydice (2009). *Fichas Síntese Nacionais sobre os Sistemas Educativos na Europa e Reformas em Curso*. Portugal Junho de 2009. Eurydice. Recuperado em 2010, Setembro 22, de [eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/.../047\\_PT\\_PT.pdf](http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/.../047_PT_PT.pdf).
- Ferreira, F. I. (2006). Modos de governação da educação: políticas, actores e conexões. Administração Educacional. *Revista do Fórum Português de Administração Educacional*, n.º 6, 19-27.
- Figari, Gérard (1993). Para Uma Referencialização das Práticas de Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino. In Albano Estrela e António Nóvoa (org.). *Avaliações em Educação: Novas Perspectivas*. Porto: Porto Editora, 139-154.
- Figueiredo, Carla e Góis, Eunice (1995). *A Avaliação da Escola Como Estratégia de Desenvolvimento da Organização Escolar*. Lisboa: IIE.



Formosinho, João (1986). *O Sistema Educativo. Conceitos Básicos. Cadernos de Administração Escolar*. Braga: Área de Análise Social e Organizacional da Educação.

Formosinho, João e Ferreira, Fernando Ilídio (2000). O pragmatismo burocrático, um contributo para o estudo da política educativa no quotidiano. In Formosinho, João; Ferreira, Fernando Ilídio e Machado, Joaquim (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Edições Asa, 77-90.

Gather Thurler, Mónica (2002). L'autoévaluation de l'établissement scolaire comme moteur du changement. In Bois, M. (dir.) *Les systèmes scolaires et leurs regulations*. Lyon: CRDP, pp. 31-49. Recuperado em 2009, Março 22, de [http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/mgt\\_main/Textes/Textes-2002/MGT](http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/mgt_main/Textes/Textes-2002/MGT).

Gaziël, Haïm *et al.* (2000). *La Calidad en los Centros Docentes del Siglo XXI*. Madrid: La Muralla.

Gravito, A. P., Monteiro, A., Rocha, A. L., Roque, C., Oliveira E., Guerreiro, H., Azevedo, J. M., Duarte M. L. e Santos, U. Q. (2009). *Avaliação Externa das Escolas – Relatório Nacional 2008-2009*. IGE — Divisão de Comunicação e Documentação (DCD) Recuperado em 2009, Abril 22, de [http://www.ige.min-edu.pt/content\\_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03&auxID=&newsID=663#content](http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03&auxID=&newsID=663#content).

Guerra, Miguel Ángel. S. (2001). *A Escola que Aprende*. Porto: ASA Editores.

Guerra, Miguel Ángel. S. (2002). *Como um espelho – avaliação qualitativa das escolas*. In Joaquim Azevedo. *Avaliação das Escolas – Consensos e Divergências*. Porto: Edições ASA, 11-31.

Guerra, Miguel Ángel. S. (2003). *Tornar Visível o Quotidiano. Teoria e Prática de Avaliação Qualitativa das Escolas*. Porto: Edições ASA.

HGIOS (2002). *How good is our school? - Self-evaluation using quality indicators 2002 Edition incorporating the six-point scale*. HM Inspectorate of Education. Recuperado em 2010, Setembro 22, de [www.hmie.gov.uk/documents/publication/HGIOS.pdf](http://www.hmie.gov.uk/documents/publication/HGIOS.pdf).

HGIOS (2007). *How good is our school?: How Good Are We Now? How Good Can We Be?*. HM Inspectorate of Education. Recuperado em 2009, Setembro 22, de [www.hmie.gov.uk/documents/.../hgiosjte3.pdf](http://www.hmie.gov.uk/documents/.../hgiosjte3.pdf).

- Inspecção-Geral da Educação (2007). *Plano de actividades 2007*. Lisboa: IGE – Gabinete de Planeamento, Documentação e Formação. Recuperado em 2008, Maio 20, de <http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/PA2007.pdf>.
- Inspecção-Geral da Educação (2008). *Plano de actividades 2008*. Lisboa: IGE – Divisão de Comunicação e Documentação. Recuperado em 2008, Maio 20, de <http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/PA2008.pdf>.
- Inspecção-Geral da Educação (2009). *Plano de actividades 2009*. Lisboa: IGE – Divisão de Comunicação e Documentação. Recuperado em 2008, Maio 20, de <http://www.ige.min-edu.pt/upload/docs/PA2009.pdf>.
- Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (1994). *The program evaluation standards*. Recuperado em 2009, Junho 22, de <http://wmich.edu/evalctr/jc/>.
- Justino, David (2005). *No silêncio somos todos iguais*. Lisboa: Gradiva.
- Lafond, André, *et al.* (1999). A avaliação dos estabelecimentos de ensino: novas práticas, novos desafios para as escolas e para a administração. In *Autonomia – Gestão e Avaliação das Escolas*, Porto: Edições Asa, 9-24.
- Leandro, Ema (2002). *Guião para Auto-Avaliação de Desempenho*. Colecção Cadernos nº 3 e 4. INA: Oeiras.
- Le Grand, Julian e Barlett, Will (1993). *Quasi-Markets and Social Policy*. London: Macmillan Press.
- Libório, Helena (2004). *A avaliação das Escolas*. Tese de Mestrado inédita. Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação.
- Lima, Licínio (2002). Avaliação e concepções organizacionais de escola: para uma hermenêutica organizacional”. In Jorge Adelino Costa, António Neto-Mendes e Alexandre Ventura (org.). *Avaliação de Organizações Educativas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Lima, Licínio (2003). *A Escola como Organização Educativa*. 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Cortez Editora.

- Lima, Licínio (2006). *Compreender a Escola: Perspectivas de Análise Organizacional*. Porto: Edições ASA.
- Luís, Maria R. (2009). *A Auto-avaliação de Escolas em Portugal: Um olhar através dos relatórios da IGE*. Dissertação de Mestrado não publicada. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia.
- MacBeath, John (2004). Putting the self back into self-evaluation. In *Improving Schools*, vol. 7, n.º 1. SAGE Publications, pp. 87-91.
- MacBeath, J., Schratz, M., Meuret, D., e Jakobsen, L. (2005). *A história de Serena. Viajando rumo a uma escola melhor*. Porto: Edições Asa.
- Marchesi, Álvaro (2002). Mudanças Educativas e Avaliação das Escolas”. In Joaquim Azevedo. *Avaliação das Escolas – Consensos e Divergências*. Porto: Edições ASA, 33-50.
- Martinez, Elizabeth e Garcia, Arnoldo (s/d). *What is Neo-liberalism? – A Brief Definition for Activists*. Recuperado em 2009, Março 29, de <http://www.corpwatch.org/article.php?id=376>.
- Martinez, Juan López e Lera, José Luís E. (2003). *Evaluation externa del centro educativo y calidad educativa*. Madrid: Editorial CCS.
- Meuret, Denis (2002). O papel da auto-avaliação dos estabelecimentos de ensino na regulação dos sistemas educativos. In Jorge Adelino Costa, António Neto-Mendes e Alexandre Ventura (org.). *Avaliação de Organizações Educativas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Mishra, Ramesh (1995). *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. Oeiras: Celta Editores
- Monteiro, A., Rocha, A. L., Roque, C., Vasconcelos, F., Guerreiro, H., Azevedo, J. M.e Duarte, M. L. (2008). *Avaliação Externa das Escolas – Relatório Nacional 2007-2008*. IGE — Divisão de Comunicação e Documentação (DCD). Recuperado em 2009, Abril 22, de [http://www.ige.min-edu.pt/content\\_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03&auxID=&newsID=663#content](http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03&auxID=&newsID=663#content).
- Moreira, Vidal (1997). *Auto-regulação Profissional e Administração Pública*. Coimbra: Almedina.

- Murillo, Javier (2003). El Movimiento Teórico-Práctico de Mejora de la Escuela. Algunas Lecciones Aprendidas Para Transformar Los Centros Docentes. In *Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*. Recuperado em 2009, Janeiro 03, de [www.ice.deusto.es/rinace/vol1n2/Murillo.pdf](http://www.ice.deusto.es/rinace/vol1n2/Murillo.pdf).
- Morrow, Raymond A. e Torres, Carlos Alberto (2004). Estado, globalização e políticas educacionais”. In Burbules, Nicholas C. e Torres, Carlos Alberto (org.). *Globalização e Educação Perspectivas Críticas*. Porto Alegre: Artmed Editora, 27-44.
- Neto-Mendes, António, Costa, Jorge Adelino e Ventura, Alexandre (2003). *Ranking de escolas em Portugal: um estudo exploratório*. In *Revista electrónica Iberoamericana sobre Calidad Eficácia*. Recuperado em 2009, Janeiro 03, de [www.ice.deusto.es/rinace/vol1n2/pdf](http://www.ice.deusto.es/rinace/vol1n2/pdf).
- Neto-Mendes, António, Costa, Jorge Adelino e Ventura, Alexandre (2008). *Xplica: Investigação Sobre o Mercado das Explicações*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- OCDE (1992). *As Escolas e a Qualidade*. Porto: Edições ASA.
- OCDE (2009). *Panorama sobre a Educação: Indicadores da OCDE. Sumário em português*. OECD, Multilingual Summaries. Recuperado em 2009, Abril 22, de [www.oecd.org/dataoecd/1/42/43658785.pdf](http://www.oecd.org/dataoecd/1/42/43658785.pdf).
- Oliveira, J., Azevedo, J. M., Sarrico, C., Carravilla, M. ., Clímaco, M. C. e Oliveira, P. G. (2006). *Relatório final da actividade do Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas*. Lisboa: IGE. Recuperado em 2009, Maio 20, de <http://www.min-edu.pt/np3/392.html>.
- PEC (2010). *Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública. Recuperado em 2010, Abril 26 [www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/MFAP/PEC2010\\_2013.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/MFAP/PEC2010_2013.pdf).
- Programa XVIII Governo (2009). Programa do XVIII Governo Constitucional Português*. (gov.). Recuperado em 2010, Janeiro 12, de [www.portugal.gov.pt/pt/.../Programa\\_GC18.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/.../Programa_GC18.pdf).
- Requena, António (1995). *La Evaluación de Instituciones Educativas*. Granada: Universidad de Granada.
- Rocha, Abel P. (1999). *Avaliação de Escolas*. Porto: Edições Asa.

- Rodrigues, Maria L. (2007). A avaliação ao serviço da melhoria das escolas e dos resultados dos alunos. In Conselho Nacional da Educação. *Avaliação de Escolas – modelos e processos: actas/seminário avaliação das escolas*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- Rosales, Carlos (1990). *Avaliar é Reflectir Sobre o Ensino*. Porto: Edições ASA.
- Sá, Virgílio I. M. (2003). *A Participação dos Pais na Escola Pública Portuguesa*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Sacristán, J. Gimeno (1999). *Poderes Instáveis em Educação*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Santos, Boaventura Sousa (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de S. (2001). Os processos de globalização. In Santos, Boaventura Sousa (org.). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento, 31-99.
- Scheerens, Japp (2000). *Improving school effectiveness*. Paris: UNESCO International Institute for Educational Planning.
- Seixas, Ana Maria (2001). Políticas educativas para o ensino superior: a globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal. In Stoer, Cotesão e Correia (org.). *Transnacionalização da Educação – da crise da educação à “educação” da crise*. Porto: Edições Afrontamento, 209-238.
- SICI (2003). *Effective School Self Evaluation (relatório final)*. Recuperado em 2009, Março 22, de <http://sici.org.uk/ESSE>.
- Stoer, Stephen R. (2001). Desocultando o voo das andorinhas: educação inter/multicultural crítica como movimento social. In Stoer, Cotesão e Correia (org.). *Transnacionalização da Educação – da crise da educação à “educação” da crise*. Porto: Edições Afrontamento, 245-275.
- Stufflebeam, Daniel (2001). Evaluation Models. *New Directions for Evaluation. A publication of American Evaluation Association*, 89. 7-106.
- Stufflebeam, Daniel e Shinkfield, Anthony (1993). *Evaluación Sistemática*. Barcelona: Paidós/Ministério Education y Ciência.

Teixeira, Manuela (1995). *O Professor e a Escola – Perspectivas Organizacionais*. Lisboa: McGraw Hill.

Ventura, Alexandre (2006). *Avaliação e Inspeção das Escolas: estudo de impacto do Programa de Avaliação Integrada*. Tese de Doutoramento inédita. Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação.

Ventura, A., Roque, C., Figueiredo, J., Azevedo, J. M. e Duarte, M. L. (2007). *Avaliação Externa das Escolas – Relatório Nacional 2006-2007*. IGE — Divisão de Comunicação e Documentação (DCD). Recuperado em 2009, Abril 22, de [http://www.ige.min-edu.pt/content\\_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03&auxID=&newsID=663#content](http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&treeID=03/01/03&auxID=&newsID=663#content).

### **Legislação Consultada**

Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 26 de Outubro

Decreto-Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio

Lei n.º 24/99, de 22 de Abril

Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro

Despacho conjunto n.º 370/2006, de 5 de Abril

Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro

Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro

Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho

Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho

Portaria 827-F/2007, de 31 de Julho

Portaria 827-G/2007, de 31 de Julho

Portaria n.º 1260/2007, de 26 de Dezembro

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril

### **Outros Documentos Consultados**

Foram consultados os seguintes documentos recuperados em 2010, Agosto, 14 de <http://www.ige.min-edu.pt>.

O que fazemos

Relatórios da avaliação externa, 2006-2010  
Contraditórios apresentados pelas escolas, 2006-2010  
Folheto de divulgação da Avaliação Externa das Escolas - 2009-2010  
Tópicos para a apresentação da escola - 2009-2010  
Quadro de referência para a avaliação de escolas e agrupamentos - 2009-2010  
Escala de avaliação - 2009-2010  
Agenda e organização das visitas aos Agrupamentos - 2009-2010  
Agenda e organização das visitas às Escolas Secundárias com 3.º - 2009-2010  
Agenda e organização das visitas às Escolas Básicas Integradas - 2009-2010  
Avaliação Externa das Escolas - Referentes e Instrumentos de Trabalho  
Informação complementar sobre as visitas  
Instrumentos de Apoio à Auto-Avaliação das Escolas  
Relatório final da actividade do Grupo de Trabalho para Avaliação das Escolas – 2006  
Relatório Nacional Avaliação Externa das Escolas – 2006-2007  
Relatório Nacional Avaliação Externa das Escolas – 2007-2008  
Relatório Nacional Avaliação Externa das Escolas – 2008-2009

## Anexos

### Anexo 1

#### Ranking do Ensino Básico (9.º ano)

(com base nos dados do BESP)

**Resultados nos Exames do 9.º ano (Português e Matemática) em escolas públicas com mais de 300 provas realizadas nos últimos 3 anos**

N.O.	Escola	06-07		07-08		08-09		Total	
		Média Exame	Nº Provas	Média Exame	Nº Provas	Média Exame	Nº Provas	Média	Nº Provas
1	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Telheiras nº 1 (Lisboa)	3,59	187	3,73	176	3,75	199	<b>3,69</b>	562
2	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D. Pedro IV (Massamá) (Lisboa)	3,45	205	3,96	252	3,52	238	<b>3,64</b>	695
3	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Drª, Maria Alice Gouveia (Coimbra)	3,23	247	3,82	259	3,8	138	<b>3,62</b>	644
4	Escola Secundária de Fernão de Magalhães (Vila Real)	3,07	226	3,82	197	3,78	190	<b>3,56</b>	613
5	Escola Secundária com 3º Ciclo de Bocage (Setúbal)	3,39	454	3,69	396	3,51	321	<b>3,53</b>	1171
6	Escola Secundária com 3º Ciclo de Restelo (Lisboa)	3,29	224	3,64	222	3,63	186	<b>3,52</b>	632
7	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr. Joaquim de Carvalho (Coimbra)	3,28	234	3,68	194	3,5	216	<b>3,49</b>	644
8	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Eugénio de Castro (Coimbra)	3,14	338	3,64	350	3,67	301	<b>3,48</b>	989
9	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Inês de Castro (Coimbra)	3,04	126	3,63	138	3,75	153	<b>3,47</b>	417
10	Escola Secundária com 3º Ciclo de Quinta do Marquês (Lisboa)	3,3	371	3,6	379	3,49	332	<b>3,46</b>	1082
11	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Martim de Freitas (Coimbra)	3,19	370	3,67	464	3,53	260	<b>3,46</b>	1094
12	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Vasco da Gama (Lisboa)	3,23	149	3,6	133	3,5	163	<b>3,44</b>	445
13	Escola Secundária de Garcia de Orta (Porto)	3,43	185	3,46	162	3,44	106	<b>3,44</b>	453
14	Escola Básica de Bento Carqueja (Aveiro)	3,1	142	3,55	184	3,65	120	<b>3,43</b>	446
15	Escola Básica de Francisco Torrinha (Porto)	3,12	278	3,7	321	3,46	288	<b>3,43</b>	887



16	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Mário Sacramento (Aveiro)	2,85	98	3,54	156	3,89	140	<b>3,43</b>	394
17	Escola Secundária de Aurélia de Sousa (Porto)	3,16	290	3,54	291	3,57	248	<b>3,42</b>	829
18	Escola Básica de Sofia de Mello Breyner (Porto)	3,07	230	3,57	170	3,6	126	<b>3,41</b>	526
19	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Eugénio dos Santos (Lisboa)	3,07	218	3,76	284	3,38	230	<b>3,40</b>	732
20	Escola Básica de Lamações (Braga)	3,19	350	3,66	424	3,35	373	<b>3,40</b>	1147
21	Escola Secundária com 3º Ciclo de José Gomes Ferreira (Lisboa)	3,2	375	3,45	244	3,54	280	<b>3,40</b>	899
22	Escola Secundária de Almeida Garrett (Porto)	3	243	3,63	270	3,53	267	<b>3,39</b>	780
23	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, João II (Caldas da Rainha) (Leiria)	3,24	282	3,54	223	3,35	188	<b>3,38</b>	693
24	Escola Básica Integrada de Padre Francisco Soares (Lisboa)	3,06	108	3,49	168	3,57	160	<b>3,37</b>	436
25	Escola Básica e Secundária de Clara de Resende (Porto)	3,06	198	3,77	243	3,24	234	<b>3,36</b>	675
26	Escola Secundária de João Silva Correia (Aveiro)	3,21	204	3,69	140	3,14	237	<b>3,35</b>	581
27	Escola Básica de Frei Bartolomeu dos Mártires (Viana do Castelo)	3,26	178	3,54	216	3,24	160	<b>3,35</b>	554
28	Escola Secundária com 3º Ciclo de Vergílio Ferreira (Lisboa)	3,05	175	3,52	205	3,45	150	<b>3,34</b>	530
29	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Ginestal Machado (Santarém)	3,05	110	3,49	140	3,48	122	<b>3,34</b>	372
30	Escola Secundária com 3º Ciclo de D, Filipa de Lencastre (Lisboa)	3	240	3,59	253	3,42	218	<b>3,34</b>	711
31	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Viana do Castelo (Viana do Castelo)	3,02	229	3,52	207	3,44	275	<b>3,33</b>	711
32	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Alberto Nery Capucho (Leiria)	3,18	108	3,51	102	3,27	109	<b>3,32</b>	319
33	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santo António (Faro nº 4) (Faro)	3,09	190	3,37	202	3,45	168	<b>3,30</b>	560
34	Escola Secundária de Augusto Gomes (Porto)	3,17	181	3,47	176	3,25	283	<b>3,30</b>	640
35	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Dinis (Leiria)	2,99	260	3,4	238	3,47	245	<b>3,29</b>	743
36	Escola Secundária com 3º Ciclo de Portela de Sacavém (Lisboa)	3,02	254	3,44	312	3,39	325	<b>3,28</b>	891
37	Escola Básica de Júlio Brandão (Braga)	2,95	203	3,47	190	3,42	192	<b>3,28</b>	585
38	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Aires Barbosa (Aveiro)	3,04	100	3,4	156	3,4	78	<b>3,28</b>	334
39	Escola Secundária com 3º Ciclo de São Pedro do Sul (Viseu)	2,8	174	3,51	202	3,52	153	<b>3,28</b>	529

40	Escola Secundária com 3º Ciclo de José Estevão (Aveiro)	3,05	152	3,64	151	3,14	137	<b>3,28</b>	440
41	Escola Básica de André Soares (Braga)	3,14	348	3,43	479	3,22	461	<b>3,26</b>	1288
42	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Infante D, Henrique (Viseu) (Viseu)	2,96	302	3,6	240	3,23	275	<b>3,26</b>	817
43	Escola Secundária com 3º Ciclo da Sé (Guarda) (Guarda)	2,99	246	3,41	204	3,39	165	<b>3,26</b>	615
44	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, José Santos Bessa (Coimbra)	2,98	94	3,34	116	3,46	90	<b>3,26</b>	300
45	Escola Básica Integrada de Cidade Castelo Branco (Castelo Branco)	2,96	164	3,57	171	3,24	131	<b>3,26</b>	466
46	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Roque Gameiro (Lisboa)	2,93	424	3,42	402	3,36	363	<b>3,24</b>	1189
47	Escola Secundária de Maia (Porto)	3,01	274	3,35	251	3,3	220	<b>3,22</b>	745
48	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Vieira da Silva (Lisboa)	3,06	120	3,21	162	3,39	118	<b>3,22</b>	400
49	Escola Secundária com 3º Ciclo de Entroncamento (Santarém)	2,95	209	3,51	253	3,19	276	<b>3,22</b>	738
50	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Grão Vasco (Viseu)	2,95	324	3,35	320	3,34	342	<b>3,21</b>	986
51	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São Julião da Barra (Lisboa)	2,99	166	3,18	184	3,46	139	<b>3,21</b>	489
52	Escola Básica de Paranhos (Porto)	2,91	216	3,54	208	3,16	184	<b>3,20</b>	608
53	Escola Secundária de Abade Baçal (Bragança)	3,1	110	3,4	125	3,11	127	<b>3,20</b>	362
54	Escola Básica de Dr, Flávio Gonçalves (Porto)	3,05	386	3,42	397	3,13	273	<b>3,20</b>	1056
55	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr, Jaime Magalhães Lima (Aveiro)	3,13	256	3,28	139	3,19	236	<b>3,20</b>	631
56	Escola Secundária com 3º Ciclo de Rainha D, Leonor (Lisboa)	2,99	252	3,29	254	3,32	198	<b>3,20</b>	704
57	Escola Secundária de Emídio Garcia (Bragança)	2,93	108	3,39	176	3,28	126	<b>3,20</b>	410
58	Escola Secundária com 3º Ciclo de Raúl Proença (Leiria)	2,77	244	3,41	186	3,41	204	<b>3,20</b>	634
59	Escola Secundária com 3º Ciclo de Rainha D, Amélia (Lisboa)	2,9	225	3,45	295	3,23	298	<b>3,19</b>	818
60	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de José Saraiva (Leiria)	2,97	295	3,25	262	3,36	262	<b>3,19</b>	819
61	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Joaquim Rocha Peixoto Magalhães (Faro)	2,93	220	3,43	187	3,22	217	<b>3,19</b>	624
62	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Ruy de Andrade (Santarém)	3,2	110	3,26	66	3,1	134	<b>3,19</b>	310
63	Escola Básica de Prof, Carlos Teixeira (Braga)	3,01	252	3,26	296	3,28	311	<b>3,18</b>	859

64	Escola Secundária com 3º Ciclo de Afonso de Albuquerque (Guarda)	2,97	235	3,18	186	3,39	190	<b>3,18</b>	611
65	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Soeiro Pereira Gomes (Lisboa)	2,99	136	3,33	136	3,2	146	<b>3,17</b>	418
66	Escola Básica de Maria Manuela Sá (Porto)	2,94	236	3,45	174	3,12	180	<b>3,17</b>	590
67	Escola Básica de Leça da Palmeira (Porto)	2,95	170	3,39	313	3,17	338	<b>3,17</b>	821
68	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Cantanhede (Coimbra)	2,87	246	3,38	182	3,26	230	<b>3,17</b>	658
69	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Vale de Milhaços (Setúbal)	2,91	148	3,53	124	3,07	192	<b>3,17</b>	464
70	Escola Básica Integrada de Charneca de Caparica (Setúbal)	2,76	136	3,47	102	3,28	94	<b>3,17</b>	332
71	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pedro Jacques de Magalhães (Lisboa)	2,95	265	3,37	286	3,17	320	<b>3,16</b>	871
72	Escola Básica de Dr, Ferreira da Silva (Aveiro)	2,85	122	3,22	182	3,42	114	<b>3,16</b>	418
73	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Noronha Feio (Lisboa)	2,88	154	3,37	126	3,23	128	<b>3,16</b>	408
74	Escola Secundária de Dr, Manuel Gomes de Almeida (Aveiro)	2,81	282	3,41	366	3,25	336	<b>3,16</b>	984
75	Escola Secundária de Dr, Manuel Laranjeira (Aveiro)	2,93	301	3,22	310	3,32	274	<b>3,16</b>	885
76	Escola Secundária com 3º Ciclo de Júlio Dinis (Aveiro)	2,68	191	3,49	167	3,29	222	<b>3,15</b>	580
77	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Rainha Santa Isabel (Coimbra)	2,85	192	3,28	170	3,33	92	<b>3,15</b>	454
78	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pedro Nunes (Lisboa)	2,92	317	3,24	264	3,29	254	<b>3,15</b>	835
79	Escola Secundária de Senhora da Hora (Porto)	2,74	285	3,35	272	3,36	222	<b>3,15</b>	779
80	Escola Secundária com 3º Ciclo de Nuno Álvares (Castelo Branco)	2,56	155	3,6	149	3,29	171	<b>3,15</b>	475
81	Escola Secundária de Filipa de Vilhena (Porto)	2,96	134	3,33	97	3,16	104	<b>3,15</b>	335
82	Escola Secundária de Paredes (Porto)	2,92	390	3,24	340	3,28	331	<b>3,15</b>	1061
83	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de José Ferreira Pinto Basto (Aveiro)	2,61	98	3,42	118	3,41	124	<b>3,15</b>	340
84	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Piscinas (Lisboa) (Lisboa)	2,99	142	3,31	154	3,13	166	<b>3,14</b>	462
85	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Dr, Azeredo Perdigão (Abraveses) (Viseu)	2,7	240	3,42	170	3,31	133	<b>3,14</b>	543
86	Escola Básica de Fajões (Aveiro)	3,01	120	3,38	108	3,04	110	<b>3,14</b>	338
87	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santa Iria (Santarém)	2,97	196	3,08	160	3,37	156	<b>3,14</b>	512

88	Escola Secundária de Santa Maria da Feira (Aveiro)	3,03	226	3,29	204	3,1	257	<b>3,14</b>	687
89	Escola Básica de Gueifães (Porto)	2,91	264	3,13	228	3,38	252	<b>3,14</b>	744
90	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São Bernardo (Aveiro)	2,84	160	3,31	174	3,27	176	<b>3,14</b>	510
91	Escola Secundária de Padrão da Légua (Porto)	2,95	275	3,48	195	2,98	247	<b>3,14</b>	717
92	Escola Secundária com 3º Ciclo de Artur Gonçalves (Santarém)	2,92	200	3,24	191	3,25	216	<b>3,14</b>	607
93	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Vasco Santana (Lisboa)	2,82	181	3,48	124	3,11	210	<b>3,14</b>	515
94	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, João Rocha Pai (Aveiro)	2,99	128	3,32	108	3,1	132	<b>3,14</b>	368
95	Escola Secundária de São Pedro (Vila Real)	2,88	262	3,52	270	3	290	<b>3,13</b>	822
96	Escola Secundária com 3º Ciclo de Sá da Bandeira (Santarém)	2,9	128	3,31	162	3,19	192	<b>3,13</b>	482
97	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Cristóvão Falcão (Portalegre)	2,71	90	3,3	155	3,38	160	<b>3,13</b>	405
98	Escola Secundária com 3º Ciclo de Tondela (Viseu)	2,79	217	3,28	186	3,31	204	<b>3,13</b>	607
99	Escola Secundária com 3º Ciclo de Emídio Navarro (Setúbal)	2,86	320	3,3	178	3,22	174	<b>3,13</b>	672
100	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Guilherme Correia de Carvalho (Guarda)	2,81	168	3,46	133	3,11	134	<b>3,13</b>	435
101	Escola Básica e Secundária de Pintor José de Brito (Viana do Castelo)	3	186	3,36	161	3,01	187	<b>3,12</b>	534
102	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São Gonçalo (Lisboa)	2,76	165	3,43	120	3,18	163	<b>3,12</b>	448
103	Escola Básica Integrada de André de Resende (Évora)	2,89	126	3,38	260	3,09	213	<b>3,12</b>	599
104	Escola Secundária de D, Sancho I (Braga)	2,96	102	3,19	108	3,21	107	<b>3,12</b>	317
105	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Maceira Lis (Leiria)	2,83	169	3,39	185	3,12	156	<b>3,11</b>	510
106	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Marquesa de Alorna (Lisboa)	2,87	199	3,33	143	3,11	142	<b>3,10</b>	484
107	Escola Básica de Rosa Ramalho (Braga)	2,83	160	3,21	140	3,27	124	<b>3,10</b>	424
108	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Delfim Santos (Lisboa)	2,92	226	3,36	266	3,03	232	<b>3,10</b>	724
109	Escola Secundária com 3º Ciclo de Batalha (Leiria)	2,82	206	3,32	208	3,16	220	<b>3,10</b>	634
110	Escola Secundária com 3º Ciclo de Santa Maria do Olival (Santarém)	2,83	219	3,24	190	3,22	136	<b>3,10</b>	545
111	Escola Secundária com 3º Ciclo de Adolfo Portela (Aveiro)	2,94	278	3,27	220	3,08	226	<b>3,10</b>	724

112	Escola Secundária com 3º Ciclo de Quinta das Palmeiras (Castelo Branco)	2,77	299	3,52	252	2,99	218	<b>3,09</b>	769
113	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Poeta Manuel da Silva Gaio (Coimbra)	2,84	98	3,23	110	3,21	95	<b>3,09</b>	303
114	Escola Secundária de Alcaldes de Faria (Braga)	2,94	297	3,35	266	2,98	249	<b>3,09</b>	812
115	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Marquês de Pombal (Leiria)	2,68	152	3,4	184	3,19	124	<b>3,09</b>	460
116	Escola Básica de Júlio do Carvalhal (Vila Real)	2,64	116	3,05	110	3,58	74	<b>3,09</b>	300
117	Escola Secundária com 3º Ciclo de Viriato (Viseu) (Viseu)	2,7	129	3,36	150	3,2	157	<b>3,09</b>	436
118	Escola Básica e Secundária de Valença (Viana do Castelo)	2,78	160	3,29	200	3,19	170	<b>3,09</b>	530
119	Escola Secundária com 3º Ciclo de Rainha Santa Isabel (Évora)	2,67	125	3,27	132	3,32	135	<b>3,09</b>	392
120	Escola Básica Integrada de Santo Onofre (Leiria)	2,91	159	3,19	104	3,15	130	<b>3,08</b>	393
121	Escola Secundária com 3º Ciclo de Severim de Faria (Évora)	2,78	194	3,44	191	3,02	200	<b>3,08</b>	585
122	Escola Secundária de Ermesinde (Porto)	2,8	418	3,2	465	3,23	487	<b>3,08</b>	1370
123	Escola Básica de Soares dos Reis (Porto)	2,95	306	3,33	279	2,95	268	<b>3,08</b>	853
124	Escola Secundária com 3º Ciclo José Macedo Fragateiro (Aveiro)	2,79	214	3,18	174	3,26	247	<b>3,08</b>	635
125	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos D, Afonso, IV Conde de Ourém (Santarém)	2,74	124	3,23	144	3,26	164	<b>3,08</b>	432
126	Escola Básica de Dr, Pedro Barbosa (Viana do Castelo)	2,73	166	3,37	178	3,13	151	<b>3,08</b>	495
127	Escola Básica de Rates (Porto)	2,94	158	3,19	186	3,09	238	<b>3,07</b>	582
128	Escola Básica de António Feijó (Viana do Castelo)	2,82	142	3,32	217	3,08	172	<b>3,07</b>	531
129	Escola Básica Integrada de Afonso de Paiva (Castelo Branco)	2,97	148	3,04	160	3,21	68	<b>3,07</b>	376
130	Escola Básica Integrada de João Roiz (Castelo Branco)	2,82	206	3,15	156	3,24	154	<b>3,07</b>	516
131	Escola Básica de Correlhã (Viana do Castelo)	2,69	150	3,2	162	3,32	114	<b>3,07</b>	426
132	Escola Secundária com 3º Ciclo de Fundão (Castelo Branco)	2,78	125	3,29	126	3,14	107	<b>3,07</b>	358
133	Escola Básica de Prof, João de Meira (Braga)	2,78	392	3,17	345	3,26	422	<b>3,07</b>	1159
134	Escola Secundária com 3º Ciclo de Jorge Peixinho (Setúbal)	2,83	338	3,24	340	3,12	384	<b>3,06</b>	1062
135	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Gualdim Pais (Santarém)	2,94	140	3,21	160	3,04	190	<b>3,06</b>	490

136	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Quinta da Lomba (Setúbal)	2,73	128	3,33	96	3,12	137	<b>3,06</b>	361
137	Escola Secundária com 3º Ciclo de Linda-a-Velha (Lisboa)	2,69	245	3,43	283	3,05	266	<b>3,06</b>	794
138	Escola Básica de Monção (Viana do Castelo)	2,92	142	3,28	54	2,97	170	<b>3,06</b>	366
139	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Alexandre Herculano (Santarém)	2,7	211	3,33	178	3,13	180	<b>3,05</b>	569
140	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de João Villaret (Lisboa)	2,62	150	3,34	106	3,2	128	<b>3,05</b>	384
141	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Paulo da Gama (Setúbal)	2,93	234	3,12	244	3,09	199	<b>3,05</b>	677
142	Escola Básica de Vila Verde (Braga)	2,76	198	3,24	276	3,14	198	<b>3,05</b>	672
143	Escola Básica de Egas Moniz (Braga)	2,86	310	3,26	263	3,01	222	<b>3,04</b>	795
144	Escola Secundária de Gondomar (Porto)	2,76	282	3,33	139	3,04	210	<b>3,04</b>	631
145	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr. Correia Alexandre (Leiria)	2,87	108	3,34	98	2,92	122	<b>3,04</b>	328
146	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D. António Ataíde (Castanheira do Ribatejo) (Lisboa)	3,01	94	3,13	120	2,99	94	<b>3,04</b>	308
147	Escola Básica de São Paio de Moreira Cónegos (Braga)	2,84	194	3,16	234	3,12	222	<b>3,04</b>	650
148	Escola Secundária com 3º Ciclo de Gafanha da Nazaré (Aveiro)	2,66	120	3,38	121	3,08	186	<b>3,04</b>	427
149	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr. Afonso Rodrigues Pereira (Lisboa)	2,91	174	3,06	167	3,14	96	<b>3,04</b>	437
150	Escola Secundária de Ponte de Lima (Viana do Castelo)	2,75	277	3,18	161	3,18	206	<b>3,04</b>	644
151	Escola Secundária com 3º Ciclo de Sever do Vouga (Aveiro)	2,77	168	3,27	176	3,07	182	<b>3,04</b>	526
152	Escola Básica de Manoel de Oliveira (Porto)	2,85	130	3,21	112	3,04	124	<b>3,03</b>	366
153	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Febo Moniz (Santarém)	2,8	138	3,47	130	2,83	157	<b>3,03</b>	425
154	Escola Secundária de Prof. Herculano de Carvalho (Lisboa)	3,08	97	3,05	103	2,97	117	<b>3,03</b>	317
155	Escola Básica Integrada de Quinta de Marrocos (Lisboa)	3,13	56	3,25	130	2,72	117	<b>3,03</b>	303
156	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Rainha Santa Isabel (Leiria)	2,67	138	3,38	108	3,05	84	<b>3,03</b>	330
157	Escola Básica de Lijó (Braga)	2,75	122	3,09	140	3,25	159	<b>3,03</b>	421
158	Escola Básica de D. Frei Caetano Brandão (Loureiro) (Aveiro)	2,67	79	3,41	98	3,01	123	<b>3,03</b>	300
159	Escola Básica de Beiriz (Porto)	2,74	178	3,3	212	3,04	208	<b>3,03</b>	598

160	Escola Básica de Areosa (Porto)	3,11	88	2,97	130	3	94	<b>3,03</b>	312
161	Escola Secundária de Camilo Castelo Branco (Vila Real)	2,88	352	2,99	330	3,2	321	<b>3,02</b>	1003
162	Escola Secundária com 3º Ciclo de Fernando Lopes Graça (Lisboa)	2,64	193	3,52	189	2,91	258	<b>3,02</b>	640
163	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Azeitão (Setúbal)	2,84	179	3,22	246	3,01	230	<b>3,02</b>	655
164	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Luís de Mendonça Furtado (Setúbal)	2,62	98	3,32	111	3,13	182	<b>3,02</b>	391
165	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Almeida Garrett (Lisboa)	2,68	122	3,26	110	3,13	120	<b>3,02</b>	352
166	Escola Básica de Castêlo da Maia (Porto)	2,87	237	2,98	130	3,22	120	<b>3,02</b>	487
167	Escola Básica e Secundária de Monte da Ola (Viana do Castelo)	2,73	187	3,41	150	2,92	170	<b>3,02</b>	507
168	Escola Secundária de Prof, Reynaldo dos Santos (Lisboa)	2,85	102	3,17	109	3,03	118	<b>3,02</b>	329
169	Escola Secundária de D, Dinis (Santo Tirso) (Porto)	2,82	226	3,28	208	2,94	296	<b>3,01</b>	730
170	Escola Secundária com 3º Ciclo de Anselmo de Andrade (Setúbal)	2,72	257	3,19	323	3,13	262	<b>3,01</b>	842
171	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Fernando II (Lisboa)	2,87	266	3,08	260	3,09	232	<b>3,01</b>	758
172	Escola Secundária com 3º Ciclo de João de Barros (Setúbal)	2,76	246	3,15	230	3,12	241	<b>3,01</b>	717
173	Escola Básica de Penafiel nº 2 (Porto)	2,62	194	3,17	247	3,24	212	<b>3,01</b>	653
174	Escola Básica de Paços de Ferreira (Porto)	2,47	180	3,56	189	2,99	324	<b>3,01</b>	693
175	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, João II (Santarém) (Santarém)	2,8	210	3,23	158	2,99	144	<b>3,01</b>	512
176	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pataias (Leiria)	2,79	110	3,3	106	2,93	92	<b>3,01</b>	308
177	Escola Secundária com 3º Ciclo de Ferreira Dias (Lisboa)	2,73	347	3,31	387	2,97	393	<b>3,00</b>	1127
178	Escola Básica de Valongo (Porto)	2,91	296	2,79	151	3,31	226	<b>3,00</b>	673
179	Escola Secundária com 3º Ciclo de Drª, Maria Cândida (Coimbra)	2,67	162	3,08	169	3,26	174	<b>3,00</b>	505
180	Escola Secundária com 3º Ciclo de Sampaio (Setúbal)	2,78	107	3,11	132	3,11	150	<b>3,00</b>	389
181	Escola Secundária com 3º Ciclo de Henriques Nogueira (Lisboa)	2,82	180	3,14	167	3,04	136	<b>3,00</b>	483
182	Escola Básica de Valadares (Porto)	2,73	177	3,4	197	2,87	126	<b>3,00</b>	500
183	Escola Secundária com 3º Ciclo Felismina Alcântara (Mangualde) (Viseu)	2,69	122	3,21	118	3,1	89	<b>3,00</b>	329

184	Escola Secundária de Castelo da Maia (Porto)	2,69	132	3,1	225	3,19	216	<b>2,99</b>	573
185	Escola Secundária com 3º Ciclo de José Loureiro Botas (Leiria)	2,62	138	3,17	137	3,19	153	<b>2,99</b>	428
186	Escola Secundária com 3º Ciclo de Palmela (Setúbal)	2,62	224	3,24	211	3,11	192	<b>2,99</b>	627
187	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pêro de Alenquer (Lisboa)	2,8	212	3,22	302	2,95	299	<b>2,99</b>	813
188	Escola Secundária com 3º Ciclo de Mouzinho da Silveira (Portalegre)	2,84	116	3,09	144	3,04	148	<b>2,99</b>	408
189	Escola Secundária de Maximinos (Braga)	2,74	220	3,14	170	3,08	194	<b>2,99</b>	584
190	Escola Secundária de Dr, António Granjo (Vila Real)	2,79	158	3,34	122	2,83	160	<b>2,99</b>	440
191	Escola Secundária Dr, Solano de Abreu (Santarém)	2,92	146	3,12	138	2,92	150	<b>2,99</b>	434
192	Escola Secundária com 3º Ciclo de Frei Rosa Viterbo (Sátão) (Viseu)	2,76	144	3,16	138	3,04	112	<b>2,99</b>	394
193	Escola Secundária com 3º Ciclo de Daniel Sampaio (Setúbal)	2,67	146	3,26	192	3,02	316	<b>2,98</b>	654
194	Escola Básica de Prof, Dr, José Vieira de Carvalho (Porto)	2,68	302	3,15	280	3,12	241	<b>2,98</b>	823
195	Escola Secundária de Ferreira de Castro (Aveiro)	2,95	175	3,13	208	2,87	215	<b>2,98</b>	598
196	Escola Secundária com 3º Ciclo de Porto de Mós (Leiria)	2,71	220	3,15	257	3,09	188	<b>2,98</b>	665
197	Escola Secundária com 3º Ciclo de Esmoriz (Aveiro)	2,78	204	3,18	142	2,99	156	<b>2,98</b>	502
198	Escola Básica de Frei Caetano Brandão (Braga)	2,66	148	3,35	179	2,94	133	<b>2,98</b>	460
199	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Pedrosa Veríssimo (Coimbra)	2,92	99	3,11	118	2,92	108	<b>2,98</b>	325
200	Escola Secundária com 3º Ciclo de IBN Mucana (Lisboa)	2,59	263	3,24	289	3,11	233	<b>2,98</b>	785
201	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Jorge de Montemor (Coimbra)	2,67	108	3,2	140	3,07	122	<b>2,98</b>	370
202	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Galiza (Lisboa)	3	126	3,01	107	2,93	121	<b>2,98</b>	354
203	Escola Básica de Maia (Porto)	2,64	250	3,17	264	3,12	298	<b>2,98</b>	812
204	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Guilherme Stephens (Leiria)	2,9	160	2,97	194	3,06	166	<b>2,98</b>	520
205	Escola Secundária com 3º Ciclo de Maria Lamas (Santarém)	2,69	160	3,21	159	3,02	185	<b>2,97</b>	504
206	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Afonso III (Faro)	2,79	172	3,11	272	3,02	170	<b>2,97</b>	614
207	Escola Básica de Fragoso (Braga)	2,89	122	3,21	116	2,82	111	<b>2,97</b>	349



208	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, José Buísel (Faro)	2,81	212	3,16	192	2,94	188	<b>2,97</b>	592
209	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pinhal do Rei (Leiria)	2,52	170	3,26	84	3,13	121	<b>2,97</b>	375
210	Escola Secundária com 3º Ciclo de Coruche (Santarém)	2,85	148	2,9	154	3,16	104	<b>2,97</b>	406
211	Escola Secundária com 3º Ciclo de Stuart de Carvalhais (Lisboa)	2,66	517	3,16	489	3,08	446	<b>2,97</b>	1452
212	Escola Secundária com 3º Ciclo de Oliveira do Hospital (Coimbra)	2,66	116	3,24	140	3	116	<b>2,97</b>	372
213	Escola Secundária com 3º Ciclo de Mealhada (Aveiro)	2,52	120	3,27	105	3,11	88	<b>2,97</b>	313
214	Escola Secundária de António Sérgio (Porto)	2,78	229	3,08	276	3,04	175	<b>2,97</b>	680
215	Escola Básica de Santiago (Porto)	2,76	192	3,13	150	3,01	174	<b>2,97</b>	516
216	Escola Básica de Alvarelos (Porto)	2,53	134	3,25	114	3,12	134	<b>2,97</b>	382
217	Escola Secundária com 3º Ciclo de Cristina Torres (Coimbra)	2,95	152	3,11	144	2,82	190	<b>2,96</b>	486
218	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Armando Lizardo (Santarém)	2,69	139	3,05	88	3,14	138	<b>2,96</b>	365
219	Escola Secundária com 3º Ciclo de António Gedeão (Setúbal)	2,66	240	3,1	273	3,12	240	<b>2,96</b>	753
220	Escola Básica de Gondomar (Porto)	2,69	175	3,18	297	3,01	231	<b>2,96</b>	703
221	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Oliveira de Frades (Viseu)	2,63	128	3,26	130	2,99	134	<b>2,96</b>	392
222	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Isabel de Portugal (Lisboa)	2,86	102	3,11	120	2,91	116	<b>2,96</b>	338
223	Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro (Bragança)	2,54	329	3,26	62	3,08	72	<b>2,96</b>	463
224	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Gafanha da Nazaré (Aveiro)	2,82	152	3,29	135	2,77	64	<b>2,96</b>	351
225	Escola Secundária de Penafiel (Porto)	2,66	260	3,21	307	3	322	<b>2,96</b>	889
226	Escola Secundária com 3º Ciclo de Estarreja (Aveiro)	2,71	190	3,08	166	3,08	189	<b>2,96</b>	545
227	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Terrugem (Lisboa)	2,69	216	3,23	235	2,95	186	<b>2,96</b>	637
228	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Conde Oeiras (Lisboa)	2,65	158	3,21	130	3,01	158	<b>2,96</b>	446
229	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Atouguia da Baleia (Leiria)	2,65	218	3,15	165	3,06	235	<b>2,95</b>	618
230	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Cacia (Aveiro)	2,53	154	3,04	128	3,29	102	<b>2,95</b>	384
231	Escola Básica de Agrela (Porto)	2,71	114	2,92	122	3,23	98	<b>2,95</b>	334

232	Escola Secundária com 3º Ciclo de Fernão Mendes Pinto (Setúbal)	2,75	166	3,15	201	2,95	211	<b>2,95</b>	578
233	Escola Básica de Vila Cova (Braga)	2,62	120	3,03	114	3,2	118	<b>2,95</b>	352
234	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Cónego Dr, Manuel Lopes Perdigão (Santarém)	2,89	94	3,11	127	2,85	98	<b>2,95</b>	319
235	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mafra (Lisboa)	2,77	390	3,07	425	3	276	<b>2,95</b>	1091
236	Escola Secundária de Lousada (Porto)	2,41	280	3,16	317	3,27	200	<b>2,95</b>	797
237	Escola Básica de Dr, José Domingues dos Santos (Porto)	2,8	176	3,03	185	3,01	152	<b>2,95</b>	513
238	Escola Secundária com 3º Ciclo de Madeira Torres (Lisboa)	2,69	224	3,11	150	3,04	140	<b>2,95</b>	514
239	Escola Secundária com 3º Ciclo de Padre António Macedo (Setúbal)	2,7	131	3,06	135	3,08	114	<b>2,95</b>	380
240	Escola Secundária com 3º Ciclo de Miraflares (Lisboa)	2,85	293	2,95	299	3,03	235	<b>2,94</b>	827
241	Escola Secundária de Latino Coelho (Viseu)	2,71	327	3,15	298	2,97	234	<b>2,94</b>	859
242	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de José Cardoso Pires (Lisboa)	2,59	214	3,29	168	2,95	129	<b>2,94</b>	511
243	Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura (Viana do Castelo)	2,64	118	3,12	146	3,07	100	<b>2,94</b>	364
244	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Castro Matoso (Aveiro)	2,56	121	3,13	116	3,14	98	<b>2,94</b>	335
245	Escola Básica de Francisco Sanches (Braga)	2,67	347	3,17	434	2,98	462	<b>2,94</b>	1243
246	Escola Secundária de Barcelos (Braga)	2,81	191	2,93	259	3,08	252	<b>2,94</b>	702
247	Escola Básica de Viatodos (Braga)	2,72	282	3,1	236	3	247	<b>2,94</b>	765
248	Escola Secundária com 3º Ciclo de Cartaxo (Santarém)	2,9	241	3,12	176	2,8	217	<b>2,94</b>	634
249	Escola Secundária de Miguel Torga (Bragança) (Bragança)	2,68	154	3,15	115	2,99	144	<b>2,94</b>	413
250	Escola Básica de Escariz (Aveiro)	2,67	134	3,18	120	2,97	108	<b>2,94</b>	362
251	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Ruy Belo (Lisboa)	2,6	173	3,07	198	3,14	216	<b>2,94</b>	587
252	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Conde de Vilalva (Évora)	2,79	164	2,96	162	3,06	152	<b>2,94</b>	478
253	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Serra da Gardunha (Castelo Branco)	2,68	100	3,08	132	3,05	112	<b>2,94</b>	344
254	Escola Secundária de Inês de Castro (Porto)	2,7	549	3,18	481	2,92	509	<b>2,93</b>	1539
255	Escola Básica de Abel Salazar (Braga)	2,7	264	3,16	287	2,94	232	<b>2,93</b>	783

256	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pedro de Santarém (Lisboa)	2,88	218	3,09	202	2,83	218	<b>2,93</b>	638
257	Escola Secundária de Pombal (Leiria)	2,55	219	3,03	112	3,22	154	<b>2,93</b>	485
258	Escola Básica e Secundária de Barroselas (Viana do Castelo)	2,9	136	2,97	158	2,93	120	<b>2,93</b>	414
259	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Alapraia (Lisboa)	2,82	150	3,05	221	2,93	183	<b>2,93</b>	554
260	Escola Secundária de Dr, João de Araújo Correia (Vila Real)	2,73	224	3,09	220	2,97	206	<b>2,93</b>	650
261	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pinhal Novo (Setúbal)	2,69	374	3,08	370	3,02	281	<b>2,93</b>	1025
262	Escola Secundária de Mirandela (Bragança)	3,01	90	3	284	2,78	276	<b>2,93</b>	650
263	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santa Iria de Azóia (Lisboa)	2,63	176	3,16	188	3	193	<b>2,93</b>	557
264	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de João Franco (Castelo Branco)	2,6	154	3,13	136	3,05	77	<b>2,93</b>	367
265	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mouzinho da Silveira (Setúbal)	2,56	169	3,13	150	3,09	136	<b>2,93</b>	455
266	Escola Secundária com 3º Ciclo de Santa Comba Dão (Viseu)	2,67	221	3,04	158	3,07	122	<b>2,93</b>	501
267	Escola Básica de Rio Tinto (Porto)	2,67	184	3,12	186	2,98	235	<b>2,92</b>	605
268	Escola Básica de Lourosa (Aveiro)	2,62	186	2,96	190	3,19	161	<b>2,92</b>	537
269	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de São Martinho do Porto (Leiria)	2,74	148	3,08	100	2,95	148	<b>2,92</b>	396
270	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Sequeira (Guarda) (Guarda)	2,67	138	3,08	136	3,02	138	<b>2,92</b>	412
271	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Josefa de Óbidos (Leiria)	2,74	144	2,95	172	3,08	136	<b>2,92</b>	452
272	Escola Secundária com 3º Ciclo de Gil Eanes (Faro)	2,78	134	3,12	205	2,86	150	<b>2,92</b>	489
273	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, António Augusto Louro (Setúbal)	2,42	78	3,31	144	3,03	102	<b>2,92</b>	324
274	Escola Básica de Corga de Lobão (Aveiro)	2,53	201	3,3	212	2,92	184	<b>2,92</b>	597
275	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Correia Mateus (Leiria)	2,55	150	3,32	196	2,88	125	<b>2,92</b>	471
276	Escola Básica de Júlio Saúl Dias (Porto)	2,8	282	3,1	242	2,84	283	<b>2,91</b>	807
277	Escola Básica de Dairas (Aveiro)	2,61	203	2,99	184	3,14	195	<b>2,91</b>	582
278	Escola Básica de Dr, Carlos Pinto Ferreira (Porto)	2,67	206	2,84	190	3,23	178	<b>2,91</b>	574
279	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Maceda (Aveiro)	2,92	89	2,83	132	2,99	110	<b>2,91</b>	331

280	Escola Básica e Secundária de Arcozelo (Viana do Castelo)	2,53	145	3,25	156	2,95	152	<b>2,91</b>	453
281	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Pedro da Fonseca (Castelo Branco)	2,66	152	2,98	130	3,09	146	<b>2,91</b>	428
282	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Fernando Pessoa (Lisboa) (Lisboa)	2,39	132	3,25	102	3,09	118	<b>2,91</b>	352
283	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de João da Rosa (Faro)	2,5	162	3,12	198	3,11	111	<b>2,91</b>	471
284	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Maria Alberta Menéres (Lisboa)	2,64	287	2,9	282	3,18	209	<b>2,91</b>	778
285	Escola Secundária de Arouca (Aveiro)	2,58	184	2,95	248	3,19	207	<b>2,91</b>	639
286	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São Miguel (Guarda)	2,64	188	3,1	194	2,98	172	<b>2,91</b>	554
287	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Martim Fernandes (Faro)	2,64	200	3,01	253	3,07	138	<b>2,91</b>	591
288	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Garcia Domingues (Faro)	2,61	150	3,25	154	2,86	166	<b>2,91</b>	470
289	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Venda do Pinheiro (Lisboa)	2,8	255	3,04	189	2,88	149	<b>2,91</b>	593
290	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São João Deus (Évora)	2,59	165	3,08	160	3,05	111	<b>2,91</b>	436
291	Escola Básica de Frei João de Vila do Conde (Porto)	2,76	196	3	202	2,95	213	<b>2,90</b>	611
292	Escola Básica Integrada de São Martinho do Campo (Porto)	2,66	300	3,05	240	2,99	280	<b>2,90</b>	820
293	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário Martinho Árias (Soure) (Coimbra)	2,63	187	3,15	176	2,92	182	<b>2,90</b>	545
294	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Padre Donaciano de Abreu Freire (Aveiro)	2,5	130	3,2	172	3	112	<b>2,90</b>	414
295	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de João Gonçalves Zarco (Lisboa)	2,99	152	2,94	127	2,77	102	<b>2,90</b>	381
296	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mem Ramires (Santarém)	2,75	116	2,99	111	2,96	78	<b>2,90</b>	305
297	Escola Secundária de Infante D, Henrique (Porto)	2,95	155	3,08	91	2,67	69	<b>2,90</b>	315
298	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de D. Carlos I (Lisboa)	2,77	142	3,1	198	2,82	220	<b>2,90</b>	560
299	Escola Secundária de Padre Benjamim Salgado (Braga)	2,7	298	3,01	265	2,97	292	<b>2,89</b>	855
300	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Miguel Torga (Lisboa)	2,77	172	3,04	214	2,87	205	<b>2,89</b>	591
301	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Bocage (Setúbal)	2,26	58	3,14	97	3,28	189	<b>2,89</b>	344
302	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Bobadela (Lisboa)	2,71	158	3,09	151	2,88	180	<b>2,89</b>	489
303	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Alcains (Castelo Branco)	2,82	100	3,05	130	2,81	118	<b>2,89</b>	348

304	Escola Secundária com 3º Ciclo de Vouzela (Viseu)	2,75	131	3,06	122	2,87	106	<b>2,89</b>	359
305	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Gomes Eanes de Azurara (Mangualde) (Viseu)	2,62	149	3,12	122	2,93	138	<b>2,89</b>	409
306	Escola Secundária de João Gonçalves Zarco (Porto)	2,68	182	3,12	190	2,86	214	<b>2,89</b>	586
307	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de José Falcão (Coimbra)	2,62	176	3,24	116	2,8	174	<b>2,89</b>	466
308	Escola Básica Integrada de Carregado (Lisboa)	2,65	164	3,13	156	2,88	165	<b>2,89</b>	485
309	Escola Básica de Irene Lisboa (Porto)	2,95	203	3,05	186	2,66	162	<b>2,89</b>	551
310	Escola Básica Integrada de Peniche (Leiria)	2,81	140	3,02	90	2,83	148	<b>2,89</b>	378
311	Escola Básica Integrada Mário Beirão (Beja)	2,73	139	3,15	130	2,78	133	<b>2,89</b>	402
312	Escola Secundária de Dr. Júlio Martins (Vila Real)	2,75	161	2,98	166	2,92	189	<b>2,88</b>	516
313	Escola Secundária de Morgado de Mateus (Vila Real)	2,64	195	3,16	190	2,85	140	<b>2,88</b>	525
314	Escola Básica de Apúlia (Braga)	2,48	126	3,16	136	3,01	110	<b>2,88</b>	372
315	Escola Secundária de Serafim Leite (Aveiro)	2,88	112	2,84	122	2,93	83	<b>2,88</b>	317
316	Escola Básica de Teixeira Lopes (Porto)	2,76	140	3,04	162	2,84	222	<b>2,88</b>	524
317	Escola Básica de Alpendurada (Porto)	2,6	365	2,95	262	3,09	200	<b>2,88</b>	827
318	Escola Básica de Canedo (Aveiro)	2,66	174	3,17	150	2,81	178	<b>2,88</b>	502
319	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D. Luís de Ataíde (Leiria)	2,83	141	2,98	189	2,83	102	<b>2,88</b>	432
320	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Sarrazola (Lisboa)	2,82	93	2,94	143	2,88	102	<b>2,88</b>	338
321	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Cruz de Pau (Setúbal)	2,68	224	3,13	176	2,82	171	<b>2,88</b>	571
322	Escola Básica e Secundária de Águas Santas (Porto)	2,64	360	3,21	340	2,78	351	<b>2,88</b>	1051
323	Escola Secundária de Rio Tinto (Porto)	2,59	264	3,1	206	2,94	160	<b>2,88</b>	630
324	Escola Secundária de Vila Cova da Lixa (Porto)	2,49	226	3,05	224	3,08	212	<b>2,87</b>	662
325	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D. Dinis (Faro)	2,62	160	3,19	129	2,81	161	<b>2,87</b>	450
326	Escola Básica de Frei Manuel de Santa Inês (Porto)	2,68	215	3,09	190	2,85	218	<b>2,87</b>	623
327	Escola Básica e Secundária Diogo Bernardes (Ponte da Barca) (Viana do Castelo)	2,85	66	3,01	210	2,75	207	<b>2,87</b>	483

328	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santo António (Parede) (Lisboa)	2,54	92	3,09	163	2,98	132	<b>2,87</b>	387
329	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Branca (Aveiro)	2,67	146	2,99	139	2,94	124	<b>2,87</b>	409
330	Escola Básica de São Rosendo (Porto)	2,85	142	2,85	86	2,89	124	<b>2,86</b>	352
331	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, João Carlos Celestino Gomes (Aveiro)	2,6	179	3,07	95	2,92	108	<b>2,86</b>	382
332	Escola Secundária com 3º Ciclo de Josefa de Óbidos (Lisboa)	2,45	142	3,06	111	3,08	92	<b>2,86</b>	345
333	Escola Secundária de Dr, Joaquim Gomes Ferreira Alves (Porto)	2,73	318	2,84	329	3,01	306	<b>2,86</b>	953
334	Escola Básica de Gualtar (Braga)	2,73	254	2,89	255	2,96	198	<b>2,86</b>	707
335	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pombais (Lisboa)	2,68	164	2,73	161	3,17	117	<b>2,86</b>	442
336	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Elias Garcia (Setúbal)	2,68	194	2,99	144	2,91	78	<b>2,86</b>	416
337	Escola Básica de Pevidém (Braga)	2,61	194	2,89	232	3,07	206	<b>2,86</b>	632
338	Escola Básica de Celeirós (Braga)	2,72	185	2,92	260	2,93	190	<b>2,86</b>	635
339	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Professor Lindley Cintra (Lisboa)	2,42	113	3,32	82	2,83	114	<b>2,86</b>	309
340	Escola Básica e Secundária de Vizela (Braga)	2,7	126	2,98	206	2,89	56	<b>2,86</b>	388
341	Escola Secundária com 3º Ciclo de Luís de Freitas Branco (Lisboa)	2,67	212	2,9	233	2,99	289	<b>2,85</b>	734
342	Escola Básica de D, Pedro IV (Mindelo) (Porto)	2,52	244	3,2	258	2,84	227	<b>2,85</b>	729
343	Escola Secundária com 3º Ciclo de Albergaria-a-Velha (Aveiro)	2,66	194	3,07	225	2,83	174	<b>2,85</b>	593
344	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Ferreira de Castro (Lisboa)	2,66	345	3,03	266	2,87	254	<b>2,85</b>	865
345	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Maria Velela (Lisboa)	2,73	156	3,2	172	2,63	106	<b>2,85</b>	434
346	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Ruy Grácio (Lisboa)	2,61	264	2,93	203	3,01	198	<b>2,85</b>	665
347	Escola Secundária com 3º Ciclo de Gouveia (Guarda)	2,66	184	2,99	155	2,9	145	<b>2,85</b>	484
348	Escola Básica de Fernando Pessoa (Sta, Maria da Feira) (Aveiro)	2,52	326	3,31	242	2,72	95	<b>2,85</b>	663
349	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Albarraque (Lisboa)	2,61	208	3,01	174	2,93	211	<b>2,85</b>	593
350	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Padre Abílio Mendes (Setúbal)	2,49	156	3,06	99	2,99	167	<b>2,85</b>	422
351	Escola Básica e Secundária de Melgaço (Viana do Castelo)	2,91	144	2,91	152	2,72	130	<b>2,85</b>	426

352	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Penacova (Coimbra)	2,64	126	3,19	140	2,71	149	<b>2,85</b>	415
353	Escola Básica Integrada de Santiago Maior (Beja)	2,6	138	3,17	96	2,77	135	<b>2,85</b>	369
354	Escola Secundária com 3º Ciclo de Romeu Correia (Setúbal)	2,49	176	3,06	205	2,98	226	<b>2,84</b>	607
355	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Prof, João Fernandes Pratas (Santarém)	2,69	160	2,95	224	2,89	180	<b>2,84</b>	564
356	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de José Régio (Portalegre)	2,54	132	3,16	122	2,83	146	<b>2,84</b>	400
357	Escola Secundária de Carvalhos (Porto)	2,52	402	3,07	312	2,94	294	<b>2,84</b>	1008
358	Escola Secundária com 3º Ciclo de Poeta Al Berto (Setúbal)	2,54	134	3,07	164	2,92	186	<b>2,84</b>	484
359	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Aradas (Aveiro)	2,87	76	2,9	154	2,76	154	<b>2,84</b>	384
360	Escola Secundária de Felgueiras (Porto)	2,56	398	2,96	350	3	418	<b>2,84</b>	1166
361	Escola Secundária de Henrique Medina (Braga)	2,71	443	3,07	273	2,74	282	<b>2,84</b>	998
362	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Paio Peres Correia (Faro)	2,55	110	3,11	122	2,86	160	<b>2,84</b>	392
363	Escola Secundária com 3º Ciclo de Ramada (Lisboa)	2,79	271	3,11	308	2,62	151	<b>2,84</b>	730
364	Escola Secundária de Tomás Pelayo (Porto)	2,58	118	3,07	154	2,87	128	<b>2,84</b>	400
365	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Duarte (Viseu) (Viseu)	2,66	92	2,82	123	3,04	120	<b>2,84</b>	335
366	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Aguada de Cima (Aveiro)	2,39	83	2,92	145	3,21	84	<b>2,84</b>	312
367	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Armando de Lucena (Lisboa)	2,63	115	2,91	174	2,97	150	<b>2,84</b>	439
368	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Chamusca (Santarém)	2,67	94	2,98	128	2,86	124	<b>2,84</b>	346
369	Escola Secundária com 3º Ciclo de Lousã (Coimbra)	2,48	183	3,12	167	2,9	225	<b>2,83</b>	575
370	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mundão (Viseu)	2,62	121	2,99	100	2,89	140	<b>2,83</b>	361
371	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Sophia de Mello Breyner Andresen (Lisboa)	2,71	68	2,84	130	2,95	134	<b>2,83</b>	332
372	Escola Secundária Dr, Augusto César da Silva Ferreira (Rio Maior) (Santarém)	2,7	187	2,98	110	2,82	92	<b>2,83</b>	389
373	Escola Básica de Medas (Porto)	2,62	224	3,1	178	2,77	222	<b>2,83</b>	624
374	Escola Secundária de Marques de Castilho (Aveiro)	2,44	140	3,04	136	3,01	142	<b>2,83</b>	418
375	Escola Secundária com 3º Ciclo de D, João V (Lisboa)	2,75	173	3,15	206	2,59	106	<b>2,83</b>	485

376	Escola Básica de Real (Braga)	2,46	302	2,9	271	3,13	317	<b>2,83</b>	890
377	Escola Básica de Rio Tinto Nº 2 (Porto)	2,57	252	3,01	304	2,9	268	<b>2,83</b>	824
378	Escola Secundária com 3º Ciclo de D, Inês de Castro (Leiria)	2,63	178	3,05	218	2,8	255	<b>2,83</b>	651
379	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, João das Regras (Lisboa)	2,69	164	2,73	112	3,06	186	<b>2,83</b>	462
380	Escola Secundária com 3º Ciclo de Anadia (Aveiro)	2,73	135	2,88	128	2,87	118	<b>2,83</b>	381
381	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, António da Costa Contreiras (Faro)	2,53	108	3,19	108	2,76	116	<b>2,83</b>	332
382	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Pedro Álvares Cabral (Castelo Branco)	2,44	140	2,91	121	3,13	94	<b>2,83</b>	355
383	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Pedro Ferreiro (Santarém)	2,76	155	2,91	148	2,8	166	<b>2,82</b>	469
384	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Sacadura Cabral (Guarda)	2,5	124	2,96	108	3,01	120	<b>2,82</b>	352
385	Escola Básica de Dr, José Pereira Tavares (Aveiro)	2,64	119	3,05	125	2,78	107	<b>2,82</b>	351
386	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Álvaro Velho (Setúbal)	2,64	239	2,94	242	2,88	202	<b>2,82</b>	683
387	Escola Básica de D, Afonso Henriques (Braga)	2,5	354	2,95	301	3	254	<b>2,82</b>	909
388	Escola Básica e Secundária de Vieira de Araújo (Braga)	2,81	134	2,8	264	2,84	250	<b>2,82</b>	648
389	Escola Básica e Secundária de Vale de Cambra (Aveiro)	2,4	84	3,07	256	2,98	217	<b>2,82</b>	557
390	Escola Básica de Professor Napoleão Sousa Marques (Porto)	2,56	175	3,18	151	2,71	143	<b>2,82</b>	469
391	Escola Básica de António Correia de Oliveira (Braga)	2,48	146	2,97	132	3	136	<b>2,82</b>	414
392	Escola Básica de Viso (Porto) (Porto)	2,92	268	3,01	249	2,52	79	<b>2,82</b>	596
393	Escola Secundária com 3º Ciclo de Sebastião da Gama (Setúbal)	2,66	235	2,95	374	2,83	387	<b>2,81</b>	996
394	Escola Secundária com 3º Ciclo de Ourém (Santarém)	2,52	166	3,04	166	2,88	191	<b>2,81</b>	523
395	Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros (Bragança)	2,47	60	2,91	234	3,06	166	<b>2,81</b>	460
396	Escola Básica de Grijó (Porto)	2,58	222	2,92	193	2,94	138	<b>2,81</b>	553
397	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Montenegro (Faro)	2,5	98	3,16	132	2,78	92	<b>2,81</b>	322
398	Escola Secundária de Trofa (Porto)	2,45	316	2,95	260	3,03	270	<b>2,81</b>	846
399	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pinhal de Frades (Setúbal)	2,62	338	2,91	254	2,9	252	<b>2,81</b>	844



400	Escola Básica de Caldas de Vizela (Braga)	2,57	176	2,89	199	2,97	222	<b>2,81</b>	597
401	Escola Básica de Cávado (Braga)	2,52	335	2,89	251	3,02	222	<b>2,81</b>	808
402	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de D. Manuel I (Tavira) (Faro)	2,59	106	3,1	178	2,74	206	<b>2,81</b>	490
403	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Eng. Duarte Pacheco (Faro)	2,54	220	3,18	190	2,7	224	<b>2,81</b>	634
404	Escola Básica de Augusto Gil (Porto)	2,58	80	2,93	118	2,91	162	<b>2,81</b>	360
405	Escola Básica de Lustosa (Porto)	2,49	194	3,07	148	2,86	161	<b>2,81</b>	503
406	Escola Básica de Baltar (Porto)	2,57	134	2,98	126	2,87	140	<b>2,81</b>	400
407	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santana (Setúbal)	2,61	166	3,08	150	2,73	129	<b>2,81</b>	445
408	Escola Secundária com 3º Ciclo de Padre Alberto Neto (Lisboa)	2,64	338	2,91	380	2,86	327	<b>2,80</b>	1045
409	Escola Secundária de Paços de Ferreira (Porto)	2,66	243	2,83	271	2,92	246	<b>2,80</b>	760
410	Escola Secundária de Amares (Braga)	2,66	244	2,74	247	3,01	221	<b>2,80</b>	712
411	Escola Básica de Padre Américo (Porto)	2,63	160	3,02	152	2,76	211	<b>2,80</b>	523
412	Escola Básica de D. António Ferreira Gomes (Milhundos) (Porto)	2,69	202	3	174	2,72	170	<b>2,80</b>	546
413	Escola Básica Escultor António Fernandes de Sá (Porto)	2,66	204	2,9	195	2,85	170	<b>2,80</b>	569
414	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr. José de Jesus Neves Júnior (Faro)	2,4	192	2,98	197	3,03	146	<b>2,80</b>	535
415	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Francisco Manuel de Melo (Lisboa)	2,55	116	3,04	112	2,82	130	<b>2,80</b>	358
416	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Castro Daire (Viseu)	2,59	133	3,13	99	2,69	112	<b>2,80</b>	344
417	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Cunha Rivara (Évora)	2,64	84	3,06	127	2,71	112	<b>2,80</b>	323
418	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Bartolomeu Dias (Lisboa)	2,58	125	3,07	98	2,76	96	<b>2,80</b>	319
419	Escola Secundária com 3º Ciclo de Vila Real de Santo António (Faro)	2,64	140	3,1	101	2,67	88	<b>2,80</b>	329
420	Escola Secundária de Diogo de Macedo (Porto)	2,58	292	2,92	236	2,9	210	<b>2,80</b>	738
421	Escola Básica de Abel Varzim (Braga)	2,57	192	2,85	218	2,98	192	<b>2,80</b>	602
422	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Padre João Coelho Cabanita (Faro)	2,71	196	2,79	172	2,9	188	<b>2,80</b>	556
423	Escola Básica de General Serpa Pinto, Cinfães (Viseu)	2,36	176	2,89	196	3,15	107	<b>2,80</b>	479

424	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pedro Alexandrino (Lisboa)	2,59	138	2,95	112	2,86	70	<b>2,80</b>	320
425	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Júdice Fialho (Faro)	2,46	214	2,95	160	2,98	226	<b>2,80</b>	600
426	Escola Básica de Manhente (Braga)	2,63	224	2,96	238	2,8	187	<b>2,80</b>	649
427	Escola Secundária com 3º Ciclo de Camilo Castelo Branco (Carnaxide) (Lisboa)	2,73	165	2,81	118	2,85	178	<b>2,80</b>	461
428	Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira (Viseu)	2,74	102	2,83	188	2,82	176	<b>2,80</b>	466
429	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Arganil (Coimbra)	2,67	136	2,9	145	2,82	148	<b>2,80</b>	429
430	Escola Básica de Amarante (Porto)	2,34	116	2,96	134	3,09	108	<b>2,80</b>	358
431	Escola Básica do Olival (Porto)	2,5	114	2,96	148	2,93	91	<b>2,80</b>	353
432	Escola Básica de Cabreiros (Braga)	2,65	218	2,83	178	2,9	218	<b>2,79</b>	614
433	Escola Secundária com 3º Ciclo de Afonso Lopes Vieira (Leiria)	2,66	160	3	210	2,72	154	<b>2,79</b>	524
434	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Luís António Verney (Lisboa)	2,55	128	3,02	118	2,81	84	<b>2,79</b>	330
435	Escola Básica de A Ribeirinha (Porto)	2,61	290	2,89	252	2,88	256	<b>2,79</b>	798
436	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Manuel Fernandes (Santarém)	2,54	365	2,92	264	2,92	190	<b>2,79</b>	819
437	Escola Básica de Vila das Aves (Porto)	2,53	179	2,91	154	2,94	189	<b>2,79</b>	522
438	Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva (Aveiro)	2,44	158	2,88	276	3,05	234	<b>2,79</b>	668
439	Escola Básica e Secundária de Lanheses (Viana do Castelo)	2,59	200	2,8	166	2,98	175	<b>2,79</b>	541
440	Escola Secundária com 3º Ciclo de São João da Talha (Lisboa)	2,61	126	2,91	89	2,85	163	<b>2,79</b>	378
441	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Tortosendo (Castelo Branco)	2,39	120	3,05	118	2,93	94	<b>2,79</b>	332
442	Escola Secundária com 3º Ciclo de Castro Daire (Viseu)	2,38	146	3,22	108	2,76	113	<b>2,79</b>	367
443	Escola Básica de Paulo Quintela (Bragança)	2,53	113	2,91	122	2,92	104	<b>2,79</b>	339
444	Escola Básica e Secundária de Vila Flor (Bragança)	2,61	95	3,14	102	2,61	103	<b>2,79</b>	300
445	Escola Secundária de Soares Basto (Aveiro)	2,39	114	3,09	128	2,88	86	<b>2,79</b>	328
446	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, Francisco Cabrita (Faro)	2,48	268	3,02	209	2,85	204	<b>2,78</b>	681
447	Escola Básica de Pêro Vaz de Caminha (Porto)	2,55	177	2,73	190	3,07	184	<b>2,78</b>	551

448	Escola Básica de Vilar de Andorinho (Porto)	2,46	170	3,05	219	2,84	160	<b>2,78</b>	549
449	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Aranguez (Setúbal)	2,66	209	3	173	2,69	111	<b>2,78</b>	493
450	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Monsenhor Miguel de Oliveira (Aveiro)	2,33	120	3,05	114	2,97	86	<b>2,78</b>	320
451	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Martinho Vaz Castelo Branco (Lisboa)	2,51	244	2,94	314	2,89	238	<b>2,78</b>	796
452	Escola Secundária de Barcelinhos (Braga)	2,4	205	3,08	130	2,86	200	<b>2,78</b>	535
453	Escola Secundária de Carolina Michaelis (Porto)	2,42	86	2,91	140	3,01	79	<b>2,78</b>	305
454	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Poeta Bernardo Passos (Faro)	2,54	170	2,94	168	2,85	156	<b>2,78</b>	494
455	Escola Secundária de Valongo (Porto)	2,56	172	3,19	304	2,58	126	<b>2,78</b>	602
456	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de António Bento Franco (Lisboa)	2,59	248	2,85	183	2,89	123	<b>2,78</b>	554
457	Escola Básica e Secundária de D, Moisés Alves de Pinho (Aveiro)	2,42	264	3,11	162	2,79	238	<b>2,77</b>	664
458	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Duarte Lopes (Santarém)	2,63	175	2,93	224	2,76	198	<b>2,77</b>	597
459	Escola Secundária com 3º Ciclo de Gil Vicente (Lisboa)	2,56	140	3,02	193	2,73	222	<b>2,77</b>	555
460	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Jacinto Correia (Faro)	2,47	176	3,17	138	2,67	174	<b>2,77</b>	488
461	Escola Básica de Cristelo (Porto)	2,58	126	2,81	158	2,92	160	<b>2,77</b>	444
462	Escola Básica Integrada de Padre Bento Pereira (Évora)	2,57	126	2,99	116	2,75	116	<b>2,77</b>	358
463	Escola Secundária com 3º Ciclo de Tenente Coronel Adão Carrapatoso (Guarda)	2,7	119	2,71	112	2,9	99	<b>2,77</b>	330
464	Escola Básica de Caldas das Taipas (Braga)	2,61	196	2,91	256	2,79	212	<b>2,77</b>	664
465	Escola Básica e Secundária de Arcos de Valdevez (Viana do Castelo)	2,69	128	2,88	264	2,73	266	<b>2,77</b>	658
466	Escola Básica de D, António Ferreira Gomes (Ermesinde) (Porto)	2,47	210	3,01	183	2,82	139	<b>2,77</b>	532
467	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Freiria (Lisboa)	2,47	266	2,93	210	2,89	210	<b>2,76</b>	686
468	Escola Secundária de Amarante (Porto)	2,47	382	2,88	466	2,94	238	<b>2,76</b>	1086
469	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Quinta Nova da Telha (Setúbal)	2,75	164	2,93	148	2,61	206	<b>2,76</b>	518
470	Escola Básica de Jovim (Porto)	2,61	180	2,84	159	2,84	165	<b>2,76</b>	504
471	Escola Secundária com 3º Ciclo de Manuel Cargaleiro (Setúbal)	2,57	149	3,01	226	2,71	140	<b>2,76</b>	515

472	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Costa da Caparica (Setúbal)	2,53	193	3,05	218	2,7	228	<b>2,76</b>	639
473	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Viseu (Viseu)	2,59	78	2,78	103	2,91	291	<b>2,76</b>	472
474	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Mação (Santarém)	2,65	119	2,9	90	2,73	138	<b>2,76</b>	347
475	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Castanheiros (Lisboa)	2,54	151	3,03	206	2,7	252	<b>2,76</b>	609
476	Escola Secundária com 3º Ciclo de Carcavelos (Lisboa)	2,65	198	2,82	217	2,8	212	<b>2,76</b>	627
477	Escola Básica de Padre António Luís Moreira (Porto)	2,59	170	2,88	163	2,8	127	<b>2,76</b>	460
478	Escola Secundária com 3º Ciclo de Cidadela (Lisboa)	2,66	329	2,86	404	2,74	332	<b>2,75</b>	1065
479	Escola Básica de Nogueira (Braga)	2,51	233	2,87	277	2,88	258	<b>2,75</b>	768
480	Escola Básica Integrada de Colmeias (Leiria)	2,77	128	2,84	128	2,65	102	<b>2,75</b>	358
481	Escola Básica de Arrifana (Aveiro)	2,42	116	2,83	141	3	142	<b>2,75</b>	399
482	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Olivais (Lisboa)	2,57	112	2,71	133	2,97	96	<b>2,75</b>	341
483	Escola Básica de Paço de Sousa (Porto)	2,53	315	2,86	382	2,85	306	<b>2,75</b>	1003
484	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Forte da Casa (Lisboa)	2,64	188	2,78	182	2,82	194	<b>2,75</b>	564
485	Escola Básica de Montelongo (Braga)	2,52	196	2,75	150	2,97	156	<b>2,75</b>	502
486	Escola Básica de Paços de Brandão (Aveiro)	2,5	183	2,82	250	2,92	154	<b>2,75</b>	587
487	Escola Básica Integrada D, Jorge de Lencastre (Setúbal)	2,58	189	2,68	148	2,98	107	<b>2,75</b>	444
488	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Luís de Sttau Monteiro (Lisboa)	2,45	254	3,12	213	2,66	293	<b>2,74</b>	760
489	Escola Básica de Cego do Maio (Porto)	2,52	260	2,85	306	2,86	247	<b>2,74</b>	813
490	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Hermenegildo Capelo (Setúbal)	2,52	147	3,02	122	2,68	120	<b>2,74</b>	389
491	Secundário de Dr. Daniel de Matos (Coimbra)	2,87	118	2,83	134	2,52	114	<b>2,74</b>	366
492	Escola Secundária com 3º Ciclo de Vagos (Aveiro)	2,55	106	2,86	95	2,81	113	<b>2,74</b>	314
493	Escola Básica de Vila D'Este (Porto)	2,66	158	2,89	148	2,67	104	<b>2,74</b>	410
494	Escola Básica de Dr. João de Lemos (Peso da Régua) (Vila Real)	2,75	114	2,9	100	2,57	91	<b>2,74</b>	305
495	Escola Secundária com 3º Ciclo de Sobral de Monte Agraço (Lisboa)	2,46	202	2,97	172	2,79	160	<b>2,74</b>	534

496	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Oliveira do Hospital (Coimbra)	2,47	110	3,12	107	2,63	112	<b>2,74</b>	329
497	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mestre Domingos Saraiva (Lisboa)	2,52	253	2,88	204	2,81	195	<b>2,74</b>	652
498	Escola Básica de D, Maria II (Braga)	2,76	210	2,75	252	2,7	184	<b>2,74</b>	646
499	Escola Secundária com 3º Ciclo de D, Pedro I (Leiria)	2,55	204	2,77	152	2,89	144	<b>2,74</b>	500
500	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Doutor Egas Moniz (Aveiro)	2,49	124	2,88	108	2,84	88	<b>2,74</b>	320
501	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Aristides de Sousa Mendes (Lisboa)	2,59	208	2,82	220	2,79	218	<b>2,73</b>	646
502	Escola Básica de Toutosa (Porto)	2,54	166	2,87	202	2,79	170	<b>2,73</b>	538
503	Escola Secundária com 3º Ciclo de Professor Ruy Luís Gomes (Setúbal)	2,56	163	2,79	137	2,85	129	<b>2,73</b>	429
504	Escola Básica Integrada de Abrigada (Lisboa)	2,65	146	2,87	143	2,68	102	<b>2,73</b>	391
505	Escola Básica Integrada de Rainha D, Leonor de Lencastre (Lisboa)	2,6	103	3,1	152	2,49	180	<b>2,73</b>	435
506	Escola Secundária de Póvoa de Lanhoso (Braga)	2,55	222	2,68	136	2,96	132	<b>2,73</b>	490
507	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Reguengos de Monsaraz (Évora)	2,32	158	2,99	149	2,88	120	<b>2,73</b>	427
508	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Corroios (Setúbal)	2,61	136	2,63	67	2,95	100	<b>2,73</b>	303
509	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Michel Giacometti (Setúbal)	2,45	248	2,84	186	2,9	195	<b>2,73</b>	629
510	Escola Básica e Secundária de Baião (Porto)	2,38	129	2,95	172	2,85	142	<b>2,73</b>	443
511	Escola Básica de Santa Marinha do Zêzere (Porto)	2,42	182	3,1	100	2,66	118	<b>2,73</b>	400
512	Escola Secundária com 3º Ciclo de Tábua (Coimbra)	2,42	144	2,94	124	2,82	116	<b>2,73</b>	384
513	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Aguiar da Beira (Guarda)	2,48	108	2,94	126	2,76	106	<b>2,73</b>	340
514	Escola Básica de São Romão do Coronado (Porto)	2,51	246	2,81	211	2,85	221	<b>2,72</b>	678
515	Escola Básica de Palmeira (Braga)	2,49	260	2,7	255	2,98	198	<b>2,72</b>	713
516	Escola Básica de Dr, Augusto César Pires de Lima (Porto)	2,7	172	2,95	176	2,52	170	<b>2,72</b>	518
517	Escola Básica Fernando Távora (Fermentões) (Braga)	2,41	136	2,88	163	2,88	132	<b>2,72</b>	431
518	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Fragata do Tejo (Setúbal)	2,52	176	2,97	180	2,67	189	<b>2,72</b>	545
519	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de General Humberto Delgado (Lisboa)	2,43	181	3,02	112	2,71	126	<b>2,72</b>	419

520	Escola Secundária com 3º Ciclo de D, Luísa de Gusmão (Lisboa)	2,52	244	2,83	211	2,8	201	<b>2,72</b>	656
521	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Martinho de Castelo Branco (Faro)	2,55	228	2,95	324	2,64	271	<b>2,71</b>	823
522	Escola Secundária com 3º Ciclo de Amora (Setúbal)	2,49	249	2,86	181	2,79	183	<b>2,71</b>	613
523	Escola Básica dos 1º, 2º e 3º Ciclos do Bom Sucesso (Lisboa)	2,61	176	2,83	131	2,7	137	<b>2,71</b>	444
524	Escola Básica de Vila Caiz (Porto)	2,7	130	2,77	146	2,67	88	<b>2,71</b>	364
525	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Alfovelos (Lisboa)	2,46	149	2,82	134	2,86	98	<b>2,71</b>	381
526	Escola Básica de Leça do Balio (Porto)	2,44	331	2,7	82	2,99	111	<b>2,71</b>	524
527	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pinhel (Guarda)	2,56	132	2,84	92	2,73	101	<b>2,71</b>	325
528	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Gafanha da Encarnação (Aveiro)	2,43	105	2,94	116	2,76	94	<b>2,71</b>	315
529	Escola Secundária Jácome Ratton (Santarém)	2,6	126	2,82	147	2,71	62	<b>2,71</b>	335
530	Escola Básica Integrada de São Bruno (Lisboa)	2,46	118	2,96	123	2,7	146	<b>2,71</b>	387
531	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Santa Clara (Évora) (Évora)	2,46	114	3,03	174	2,63	108	<b>2,71</b>	396
532	Escola Secundária Engº Acácio Calazans Duarte (Leiria)	2,42	132	2,88	100	2,82	130	<b>2,71</b>	362
533	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de El-Rei D, Manuel I (Setúbal)	2,57	270	2,86	291	2,68	226	<b>2,70</b>	787
534	Escola Básica de Gondifelos (Braga)	2,54	126	2,63	147	2,94	147	<b>2,70</b>	420
535	Escola Básica de Monsenhor Jerónimo do Amaral (Vila Real)	2,43	122	2,71	104	2,96	117	<b>2,70</b>	343
536	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, António Carvalho Figueiredo (Lisboa)	2,61	234	2,73	324	2,76	287	<b>2,70</b>	845
537	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, João I (Setúbal)	2,52	212	2,82	246	2,76	180	<b>2,70</b>	638
538	Escola Básica de Sande (Porto)	2,45	142	2,75	136	2,9	153	<b>2,70</b>	431
539	Escola Básica de Briteiros (Braga)	2,46	202	2,8	172	2,84	148	<b>2,70</b>	522
540	Escola Básica de Dr, Nuno Simões (Braga)	2,42	207	2,83	219	2,84	224	<b>2,70</b>	650
541	Escola Básica de Prado (Braga)	2,36	204	2,93	196	2,8	196	<b>2,70</b>	596
542	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Lagos (Faro)	2,45	172	2,97	226	2,67	184	<b>2,70</b>	582
543	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Gaspar Correia (Lisboa)	2,7	152	2,74	108	2,65	142	<b>2,70</b>	402

544	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Domingos Jardo (Lisboa)	2,59	152	2,74	182	2,75	182	<b>2,69</b>	516
545	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Nuno Álvares Pereira (Santarém)	2,24	74	3,02	162	2,82	164	<b>2,69</b>	400
546	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Pedro II (Setúbal)	2,54	168	2,89	188	2,65	158	<b>2,69</b>	514
547	Escola Básica de São Lourenço (Porto)	2,38	112	2,85	122	2,85	150	<b>2,69</b>	384
548	Escola Secundária com 3º Ciclo de André Gouveia (Évora)	2,51	202	2,9	132	2,67	84	<b>2,69</b>	418
549	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Fitaes (Lisboa)	2,43	134	2,69	146	2,95	198	<b>2,69</b>	478
550	Escola Básica de Avintes (Porto)	2,49	142	2,84	233	2,74	170	<b>2,69</b>	545
551	Escola Secundária com 3º Ciclo de Ponte de Sôr (Portalegre)	2,58	131	2,86	176	2,63	167	<b>2,69</b>	474
552	Escola Básica de Sobrado (Porto)	2,31	136	3,18	140	2,58	132	<b>2,69</b>	408
553	Escola Secundária de Caldas das Taipas (Braga)	2,32	131	2,72	116	3,03	120	<b>2,69</b>	367
554	Escola Básica Integrada de Fernando Casimiro Pereira da Silva (Santarém)	2,49	128	2,98	130	2,6	103	<b>2,69</b>	361
555	Escola Básica de Eiriz (Porto)	2,5	296	2,84	296	2,72	225	<b>2,69</b>	817
556	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de António Gedeão (Lisboa)	2,59	242	2,82	182	2,65	209	<b>2,69</b>	633
557	Escola Básica de Arões (Braga)	2,38	128	2,87	126	2,81	132	<b>2,69</b>	386
558	Escola Básica de Nogueira da Maia (Porto)	2,42	199	2,71	204	2,93	107	<b>2,69</b>	510
559	Escola Secundária com 3º Ciclo de Braamcamp Freire (Lisboa)	2,53	110	2,71	199	2,81	236	<b>2,68</b>	545
560	Escola Básica de Caíde Rei (Porto)	2,44	227	2,77	262	2,84	192	<b>2,68</b>	681
561	Escola Básica de São Torcato (Braga)	2,41	211	2,81	202	2,82	152	<b>2,68</b>	565
562	Escola Básica de Prof, Dr, Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Aveiro)	2,5	256	2,92	284	2,62	214	<b>2,68</b>	754
563	Escola Secundária com 3º Ciclo de Campo Maior (Portalegre)	2,51	113	2,66	158	2,87	156	<b>2,68</b>	427
564	Escola Básica de Rebordosa (Porto)	2,63	184	2,86	222	2,54	176	<b>2,68</b>	582
565	Escola Secundária de Boa Nova (Porto)	2,64	218	2,69	170	2,7	86	<b>2,68</b>	474
566	Escola Básica de Ribeirão (Braga)	2,43	410	2,75	362	2,84	346	<b>2,67</b>	1118
567	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Quinta do Conde (Setúbal)	2,49	213	2,91	223	2,62	244	<b>2,67</b>	680

568	Escola Básica de A Ver-o-Mar (Porto)	2,51	295	2,82	216	2,69	240	<b>2,67</b>	751
569	Escola Básica e Secundária da Sé (Lamego) (Viseu)	2,4	204	2,92	166	2,7	186	<b>2,67</b>	556
570	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Aquilino Ribeiro (Lisboa)	2,39	133	2,7	121	2,93	135	<b>2,67</b>	389
571	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pedro Eanes Lobato (Setúbal)	2,2	60	3,05	164	2,77	108	<b>2,67</b>	332
572	Escola Básica de Frazão (Porto)	2,43	182	2,71	223	2,87	194	<b>2,67</b>	599
573	Escola Básica de Alfena (Porto)	2,34	82	2,91	116	2,76	124	<b>2,67</b>	322
574	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de José Carlos da Maia (Faro)	2,44	192	2,9	168	2,67	124	<b>2,67</b>	484
575	Escola Secundária com 3º Ciclo de Caneças (Lisboa)	2,57	210	2,8	142	2,64	88	<b>2,67</b>	440
576	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, José Afonso (Setúbal)	2,49	207	2,72	184	2,79	174	<b>2,67</b>	565
577	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Diamantina Negrão (Faro)	2,37	92	2,7	158	2,93	164	<b>2,67</b>	414
578	Escola Secundária de José Régio (Porto)	2,47	262	2,71	188	2,82	148	<b>2,67</b>	598
579	Escola Básica de Taíde (Braga)	2,38	114	2,84	122	2,78	85	<b>2,67</b>	321
580	Escola Secundária de Mem Martins (Lisboa)	2,17	173	2,96	198	2,86	258	<b>2,66</b>	629
581	Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto (Vila Real)	2,53	184	2,62	220	2,84	136	<b>2,66</b>	540
582	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Bombarral (Leiria)	2,46	193	2,7	186	2,82	253	<b>2,66</b>	632
583	Escola Básica de Sobreira (Porto)	2,45	212	2,7	162	2,83	211	<b>2,66</b>	585
584	Escola Básica de Marco de Canaveses (Porto)	2,74	208	2,72	184	2,52	209	<b>2,66</b>	601
585	Escola Básica de Perafita (Porto)	2,54	208	2,78	192	2,66	154	<b>2,66</b>	554
586	Escola Básica de Argoncilhe (Aveiro)	2,45	157	2,8	194	2,73	147	<b>2,66</b>	498
587	Escola Básica e Secundária de D, Sancho II (Alijó) (Vila Real)	2,54	142	2,71	156	2,73	147	<b>2,66</b>	445
588	Escola Básica de Lousada (Porto)	2,63	122	2,8	140	2,55	120	<b>2,66</b>	382
589	Escola Básica de Milheirós de Poiares (Aveiro)	2,39	174	2,83	128	2,74	144	<b>2,65</b>	446
590	Escola Básica Integrada de Padre Vítor Melícias (Lisboa)	2,54	120	2,69	130	2,73	106	<b>2,65</b>	356
591	Escola Básica de Passos José (Porto)	2,43	191	2,74	160	2,79	150	<b>2,65</b>	501



592	Escola Básica de Lagares (Porto)	2,51	270	3,01	298	2,44	272	<b>2,65</b>	840
593	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Dr, António de Sousa Agostinho (Faro)	2,54	122	2,76	148	2,65	113	<b>2,65</b>	383
594	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Manuel da Maia (Lisboa)	2,54	125	2,75	142	2,66	104	<b>2,65</b>	371
595	Escola Básica de Penafiel nº 3 (Porto)	2,44	222	2,8	280	2,7	297	<b>2,65</b>	799
596	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de António Sérgio (Lisboa)	2,64	266	2,57	254	2,73	272	<b>2,65</b>	792
597	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Padre Alberto Neto (Lisboa)	2,41	274	2,85	368	2,68	232	<b>2,65</b>	874
598	Escola Básica de Santa Bárbara (Fânzeres) (Porto)	2,44	210	2,76	262	2,74	185	<b>2,65</b>	657
599	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Guia (Leiria)	2,34	216	3	154	2,6	153	<b>2,65</b>	523
600	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pedro Nunes (Setúbal)	2,47	150	2,88	141	2,59	144	<b>2,65</b>	435
601	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Alto do Moinho (Lisboa)	2,47	192	2,75	162	2,71	154	<b>2,64</b>	508
602	Escola Secundária com 3º Ciclo de Alfredo dos Reis Silveira (Setúbal)	2,43	290	2,82	355	2,68	314	<b>2,64</b>	959
603	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Agostinho da Silva (Lisboa)	2,34	192	2,94	128	2,65	144	<b>2,64</b>	464
604	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Naus (Faro)	2,51	132	2,56	140	2,86	122	<b>2,64</b>	394
605	Escola Secundária com 3º Ciclo de Gama Barros (Lisboa)	2,46	259	2,77	282	2,69	266	<b>2,64</b>	807
606	Escola Básica e Secundária de Pinheiro (Porto)	2,52	288	2,72	265	2,67	265	<b>2,64</b>	818
607	Escola Secundária de Odivelas (Lisboa)	2,58	249	2,92	292	2,41	261	<b>2,64</b>	802
608	Escola Básica de Prof, Gonçalo Sampaio (Braga)	2,4	236	2,87	210	2,64	216	<b>2,64</b>	662
609	Escola Secundária com 3º Ciclo de Padre António Vieira (Lisboa)	2,53	163	2,64	159	2,74	166	<b>2,64</b>	488
610	Escola Secundária Prof, Dr, Flávio F, Pinto Resende (Viseu)	2,18	110	2,68	78	3,05	138	<b>2,64</b>	326
611	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pontével (Santarém)	2,4	140	2,8	91	2,71	80	<b>2,64</b>	311
612	Escola Básica e Secundária de Murça (Vila Real)	2,28	162	2,76	116	2,87	68	<b>2,64</b>	346
613	Escola Secundária de Marco de Canaveses (Porto)	2,36	419	2,93	403	2,61	342	<b>2,63</b>	1164
614	Escola Básica de Gomes Teixeira (Porto) (Porto)	2,35	96	2,83	160	2,72	186	<b>2,63</b>	442
615	Escola Básica de Santa Marinha (Porto)	2,48	102	2,71	106	2,71	101	<b>2,63</b>	309

616	Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto (Braga)	2,46	181	2,69	159	2,74	178	<b>2,63</b>	518
617	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário de Santo António (Setúbal)	2,37	158	2,88	138	2,64	174	<b>2,63</b>	470
618	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de João de Deus (Faro)	2,45	114	2,75	164	2,68	136	<b>2,63</b>	414
619	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Cardoso Lopes (Lisboa)	2,2	127	3,03	128	2,65	130	<b>2,63</b>	385
620	Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Trapa (Viseu)	2,44	196	2,54	76	2,9	52	<b>2,63</b>	324
621	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Marvila (Lisboa)	2,42	117	2,76	146	2,7	122	<b>2,63</b>	385
622	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de José Afonso (Setúbal)	2,28	176	2,87	142	2,72	164	<b>2,62</b>	482
623	Escola Básica Integrada de Monsenhor Elísio Araújo (Braga)	2,19	193	2,77	204	2,91	148	<b>2,62</b>	545
624	Escola Secundária com 3º Ciclo de Rafael Bordalo Pinheiro (Leiria)	2,43	221	2,77	98	2,67	85	<b>2,62</b>	404
625	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Visconde de Chancelheiros (Lisboa)	2,46	156	2,68	114	2,72	98	<b>2,62</b>	368
626	Escola Básica de Arouca (Aveiro)	2,47	125	2,69	116	2,7	122	<b>2,62</b>	363
627	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Padre António Lourenço Farinha (Castelo Branco)	2,38	138	2,8	114	2,68	118	<b>2,62</b>	370
628	Escola Secundária com 3º Ciclo de Passos Manuel (Lisboa)	2,56	180	2,76	218	2,53	225	<b>2,62</b>	623
629	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Marinhais (Santarém)	2,2	198	2,69	179	2,96	197	<b>2,62</b>	574
630	Escola Básica e Secundária de São João da Pesqueira (Viseu)	2,35	130	2,68	135	2,82	115	<b>2,62</b>	380
631	Escola Básica da Madalena (Porto)	2,41	140	2,75	114	2,68	124	<b>2,61</b>	378
632	Escola Básica de Cabeceiras de Basto (Braga)	2,34	256	2,76	284	2,72	218	<b>2,61</b>	758
633	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Elvas Nº 1 (Portalegre)	2,32	142	2,82	224	2,68	175	<b>2,61</b>	541
634	Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira (Viana do Castelo)	2,46	142	2,95	102	2,41	133	<b>2,61</b>	377
635	Escola Secundária com 3º Ciclo de D. João II (Setúbal)	2,38	282	2,64	256	2,8	215	<b>2,61</b>	753
636	Escola Básica de Bernardino Machado (Braga)	2,06	130	2,83	123	2,92	198	<b>2,60</b>	451
637	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Eng. Nuno Mergulhão (Faro)	2,42	117	2,66	116	2,73	104	<b>2,60</b>	337
638	Escola Secundária com 3º Ciclo de Poeta Joaquim Serra (Setúbal)	2,58	238	2,74	278	2,47	232	<b>2,60</b>	748
639	Escola Secundária com 3º Ciclo de Francisco Simões (Setúbal)	2,45	184	2,66	149	2,68	154	<b>2,60</b>	487

640	Escola Básica de Gil Vicente (Braga)	2,58	336	2,66	353	2,54	167	<b>2,59</b>	856
641	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mário de Sá Carneiro (Lisboa)	2,12	156	2,95	134	2,71	125	<b>2,59</b>	415
642	Escola Básica de Paredes (Porto)	2,27	127	2,9	170	2,61	90	<b>2,59</b>	387
643	Escola Básica Integrada de Prof, Dr, Aníbal Cavaco Silva (Faro)	2,62	114	2,7	126	2,45	128	<b>2,59</b>	368
644	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Carlos Paredes (Lisboa)	2,42	144	2,7	157	2,65	134	<b>2,59</b>	435
645	Escola Básica e Secundária de Vila Pouca de Aguiar (Vila Real)	2,3	181	2,81	258	2,65	239	<b>2,59</b>	678
646	Escola Secundária com 3º Ciclo de Frei Gonçalo de Azevedo (Lisboa)	2,43	147	2,81	178	2,52	156	<b>2,59</b>	481
647	Escola Básica de Lordelo (Porto)	2,29	226	2,76	174	2,71	152	<b>2,59</b>	552
648	Escola Básica e Secundária Dr, José Leite de Vasconcelos (Viseu)	2,35	142	2,65	132	2,76	136	<b>2,59</b>	410
649	Escola Secundária com 3º Ciclo de José Cardoso Pires (Lisboa)	2,4	177	2,65	142	2,71	102	<b>2,59</b>	421
650	Escola Secundária de Alfena (Porto)	2,43	118	2,78	136	2,54	136	<b>2,58</b>	390
651	Escola Básica de Idães (Porto)	2,31	242	2,72	208	2,71	215	<b>2,58</b>	665
652	Escola Básica de Professor Amaro Arantes (Braga)	2,59	140	2,59	172	2,56	204	<b>2,58</b>	516
653	Escola Secundária de São Pedro da Cova (Porto)	2,44	200	2,7	163	2,6	160	<b>2,58</b>	523
654	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Matilde Rosa Araújo (Lisboa)	2,42	119	2,71	144	2,61	128	<b>2,58</b>	391
655	Escola Básica de Airões (Porto)	2,29	171	2,69	176	2,75	162	<b>2,58</b>	509
656	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Navegador Rodrigues Soromenho (Setúbal)	2,36	119	2,77	146	2,6	112	<b>2,58</b>	377
657	Escola Básica e Secundária de Santos Simões (Braga)	2,23	44	2,76	185	2,72	155	<b>2,57</b>	384
658	Escola Básica de Gomes Teixeira (Armamar) (Viseu)	2,25	106	2,78	143	2,68	97	<b>2,57</b>	346
659	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Vialonga (Lisboa)	2,36	272	2,59	241	2,75	276	<b>2,57</b>	789
660	Escola Secundária de Abel Salazar (Porto)	2,4	156	2,7	119	2,59	136	<b>2,56</b>	411
661	Escola Secundária com 3º Ciclo de Fernando Namora (Amadora) (Lisboa)	2,4	200	2,78	136	2,5	136	<b>2,56</b>	472
662	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Ferreiras (Faro)	2,36	96	2,55	118	2,77	106	<b>2,56</b>	320
663	Escola Básica de Dr, Manuel Pinto de Vasconcelos (Porto)	2,42	328	2,64	298	2,61	242	<b>2,56</b>	868

664	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Amadeu Gaudêncio (Leiria)	2,28	74	2,79	112	2,59	117	<b>2,55</b>	303
665	Escola Básica de Gonçalo Nunes (Braga)	2,45	126	2,57	92	2,63	112	<b>2,55</b>	330
666	Escola Secundária com 3º Ciclo de Lima de Freitas (Setúbal)	2,35	204	2,73	172	2,56	152	<b>2,55</b>	528
667	Escola Básica de Freixo (Viana do Castelo)	2,22	134	2,72	128	2,7	138	<b>2,55</b>	400
668	Escola Secundária com 3º Ciclo de Miguel Torga (Queluz) (Lisboa)	2,33	306	2,75	335	2,54	231	<b>2,54</b>	872
669	Escola Secundária de Vilela (Porto)	2,31	202	2,71	248	2,59	264	<b>2,54</b>	714
670	Escola Básica de Pedrouços (Porto)	2,37	232	2,73	216	2,51	201	<b>2,54</b>	649
671	Escola Secundária D, Manuel Martins (Setúbal)	2,47	53	2,67	126	2,46	125	<b>2,53</b>	304
672	Escola Básica de Nevogilde (Porto)	2,34	220	2,7	221	2,56	224	<b>2,53</b>	665
673	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Quarteira (Faro)	2,19	112	2,81	162	2,59	146	<b>2,53</b>	420
674	Escola Básica e Secundária de Mogadouro (Bragança)	2,3	132	2,71	154	2,58	121	<b>2,53</b>	407
675	Escola Básica de Ancede (Porto)	2,4	163	2,6	172	2,57	127	<b>2,52</b>	462
676	Escola Secundária de Valbom (Porto)	2,7	157	2,5	165	2,37	103	<b>2,52</b>	425
677	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário Dr, João de Brito Camacho (Beja)	2,38	153	2,58	109	2,6	96	<b>2,52</b>	358
678	Escola Secundária com 3º Ciclo de Mães de Água (Lisboa)	2,33	152	2,37	97	2,85	96	<b>2,52</b>	345
679	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Visconde de Juromenha (Lisboa)	2,28	276	2,9	274	2,35	300	<b>2,51</b>	850
680	Escola Secundária com 3º Ciclo de Matias Aires (Lisboa)	2,29	142	2,78	176	2,44	199	<b>2,50</b>	517
681	Escola Secundária de D, Pedro V (Lisboa)	2,33	105	2,61	122	2,57	112	<b>2,50</b>	339
682	Escola Secundária de Arquitecto Oliveira Ferreira (Porto)	2,23	284	2,65	277	2,62	277	<b>2,50</b>	838
683	Escola Secundária de António Nobre (Porto)	2,3	179	2,71	99	2,47	88	<b>2,49</b>	366
684	Escola Secundária com 3º Ciclo de Lumiar (Lisboa)	2,4	174	2,7	151	2,32	85	<b>2,47</b>	410
685	Escola Básica e Secundária de Miguel Torga (Sabrosa) (Vila Real)	2,15	130	2,59	98	2,67	96	<b>2,47</b>	324
686	Escola Secundária de D, Egas Moniz (Viseu)	2,25	211	2,65	148	2,49	174	<b>2,46</b>	533
687	Escola Secundária de Vila Verde (Braga)	2,38	135	2,3	54	2,71	161	<b>2,46</b>	350

688	Escola Básica de Arco de Baúlhe (Braga)	2,15	191	2,65	124	2,59	146	<b>2,46</b>	461
689	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Oaias (Lisboa)	2,25	162	2,65	143	2,49	112	<b>2,46</b>	417
690	Escola Secundária com 3º Ciclo de Alvide (Lisboa)	2,24	138	2,71	134	2,41	131	<b>2,45</b>	403
691	Escola Básica de Souselo (Viseu)	2,27	152	2,63	100	2,44	112	<b>2,45</b>	364
692	Escola Secundária de Joaquim de Araújo (Porto)	2,19	166	2,72	134	2,41	177	<b>2,44</b>	477
693	Escola Básica de Amares (Braga)	2,26	162	2,61	142	2,44	116	<b>2,44</b>	420
694	Escola Secundária de Alexandre Herculano (Porto)	2,45	129	2,51	168	2,33	104	<b>2,43</b>	401
695	Escola Secundária de Fafe (Braga)	2,32	248	2,52	143	2,43	138	<b>2,42</b>	529
696	Escola Básica e Secundária de Carrazeda de Ansiães (Bragança)	2,45	102	2,66	86	2,12	121	<b>2,41</b>	309
697	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário Bela Vista (Setúbal)	2,35	200	2,57	182	2,29	56	<b>2,40</b>	438
698	Escola Secundária D, Dinis (Lisboa) (Lisboa)	2,31	213	2,43	131	2,44	98	<b>2,39</b>	442
699	Escola Básica e Secundária de Prof, António da Natividade (Vila Real)	2,08	102	2,61	118	2,46	130	<b>2,38</b>	350
700	Escola Secundária com 3º Ciclo de Camarate (Lisboa)	2,2	169	2,6	146	2,32	171	<b>2,37</b>	486
701	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Azevedo Neves (Lisboa)	2,14	105	2,55	106	2,43	94	<b>2,37</b>	305
702	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Galopim de Carvalho (Lisboa)	2,06	96	2,61	138	2,44	94	<b>2,37</b>	328
703	Escola Básica de Dr, Leonardo Coimbra (Porto)	2,19	216	2,47	184	2,39	158	<b>2,35</b>	558
704	Escola Secundária com 3º Ciclo de Drª, Laura Ayres (Faro)	2,34	125	2,42	134	2,29	70	<b>2,35</b>	329
705	Escola Secundária com 3º Ciclo de Seomara da Costa Primo (Lisboa)	2,23	163	2,49	140	2,32	140	<b>2,35</b>	443
706	Escola Básica de São Pedro da Cova (Porto)	2,12	113	2,49	133	2,39	122	<b>2,33</b>	368
707	Escola Básica e Secundária de Cerco (Porto)	2,2	25	2,38	248	2,34	236	<b>2,31</b>	509

**Anexo 2****Ranking do Ensino Secundário (12.º ano)**

(com base nos dados do BESP)

**Resultados nos Exames do 12.º ano (nos 8 exames com mais provas realizadas em cada ano) em escolas públicas com mais de 99 provas realizadas em cada ano**

#	Escolas	2006/2007						2007/2008						2008/2009						Média Exames	Total N.P.
		C. 1ªf	N.P.	C. 2ªf	N.P.	ME	N.P Total	C.1ªf	N.P.	C.2ªF	N.P.	ME	N.P Total	C.1ªF	N.P.	C.2ªF	N.P.	ME	N.P Total		
1	Escola Secundária Infanta D, Maria (Coimbra)	13,40	520	13,15	117	13,28	637	13,71	569	13,16	95	13,44	664	13,14	587	11,62	111	12,38	698	<b>13,03</b>	1999
2	Escola Secundária Manuel da Fonseca (Setúbal)	12,37	131	13,90	35	13,14	166	12,17	174	11,95	28	12,06	202	12,24	163	11,3	21	11,77	184	<b>12,32</b>	552
3	Escola Secundária Garcia de Orta (Porto)	11,72	739	11,34	116	11,53	855	12,97	789	12,81	131	12,89	920	13,38	861	10,94	97	12,16	958	<b>12,19</b>	2733
4	Escola Secundária José Falcão (Coimbra)	12,17	333	12,12	89	12,15	422	13,28	357	11,71	82	12,50	439	12,94	427	10,94	101	11,94	528	<b>12,19</b>	1389
5	Escola Secundária de José Gomes Ferreira (Lisboa)	11,79	396	11,81	43	11,80	439	13,1	524	12,9	65	13,00	589	12,65	709	10,9	97	11,78	806	<b>12,19</b>	1834
6	Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)	11,85	492	10,87	89	11,36	581	12,67	496	12,2	100	12,44	596	13,46	496	11,82	83	12,64	579	<b>12,15</b>	1756
7	Escola Secundária D, Filipa de Lencastre (Lisboa)	12,51	414	11,13	43	11,82	457	13,21	363	11,61	42	12,41	405	12,37	355	11,23	48	11,80	403	<b>12,01</b>	1265
8	Escola Secundária do Restelo (Lisboa)	11,93	458	11,29	54	11,61	512	13,61	438	11,69	42	12,65	480	12,71	429	10,79	45	11,75	474	<b>12,00</b>	1466
9	Escola Secundária Vergílio Ferreira (Lisboa)	11,84	387	10,89	53	11,37	440	12,93	615	11,84	59	12,39	674	12,72	846	10,25	98	11,49	944	<b>11,75</b>	2058
10	Escola Secundária Carlos Amarante (Braga)	11,74	727	12,34	210	12,04	937	12,62	789	11,41	253	12,02	1042	12,08	851	10,08	226	11,08	1077	<b>11,71</b>	3056
11	Escola Secundária Bocage (Setúbal)	11,63	335	12,06	94	11,85	429	12,06	459	11,83	95	11,95	554	12,12	485	10,4	137	11,26	622	<b>11,68</b>	1605
12	Escola Secundária de Miraflores (Lisboa)	11,31	309	10,81	57	11,06	366	12,1	423	11,85	53	11,98	476	12,69	526	11,19	46	11,94	572	<b>11,66</b>	1414

13	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Joaquim de Carvalho (Coimbra)	11,13	501	11,03	105	11,08	606	12,3	545	11,46	125	11,88	670	12,39	606	10,28	111	11,34	717	<b>11,43</b>	1993
14	Escola Secundária de Raúl Proença (Leiria)	11,63	585	10,79	62	11,21	647	12,67	563	11,1	48	11,89	611	12,6	615	9,69	100	11,15	715	<b>11,41</b>	1973
15	Escola Secundária Clara de Resende (Porto)	12,38	125	10,24	9	11,31	134	12,49	204	12,32	25	12,41	229	11,96	245	9,02	44	10,49	289	<b>11,40</b>	652
16	Escola Secundária Nuno Álvares (Castelo Branco)	11,76	392	11,06	100	11,41	492	12,45	470	11,32	122	11,89	592	12,02	454	9,63	64	10,83	518	<b>11,37</b>	1602
17	Escola Secundária Filipa de Vilhena (Porto)	12,21	471	11,05	76	11,63	547	12	544	10,34	56	11,17	600	12,27	648	9,8	75	11,04	723	<b>11,28</b>	1870
18	Escola Secundária de Albergaria-a-Velha (Aveiro)	11,63	73	10,54	56	11,09	129	12,63	168	12,16	58	12,40	226	11,09	209	9,47	71	10,28	280	<b>11,25</b>	635
19	Escola Secundária Diogo de Gouveia (Beja)	11,33	382	11,29	84	11,31	466	11,78	366	11,46	102	11,62	468	11,13	369	10,38	105	10,76	474	<b>11,23</b>	1408
20	Escola Secundária José Estevão (Aveiro)	11,00	230	12,02	54	11,51	284	12,57	269	10,78	56	11,68	325	11,8	308	9,07	46	10,44	354	<b>11,21</b>	963
21	Escola Secundária Fernão de Magalhães (Vila Real)	10,93	196	10,14	64	10,54	260	12,82	250	10,93	63	11,88	313	12,17	307	10,13	85	11,15	392	<b>11,19</b>	965
22	Escola Secundária Rainha D. Leonor (Lisboa)	11,45	458	9,84	44	10,65	502	12,71	542	10,98	44	11,85	586	11,9	573	10,15	57	11,03	630	<b>11,17</b>	1718
23	Escola Secundária/3 Artur Gonçalves (Santarém)	10,32	290	10,11	76	10,22	366	12,09	305	12,58	82	12,34	387	11,51	261	10,37	84	10,94	345	<b>11,16</b>	1098
24	Escola Secundária Alves Martins (Viseu)	10,95	1025	10,13	323	10,54	1348	12,29	1117	11,86	285	12,08	1402	11,99	1267	9,62	314	10,81	1581	<b>11,14</b>	4331
25	Escola Secundária João Silva Correia (Aveiro)	11,73	154	10,47	17	11,10	171	12,04	245	10,24	42	11,14	287	12,42	246	9,9	42	11,16	288	<b>11,13</b>	746
26	Escola Secundária da Quinta do Marquês (Lisboa)	11,39	340	8,31	58	9,85	398	12,55	360	11,11	36	11,83	396	12,86	472	10,42	30	11,64	502	<b>11,11</b>	1296
27	Escola Secundária Prof. Herculano de Carvalho (Lisboa)	11,84	421	10,40	47	11,12	468	12,48	341	11,84	51	12,16	392	11,04	343	8,98	59	10,01	402	<b>11,10</b>	1262
28	Escola Secundária de Padrão da Légua (Porto)	10,86	256	11,07	56	10,97	312	12,12	312	11,25	60	11,69	372	11,93	424	9,16	56	10,55	480	<b>11,07</b>	1164
29	Escola Secundária Pedro Nunes (Lisboa)	11,26	460	9,96	53	10,61	513	11,68	479	10,96	52	11,32	531	12,31	476	10,21	36	11,26	512	<b>11,06</b>	1556
30	Escola Secundária D. Maria II (Braga)	10,93	541	10,42	132	10,68	673	12,46	686	11,56	190	12,01	876	11,49	839	9,22	270	10,36	1109	<b>11,01</b>	2658

31	Escola Secundária Dr, Manuel Gomes de Almeida (Aveiro)	11,34	337	10,66	115	11,00	452	11,54	499	11,06	168	11,30	667	11,69	504	9,72	122	10,71	626	<b>11,00</b>	1745
32	Escola Secundária da Maia (Porto)	11,59	456	10,35	98	10,97	554	12,04	669	9,95	94	11,00	763	11,8	687	10,12	113	10,96	800	<b>10,98</b>	2117
33	Escola Secundária António Sérgio (Porto)	11,85	197	11,45	28	11,65	225	11,35	263	10,08	38	10,72	301	11,1	229	9,87	30	10,49	259	<b>10,95</b>	785
34	Escola Secundária de Linda-a-Velha (Lisboa)	10,78	329	10,12	70	10,45	399	12,18	395	11,2	45	11,69	440	11,75	406	9,51	60	10,63	466	<b>10,92</b>	1305
35	Escola Secundária Santa Maria Maior (Viana do Castelo)	11,58	441	9,70	65	10,64	506	11,93	448	11,87	125	11,90	573	11,17	583	9,2	136	10,19	719	<b>10,91</b>	1798
36	Escola Secundária Santa Maria do Olival (Santarém)	10,84	308	9,62	74	10,23	382	11,73	331	12,14	88	11,94	419	11,82	358	9,24	63	10,53	421	<b>10,90</b>	1222
37	Escola Secundária Dr, Manuel Laranjeira (Aveiro)	11,57	324	9,77	67	10,67	391	12,02	295	10,74	58	11,38	353	11,79	357	9,42	129	10,61	486	<b>10,89</b>	1230
38	Escola Secundária Poeta António Aleixo (Faro)	10,77	505	9,84	116	10,31	621	11,73	511	11,51	95	11,62	606	11,85	577	9,54	82	10,70	659	<b>10,87</b>	1886
39	Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo (Leiria)	10,82	610	10,79	151	10,81	761	12,18	821	10,83	121	11,51	942	11,37	884	9,21	94	10,29	978	<b>10,87</b>	2681
40	Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa)	10,63	509	9,75	92	10,19	601	11,97	569	12,07	78	12,02	647	11,66	676	9,08	77	10,37	753	<b>10,86</b>	2001
41	Escola Secundária Homem Cristo (Aveiro)	10,98	370	10,03	107	10,51	477	11,88	459	11,41	115	11,65	574	12,09	452	8,71	64	10,40	516	<b>10,85</b>	1567
42	Escola Secundária Sebastião e Silva (Lisboa)	11,58	575	10,47	109	11,03	684	11,96	734	10,9	71	11,43	805	11,61	770	8,49	95	10,05	865	<b>10,84</b>	2354
43	Escola Secundária Dr, Mário Sacramento (Aveiro)	10,95	351	9,50	89	10,23	440	11,71	422	10,39	97	11,05	519	12,13	472	10,18	65	11,16	537	<b>10,81</b>	1496
44	Escola Secundária de S, João do Estoril (Lisboa)	11,05	661	10,48	90	10,77	751	11,93	747	10,07	92	11,00	839	12,1	877	9,15	91	10,63	968	<b>10,80</b>	2558
45	Escola Secundária Eça de Queirós - Póvoa de Varzim (Porto)	10,67	703	10,27	190	10,47	893	11,93	741	10,77	168	11,35	909	11,8	874	9,17	214	10,49	1088	<b>10,77</b>	2890
46	Escola Secundária com 3º Ciclo da Gafanha da Nazaré (Aveiro)	10,53	167	9,12	44	9,83	211	11,6	223	10,5	38	11,05	261	11,85	189	10,96	14	11,41	203	<b>10,76</b>	675
47	Escola Secundária da Anadia (Aveiro)	11,01	227	10,94	49	10,98	276	11,31	260	10,4	52	10,86	312	11,58	338	9,29	54	10,44	392	<b>10,76</b>	980
48	Escola Secundária Augusto Gomes (Porto)	11,37	315	9,25	41	10,31	356	10,98	515	10,31	89	10,65	604	11,93	468	10,62	70	11,28	538	<b>10,74</b>	1498



49	Escola Secundária de Monserrate (Viana do Castelo)	11,01	626	10,23	149	10,62	775	11,75	717	11,1	160	11,43	877	11,13	815	9,23	236	10,18	1051	<b>10,74</b>	2703
50	Escola Secundária Stuart Carvalhais (Lisboa)	10,54	410	10,68	86	10,61	496	11,71	561	10,19	73	10,95	634	11,63	573	9,64	73	10,64	646	<b>10,73</b>	1776
51	Escola Secundária de Almeida Garrett (Porto)	11,39	576	10,36	104	10,88	680	12,41	724	9,87	94	11,14	818	11,3	810	9,04	142	10,17	952	<b>10,73</b>	2450
52	Escola Secundária do Entroncamento (Santarém)	10,76	371	9,98	142	10,37	513	11,5	445	10,61	124	11,06	569	11,58	432	9,92	96	10,75	528	<b>10,73</b>	1610
53	Escola Secundária Maria Lamas (Santarém)	9,70	169	10,46	42	10,08	211	11,35	217	11,66	77	11,51	294	11,13	410	10,02	101	10,58	511	<b>10,72</b>	1016
54	Escola Secundária Gabriel Pereira (Évora)	10,18	449	9,97	128	10,08	577	11,7	530	11,01	103	11,36	633	11,6	641	9,66	95	10,63	736	<b>10,69</b>	1946
55	Escola Secundária com 3º Ciclo de Adolfo Portela (Aveiro)	10,30	422	9,47	71	9,89	493	12,62	404	10,94	31	11,78	435	11,73	474	9,02	42	10,38	516	<b>10,68</b>	1444
56	Escola Secundária Júlio Dantas (Faro)	9,42	236	8,99	68	9,21	304	11,52	244	12,26	33	11,89	277	12,22	297	9,61	44	10,92	341	<b>10,67</b>	922
57	Escola Secundária Amélia Rey Colaço (Lisboa)	10,72	397	10,06	86	10,39	483	12,16	411	10,42	42	11,29	453	11,76	395	8,73	47	10,25	442	<b>10,64</b>	1378
58	Escola Secundária com 3º Ciclo de Esmoriz (Aveiro)	11,44	110	10,48	16	10,96	126	13,22	100	10,63	10	11,93	110	11,69	170	6,23	16	8,96	186	<b>10,62</b>	422
59	Escola Secundária Domingos Sequeira (Leiria)	10,45	664	9,69	160	10,07	824	11,86	787	10,6	141	11,23	928	11,89	886	9,1	94	10,50	980	<b>10,60</b>	2732
60	Escola Secundária Viriato (Viseu)	11,06	234	10,86	50	10,96	284	11,19	290	10,12	68	10,66	358	11,52	313	8,84	55	10,18	368	<b>10,60</b>	1010
61	Escola Secundária Abade de Baçal (Bragança)	10,49	93	11,78	53	11,14	146	11,89	139	11,01	42	11,45	181	10,38	166	8,03	52	9,21	218	<b>10,60</b>	545
62	Escola Secundária de Barcelos (Braga)	10,53	237	10,01	68	10,27	305	11,89	335	11,13	70	11,51	405	11,01	377	8,92	106	9,97	483	<b>10,58</b>	1193
63	Escola Secundária N.º 2 da Portela - Sacavém (Lisboa)	11,19	300	10,97	58	11,08	358	11,84	478	11,01	61	11,43	539	11,03	555	7,45	95	9,24	650	<b>10,58</b>	1547
64	Escola Secundária do Fundão (Castelo Branco)	10,86	325	9,98	64	10,42	389	10,88	428	10,65	83	10,77	511	11,46	356	9,54	78	10,50	434	<b>10,56</b>	1334
65	Escola Secundária de Alcanena (Santarém)	10,89	127	9,51	25	10,20	152	11,77	195	10,26	27	11,02	222	11,4	205	9,4	46	10,40	251	<b>10,54</b>	625
66	Escola Secundária de Oliveira do Douro (Porto)	11,09	171	10,96	43	11,03	214	10,84	177	10,15	34	10,50	211	10,9	158	9,28	47	10,09	205	<b>10,54</b>	630

67	Escola Secundária da Quinta das Flores (Coimbra)	11,16	385	10,25	94	10,71	479	11,38	391	9,16	57	10,27	448	11,6	363	9,56	83	10,58	446	<b>10,52</b>	1373
68	Escola Secundária de S. Pedro (Vila Real)	10,00	335	10,46	151	10,23	486	11,38	345	11,11	146	11,25	491	11,44	373	8,7	150	10,07	523	<b>10,52</b>	1500
69	Escola Secundária de Ermesinde (Porto)	10,81	502	9,32	117	10,07	619	11,82	551	10,49	119	11,16	670	11,19	627	9,32	139	10,26	766	<b>10,49</b>	2055
70	Escola Secundária de Cantanhede (Coimbra)	10,40	358	9,68	118	10,04	476	11,47	445	10,56	104	11,02	549	11,05	455	9,72	97	10,39	552	<b>10,48</b>	1577
71	Escola Secundária Ferreira de Castro (Aveiro)	10,51	314	9,23	109	9,87	423	11,69	370	10,9	65	11,30	435	11,4	391	9,15	69	10,28	460	<b>10,48</b>	1318
72	Escola Secundária de Paredes (Porto)	11,20	366	9,71	79	10,46	445	10,99	435	9,91	76	10,45	511	11,71	389	9,25	52	10,48	441	<b>10,46</b>	1397
73	Escola Secundária de Severim de Faria (Évora)	10,15	275	9,40	44	9,78	319	10,92	307	11,08	69	11,00	376	11,44	275	9,76	52	10,60	327	<b>10,46</b>	1022
74	Escola Secundária Abel Salazar (Porto)	10,95	240	10,42	68	10,69	308	11,76	292	10,44	54	11,10	346	10,73	255	8,31	60	9,52	315	<b>10,44</b>	969
75	Escola Secundária D. Dinis (Santo Tirso) (Porto)	10,33	321	10,72	83	10,53	404	11,8	369	9,74	65	10,77	434	10,82	389	9,06	103	9,94	492	<b>10,41</b>	1330
76	Escola Secundária Dr. Ginestal Machado (Santarém)	10,43	427	8,88	76	9,66	503	11,8	437	11,36	76	11,58	513	11,62	548	8,36	72	9,99	620	<b>10,41</b>	1636
77	Escola Secundária de Inês de Castro (Porto)	10,54	280	9,62	20	10,08	300	11,61	280	10,51	39	11,06	319	11,05	298	9,03	67	10,04	365	<b>10,39</b>	984
78	Escola Secundária de Miguel Torga (Massamá) (Lisboa)	10,37	512	9,33	108	9,85	620	11,27	584	11,72	96	11,50	680	11,29	633	8,24	98	9,77	731	<b>10,37</b>	2031
79	Escola Secundária António Gedeão (Setúbal)	10,28	296	8,29	49	9,29	345	11,63	324	10,68	51	11,16	375	11,43	267	9,73	59	10,58	326	<b>10,34</b>	1046
80	Escola Secundária com 3º Ciclo Rainha D. Amélia (Lisboa)	10,53	232	9,11	32	9,82	264	12,17	308	10,26	30	11,22	338	11,4	386	8,55	28	9,98	414	<b>10,34</b>	1016
81	Escola Secundária da Lousã (Coimbra)	10,08	228	9,84	36	9,96	264	11,77	235	10,56	25	11,17	260	10,87	235	8,87	43	9,87	278	<b>10,33</b>	802
82	Escola Secundária de Santa Comba Dão (Viseu)	11,24	134	10,41	37	10,83	171	11,45	157	10,93	32	11,19	189	10,51	179	7,44	26	8,98	205	<b>10,33</b>	565
83	Escola Secundária Camões (Lisboa)	10,91	537	8,55	62	9,73	599	11,88	634	10,28	67	11,08	701	11,35	682	8,91	107	10,13	789	<b>10,31</b>	2089
84	Escola Secundária de Porto de Mós (Leiria)	10,79	157	7,39	23	9,09	180	11,73	208	10,33	42	11,03	250	12,74	174	8,83	23	10,79	197	<b>10,30</b>	627

85	Escola Secundária Sá da Bandeira (Santarém)	10,73	339	9,34	75	10,04	414	11,45	413	10,16	47	10,81	460	11,22	406	8,9	67	10,06	473	<b>10,30</b>	1347
86	Escola Secundária Jorge Peixinho (Setúbal)	10,36	266	10,35	56	10,36	322	11,52	269	10,1	43	10,81	312	11,12	286	8,32	42	9,72	328	<b>10,30</b>	962
87	Escola Secundária José Saramago - Mafra (Lisboa)	10,42	645	9,22	77	9,82	722	12,09	624	10,07	77	11,08	701	11,23	692	8,67	106	9,95	798	<b>10,28</b>	2221
88	Escola Secundária Anselmo de Andrade (Setúbal)	10,50	329	9,54	57	10,02	386	11,84	408	9,73	52	10,79	460	11,45	325	8,61	30	10,03	355	<b>10,28</b>	1201
89	Escola Secundária de Ourém (Santarém)	10,53	277	9,10	67	9,82	344	11,71	316	10,68	67	11,20	383	11,36	397	8,28	73	9,82	470	<b>10,28</b>	1197
90	Escola Secundária de S. Pedro do Sul (Viseu)	9,78	278	10,88	53	10,33	331	10,86	279	10,43	43	10,65	322	11,03	246	8,67	53	9,85	299	<b>10,28</b>	952
91	Escola Secundária D. Sancho I (Braga)	10,50	415	9,48	139	9,99	554	11,07	505	10,03	134	10,55	639	11,07	524	9,31	155	10,19	679	<b>10,24</b>	1872
92	Escola Secundária Afonso Lopes Vieira (Leiria)	10,04	197	11,38	38	10,71	235	11,18	277	9,94	37	10,56	314	10,76	195	8,08	28	9,42	223	<b>10,23</b>	772
93	Escola Secundária Alcaldes de Faria - Arcozelo (Braga)	10,50	552	9,71	88	10,11	640	11,31	535	10,47	130	10,89	665	10,98	738	8,28	213	9,63	951	<b>10,21</b>	2256
94	Escola Secundária da Trofa (Porto)	10,12	369	8,85	109	9,49	478	11,22	441	9,6	105	10,41	546	11,66	390	9,78	70	10,72	460	<b>10,21</b>	1484
95	Escola EB 2,3/S Monte da Oia (Viana do Castelo)	10,64	121	10,23	39	10,44	160	11,38	133	10,27	22	10,83	155	10,78	135	7,83	57	9,31	192	<b>10,19</b>	507
96	Escola Secundária Alberto Sampaio (Braga)	10,34	574	9,55	103	9,95	677	11,67	705	10,57	155	11,12	860	10,76	650	8,21	180	9,49	830	<b>10,18</b>	2367
97	Escola Secundária de Vale de Cambra (Aveiro)	10,98	347	8,47	103	9,73	450	11,42	393	9,78	126	10,60	519	10,98	415	9,39	100	10,19	515	<b>10,17</b>	1484
98	Escola Secundária João de Deus (Faro)	10,56	446	10,62	103	10,59	549	11,22	559	10,07	104	10,65	663	10,53	641	7,97	97	9,25	738	<b>10,16</b>	1950
99	Escola Secundária Avelar Brotero (Coimbra)	10,91	505	9,50	111	10,21	616	11,54	605	10,18	114	10,86	719	10,59	637	8,18	126	9,39	763	<b>10,15</b>	2098
100	Escola EB 2,3/S de Melgaço (Viana do Castelo)	10,40	131	10,38	34	10,39	165	11,5	130	9,52	19	10,51	149	11	123	8,07	32	9,54	155	<b>10,15</b>	469
101	Escola Secundária com 3º Ciclo Drª Maria Cândida (Coimbra)	9,81	169	8,63	43	9,22	212	11,05	228	9,23	62	10,14	290	11,32	140	10,78	24	11,05	164	<b>10,14</b>	666
102	Escola Secundária Felismina Alcântara - Mangualde (Viseu)	11,39	241	10,17	80	10,78	321	11,65	262	10,54	41	11,10	303	10,02	327	6,98	49	8,50	376	<b>10,13</b>	1000

103	Escola Secundária Martinho Árias - Soure (Coimbra)	10,00	87	8,72	43	9,36	130	11,3	134	10,9	37	11,10	171	11,57	105	8,01	34	9,79	139	<b>10,08</b>	440
104	Escola Secundária Francisco de Holanda (Braga)	10,29	751	10,38	198	10,34	949	11,23	954	9,44	160	10,34	1114	10,71	1137	8,44	245	9,58	1382	<b>10,08</b>	3445
105	Escola Secundária da Azambuja (Lisboa)	9,81	128	7,84	14	8,83	142	10,95	161	9,55	15	10,25	176	11,81	121	10,49	15	11,15	136	<b>10,08</b>	454
106	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr, Jaime Magalhães Lima (Aveiro)	10,55	326	9,05	54	9,80	380	11,19	334	10,4	51	10,80	385	11,12	425	8,12	59	9,62	484	<b>10,07</b>	1249
107	Escola Secundária de Barcelinhos (Braga)	10,29	286	9,33	47	9,81	333	11,48	435	10,94	63	11,21	498	10,77	432	7,53	93	9,15	525	<b>10,06</b>	1356
108	Escola Secundária Santa Maria de Sintra (Lisboa)	10,20	764	9,80	146	10,00	910	11,2	802	9,28	125	10,24	927	10,89	979	8,93	168	9,91	1147	<b>10,05</b>	2984
109	Escola Secundária de Pombal (Leiria)	10,65	468	9,22	81	9,94	549	11,67	445	9,85	72	10,76	517	10,95	473	7,92	80	9,44	553	<b>10,04</b>	1619
110	Escola Secundária Vitorino Nemésio (Lisboa)	10,59	422	9,39	57	9,99	479	11,1	439	9,73	56	10,42	495	11,42	507	8,03	58	9,73	565	<b>10,04</b>	1539
111	Escola Secundária Dr, António Carvalho Figueiredo (Lisboa)	10,45	299	9,10	55	9,78	354	10,93	281	10,17	43	10,55	324	11,18	317	8,33	45	9,76	362	<b>10,03</b>	1040
112	Escola Secundária de Caldas de Vizela (Braga)	10,09	243	8,90	116	9,50	359	11,17	319	10,41	99	10,79	418	10,97	368	8,57	104	9,77	472	<b>10,02</b>	1249
113	Escola Secundária Prof, Reynaldo dos Santos (Lisboa)	11,15	220	8,04	18	9,60	238	10,91	298	10,43	43	10,67	341	11,47	299	8,08	26	9,78	325	<b>10,01</b>	904
114	Escola Secundária de Montemor-o-Velho (Coimbra)	9,97	193	9,00	38	9,49	231	11,34	224	9,89	35	10,62	259	11,11	245	8,67	44	9,89	289	<b>10,00</b>	779
115	Escola Secundária D, Inês de Castro - Alcobaça (Leiria)	10,36	383	9,13	55	9,75	438	11,86	306	9,55	38	10,71	344	9,91	451	9,08	114	9,50	565	<b>9,98</b>	1347
116	Escola Secundária do Castelo da Maia (Porto)	10,84	394	9,42	86	10,13	480	10,84	396	10,22	73	10,53	469	10,11	446	8,41	106	9,26	552	<b>9,97</b>	1501
117	Escola Secundária Padre António Vieira (Lisboa)	11,01	250	8,60	41	9,81	291	11,67	318	9,23	33	10,45	351	11	311	8,31	41	9,66	352	<b>9,97</b>	994
118	Escola EB 2,3/S Dr, Pascoal José de Mello, Ansião (Leiria)	10,26	144	10,95	35	10,61	179	10,62	199	10,06	48	10,34	247	10,5	195	7,42	25	8,96	220	<b>9,97</b>	646
119	Escola Secundária Marques de Castilho (Aveiro)	10,15	221	9,40	49	9,78	270	10,04	230	10,4	49	10,22	279	10,93	352	8,88	54	9,91	406	<b>9,97</b>	955
120	Escola Secundária D, Pedro V (Lisboa)	10,65	268	9,01	46	9,83	314	11,24	341	8,43	40	9,84	381	11,39	242	9,04	32	10,22	274	<b>9,96</b>	969

121	Escola Secundária com 3º Ciclo da Batalha (Leiria)	11,48	170	8,89	15	10,19	185	11,88	245	8,63	30	10,26	275	12,01	200	6,85	15	9,43	215	<b>9,96</b>	675
122	Escola Secundária Jácome Ratton (Santarém)	10,22	377	9,35	91	9,79	468	11,33	360	10,1	82	10,72	442	10,48	442	8,26	83	9,37	525	<b>9,96</b>	1435
123	Escola Secundária com 3º Ciclo da Sé - Guarda (Guarda)	10,47	470	8,63	148	9,55	618	11,29	438	10,16	125	10,73	563	11,16	537	8	92	9,58	629	<b>9,95</b>	1810
124	Escola Secundária de Ponte de Lima (Viana do Castelo)	10,10	551	8,97	145	9,54	696	11,32	664	10	157	10,66	821	10,99	600	8,32	156	9,66	756	<b>9,95</b>	2273
125	Escola Secundária Pedro Alexandrino (Lisboa)	10,85	196	9,08	53	9,97	249	10,54	215	10,91	41	10,73	256	10,77	208	7,52	33	9,15	241	<b>9,95</b>	746
126	Escola Secundária Camilo Castelo Branco - Vila Real (Vila Real)	10,41	394	8,90	113	9,66	507	10,22	436	9,91	136	10,07	572	10,88	606	9,34	213	10,11	819	<b>9,94</b>	1898
127	Escola Secundária Júlio Dinis de Ovar (Aveiro)	10,81	152	9,80	46	10,31	198	11,04	165	9,51	42	10,28	207	10,17	194	8,32	34	9,25	228	<b>9,94</b>	633
128	Escola Secundária de Maximinos (Braga)	10,16	262	8,29	71	9,23	333	11,41	242	9,29	53	10,35	295	10,74	202	9,75	46	10,25	248	<b>9,94</b>	876
129	Escola Secundária/3 de Latino Coelho (Viseu)	9,41	330	9,62	101	9,52	431	10,6	382	10,39	106	10,50	488	10,56	403	9,02	127	9,79	530	<b>9,93</b>	1449
130	Escola Secundária da Amadora (Lisboa)	10,02	690	8,80	134	9,41	824	11,19	751	9,92	93	10,56	844	11,09	861	8,53	134	9,81	995	<b>9,93</b>	2663
131	Escola Secundária com 3º Ciclo Afonso de Albuquerque (Guarda)	9,99	378	9,53	135	9,76	513	11,62	392	9,31	107	10,47	499	10,97	389	8,12	68	9,55	457	<b>9,92</b>	1469
132	Escola Secundária com 3º Ciclo de Sever do Vouga (Aveiro)	10,48	148	8,84	46	9,66	194	11,1	222	10,25	50	10,68	272	11,08	215	7,76	28	9,42	243	<b>9,92</b>	709
133	Escola Secundária de Loulé (Faro)	9,82	415	9,80	110	9,81	525	10,74	511	10,25	97	10,50	608	10,78	494	8	118	9,39	612	<b>9,90</b>	1745
134	Escola Secundária da Senhora da Hora (Porto)	11,15	203	9,21	61	10,18	264	11,31	339	9,69	47	10,50	386	11,62	293	6,38	28	9,00	321	<b>9,89</b>	971
135	Escola Secundária Campos de Melo (Castelo Branco)	10,77	332	9,80	61	10,29	393	11,33	374	9,77	59	10,55	433	9,92	382	7,71	61	8,82	443	<b>9,88</b>	1269
136	Escola Secundária Soares Basto - Oliveira de Azeméis (Aveiro)	11,03	241	9,39	89	10,21	330	10,16	327	9,74	67	9,95	394	10,7	286	8,26	52	9,48	338	<b>9,88</b>	1062
137	Escola Secundária Emídio Navarro (Almada) (Setúbal)	10,82	334	8,04	50	9,43	384	11,63	321	9,46	36	10,55	357	10,51	300	8,77	56	9,64	356	<b>9,87</b>	1097
138	Escola Secundária Fernão Mendes Pinto (Setúbal)	9,83	264	9,33	83	9,58	347	10,58	340	9,32	58	9,95	398	11,6	387	8,55	57	10,08	444	<b>9,87</b>	1189

139	Escola Sec./3 Tomaz de Figueiredo, Arcos de Valdevez (Viana do Castelo)	10,21	218	10,39	76	10,30	294	10,5	257	9,7	83	10,10	340	10,08	269	8,3	62	9,19	331	<b>9,86</b>	965
140	Escola Secundária Alfredo da Silva (Setúbal)	9,38	291	8,59	84	8,99	375	11,37	315	9,66	48	10,52	363	11,2	296	8,83	73	10,02	369	<b>9,84</b>	1107
141	Escola Secundária de Amarante (Porto)	10,45	305	8,43	87	9,44	392	11,2	381	10,82	95	11,01	476	10,27	440	7,86	83	9,07	523	<b>9,84</b>	1391
142	Escola Secundária de Monção (Viana do Castelo)	9,58	301	10,02		9,80	301	10,98	340	10,13	95	10,56	435	10,54	302	7,72	80	9,13	382	<b>9,83</b>	1118
143	Escola Secundária Dr. João Carlos C. Gomes - Ílhavo (Aveiro)	9,85	206	9,44	55	9,65	261	11,23	253	9,71	54	10,47	307	10,41	204	8,3	53	9,36	257	<b>9,82</b>	825
144	Escola Secundária Padre Benjamim Salgado - Joane (Braga)	9,25	313	9,62	123	9,44	436	11,78	507	10,51	82	11,15	589	10,94	509	6,84	76	8,89	585	<b>9,82</b>	1610
145	Escola Secundária de Ponte da Barca (Viana do Castelo)	8,74	89	9,47	38	9,11	127	10,06	105	11,1	57	10,58	162	10,54	195	9	53	9,77	248	<b>9,82</b>	537
146	Escola Secundária Henrique Medina (Braga)	9,91	420	9,07	86	9,49	506	10,79	451	10,1	126	10,45	577	10,02	480	8,95	125	9,49	605	<b>9,81</b>	1688
147	Escola Secundária de Santa Maria da Feira (Aveiro)	10,36	444	8,75	102	9,56	546	11,08	614	9,74	131	10,41	745	10,62	757	8,25	137	9,44	894	<b>9,80</b>	2185
148	Escola EB 2,3/S José Falcão (Miranda do Corvo) (Coimbra)	8,71	84	9,93	38	9,32	122	10,58	139	9,85	41	10,22	180	11,11	126	8,6	44	9,86	170	<b>9,80</b>	472
149	Escola Secundária de Moura (Beja)	9,07	149	10,35	39	9,71	188	10,88	182	9,14	50	10,01	232	10,56	222	8,77	29	9,67	251	<b>9,80</b>	671
150	Escola Secundária de Caldas das Taipas (Braga)	9,55	372	9,25	126	9,40	498	11,43	431	9,76	91	10,60	522	10,71	450	8,02	76	9,37	526	<b>9,79</b>	1546
151	Escola Secundária de Albufeira (Faro)	9,53	424	8,57	102	9,05	526	10,83	486	10,45	92	10,64	578	11,07	534	8,24	103	9,66	637	<b>9,78</b>	1741
152	Escola Secundária José Régio (Porto)	10,50	395	9,73	68	10,12	463	10,83	399	9,76	74	10,30	473	9,92	367	7,92	106	8,92	473	<b>9,78</b>	1409
153	Escola Secundária Frei Heitor Pinto (Castelo Branco)	10,73	162	8,95	43	9,84	205	11,33	197	9,5	19	10,42	216	11,05	262	7	34	9,03	296	<b>9,76</b>	717
154	Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes-Portimão (Faro)	9,71	350	8,49	83	9,10	433	11,03	379	10,32	89	10,68	468	10,5	330	8,43	46	9,47	376	<b>9,75</b>	1277
155	Escola Secundária com 3º Ciclo Emídio Navarro (Viseu) (Viseu)	9,84	446	8,23	88	9,04	534	10,98	384	10,25	89	10,62	473	11,06	443	8,12	74	9,59	517	<b>9,75</b>	1524
156	Escola Secundária D. João V - Damaia (Lisboa)	10,24	159	8,47	24	9,36	183	11,34	169	8,97	19	10,16	188	10,82	184	8,63	33	9,73	217	<b>9,75</b>	588

157	Escola Secundária Madeira Torres (Lisboa)	10,46	373	9,03	84	9,75	457	11,22	484	8,83	73	10,03	557	10,9	522	8,03	76	9,47	598	<b>9,75</b>	1612
158	Escola Secundária de Tondela (Viseu)	10,22	432	9,36	138	9,79	570	11,02	484	9,96	79	10,49	563	10,4	402	7,45	71	8,93	473	<b>9,74</b>	1606
159	Escola Secundária de Cascais (Lisboa)	10,75	296	7,77	30	9,26	326	11	352	9,19	56	10,10	408	11,04	340	8,66	38	9,85	378	<b>9,74</b>	1112
160	Escola Secundária Emídio Garcia (Bragança)	9,60	225	10,61	92	10,11	317	10,76	193	10,09	68	10,43	261	9,51	266	7,79	90	8,65	356	<b>9,73</b>	934
161	Escola EB 2,3/S Pintor José de Brito (Viana do Castelo)	9,04	129	10,69	34	9,87	163	11,05	116	9,75	23	10,40	139	9,34	176	8,46	55	8,90	231	<b>9,72</b>	533
162	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pinhal do Rei (Leiria)	9,43	97	7,70	21	8,57	118	10,92	145	10,07	39	10,50	184	10,6	153	9,59	31	10,10	184	<b>9,72</b>	486
163	Escola Secundária de Castro Verde (Beja)	9,26	114	9,66	16	9,46	130	11,21	137	9,7	25	10,46	162	10,51	122	7,82	28	9,17	150	<b>9,69</b>	442
164	Escola Secundária do Pinhal Novo (Setúbal)	10,11	251	9,41	60	9,76	311	10,96	279	9,64	57	10,30	336	10,33	307	7,7	57	9,02	364	<b>9,69</b>	1011
165	Escola Secundária de Jaime Cortesão (Coimbra)	9,91	278	8,33	73	9,12	351	10,73	296	9,74	56	10,24	352	10,68	228	8,76	50	9,72	278	<b>9,69</b>	981
166	Escola Secundária Padre Alberto Neto (Lisboa)	10,42	386	9,86	63	10,14	449	11,22	469	8,55	38	9,89	507	10,62	498	7,33	58	8,98	556	<b>9,67</b>	1512
167	Escola Secundária de Rio Tinto (Porto)	9,80	668	8,38	143	9,09	811	10,83	699	10,27	169	10,55	868	10,3	672	8,41	145	9,36	817	<b>9,67</b>	2496
168	Escola Secundária de Vilela (Porto)	9,89	185	8,37	58	9,13	243	11,12	297	9,03	29	10,08	326	10,38	333	9,17	44	9,78	377	<b>9,66</b>	946
169	Escola Secundária N.º 3 de S. João da Madeira (Aveiro)	10,30	446	9,19	97	9,75	543	10,65	549	8,68	93	9,67	642	10,51	577	8,62	87	9,57	664	<b>9,66</b>	1849
170	Escola Secundária D. Manuel I - Beja (Beja)	8,79	167	8,56	36	8,68	203	10,96	238	9,44	59	10,20	297	11,15	219	9,04	60	10,10	279	<b>9,66</b>	779
171	Escola Secundária Dr. António Granjo (Vila Real)	8,37	261	9,10	75	8,74	336	10,24	321	9,7	74	9,97	395	11,19	321	9,31	68	10,25	389	<b>9,65</b>	1120
172	Escola Secundária da Lourinhã (Lisboa)	9,43	300	8,62	64	9,03	364	10,86	320	9,22	43	10,04	363	11,28	329	8,46	40	9,87	369	<b>9,65</b>	1096
173	Escola Secundária com 3º Ciclo de Cristina Torres (Coimbra)	10,64	282	8,60	56	9,62	338	11,39	285	8,15	30	9,77	315	10,9	265	8,17	52	9,54	317	<b>9,64</b>	970
174	Escola Secundária de S. Lourenço (Portalegre)	9,65	429	8,92	89	9,29	518	10,65	488	9,48	101	10,07	589	10,68	466	8,34	82	9,51	548	<b>9,62</b>	1655

175	Escola Secundária Santo André-Barreiro (Setúbal)	10,37	296	9,10	89	9,74	385	10,41	368	9,88	129	10,15	497	10,43	445	7,53	128	8,98	573	<b>9,62</b>	1455
176	Escola Secundária de S. João da Talha (Lisboa)	9,81	423	8,74	72	9,28	495	10,69	525	9,45	64	10,07	589	10,8	540	8,19	89	9,50	629	<b>9,61</b>	1713
177	Escola Secundária da Ramada (Lisboa)	9,63	356	8,63	87	9,13	443	11,2	395	8,89	71	10,05	466	11,03	462	8,29	87	9,66	549	<b>9,61</b>	1458
178	Escola Secundária Tomaz Pelayo (Porto)	10,56	143	8,45	35	9,51	178	10,74	170	9,32	65	10,03	235	10,27	194	8,28	46	9,28	240	<b>9,60</b>	653
179	Escola Secundária de Alfena (Porto)	9,87	111	9,43	24	9,65	135	10,5	100	9,91	29	10,21	129	9,62	109	8,2	32	8,91	141	<b>9,59</b>	405
180	Escola Secundária Fernando Lopes Graça - Parede (Lisboa)	9,94	297	8,62	50	9,28	347	10,84	364	9,28	55	10,06	419	10,71	423	8,12	51	9,42	474	<b>9,59</b>	1240
181	Escola EB 2,3/S de Oliveira de Frades (Viseu)	10,48	205	8,94	23	9,71	228	10,67	149	9,46	36	10,07	185	10,59	176	7,36	22	8,98	198	<b>9,58</b>	611
182	Escola Secundária Leal da Câmara (Lisboa)	10,10	634	7,90	87	9,00	721	11,24	946	9,08	132	10,16	1078	10,92	1048	8,25	181	9,59	1229	<b>9,58</b>	3028
183	Escola Secundária de Águas Santas (Porto)	10,52	349	9,30	81	9,91	430	10,88	372	7,86	58	9,37	430	10,65	361	8,24	76	9,45	437	<b>9,58</b>	1297
184	Escola Secundária Dr. Solano de Abreu (Santarém)	10,18	313	8,27	38	9,23	351	11,12	295	8,02	28	9,57	323	11,2	302	8,66	27	9,93	329	<b>9,58</b>	1003
185	Escola Secundária Rocha Peixoto (Porto)	10,07	249	9,66	49	9,87	298	10,92	347	9,74	59	10,33	406	10,33	357	6,71	51	8,52	408	<b>9,57</b>	1112
186	Escola Secundária Camilo Castelo Branco - Carnaxide (Lisboa)	9,43	214	8,19	34	8,81	248	10,94	188	8,74	41	9,84	229	11,4	167	8,73	27	10,07	194	<b>9,57</b>	671
187	Escola Secundária Gago Coutinho (Lisboa)	9,75	401	8,32	128	9,04	529	10,91	434	9,84	106	10,38	540	10,4	549	8,19	95	9,30	644	<b>9,57</b>	1713
188	Escola Secundária Ferreira Dias (Lisboa)	9,57	627	8,38	145	8,98	772	10,8	675	9,84	144	10,32	819	10,45	722	8,33	118	9,39	840	<b>9,56</b>	2431
189	Escola Secundária da Cidadela (Lisboa)	10,05	110	7,57	9	8,81	119	11,85	199	9,5	13	10,68	212	10,72	313	7,64	52	9,18	365	<b>9,56</b>	696
190	Escola Secundária de Carregal do Sal (Viseu)	9,32	110	7,06	18	8,19	128	11,31	106	10,41	15	10,86	121	11,8	101	7,43	7	9,62	108	<b>9,56</b>	357
191	Escola Secundária com 3º Ciclo Daniel Sampaio (Setúbal)	8,82	317	8,29	57	8,56	374	11,53	314	9,05	59	10,29	373	11,35	351	8,24	62	9,80	413	<b>9,55</b>	1160
192	Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo (Lisboa)	8,91	112	8,49	18	8,70	130	11,27	221	9,75	30	10,51	251	11,35	170	7,5	21	9,43	191	<b>9,55</b>	572



193	Escola Secundária com 3º Ciclo Quinta das Palmeiras - Covilhã (Castelo Branco)	9,17	218	8,55	65	8,86	283	11,17	301	10,39	35	10,78	336	10,42	365	7,51	60	8,97	425	<b>9,54</b>	1044
194	Escola Secundária de Vagos (Aveiro)	9,58	129	7,96	40	8,77	169	11,53	161	10,44	34	10,99	195	10,63	126	7,04	33	8,84	159	<b>9,53</b>	523
195	Escola Secundária de Peniche (Leiria)	10,10	275	7,53	46	8,82	321	10,79	335	10,22	49	10,51	384	10,62	418	7,91	96	9,27	514	<b>9,53</b>	1219
196	Escola EB 2,3/S de Celorico de Basto (Braga)	10,08	140	9,44	54	9,76	194	10,5	173	8,94	45	9,72	218	9,87	139	8,33	34	9,10	173	<b>9,53</b>	585
197	Escola Secundária com 3º Ciclo José Macedo Fragateiro - Ovar (Aveiro)	10,21	358	9,15	75	9,68	433	10,63	457	8,91	120	9,77	577	10,57	379	7,61	77	9,09	456	<b>9,51</b>	1466
198	Escola Secundária Luís de Freitas Branco (Lisboa)	10,65	205	9,31	28	9,98	233	10,34	224	8,51	47	9,43	271	10,59	301	7,68	50	9,14	351	<b>9,51</b>	855
199	Escola Secundária de Romeu Correia - Feijó (Setúbal)	9,21	154	9,04	29	9,13	183	10,04	403	10,1	61	10,07	464	10,29	323	8,39	43	9,34	366	<b>9,51</b>	1013
200	Escola Secundária com 3º Ciclo do Sabugal (Guarda)	10,83	120	8,77	26	9,80	146	10,32	118	9,46	32	9,89	150	10,38	111	7,3	20	8,84	131	<b>9,51</b>	427
201	Escola Secundária de Mem Martins (Lisboa)	10,17	333	9,85	63	10,01	396	10,82	405	8,44	24	9,63	429	10,46	684	7,32	77	8,89	761	<b>9,51</b>	1586
202	Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves (Porto)	10,51	275	9,15	49	9,83	324	10,77	298	10,23	50	10,50	348	10,27	346	6,04	53	8,16	399	<b>9,50</b>	1071
203	Escola Secundária João Gonçalves Zarco (Porto)	9,69	207	9,07	55	9,38	262	10,65	345	9,25	69	9,95	414	10,3	420	7,96	102	9,13	522	<b>9,49</b>	1198
204	Escola Secundária Martins Sarmento (Braga)	9,34	479	8,55	169	8,95	648	11,11	645	9,58	172	10,35	817	10,39	752	7,95	178	9,17	930	<b>9,49</b>	2395
205	Escola Secundária Fernando Namora (Lisboa)	10,58	204	8,69	31	9,64	235	10,3	165	9,56	24	9,93	189	10,44	301	7,31	48	8,88	349	<b>9,48</b>	773
206	Escola Secundária Sebastião da Gama (Setúbal)	9,85	317	8,23	74	9,04	391	10,94	440	9,41	83	10,18	523	10,53	499	7,88	89	9,21	588	<b>9,47</b>	1502
207	Escola Secundária de Vila Cova da Lixa (Porto)	9,48	312	8,65	87	9,07	399	10,81	369	9,36	58	10,09	427	10,48	397	8,03	82	9,26	479	<b>9,47</b>	1305
208	Escola Secundária de Miranda do Douro (Bragança)	9,67	87	9,18	40	9,43	127	10,45	134	9,11	29	9,78	163	10,78	142	7,51	21	9,15	163	<b>9,45</b>	453
209	Escola Secundária Mães de Água (Falagueira) (Lisboa)	9,72	187	7,53	35	8,63	222	10,72	239	9,57	44	10,15	283	10,2	279	8,94	77	9,57	356	<b>9,45</b>	861
210	Escola Secundária de Caneças	9,45	320	8,46	53	8,96	373	11,02	381	9,46	63	10,24	444	10,35	400	7,92	67	9,14	467	<b>9,44</b>	1284

	(Lisboa)																				
211	Escola Secundária Dr. Serafim Leite (Aveiro)	10,17	310	8,14	49	9,16	359	11,74	262	8,38	35	10,06	297	11,05	218	7,09	19	9,07	237	<b>9,43</b>	893
212	Escola Secundária da Boa Nova - Leça da Palmeira (Porto)	10,51	440	7,99	82	9,25	522	11,02	427	9,66	96	10,34	523	10,57	480	6,71	74	8,64	554	<b>9,41</b>	1599
213	Escola Secundária de Carvalhos (Porto)	10,13	210	7,03	19	8,58	229	11,07	266	8,92	38	10,00	304	10,61	255	8,67	36	9,64	291	<b>9,41</b>	824
214	Escola Secundária de Felgueiras (Porto)	10,13	386	8,89	77	9,51	463	11,01	582	9,3	206	10,16	788	9,67	623	7,41	135	8,54	758	<b>9,40</b>	2009
215	Escola Secundária de Coruche (Santarém)	9,24	225	8,84	40	9,04	265	10,84	270	10,3	45	10,57	315	9,99	307	7,19	84	8,59	391	<b>9,40</b>	971
216	Escola Secundária Dr. Júlio Martins (Vila Real)	9,54	314	8,00	87	8,77	401	11,15	238	9,64	38	10,40	276	10,27	216	7,8	73	9,04	289	<b>9,40</b>	966
217	Escola Secundária André Gouveia (Évora)	9,96	158	8,04	33	9,00	191	10,8	167	8,11	42	9,46	209	11,07	167	8,41	42	9,74	209	<b>9,40</b>	609
218	Escola Secundária D. Afonso Sanches (Porto)	10,05	392	8,67	103	9,36	495	10,89	558	9,46	125	10,18	683	9,86	563	7,4	121	8,63	684	<b>9,39</b>	1862
219	Escola Secundária de Mirandela (Bragança)	9,51	412	8,16	103	8,84	515	10,9	437	10,26	84	10,58	521	9,96	451	7,53	140	8,75	591	<b>9,39</b>	1627
220	Escola Secundária de Marco de Canaveses (Porto)	9,46	549	8,68	100	9,07	649	10,48	593	9,35	107	9,92	700	10,29	490	8,01	87	9,15	577	<b>9,38</b>	1926
221	Escola Secundária Eng <sup>o</sup> Acácio Calazans Duarte (Leiria)	9,33	408	8,38	96	8,86	504	10,58	385	10,09	91	10,34	476	10,32	508	7,56	94	8,94	602	<b>9,38</b>	1582
222	Escola Secundária de Estarreja (Aveiro)	9,66	338	7,76	66	8,71	404	10,95	329	8,46	41	9,71	370	10,84	337	8,57	62	9,71	399	<b>9,37</b>	1173
223	Escola Secundária de Gondomar (Porto)	9,71	480	8,36	124	9,04	604	10,81	581	9,4	105	10,11	686	10,27	674	7,67	144	8,97	818	<b>9,37</b>	2108
224	Escola EB 2,3/S de Lanheses (Viana do Castelo)	9,46	122	8,85	20	9,16	142	10,6	136	9,28	26	9,94	162	10,49	160	7,49	15	8,99	175	<b>9,36</b>	479
225	Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes (Santarém)	10,13	274	7,95	21	9,04	295	10,88	346	9,32	45	10,10	391	10,76	315	7,1	46	8,93	361	<b>9,36</b>	1047
226	Escola Secundária da Sé - Lamego (Viseu)	9,56	143	8,77	46	9,17	189	10,18	191	8,88	46	9,53	237	10,38	191	8,35	26	9,37	217	<b>9,35</b>	643
227	Escola Secundária Diogo de Macedo (Porto)	10,08	104	10,20	49	10,14	153	10,1	169	10,01	46	10,06	215	9,43	209	6,3	45	7,87	254	<b>9,35</b>	622

228	Escola Secundária D, Manuel Martins (Setúbal)	9,59	435	8,54	126	9,07	561	10,29	408	9,03	86	9,66	494	10,3	324	8,3	112	9,30	436	<b>9,34</b>	1491
229	Escola Secundária de Pinheiro e Rosa (Faro)	9,53	421	8,67	86	9,10	507	10,98	465	8,67	68	9,83	533	10,36	406	7,69	79	9,03	485	<b>9,32</b>	1525
230	Escola Secundária de Sampaio (Setúbal)	9,07	366	7,64	59	8,36	425	10,89	391	9,91	71	10,40	462	10,95	465	7,43	56	9,19	521	<b>9,32</b>	1408
231	Escola Secundária de Vila Nova de Paiva (Viseu)	9,86	125	9,90	29	9,88	154	10,03	160	9,1	32	9,57	192	9,8	130	7,2	21	8,50	151	<b>9,32</b>	497
232	Escola Secundária de Montemor-o-Novo (Évora)	9,32	183	9,36	35	9,34	218	10,7	193	8,7	36	9,70	229	10,66	186	7,08	24	8,87	210	<b>9,30</b>	657
233	Escola Secundária Augusto Cabrita - Alto do Seixalinho (Setúbal)	9,33	315	8,38	97	8,86	412	10,4	420	9,2	74	9,80	494	10,17	377	8,33	100	9,25	477	<b>9,30</b>	1383
234	Escola Secundária Amato Lusitano (Castelo Branco)	9,44	299	8,32	80	8,88	379	10,37	347	9,65	103	10,01	450	10,24	407	7,78	103	9,01	510	<b>9,30</b>	1339
235	Escola Secundária de D, Duarte (Coimbra)	9,89	290	8,35	85	9,12	375	11,36	307	7,98	51	9,67	358	10,52	278	7,69	46	9,11	324	<b>9,30</b>	1057
236	Escola Secundária Padre António Macedo (Setúbal)	10,26	121	7,25	14	8,76	135	10,56	140	9,67	31	10,12	171	10,56	173	7,45	24	9,01	197	<b>9,29</b>	503
237	Escola Secundária de Seia (Guarda)	9,06	401	8,10	123	8,58	524	10,71	388	8,02	91	9,37	479	10,94	326	8,92	79	9,93	405	<b>9,29</b>	1408
238	Escola EB 2,3/S Paredes de Coura (Viana do Castelo)	8,35	87	8,14	39	8,25	126	10,87	85	10,45	32	10,66	117	10,24	80	7,63	30	8,94	110	<b>9,28</b>	353
239	Escola Secundária de Paços de Ferreira (Porto)	9,75	576	8,37	111	9,06	687	10,77	682	9,2	137	9,99	819	10,25	721	7,34	138	8,80	859	<b>9,28</b>	2365
240	Escola Secundária de Carcavelos (Lisboa)	9,79	173	9,49	29	9,64	202	10,86	238	8,17	46	9,52	284	10,7	262	6,66	35	8,68	297	<b>9,28</b>	783
241	Escola Secundária de Tavira (Faro)	9,85	304	8,56	52	9,21	356	10,75	325	9,06	32	9,91	357	9,94	347	7,51	64	8,73	411	<b>9,28</b>	1124
242	Escola Secundária Miguel Torga (Bragança) (Bragança)	9,20	258	9,12	98	9,16	356	9,53	248	9,98	101	9,76	349	9,57	319	8,21	130	8,89	449	<b>9,27</b>	1154
243	Escola Secundária Passos Manuel (Lisboa)	9,93	126	6,62	15	8,28	141	10,88	164	10,29	19	10,59	183	9,78	144	8,05	15	8,92	159	<b>9,26</b>	483
244	Escola Secundária de Odivelas (Lisboa)	9,92	479	7,82	90	8,87	569	10,41	454	9,19	87	9,80	541	10,48	420	7,64	76	9,06	496	<b>9,24</b>	1606
245	Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira (Porto)	10,55	101	10,98	6	10,77	107	9,56	201	7,68	28	8,62	229	10,37	163	6,16	20	8,27	183	<b>9,22</b>	519

246	Escola Secundária Poeta Al Berto (Setúbal)	9,56	200	8,01	34	8,79	234	10,43	184	8,58	25	9,51	209	11,04	207	7,64	18	9,34	225	<b>9,21</b>	668
247	Escola Secundária de Gonçalo Anes Bandarra (Guarda)	9,74	209	8,57	32	9,16	241	10,89	240	7,75	30	9,32	270	10,16	202	8,13	39	9,15	241	<b>9,21</b>	752
248	Escola Secundária D. Afonso Henriques (Porto)	9,10	230	8,37	82	8,74	312	10,93	292	8,32	76	9,63	368	10,35	302	8,1	77	9,23	379	<b>9,20</b>	1059
249	Escola Secundária de Amares (Braga)	9,48	231	9,26	111	9,37	342	9,02	310	8,9	108	8,96	418	10,18	298	8,3	90	9,24	388	<b>9,19</b>	1148
250	Escola Secundária N.º 1 do Lumiar (Lisboa)	9,54	173	7,64	23	8,59	196	10,42	160	9,24	26	9,83	186	10,85	151	7,42	9	9,14	160	<b>9,19</b>	542
251	Escola EB 2,3 c/ES de Sobral de Monte Agraço (Lisboa)	9,79	106	8,98	14	9,39	120	11,46	98	9,22	9	10,34	107	9,34	99	6,31	15	7,83	114	<b>9,18</b>	341
252	Escola Secundária Dr. João Lopes de Moraes - Mortágua (Viseu)	9,85	162	9,87	30	9,86	192	10,49	161	7,38	29	8,94	190	10,42	173	7,08	25	8,75	198	<b>9,18</b>	580
253	Escola Secundária Damião de Goes - Alenquer (Lisboa)	9,12	464	7,84	66	8,48	530	10,77	441	8,9	37	9,84	478	10,91	539	7,52	69	9,22	608	<b>9,18</b>	1616
254	Escola Secundária de Arouca (Aveiro)	9,42	308	8,33	106	8,88	414	10,98	310	8,23	76	9,61	386	10,74	296	7,35	59	9,05	355	<b>9,18</b>	1155
255	Escola Secundária de Vouzela (Viseu)	9,19	109	8,60	30	8,90	139	10,43	129	8,92	27	9,68	156	9,98	129	7,87	22	8,93	151	<b>9,17</b>	446
256	Escola Secundária Morgado de Mateus - Vila Real (Vila Real)	8,80	189	9,06	55	8,93	244	10,32	252	8,85	70	9,59	322	9,79	274	8,15	92	8,97	366	<b>9,16</b>	932
257	Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros (Bragança)	9,85	247	8,21	44	9,03	291	10,77	228	8,45	50	9,61	278	10,52	242	7,14	46	8,83	288	<b>9,16</b>	857
258	Escola Secundária Sá de Miranda (Braga)	9,87	747	8,66	160	9,27	907	10,74	838	8,72	140	9,73	978	9,92	725	7,01	172	8,47	897	<b>9,15</b>	2782
259	Escola Secundária com 3º Ciclo Fernando Namora (Coimbra)	9,23	158	9,25	47	9,24	205	10,17	186	8,17	34	9,17	220	10,13	151	7,91	18	9,02	169	<b>9,14</b>	594
260	Escola Secundária Ibn Mucana (Lisboa)	8,31	161	7,72	31	8,02	192	11,04	234	9,55	25	10,30	259	10,53	332	7,67	32	9,10	364	<b>9,14</b>	815
261	Escola Secundária de Frei Rosa Viterbo (Viseu)	9,42	252	7,00	42	8,21	294	10,99	239	9,2	40	10,10	279	10,27	209	7,94	45	9,11	254	<b>9,14</b>	827
262	Escola Secundária D. Dinis (Coimbra) (Coimbra)	9,80	116	8,71	27	9,26	143	9,87	114	8,63	19	9,25	133	10,18	159	7,6	25	8,89	184	<b>9,13</b>	460
263	Escola Secundária Poeta Joaquim Serra (Setúbal)	9,22	141	8,46	39	8,84	180	10,26	159	9,02	43	9,64	202	9,97	156	7,81	28	8,89	184	<b>9,12</b>	566

264	Escola Secundária da Sertã (Castelo Branco)	9,14	210	10,05	53	9,60	263	10,13	206	9,04	48	9,59	254	10,23	283	6,06	34	8,15	317	<b>9,11</b>	834
265	Escola Secundária Dr. João Araújo Correia (Vila Real)	8,80	332	7,65	91	8,23	423	10,63	335	9,28	92	9,96	427	10,23	341	8,06	98	9,15	439	<b>9,11</b>	1289
266	Escola Secundária de José Belchior Viegas (Faro)	9,27	109	8,44	23	8,86	132	10,18	159	8,01	21	9,10	180	11,1	132	7,64	14	9,37	146	<b>9,11</b>	458
267	Escola Secundária de Oliveira do Bairro (Aveiro)	9,61	149	8,60	54	9,11	203	9,09	150	9	51	9,05	201	10	160	8,29	62	9,15	222	<b>9,10</b>	626
268	Escola Secundária de Dr. Franc <sup>o</sup> Fernandes Lopes - Olhão (Faro)	8,82	355	8,68	115	8,75	470	9,97	409	8,84	120	9,41	529	10,28	473	7,99	92	9,14	565	<b>9,10</b>	1564
269	Escola Secundária Rainha Santa Isabel - Estremoz (Évora)	9,24	272	9,19	57	9,22	329	10,01	316	9,07	79	9,54	395	9,63	341	7,41	105	8,52	446	<b>9,09</b>	1170
270	Escola Secundária Alves Redol (Lisboa)	10,02	197	8,83	33	9,43	230	10,22	209	8,04	34	9,13	243	10,11	265	7,31	42	8,71	307	<b>9,09</b>	780
271	Escola EB 2,3/S de Pedro da Fonseca (Castelo Branco)	9,17	121	7,62	28	8,40	149	10,31	156	8,57	26	9,44	182	9,88	144	8,97	29	9,43	173	<b>9,09</b>	504
272	Escola Secundária Joaquim Araújo (Porto)	9,52	191	8,83	52	9,18	243	10,45	203	7,6	47	9,03	250	10,06	316	7,93	39	9,00	355	<b>9,07</b>	848
273	Escola Secundária da Póvoa do Lanhoso (Braga)	9,72	296	8,29	73	9,01	369	10,86	302	8,96	65	9,91	367	9,78	329	6,76	110	8,27	439	<b>9,06</b>	1175
274	Escola EB 2,3/S da Guia (Leiria)	8,07	164	7,19	27	7,63	191	11,55	125	10,33	13	10,94	138	10,11	99	7,11	20	8,61	119	<b>9,06</b>	448
275	Escola Secundária de Lousada (Porto)	9,96	464	7,77	91	8,87	555	10,34	569	9,3	98	9,82	667	9,97	660	6,97	90	8,47	750	<b>9,05</b>	1972
276	Escola Secundária Rodrigues de Freitas (Porto)	9,14	183	8,14	65	8,64	248	10,05	223	9,7	50	9,88	273	10,19	272	7,01	54	8,60	326	<b>9,04</b>	847
277	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (Leiria)	10,19	181	7,13	28	8,66	209	11,29	143	9,32	24	10,31	167	9,66	211	6,62	32	8,14	243	<b>9,04</b>	619
278	Escola Secundária Tomás Cabreira - Faro (Faro)	9,36	146	9,09	16	9,23	162	10,28	126	9,99	17	10,14	143	9,53	133	5,96	24	7,75	157	<b>9,04</b>	462
279	Escola Secundária de Oliveira do Hospital (Coimbra)	8,97	304	8,07	60	8,52	364	10,41	393	8,88	60	9,65	453	10,32	320	7,55	43	8,94	363	<b>9,03</b>	1180
280	Escola Secundária/3 Dr. Joaquim Dias Rebelo (Viseu)	9,51	248	7,57	28	8,54	276	9,93	302	8,07	65	9,00	367	10,33	269	8,78	37	9,56	306	<b>9,03</b>	949
281	Escola Secundária de Penacova (Coimbra)	10,58	159	7,90	13	9,24	172	10,76	188	8,89	25	9,83	213	9,56	160	6,47	39	8,02	199	<b>9,03</b>	584

282	Escola Secundária com 3º Ciclo de Gouveia (Guarda)	10,09	209	7,19	33	8,64	242	10,36	260	8,49	55	9,43	315	10,55	194	7,42	38	8,99	232	<b>9,02</b>	789
283	Escola Secundária de Silves (Faro)	9,72	294	8,77	65	9,25	359	10,01	347	8,25	81	9,13	428	10,12	341	7,21	58	8,67	399	<b>9,01</b>	1186
284	Escola Secundária Henriques Nogueira (Lisboa)	9,24	411	8,13	72	8,69	483	11,1	422	8,48	45	9,79	467	10,04	506	7,06	63	8,55	569	<b>9,01</b>	1519
285	Escola Secundária Carolina Michaelis (Porto)	9,06	329	8,02	92	8,54	421	11,37	359	8,01	64	9,69	423	10,24	459	7,35	95	8,80	554	<b>9,01</b>	1398
286	Escola Secundária Marquesa de Alorna (Almeirim) (Santarém)	9,17	256	8,65	77	8,91	333	9,63	320	8,63	91	9,13	411	10	361	7,95	81	8,98	442	<b>9,01</b>	1186
287	Escola Secundária Gil Eanes-Lagos (Faro)	10,14	147	7,32	19	8,73	166	9,96	178	9,06	29	9,51	207	10,45	212	7,02	22	8,74	234	<b>8,99</b>	607
288	Escola Secundária Camilo Castelo Branco-V,N,Famalicão (Braga)	9,69	393	8,63	135	9,16	528	10,32	463	8,7	109	9,51	572	9,61	597	6,94	195	8,28	792	<b>8,98</b>	1892
289	Escola EB 2,3 Sacadura Cabral (C.Beira) (Guarda)	8,62	99	9,01	14	8,82	113	10,95	99	7,34	14	9,15	113	10,13	94	7,79	10	8,96	104	<b>8,97</b>	330
290	Escola Secundária de Benavente (Santarém)	9,68	276	8,29	37	8,99	313	10,24	333	9,05	46	9,65	379	10,41	357	6,12	44	8,27	401	<b>8,97</b>	1093
291	Escola Secundária João de Barros (Setúbal)	8,86	248	7,90	57	8,38	305	10,77	288	8,2	47	9,49	335	10,47	274	7,59	68	9,03	342	<b>8,97</b>	982
292	Escola Secundária do Forte da Casa (Lisboa)	9,75	481	8,06	66	8,91	547	10,73	587	8,81	80	9,77	667	10,27	627	6,1	86	8,19	713	<b>8,95</b>	1927
293	Escola Secundária/3 de Castro Daire (Viseu)	9,01	217	8,49	31	8,75	248	9,41	290	7,84	65	8,63	355	10,4	265	8,46	33	9,43	298	<b>8,94</b>	901
294	Escola Secundária Prof. Ruy Luís Gomes (Setúbal)	9,16	183	8,31	39	8,74	222	10,27	150	8,76	25	9,52	175	10,57	137	6,52	16	8,55	153	<b>8,93</b>	550
295	Escola Secundária Mouzinho da Silveira (Portalegre)	9,02	227	7,79	37	8,41	264	10,44	194	9,52	43	9,98	237	9,43	177	7,27	37	8,35	214	<b>8,91</b>	715
296	Escola Secundária de Penafiel (Porto)	9,74	739	8,20	143	8,97	882	10,33	956	8,7	182	9,52	1138	9,99	969	6,45	164	8,22	1133	<b>8,90</b>	3153
297	Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos (Leiria)	8,58	129	7,63	23	8,11	152	10,69	126	9,13	30	9,91	156	10,09	167	7,13	27	8,61	194	<b>8,88</b>	502
298	Escola Secundária do Cartaxo (Santarém)	9,09	326	7,21	51	8,15	377	10,59	314	7,23	37	8,91	351	10,7	375	8,4	63	9,55	438	<b>8,87</b>	1166
299	Escola Secundária da Mealhada (Aveiro)	8,96	216	7,44	58	8,20	274	11,29	206	8,35	27	9,82	233	10,32	190	6,84	37	8,58	227	<b>8,87</b>	734

300	Escola Secundária de Palmela (Setúbal)	9,57	295	7,32	46	8,45	341	11,17	379	8,54	48	9,86	427	10,03	357	6,54	66	8,29	423	<b>8,86</b>	1191
301	Escola Secundária de Vila Verde (Braga)	8,75	670	8,19	185	8,47	855	9,91	621	9	126	9,46	747	9,86	576	7,44	136	8,65	712	<b>8,86</b>	2314
302	Escola Secundária Gil Vicente (Lisboa)	9,98	148	7,98	31	8,98	179	9,49	167	7,96	38	8,73	205	10,88	111	6,85	13	8,87	124	<b>8,86</b>	508
303	Escola Secundária António Inácio da Cruz (Setúbal)	9,64	175	8,01	18	8,83	193	10,72	151	7,35	15	9,04	166	11,08	153	6,27	21	8,68	174	<b>8,85</b>	533
304	Escola Secundária de Condes de Resende (Porto)	9,46	148	7,47	27	8,47	175	10,98	151	8,17	34	9,58	185	10,11	158	6,82	42	8,47	200	<b>8,84</b>	560
305	Escola Secundária de José Loureiro Botas - Vieira de Leiria (Leiria)	9,37	80	8,03	20	8,70	100	10,55	95	7,54	17	9,05	112	10,17	124	7,3	11	8,74	135	<b>8,83</b>	347
306	Escola Secundária/3 Prof, Dr, Flávio F, Pinto Resende (Viseu)	9,08	205	8,65	51	8,87	256	10,75	225	9,05	32	9,90	257	9,66	237	5,71	49	7,69	286	<b>8,82</b>	799
307	Escola Secundária D, João II (Setúbal)	9,39	229	8,06	45	8,73	274	10,4	215	9,29	68	9,85	283	8,94	243	6,78	76	7,86	319	<b>8,81</b>	876
308	Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira (Setúbal)	8,62	339	7,61	81	8,12	420	10,19	377	8,26	67	9,23	444	10,52	347	7,58	55	9,05	402	<b>8,80</b>	1266
309	Escola Secundária de José Afonso, Loures (Lisboa)	9,56	403	7,86	39	8,71	442	10,08	476	8,62	72	9,35	548	9,97	569	6,65	75	8,31	644	<b>8,79</b>	1634
310	Escola Secundária com 3º Ciclo de Ponte de Sôr (Portalegre)	8,74	237	7,88	81	8,31	318	10,06	274	9,23	66	9,65	340	9,47	276	7,34	66	8,41	342	<b>8,79</b>	1000
311	Escola Secundária José Cardoso Pires (Lisboa)	9,67	268	8,96	67	9,32	335	9,79	305	7,65	59	8,72	364	9,74	267	6,79	46	8,27	313	<b>8,77</b>	1012
312	Escola Secundária do Monte da Caparica (Setúbal)	9,53	243	6,86	53	8,20	296	9,86	193	8,37	21	9,12	214	9,9	209	8,06	40	8,98	249	<b>8,76</b>	759
313	Escola EB 2,3/S de Caminha (Viana do Castelo)	7,77	108	7,27	23	7,52	131	10,43	92	8,9	32	9,67	124	9,51	118	8,62	18	9,07	136	<b>8,75</b>	391
314	Escola Secundária com 3º Ciclo de Nelas (Viseu)	9,95	134	7,38	19	8,67	153	10,2	131	9,39	25	9,80	156	9,79	157	5,73	21	7,76	178	<b>8,74</b>	487
315	Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)	9,87	291	8,86	72	9,37	363	10,08	401	7,21	97	8,65	498	9,69	365	6,61	82	8,15	447	<b>8,72</b>	1308
316	Escola Secundária Braancamp Freire - Pontinha (Lisboa)	9,09	205	8,29	54	8,69	259	10,33	257	8,4	34	9,37	291	9,72	258	6,43	43	8,08	301	<b>8,71</b>	851
317	Escola Secundária de Casquilhos (Setúbal)	8,69	181	8,41	46	8,55	227	9,96	260	9,48	65	9,72	325	9,3	287	6,39	62	7,85	349	<b>8,71</b>	901

318	Escola Secundária de Coelho e Castro (Aveiro)	9,04	347	8,43	83	8,74	430	9,88	489	8,14	111	9,01	600	9,78	514	6,95	123	8,37	637	<b>8,70</b>	1667
319	Escola EB 2,3/S D, Afonso III (Bragança)	9,91	86	9,99	20	9,95	106	8,11	113	9,07	43	8,59	156	8,69	152	6,38	36	7,54	188	<b>8,69</b>	450
320	Escola Secundária de Alcochete (Setúbal)	8,88	235	7,23	47	8,06	282	10,1	249	8,96	31	9,53	280	9,23	339	7,69	89	8,46	428	<b>8,68</b>	990
321	Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, Odemira (Beja)	9,25	218	7,07	30	8,16	248	10,69	208	7,73	27	9,21	235	10,47	234	6,88	20	8,68	254	<b>8,68</b>	737
322	Escola Secundária Francisco Simões (Setúbal)	8,26	113	6,98	16	7,62	129	10,45	141	8,37	15	9,41	156	10,07	131	7,96	35	9,02	166	<b>8,68</b>	451
323	Escola Secundária Manuel Cargaleiro (Setúbal)	9,20	617	7,10	102	8,15	719	10,19	646	8,15	92	9,17	738	9,89	647	7,54	112	8,72	759	<b>8,68</b>	2216
324	Escola Secundária de Vendas Novas (Évora)	8,63	226	7,20	58	7,92	284	10,22	212	7,91	35	9,07	247	10,15	223	7,86	43	9,01	266	<b>8,66</b>	797
325	Escola EB 2,3/S de Mondim de Basto (Vila Real)	9,72	94	7,18	12	8,45	106	9,82	129	9	31	9,41	160	10,12	125	6,08	21	8,10	146	<b>8,65</b>	412
326	Escola Secundária de Valongo (Porto)	9,46	584	8,11	131	8,79	715	10,36	697	7,45	151	8,91	848	9,9	761	6,56	139	8,23	900	<b>8,64</b>	2463
327	Escola Secundária de Vieira do Minho (Braga)	9,10	169	7,18	53	8,14	222	9,48	193	8,31	38	8,90	231	10,08	207	7,53	31	8,81	238	<b>8,61</b>	691
328	Escola Secundária de Alcácer do Sal (Setúbal)	8,86	152	7,00	33	7,93	185	9,28	188	9,09	52	9,19	240	9,88	192	7,36	33	8,62	225	<b>8,58</b>	650
329	Escola Secundária António Nobre (Porto)	9,25	249	7,32	68	8,29	317	10,24	236	8,58	52	9,41	288	9,19	291	6,82	51	8,01	342	<b>8,57</b>	947
330	Escola EB 2,3/S de Murça (Vila Real)	7,77	71	9,44	40	8,61	111	8,39	124	7,51	32	7,95	156	9,9	109	8,35	23	9,13	132	<b>8,56</b>	399
331	Escola Secundária da Baixa da Banheira (Setúbal)	9,34	243	8,14	30	8,74	273	9,62	207	8,62	32	9,12	239	9,11	209	6,53	39	7,82	248	<b>8,56</b>	760
332	Escola Secundária do Bombarral (Leiria)	8,82	101	7,93	21	8,38	122	10,22	161	8,97	26	9,60	187	9,45	182	5,96	30	7,71	212	<b>8,56</b>	521
333	Escola Secundária de Pinhel (Guarda)	9,41	134	7,61	35	8,51	169	9,84	168	7,63	55	8,74	223	9,83	154	7,02	46	8,43	200	<b>8,56</b>	592
334	Escola Secundária Cacilhas Tejo (Setúbal)	8,38	276	8,06	73	8,22	349	9,88	300	8,13	71	9,01	371	10,01	376	6,8	77	8,41	453	<b>8,54</b>	1173
335	Escola Secundária da Moita	8,98	274	6,54	50	7,76	324	9,82	360	8,64	73	9,23	433	10,06	325	7,2	68	8,63	393	<b>8,54</b>	1150



	(Setúbal)																				
336	Escola Secundária Gama Barros (Lisboa)	9,27	254	8,08	38	8,68	292	9,8	280	7,93	51	8,87	331	9,72	310	6,37	63	8,05	373	<b>8,53</b>	996
337	Escola Secundária Dr. Bento da Cruz (Vila Real)	7,52	113	7,07	36	7,30	149	10,08	107	8,39	29	9,24	136	10,37	89	7,58	14	8,98	103	<b>8,50</b>	388
338	Escola Secundária de Baltar (Porto)	9,57	230	7,01	38	8,29	268	9,81	216	8,38	41	9,10	257	9,76	213	6,46	36	8,11	249	<b>8,50</b>	774
339	Escola Secundária D. Dinis (Lisboa) (Lisboa)	9,34	153	7,06	26	8,20	179	9,59	171	8,4	41	9,00	212	9,78	176	6,53	38	8,16	214	<b>8,45</b>	605
340	Escola Secundária de Tábua (Coimbra)	9,54	112	7,73	14	8,64	126	10,98	120	7,78	13	9,38	133	7,87	120	6,8	32	7,34	152	<b>8,45</b>	411
341	Escola Secundária da Amora (Setúbal)	9,37	398	8,00	65	8,69	463	9,47	384	7,35	56	8,41	440	9,39	329	6,96	65	8,18	394	<b>8,42</b>	1297
342	Escola Secundária de Santo António (Setúbal)	8,66	99	7,03	25	7,85	124	9,1	152	7,52	38	8,31	190	9,99	137	8,15	38	9,07	175	<b>8,41</b>	489
343	Escola Secundária de Reguengos de Monsaraz (Évora)	8,38	149	7,27	47	7,83	196	9,81	220	8,97	43	9,39	263	9,51	233	6,49	66	8,00	299	<b>8,41</b>	758
344	Escola Secundária de Fafe (Braga)	9,05	729	8,18	210	8,62	939	9,81	883	8,01	262	8,91	1145	9,18	1165	6,16	280	7,67	1445	<b>8,40</b>	3529
345	Escola Secundária de Valpaços (Vila Real)	8,54	254	7,95	64	8,25	318	9,64	240	8,12	47	8,88	287	9,46	208	6,55	46	8,01	254	<b>8,38</b>	859
346	Escola Secundária de Serpa (Beja)	8,99	143	6,95	39	7,97	182	10	246	8,6	39	9,30	285	9,49	249	6,07	46	7,78	295	<b>8,35</b>	762
347	Escola Secundária Dr. Augusto César S. Ferreira (Santarém)	8,82	296	7,02	42	7,92	338	10,87	330	7,69	52	9,28	382	9,91	382	5,76	48	7,84	430	<b>8,35</b>	1150
348	Escola Secundária Seomara da Costa Primo (Lisboa)	9,44	193	6,84	23	8,14	216	8,64	175	7,83	37	8,24	212	9,85	167	7,26	36	8,56	203	<b>8,31</b>	631
349	Escola Secundária D. Luísa de Gusmão (Lisboa)	10,36	179	7,80	22	9,08	201	9,46	194	7,78	28	8,62	222	9,2	209	5,17	31	7,19	240	<b>8,30</b>	663
350	Escola EB 2,3/S de Michel Giacometti (Setúbal)	8,55	340	6,96	68	7,76	408	10,79	223	8,18	25	9,49	248	9,04	219	6,22	44	7,63	263	<b>8,29</b>	919
351	Escola Secundária de Castelo de Paiva (Aveiro)	9,37	187	8,45	51	8,91	238	9,33	231	7,15	34	8,24	265	9,5	273	5,91	38	7,71	311	<b>8,29</b>	814
352	Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro - Vila Viçosa (Évora)	7,86	247	7,74	76	7,80	323	9,29	321	8,01	73	8,65	394	9,5	323	7,25	51	8,38	374	<b>8,28</b>	1091
353	Escola Secundária de Aljustrel (Beja)	8,11	118	7,82	33	7,97	151	8,96	162	8,12	52	8,54	214	9,45	148	7,19	40	8,32	188	<b>8,28</b>	553

354	Escola Secundária de Salvaterra de Magos (Santarém)	8,71	224	6,80	28	7,76	252	9,43	319	8,71	54	9,07	373	9,41	337	6,43	54	7,92	391	<b>8,25</b>	1016
355	Escola Secundária José Afonso (Setúbal)	8,96	210	7,19	36	8,08	246	10,06	307	7,61	31	8,84	338	9,29	327	6,38	43	7,84	370	<b>8,25</b>	954
356	Escola Secundária de Arganil (Coimbra)	8,45	210	7,24	43	7,85	253	9,46	155	8,44	27	8,95	182	9,38	173	6,37	38	7,88	211	<b>8,22</b>	646
357	Escola Secundária da Drª Laura Ayres - Quarteira (Faro)	8,29	283	7,07	45	7,68	328	9,42	290	8,12	59	8,77	349	9,77	287	6,37	38	8,07	325	<b>8,17</b>	1002
358	Escola Secundária Dr. Bernardino Machado (Coimbra)	8,83	113	8,22	47	8,53	160	9,25	175	7,51	28	8,38	203	9,78	177	5,42	24	7,60	201	<b>8,17</b>	564
359	Escola Secundária de Vila Real de Santo António (Faro)	8,72	289	7,70	71	8,21	360	9,44	350	7,69	80	8,57	430	9,26	310	5,79	54	7,53	364	<b>8,10</b>	1154
360	Escola EB 2,3/S de Baião (Porto)	9,09	214	7,13	38	8,11	252	9,39	287	7,12	64	8,26	351	9,17	291	6,64	50	7,91	341	<b>8,09</b>	944
361	Escola Secundária de Alijó (Vila Real)	7,20	93	7,00	31	7,10	124	9,35	132	7,92	33	8,64	165	9,46	113	7,11	24	8,29	137	<b>8,01</b>	426
362	Escola Secundária de Veiga (Braga)	8,24	119	8,68	32	8,46	151	8,56	130	7,97	26	8,27	156	9,03	140	5,31	28	7,17	168	<b>7,97</b>	475
363	Escola Secundária Matias Aires (Mira-Sintra) (Lisboa)	8,60	158	6,73	31	7,67	189	8,86	228	6,74	36	7,80	264	9,32	194	7,41	39	8,37	233	<b>7,94</b>	686
364	Escola Secundária D. Sancho II - Elvas (Portalegre)	8,45	355	6,32	66	7,39	421	9,66	448	6,67	58	8,17	506	10,18	428	6,18	62	8,18	490	<b>7,91</b>	1417
365	Escola EB 2,3/S de S. João da Pesqueira (Viseu)	8,46	93	5,71	13	7,09	106	9,07	119	7,82	21	8,45	140	8,72	170	7,46	39	8,09	209	<b>7,87</b>	455
366	Escola Secundária do Montejunto (Lisboa)	8,38	127	7,34	25	7,86	152	10,01	111	5,61	10	7,81	121	9,16	92	6,43	29	7,80	121	<b>7,82</b>	394
367	Escola Secundária de Camarate (Lisboa)	7,60	102	5,59	27	6,60	129	10,16	106	6,8	9	8,48	115	9,72	111	6,31	13	8,02	124	<b>7,70</b>	368
368	Escola Secundária de S. Pedro da Cova (Porto)	7,96	162	6,98	47	7,47	209	8,98	182	5,99	29	7,49	211	8,8	206	7,39	48	8,10	254	<b>7,68</b>	674
369	Escola Secundária de Sacavém (Lisboa)	7,84	117	7,18	30	7,51	147	9,11	112	6,49	19	7,80	131	8,76	87	6	14	7,38	101	<b>7,56</b>	379
370	Escola ES/3 D, Egas Moniz (Viseu)	7,59	95	5,63	6	6,61	101	10,45	111	7,37	19	8,91	130	9,52	126	4,47	18	7,00	144	<b>7,51</b>	375
371	Escola EB 2,3 de Penalva do Castelo (Viseu)	7,51	210	6,25	61	6,88	271	8,01	201	6,65	64	7,33	265	9,27	129	6,84	34	8,06	163	<b>7,42</b>	699
372	Escola EB 2,3 de Ribeira de Pena	6,78	113	6,25	26	6,52	139	8,82	85	7,11	19	7,97	104	9,13	87	6,17	18	7,65	105	<b>7,38</b>	348

	(Vila Real)																				
373	Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo (Guarda)	7,64	96	5,48	11	6,56	107	8,97	87	8,12	19	8,55	106	8,07	95	4,54	8	6,31	103	<b>7,14</b>	316
374	Escola Secundária de Mogadouro (Bragança)	7,26	165	7,00	43	7,13	208	8,42	194	7,73	42	8,08	236	7,46	179	4,66	46	6,06	225	<b>7,09</b>	669
375	Escola EB 2,3/S Prof, António da Natividade - Mesão Frio (Vila Real)	7,57	86	7,15	24	7,36	110	8,29	106	6,74	16	7,52	122	7,72	80	4,5	22	6,11	102	<b>7,00</b>	334
376	Escola EB 2,3/S Prof, Mendes Remédios - Nisa (Portalegre)	7,47	81	6,85	31	7,16	112	7,81	125	6,94	33	7,38	158	7,52	85	5,29	24	6,41	109	<b>6,98</b>	379
377	Escola Secundária / 3º Ciclo do Cerco (Porto)	8,34	127	6,41	29	7,38	156	7,21	147	5,15	40	6,18	187	7,8	163	5,95	38	6,88	201	<b>6,81</b>	544

## Anexo 3

**Ranking de Escolas com 3.º Ciclo e Secundário (9.º+12.ºano)**

**com exames realizados em 06/07, 07/08 e 08/09 no 9.ºano (com mais de trezentas provas realizadas) e no 12.º ano (com mais de 99 provas realizadas em cada ano)**

(com base nos dados do BESP)

NO	Escolas	Exames 9ºano		Exames 12º ano		Total M 9º + M12º
		M	Posição	M	Posição	
1	Escola Secundária Garcia de Orta (Porto)	3,44	13	12,19	3	15,63
2	Escola Secundária de José Gomes Ferreira (Lisboa)	3,40	21	12,19	5	15,59
3	Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)	3,42	17	12,15	6	15,57
4	Escola Secundária do Restelo (Lisboa)	3,52	6	12,00	8	15,52
5	Escola Secundária D, Filipa de Lencastre (Lisboa)	3,34	30	12,01	7	15,35
6	Escola Secundária Bocage (Setúbal)	3,53	5	11,68	11	15,21
7	Escola Secundária Vergílio Ferreira (Lisboa)	3,34	28	11,75	9	15,09
8	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr, Joaquim de Carvalho (Coimbra)	3,49	7	11,43	13	14,92
9	Escola Secundária Clara de Resende (Porto)	3,36	25	11,40	15	14,76
10	Escola Secundária Fernão de Magalhães (Vila Real)	3,56	4	11,19	21	14,75
11	Escola Secundária de Raúl Proença (Leiria)	3,20	58	11,41	14	14,61
12	Escola Secundária de Miraflores (Lisboa)	2,94	240	11,66	12	14,60
13	Escola Secundária da Quinta do Marquês (Lisboa)	3,46	10	11,11	26	14,57
14	Escola Secundária Nuno Álvares (Castelo Branco)	3,15	80	11,37	16	14,52
15	Escola Secundária José Estêvão (Aveiro)	3,28	40	11,21	20	14,49
16	Escola Secundária João Silva Correia (Aveiro)	3,35	26	11,13	25	14,48
17	Escola Secundária Filipa de Vilhena (Porto)	3,15	81	11,28	17	14,43
18	Escola Secundária Rainha D, Leonor (Lisboa)	3,20	56	11,17	22	14,37
19	Escola Secundária/3 Artur Gonçalves (Santarém)	3,14	92	11,16	23	14,30
20	Escola Secundária Dr, Mário Sacramento (Aveiro)	3,43	16	10,81	43	14,24
21	Escola Secundária Pedro Nunes (Lisboa)	3,15	78	11,06	29	14,21
22	Escola Secundária de Padrão da Légua (Porto)	3,14	91	11,07	28	14,21
23	Escola Secundária da Maia (Porto)	3,22	47	10,98	32	14,20
24	Escola Secundária Dr, Manuel Gomes de Almeida (Aveiro)	3,16	74	11,00	31	14,16
25	Escola Secundária Prof, Herculano de Carvalho (Lisboa)	3,03	154	11,10	27	14,13
26	Escola Secundária de Almeida Garrett (Porto)	3,39	22	10,73	51	14,12
27	Escola Secundária de Albergaria-a-Velha (Aveiro)	2,85	343	11,25	18	14,10
28	Escola Secundária Dr, Manuel Laranjeira (Aveiro)	3,16	75	10,89	37	14,05
29	Escola Secundária Augusto Gomes (Porto)	3,30	34	10,74	48	14,04

30	Escola Secundária Santa Maria do Olival (Santarém)	3,10	110	10,90	36	14,00
31	Escola Secundária de Linda-a-Velha (Lisboa)	3,06	137	10,92	34	13,98
32	Escola Secundária do Entroncamento (Santarém)	3,22	49	10,73	52	13,95
33	Escola Secundária António Sérgio (Porto)	2,97	214	10,95	33	13,92
34	Escola Secundária com 3º Ciclo da Gafanha da Nazaré (Aveiro)	3,04	148	10,76	46	13,80
35	Escola Secundária Abade de Baçal (Bragança)	3,20	53	10,60	61	13,80
36	Escola Secundária com 3º Ciclo de Adolfo Portela (Aveiro)	3,10	111	10,68	55	13,78
37	Escola Secundária Dr. Ginestal Machado (Santarém)	3,34	29	10,41	76	13,75
38	Escola Secundária Stuart Carvalhais (Lisboa)	2,97	211	10,73	50	13,70
39	Escola Secundária Maria Lamas (Santarém)	2,97	205	10,72	53	13,69
40	Escola Secundária Viriato (Viseu)	3,09	117	10,60	60	13,69
41	Escola Secundária de S. Pedro (Vila Real)	3,13	95	10,52	68	13,65
42	Escola Secundária do Fundão (Castelo Branco)	3,07	132	10,56	64	13,63
43	Escola Secundária de Paredes (Porto)	3,15	82	10,46	72	13,61
44	Escola Secundária com 3º Ciclo de Esmoriz (Aveiro)	2,98	197	10,62	58	13,60
45	Escola Secundária da Anadia (Aveiro)	2,83	380	10,76	47	13,59
46	Escola Secundária de Ermesinde (Porto)	3,08	122	10,49	69	13,57
47	Escola Secundária de S. Pedro do Sul (Viseu)	3,28	39	10,28	90	13,56
48	Escola Secundária de Severim de Faria (Évora)	3,08	121	10,46	73	13,54
49	Escola Secundária com 3º Ciclo Rainha D. Amélia (Lisboa)	3,19	59	10,34	80	13,53
50	Escola Secundária de Barcelos (Braga)	2,94	246	10,58	62	13,52
51	Escola Secundária Ferreira de Castro (Aveiro)	2,98	195	10,48	71	13,46
52	Escola Secundária Sá da Bandeira (Santarém)	3,13	96	10,30	85	13,43
53	Escola Secundária D. Dinis (Santo Tirso) (Porto)	3,01	169	10,41	75	13,42
54	Escola Secundária Jorge Peixinho (Setúbal)	3,06	134	10,30	86	13,36
55	Escola Secundária D. Sancho I (Braga)	3,12	104	10,24	91	13,36
56	Escola Secundária de Inês de Castro (Porto)	2,93	254	10,39	77	13,32
57	Escola Secundária Alcaides de Faria – Arcozelo (Braga)	3,09	114	10,21	93	13,30
58	Escola Secundária António Gedeão (Setúbal)	2,96	219	10,34	79	13,30
59	Escola Secundária Anselmo de Andrade (Setúbal)	3,01	170	10,28	88	13,29
60	Escola Secundária de Porto de Mós (Leiria)	2,98	196	10,30	84	13,28
61	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Jaime Magalhães Lima (Aveiro)	3,20	55	10,07	106	13,27
62	Escola Secundária de Santa Comba Dão (Viseu)	2,93	266	10,33	82	13,26
63	Escola Secundária com 3º Ciclo da Sé – Guarda (Guarda)	3,26	43	9,95	123	13,21
64	Escola EB 2,3/S Monte da Ola (Viana do Castelo)	3,02	167	10,19	95	13,21
65	Escola Secundária da Lousã (Coimbra)	2,83	369	10,33	81	13,16
66	Escola Secundária com 3º Ciclo Drª Maria Cândida (Coimbra)	3,00	179	10,14	101	13,14

67	Escola Secundária Felismina Alcântara – Mangualde (Viseu)	3,00	183	10,13	102	<b>13,13</b>
68	Escola Secundária com 3º Ciclo Afonso de Albuquerque (Guarda)	3,18	64	9,92	131	<b>13,10</b>
69	Escola Secundária de Ourém (Santarém)	2,81	394	10,28	89	<b>13,09</b>
70	Escola Secundária Júlio Dinis de Ovar (Aveiro)	3,15	76	9,94	127	<b>13,09</b>
71	Escola Secundária com 3º Ciclo da Batalha (Leiria)	3,10	109	9,96	121	<b>13,06</b>
72	Escola Secundária da Senhora da Hora (Porto)	3,15	79	9,89	134	<b>13,04</b>
73	Escola Secundária Prof, Reynaldo dos Santos (Lisboa)	3,02	168	10,01	113	<b>13,03</b>
74	Escola Secundária da Trofa (Porto)	2,81	398	10,21	94	<b>13,02</b>
75	Escola Secundária Afonso Lopes Vieira (Leiria)	2,79	433	10,23	92	<b>13,02</b>
76	Escola Secundária Emídio Navarro (Almada) (Setúbal)	3,13	99	9,87	137	<b>13,00</b>
77	Escola Secundária Abel Salazar (Porto)	2,56	660	10,44	74	<b>13,00</b>
78	Escola EB 2,3/S de Melgaço (Viana do Castelo)	2,85	351	10,15	100	<b>13,00</b>
79	Escola Secundária de Vale de Cambra (Aveiro)	2,82	389	10,17	97	<b>12,99</b>
80	Escola Secundária de Ponte de Lima (Viana do Castelo)	3,04	150	9,95	124	<b>12,99</b>
81	Escola Secundária Martinho Árias – Soure (Coimbra)	2,90	293	10,08	103	<b>12,98</b>
82	Escola Secundária de Pombal (Leiria)	2,93	257	10,04	109	<b>12,97</b>
83	Escola Secundária do Castelo da Maia (Porto)	2,99	184	9,97	116	<b>12,96</b>
84	Escola Secundária com 3º Ciclo de Sever do Vouga (Aveiro)	3,04	151	9,92	132	<b>12,96</b>
85	Escola Secundária Camilo Castelo Branco – Vila Real (Vila Real)	3,02	161	9,94	126	<b>12,96</b>
86	Escola Secundária de Santa Maria da Feira (Aveiro)	3,14	88	9,80	147	<b>12,94</b>
87	Escola Secundária de Maximinos (Braga)	2,99	189	9,94	128	<b>12,93</b>
88	Escola Secundária Emídio Garcia (Bragança)	3,20	57	9,73	160	<b>12,93</b>
89	Escola Secundária de Miguel Torga (Massamá) (Lisboa)	2,54	668	10,37	78	<b>12,91</b>
90	Escola Secundária de Tondela (Viseu)	3,13	98	9,74	158	<b>12,87</b>
91	Escola Secundária/3 de Latino Coelho (Viseu)	2,94	241	9,93	129	<b>12,87</b>
92	Escola Secundária de Barcelinhos (Braga)	2,78	452	10,06	107	<b>12,84</b>
93	Escola EB 2,3/S Pintor José de Brito (Viana do Castelo)	3,12	101	9,72	161	<b>12,84</b>
94	Escola Secundária Fernão Mendes Pinto (Setúbal)	2,95	232	9,87	138	<b>12,82</b>
95	Escola Secundária D, Inês de Castro – Alcobaça (Leiria)	2,83	378	9,98	115	<b>12,81</b>
96	Escola Secundária Marques de Castilho (Aveiro)	2,83	374	9,97	119	<b>12,80</b>
97	Escola Secundária Pedro Alexandrino (Lisboa)	2,80	424	9,95	125	<b>12,75</b>
98	Escola Secundária Dr, António Carvalho Figueiredo (Lisboa)	2,70	536	10,03	111	<b>12,73</b>
99	Escola Secundária Padre Benjamim Salgado – Joane (Braga)	2,89	299	9,82	144	<b>12,71</b>
100	Escola Secundária Madeira Torres (Lisboa)	2,95	238	9,75	157	<b>12,70</b>

<b>101</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Pinhal do Rei (Leiria)	2,97	209	9,72	162	<b>12,69</b>
<b>102</b>	Escola Secundária Dr, João Carlos C, Gomes – Ílhavo (Aveiro)	2,86	331	9,82	143	<b>12,68</b>
<b>103</b>	Escola Secundária Jácome Ratton (Santarém)	2,71	529	9,96	122	<b>12,67</b>
<b>104</b>	Escola Secundária Soares Basto – Oliveira de Azeméis (Aveiro)	2,79	445	9,88	136	<b>12,67</b>
<b>105</b>	Escola Secundária Henrique Medina (Braga)	2,84	361	9,81	146	<b>12,65</b>
<b>106</b>	Escola Secundária Dr, António Granjo (Vila Real)	2,99	190	9,65	171	<b>12,64</b>
<b>107</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo Quinta das Palmeiras – Covilhã (Castelo Branco)	3,09	112	9,54	193	<b>12,63</b>
<b>108</b>	Escola Secundária do Pinhal Novo (Setúbal)	2,93	261	9,69	164	<b>12,62</b>
<b>109</b>	Escola Secundária Padre António Vieira (Lisboa)	2,64	609	9,97	117	<b>12,61</b>
<b>110</b>	Escola Secundária Fernando Lopes Graça – Parede (Lisboa)	3,02	162	9,59	180	<b>12,61</b>
<b>111</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Cristina Torres (Coimbra)	2,96	217	9,64	173	<b>12,60</b>
<b>112</b>	Escola Secundária de Amarante (Porto)	2,76	468	9,84	141	<b>12,60</b>
<b>113</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo José Macedo Fragateiro – Ovar (Aveiro)	3,08	124	9,51	197	<b>12,59</b>
<b>114</b>	Escola Secundária D, João V – Damaia (Lisboa)	2,83	375	9,75	156	<b>12,58</b>
<b>115</b>	Escola Secundária Dr, Solano de Abreu (Santarém)	2,99	191	9,58	184	<b>12,57</b>
<b>116</b>	Escola Secundária Ferreira Dias (Lisboa)	3,00	177	9,56	188	<b>12,56</b>
<b>117</b>	Escola Secundária de Rio Tinto (Porto)	2,88	323	9,67	167	<b>12,55</b>
<b>118</b>	Escola EB 2,3/S de Oliveira de Frades (Viseu)	2,96	221	9,58	181	<b>12,54</b>
<b>119</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo Daniel Sampaio (Setúbal)	2,98	193	9,55	191	<b>12,53</b>
<b>120</b>	Escola Secundária de Caldas das Taipas (Braga)	2,69	553	9,79	150	<b>12,48</b>
<b>121</b>	Escola Secundária Padre Alberto Neto (Lisboa)	2,80	408	9,67	166	<b>12,47</b>
<b>122</b>	Escola Secundária de Águas Santas (Porto)	2,88	322	9,58	183	<b>12,46</b>
<b>123</b>	Escola Secundária D, Pedro V (Lisboa)	2,50	681	9,96	120	<b>12,46</b>
<b>124</b>	Escola Secundária da Ramada (Lisboa)	2,84	363	9,61	177	<b>12,45</b>
<b>125</b>	Escola Secundária José Régio (Porto)	2,67	578	9,78	152	<b>12,45</b>
<b>126</b>	Escola Secundária Tomaz Pelayo (Porto)	2,84	364	9,60	178	<b>12,44</b>
<b>127</b>	Escola Secundária de Gondomar (Porto)	3,04	144	9,37	223	<b>12,41</b>
<b>128</b>	Escola Secundária de Miranda do Douro (Bragança)	2,96	223	9,45	208	<b>12,41</b>
<b>129</b>	Escola Secundária de S, João da Talha (Lisboa)	2,79	440	9,61	176	<b>12,40</b>
<b>130</b>	Escola Secundária João Gonçalves Zarco (Porto)	2,89	306	9,49	203	<b>12,38</b>
<b>131</b>	Escola Secundária de Coruche (Santarém)	2,97	210	9,40	215	<b>12,37</b>
<b>132</b>	Escola Secundária Camilo Castelo Branco – Carnaxide (Lisboa)	2,80	427	9,57	186	<b>12,37</b>
<b>133</b>	Escola Secundária Dr, Joaquim Gomes Ferreira Alves (Porto)	2,86	333	9,50	202	<b>12,36</b>
<b>134</b>	Escola Secundária Luís de Freitas Branco (Lisboa)	2,85	341	9,51	198	<b>12,36</b>
<b>135</b>	Escola Secundária de Romeu Correia – Feijó (Setúbal)	2,84	354	9,51	199	<b>12,35</b>

<b>136</b>	Escola Secundária de Vila Cova da Lixa (Porto)	2,87	324	9,47	207	<b>12,34</b>
<b>137</b>	Escola Secundária de Estarreja (Aveiro)	2,96	226	9,37	222	<b>12,33</b>
<b>138</b>	Escola Secundária de Mirandela (Bragança)	2,93	262	9,39	219	<b>12,32</b>
<b>139</b>	Escola Secundária de Sampaio (Setúbal)	3,00	180	9,32	230	<b>12,32</b>
<b>140</b>	Escola Secundária da Cidadela (Lisboa)	2,75	478	9,56	189	<b>12,31</b>
<b>141</b>	Escola Secundária Sebastião da Gama (Setúbal)	2,81	393	9,47	206	<b>12,28</b>
<b>142</b>	Escola Secundária Dr, Júlio Martins (Vila Real)	2,88	312	9,40	216	<b>12,28</b>
<b>143</b>	Escola Secundária de Vagos (Aveiro)	2,74	492	9,53	194	<b>12,27</b>
<b>144</b>	Escola Secundária de Carvalhos (Porto)	2,84	357	9,41	213	<b>12,25</b>
<b>145</b>	Escola Secundária Padre António Macedo (Setúbal)	2,95	239	9,29	236	<b>12,24</b>
<b>146</b>	Escola EB 2,3/S Paredes de Coura (Viana do Castelo)	2,94	243	9,28	238	<b>12,22</b>
<b>147</b>	Escola Secundária Miguel Torga (Bragança) (Bragança)	2,94	249	9,27	242	<b>12,21</b>
<b>148</b>	Escola Secundária de Vilela (Porto)	2,54	669	9,66	168	<b>12,20</b>
<b>149</b>	Escola Secundária Rainha Santa Isabel – Estremoz (Évora)	3,09	119	9,09	269	<b>12,18</b>
<b>150</b>	Escola Secundária de Mem Martins (Lisboa)	2,66	580	9,51	201	<b>12,17</b>
<b>151</b>	Escola Secundária de Alfena (Porto)	2,58	650	9,59	179	<b>12,17</b>
<b>152</b>	Escola EB 2,3/S de Celorico de Basto (Braga)	2,63	616	9,53	196	<b>12,16</b>
<b>153</b>	Escola Secundária Dr, Manuel Fernandes (Santarém)	2,79	436	9,36	225	<b>12,15</b>
<b>154</b>	Escola Secundária Diogo de Macedo (Porto)	2,80	420	9,35	227	<b>12,15</b>
<b>155</b>	Escola EB 2,3/S de Lanheses (Viana do Castelo)	2,79	439	9,36	224	<b>12,15</b>
<b>156</b>	Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo (Lisboa)	2,59	646	9,55	192	<b>12,14</b>
<b>157</b>	Escola Secundária de Frei Rosa Viterbo (Viseu)	2,99	192	9,14	261	<b>12,13</b>
<b>158</b>	Escola Secundária Ibn Mucana (Lisboa)	2,98	200	9,14	260	<b>12,12</b>
<b>159</b>	Escola Secundária de Caneças (Lisboa)	2,67	575	9,44	210	<b>12,11</b>
<b>160</b>	Escola Secundária da Boa Nova – Leça da Palmeira (Porto)	2,68	565	9,41	212	<b>12,09</b>
<b>161</b>	Escola Secundária Eng <sup>o</sup> Acácio Calazans Duarte (Leiria)	2,71	532	9,38	221	<b>12,09</b>
<b>162</b>	Escola Secundária de Arouca (Aveiro)	2,91	285	9,18	254	<b>12,09</b>
<b>163</b>	Escola Secundária André Gouveia (Évora)	2,69	548	9,40	217	<b>12,09</b>
<b>164</b>	Escola Secundária de Paços de Ferreira (Porto)	2,80	409	9,28	239	<b>12,08</b>
<b>165</b>	Escola Secundária de Vouzela (Viseu)	2,89	304	9,17	255	<b>12,06</b>
<b>166</b>	Escola Secundária Poeta Al Berto (Setúbal)	2,84	358	9,21	246	<b>12,05</b>
<b>167</b>	Escola Secundária Fernando Namora (Lisboa)	2,56	661	9,48	205	<b>12,04</b>
<b>168</b>	Escola Secundária Dr, João Araújo Correia (Vila Real)	2,93	260	9,11	265	<b>12,04</b>
<b>169</b>	Escola Secundária Morgado de Mateus –Vila Real (Vila Real)	2,88	313	9,16	256	<b>12,04</b>
<b>170</b>	Escola Secundária de Carcavelos (Lisboa)	2,76	476	9,28	240	<b>12,04</b>
<b>171</b>	Escola Secundária da Sé – Lamego (Viseu)	2,67	569	9,35	226	<b>12,02</b>
<b>172</b>	Escola Secundária de Marco de Canaveses	2,63	613	9,38	220	<b>12,01</b>



	(Porto)					
<b>173</b>	Escola Secundária Henriques Nogueira (Lisboa)	3,00	181	9,01	284	<b>12,01</b>
<b>174</b>	Escola Secundária de Lousada (Porto)	2,95	236	9,05	275	<b>12,00</b>
<b>175</b>	Escola EB 2,3/S de Pedro da Fonseca (Castelo Branco)	2,91	281	9,09	271	<b>12,00</b>
<b>176</b>	Escola Secundária de Amares (Braga)	2,80	410	9,19	249	<b>11,99</b>
<b>177</b>	Escola Secundária João de Barros (Setúbal)	3,01	172	8,97	291	<b>11,98</b>
<b>178</b>	Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros (Bragança)	2,81	395	9,16	257	<b>11,97</b>
<b>179</b>	Escola Secundária Mães de Água (Falagueira) (Lisboa)	2,52	678	9,45	209	<b>11,97</b>
<b>180</b>	Escola EB 2,3 c/ES de Sobral de Monte Agraço (Lisboa)	2,74	495	9,18	251	<b>11,92</b>
<b>181</b>	Escola Secundária Gil Eanes-Lagos (Faro)	2,92	272	8,99	287	<b>11,91</b>
<b>182</b>	Escola Secundária Mouzinho da Silveira (Portalegre)	2,99	188	8,91	295	<b>11,90</b>
<b>183</b>	Escola Secundária de Odivelas (Lisboa)	2,64	607	9,24	244	<b>11,88</b>
<b>184</b>	Escola Secundária Passos Manuel (Lisboa)	2,62	628	9,26	243	<b>11,88</b>
<b>185</b>	Escola Secundária de Penacova (Coimbra)	2,85	352	9,03	281	<b>11,88</b>
<b>186</b>	Escola Secundária D, Manuel Martins (Setúbal)	2,53	671	9,34	228	<b>11,87</b>
<b>187</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Gouveia (Guarda)	2,85	347	9,02	282	<b>11,87</b>
<b>188</b>	Escola Secundária de Penafiel (Porto)	2,96	225	8,90	296	<b>11,86</b>
<b>189</b>	Escola Secundária de Palmela (Setúbal)	2,99	186	8,86	300	<b>11,85</b>
<b>190</b>	Escola Secundária da Mealhada (Aveiro)	2,97	213	8,87	299	<b>11,84</b>
<b>191</b>	Escola Secundária de José Loureiro Botas – Vieira de Leiria (Leiria)	2,99	185	8,83	305	<b>11,82</b>
<b>192</b>	Escola Secundária do Cartaxo (Santarém)	2,94	248	8,87	298	<b>11,81</b>
<b>193</b>	Escola Secundária da Póvoa do Lanhoso (Braga)	2,73	506	9,06	273	<b>11,79</b>
<b>194</b>	Escola EB 2,3 Sacadura Cabral (C,Beira) (Guarda)	2,82	384	8,97	289	<b>11,79</b>
<b>195</b>	Escola Secundária Carolina Michaelis (Porto)	2,78	453	9,01	285	<b>11,79</b>
<b>196</b>	Escola Secundária/3 de Castro Daire (Viseu)	2,79	442	8,94	293	<b>11,73</b>
<b>197</b>	Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira (Porto)	2,50	682	9,22	245	<b>11,72</b>
<b>198</b>	Escola Secundária Poeta Joaquim Serra (Setúbal)	2,60	638	9,12	263	<b>11,72</b>
<b>199</b>	Escola EB 2,3/S da Guia (Leiria)	2,65	599	9,06	274	<b>11,71</b>
<b>200</b>	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro (Leiria)	2,62	624	9,04	277	<b>11,66</b>
<b>201</b>	Escola Secundária Prof, Ruy Luís Gomes (Setúbal)	2,73	503	8,93	294	<b>11,66</b>
<b>202</b>	Escola Secundária Gil Vicente (Lisboa)	2,77	459	8,86	302	<b>11,63</b>
<b>203</b>	Escola Secundária Joaquim Araújo (Porto)	2,44	692	9,07	272	<b>11,51</b>
<b>204</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Ponte de Sôr (Portalegre)	2,69	551	8,79	310	<b>11,48</b>
<b>205</b>	Escola Secundária/3 Prof, Dr, Flávio F, Pinto Resende (Viseu)	2,64	610	8,82	306	<b>11,46</b>
<b>206</b>	Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira (Setúbal)	2,64	602	8,80	308	<b>11,44</b>
<b>207</b>	Escola Secundária Manuel Cargaleiro (Setúbal)	2,76	471	8,68	323	<b>11,44</b>

<b>208</b>	Escola Secundária de Valongo (Porto)	2,78	455	8,64	326	<b>11,42</b>
<b>209</b>	Escola Secundária D, João II (Setúbal)	2,61	635	8,81	307	<b>11,42</b>
<b>210</b>	Escola Secundária Braancamp Freire – Pontinha (Lisboa)	2,68	559	8,71	316	<b>11,39</b>
<b>211</b>	Escola Secundária José Cardoso Pires (Lisboa)	2,59	649	8,77	311	<b>11,36</b>
<b>212</b>	Escola EB 2,3/S de Mondim de Basto (Vila Real)	2,66	581	8,65	325	<b>11,31</b>
<b>213</b>	Escola Secundária Francisco Simões (Setúbal)	2,60	639	8,68	322	<b>11,28</b>
<b>214</b>	Escola Secundária de Pinhel (Guarda)	2,71	527	8,56	333	<b>11,27</b>
<b>215</b>	Escola Secundária de Vila Verde (Braga)	2,38	687	8,86	301	<b>11,24</b>
<b>216</b>	Escola Secundária do Bombarral (Leiria)	2,66	582	8,56	332	<b>11,22</b>
<b>217</b>	Escola EB 2,3/S de Murça (Vila Real)	2,64	612	8,56	330	<b>11,20</b>
<b>218</b>	Escola Secundária Dr, Augusto César S, Ferreira (Santarém)	2,83	372	8,35	347	<b>11,18</b>
<b>219</b>	Escola Secundária de Tábua (Coimbra)	2,73	512	8,45	340	<b>11,18</b>
<b>220</b>	Escola Secundária Gama Barros (Lisboa)	2,64	605	8,53	336	<b>11,17</b>
<b>221</b>	Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)	2,43	694	8,72	315	<b>11,15</b>
<b>222</b>	Escola Secundária da Amora (Setúbal)	2,71	522	8,42	341	<b>11,13</b>
<b>223</b>	Escola Secundária de Castelo de Paiva (Aveiro)	2,79	438	8,29	351	<b>11,08</b>
<b>224</b>	Escola Secundária António Nobre (Porto)	2,49	683	8,57	329	<b>11,06</b>
<b>225</b>	Escola Secundária de Santo António (Setúbal)	2,63	617	8,41	342	<b>11,04</b>
<b>226</b>	Escola Secundária D, Luísa de Gusmão (Lisboa)	2,72	520	8,30	349	<b>11,02</b>
<b>227</b>	Escola EB 2,3/S de Michel Giacometti (Setúbal)	2,73	509	8,29	350	<b>11,02</b>
<b>228</b>	Escola Secundária de Vila Real de Santo António (Faro)	2,80	419	8,10	359	<b>10,90</b>
<b>229</b>	Escola Secundária D, Dinis (Lisboa) (Lisboa)	2,39	698	8,45	339	<b>10,84</b>
<b>230</b>	Escola EB 2,3/S de Baião (Porto)	2,73	510	8,09	360	<b>10,82</b>
<b>231</b>	Escola Secundária Seomara da Costa Primo (Lisboa)	2,35	705	8,31	348	<b>10,66</b>
<b>232</b>	Escola Secundária da Drª Laura Ayres – Quarteira (Faro)	2,35	704	8,17	357	<b>10,52</b>
<b>233</b>	Escola EB 2,3/S de S, João da Pesqueira (Viseu)	2,62	630	7,87	365	<b>10,49</b>
<b>234</b>	Escola Secundária Matias Aires (Mira-Sintra) (Lisboa)	2,50	680	7,94	363	<b>10,44</b>
<b>235</b>	Escola Secundária de S, Pedro da Cova (Porto)	2,58	653	7,68	368	<b>10,26</b>
<b>236</b>	Escola Secundária de Camarate (Lisboa)	2,37	700	7,70	367	<b>10,07</b>
<b>237</b>	Escola ES/3 D, Egas Moniz (Viseu)	2,46	686	7,51	370	<b>9,97</b>
<b>238</b>	Escola Secundária de Mogadouro (Bragança)	2,53	674	7,09	374	<b>9,62</b>
<b>239</b>	Escola Secundária / 3º Ciclo do Cerco (Porto)	2,31	707	6,81	377	<b>9,12</b>

**Anexo 4a**

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à**  
**20.ª escola em “melhor” posição no *Ranking* do Ensino Básico (9.º ano)**

N.O.	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					
		R	PSE	OGE	L	CARM	ANO
<b>1</b>	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Telheiras nº 1 (Lisboa)	MB	B	MB	B	S	07-08
<b>2</b>	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Pedro IV (Massamá) (Lisboa)	MB	B	MB	B	B	09-10
<b>3</b>	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Drª, Maria Alice Gouveia (Coimbra)	MB	MB	B	B	S	08-09
<b>4</b>	Escola Secundária de Fernão de Magalhães (Vila Real)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
<b>5</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Bocage (Setúbal)	B	B	MB	MB	B	09-10
<b>6</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Restelo (Lisboa)	B	B	B	B	B	08-09
<b>7</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Joaquim de Carvalho (Coimbra)	MB	MB	B	MB	MB	06
<b>8</b>	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Eugénio de Castro (Coimbra)	B	S	S	S	S	07-08
<b>9</b>	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Inês de Castro (Coimbra)	MB	B	B	B	S	09-10
<b>10</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Quinta do Marquês (Lisboa)	B	MB	B	MB	MB	06
<b>11</b>	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Martim de Freitas (Coimbra)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
<b>12</b>	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Vasco da Gama (Lisboa)	B	B	MB	B	B	07-08
<b>13</b>	Escola Secundária de Garcia de Orta (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
<b>14</b>	Escola Básica de Bento Carqueja (Aveiro)	B	B	B	B	S	06-07
<b>15</b>	Escola Básica de Francisco Torrinha (Porto)	B	B	MB	B	B	08-09
<b>16</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Mário Sacramento (Aveiro)	S	B	B	B	S	07-08
<b>17</b>	Escola Secundária de Aurélia de Sousa (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
<b>18</b>	Escola Básica de Sofia de Mello Breyner (Porto)	MB	B	B	MB	B	08-09
<b>19</b>	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Eugénio dos Santos (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
<b>20</b>	Escola Básica de Lameiras (Braga)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
<b>21</b>	Escola Secundária com 3º Ciclo de José Gomes Ferreira (Lisboa)	MB	B	B	MB	B	07-08
<b>22</b>	Escola Secundária de Almeida Garrett (Porto)	B	B	MB	MB	B	09-10

\*Em avaliação em 2010/2011

**Anexo 4b**

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até  
à 20.<sup>a</sup> escola em “pior” posição no *Ranking* do Ensino Básico (9.º ano)**

N.O.	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					
		R	PSE	OGE	L	CARM	ANO
686	Escola Secundária de D, Egas Moniz (Viseu)	B	B	B	B	S	07-08
687	Escola Secundária de Vila Verde (Braga)	S	S	B	B	B	06-07
688	Escola Básica de Arco de Baúlhe (Braga)	S	B	S	B	B	09-10
689	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Olaias (Lisboa)	S	S	S	S	INS	09-10
690	Escola Secundária com 3º Ciclo de Alvide (Lisboa)	B	B	B	B	S	09-10
691	Escola Básica de Souselo (Viseu)	S	S	S	S	INS	07-08
692	Escola Secundária de Joaquim de Araújo (Porto)	S	S	B	MB	S	07-08
693	Escola Básica de Amares (Braga)	B	B	B	B	B	08-09
694	Escola Secundária de Alexandre Herculano (Porto)	S	S	B	B	S	09-10
695	Escola Secundária de Fafe (Braga)	S	B	B	B	S	07-08
696	Escola Básica e Secundária de Carrazeda de Ansiães (Bragança)	B	B	B	M B	S	08-09
697	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário Bela Vista (Setúbal) AE de Santiago	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
698	Escola Secundária D, Dinis (Lisboa) (Lisboa)	S	S	B	B	S	08-09
699	Escola Básica e Secundária de Prof, António da Natividade (Vila Real)	B	B	MB	MB	B	08-09
700	Escola Secundária com 3º Ciclo de Camarate (Lisboa)	B	MB	B	B	B	06-07
701	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Azevedo Neves (Lisboa)	B	MB	MB	MB	B	09-10
702	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Galopim de Carvalho (Lisboa)	S	S	B	B	S	09-10
703	Escola Básica de Dr, Leonardo Coimbra (Porto)	S	S	B	S	S	07-08
704	Escola Secundária com 3º Ciclo de Drª, Laura Ayres (Faro)	S	S	S	S	INS	08-09
705	Escola Secundária com 3º Ciclo de Seomara da Costa Primo (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
706	Escola Básica de São Pedro da Cova (Porto)	S	B	B	B	S	08-09
707	Escola Básica e Secundária de Cerco (Porto)	S	S	B	S	S	08-09

\*Em avaliação em 2010/2011

**Anexo 5a****Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa****até à 20.<sup>a</sup> escola em “melhor” posição no *Ranking* do Ensino Secundário (12.º ano)**

N.O.	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					
		R	PSE	OGE	L	CARM	ANO
1	Escola Secundária Infanta D, Maria (Coimbra)	B	B	B	B	B	06-07
2	Escola Secundária Manuel da Fonseca (Setúbal)	B	B	S	S	S	06-07
3	Escola Secundária Garcia de Orta (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
4	Escola Secundária José Falcão (Coimbra)	B	B	B	B	S	07-08
5	Escola Secundária de José Gomes Ferreira (Lisboa)	MB	B	B	MB	B	07-08
6	Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
7	Escola Secundária D, Filipa de Lencastre (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
8	Escola Secundária do Restelo (Lisboa)	B	B	B	B	B	08-09
9	Escola Secundária Vergílio Ferreira (Lisboa)	B	MB	B	MB	S	07-08
10	Escola Secundária Carlos Amarante (Braga)	MB	MB	MB	MB	B	09-10
11	Escola Secundária Bocage (Setúbal)	B	B	MB	MB	B	09-10
12	Escola Secundária de Miraflores (Lisboa)	MB	B	B	B	S	09-10
13	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr, Joaquim de Carvalho (Coimbra)	MB	MB	B	MB	MB	06
14	Escola Secundária de Raúl Proença (Leiria)	MB	B	MB	MB	B	09-10
15	Escola Secundária Clara de Resende (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
16	Escola Secundária Nuno Álvares (Castelo Branco)	MB	MB	MB	MB	B	09-10
17	Escola Secundária Filipa de Vilhena (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	06-07
18	Escola Secundária de Albergaria-a-Velha (Aveiro) AE de Albergaria-a-Velha	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
19	Escola Secundária Diogo de Gouveia (Beja)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
20	Escola Secundária José Estêvão (Aveiro)	MB	B	B	B	S	08-09
21	Escola Secundária Fernão de Magalhães (Vila Real)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
22	Escola Secundária Rainha D, Leonor (Lisboa)	MB	MB	B	B	S	07-08
23	Escola Secundária/3 Artur Gonçalves (Santarém)	B	B	MB	MB	MB	06-07

\* Em avaliação em 2010/2011

## Anexo 5b

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à  
20.ª escola em “pior” posição no *Ranking* do Ensino Secundário (12.º ano)**

N.O.	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					
		R	PSE	OGE	L	CARM	ANO
349	Escola Secundária D, Luísa de Gusmão (Lisboa)	S	S	S	S	B	06
350	Escola EB 2,3/S de Michel Giacometti (Setúbal)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
351	Escola Secundária de Castelo de Paiva (Aveiro) AE de Castelo de Paiva	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
352	Escola Secundária Públia Hortênsia de Castro - Vila Viçosa (Évora)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
353	Escola Secundária de Aljustrel (Beja)	S	B	B	B	S	09-10
354	Escola Secundária de Salvaterra de Magos (Santarém) AE de Salvaterra de Magos	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
355	Escola Secundária José Afonso (Setúbal)	S	B	B	S	INS	08-09
356	Escola Secundária de Arganil (Coimbra)	S	S	B	B	B	07-08
357	Escola Secundária da Drª Laura Ayres - Quarteira (Faro)	S	S	S	S	INS	08-09
358	Escola Secundária Dr, Bernardino Machado (Coimbra)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
359	Escola Secundária de Vila Real de Santo António (Faro)	S	S	B	S	S	06-07
360	Escola EB 2,3/S de Baião (Porto) AE do Vale de Ovil	B	B	B	B	S	07-08
361	Escola Secundária de Alijó (Vila Real)	B	B	B	B	S	09-10
362	Escola Secundária de Veiga (Braga) – Em Fusão	-----	-----	-----	-----	-----	NA*
363	Escola Secundária Matias Aires (Mira-Sintra) (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
364	Escola Secundária D, Sancho II - Elvas (Portalegre)	B	S	B	B	B	07-08
365	Escola EB 2,3/S de S, João da Pesqueira (Viseu)	B	B	MB	MB	B	08-09
366	Escola Secundária do Montejunto (Lisboa)	S	S	S	INS	INS	08-09
367	Escola Secundária de Camarate (Lisboa)	B	MB	B	B	B	06-07
368	Escola Secundária de S, Pedro da Cova (Porto)	S	B	B	B	S	08-09
369	Escola Secundária de Sacavém (Lisboa)	S	S	B	B	INS	08-09
370	Escola ES/3 D, Egas Moniz (Viseu)	B	B	B	B	S	07-08
371	Escola EB 2,3 de Penalva do Castelo (Viseu)	S	B	S	S	S	08-09
372	Escola EB 2,3 de Ribeira de Pena (Vila Real) – Em Fusão	-----	-----	-----	-----	-----	NA*
373	Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo (Guarda) AE de Figueira de Castelo Rodrigo – Em Fusão	-----	-----	-----	-----	-----	NA*
374	Escola Secundária de Mogadouro (Bragança)	S	S	S	S	S	08-09
375	Escola EB 2,3/S Prof, António da Natividade - Mesão Frio (Vila Real)	B	B	MB	MB	B	08-09
376	Escola EB 2,3/S Prof, Mendes Remédios - Nisa (Portalegre)	S	S	S	S	INS	08-09
377	Escola Secundária com 3º Ciclo do Cerco (Porto)	S	S	B	S	S	08-09

\* Em avaliação em 2010/2011 ou não avaliada (NA) devido a processo de fusão.

**Anexo 6a****Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup>****escola em “melhor” posição no *Ranking* do Básico e Secundário (9.º+12.ºano)**

N.O.	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					
		R	PSE	OGE	L	CARM	ANO
1	Escola Secundária Garcia de Orta (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
2	Escola Secundária de José Gomes Ferreira (Lisboa)	MB	B	B	MB	B	07-08
3	Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
4	Escola Secundária do Restelo (Lisboa)	B	B	B	B	B	08-09
5	Escola Secundária D, Filipa de Lencastre (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
6	Escola Secundária Bocage (Setúbal)	B	B	MB	MB	B	09-10
7	Escola Secundária Vergílio Ferreira (Lisboa)	B	MB	B	MB	S	07-08
8	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr, Joaquim de Carvalho (Coimbra)	MB	MB	B	MB	MB	06
9	Escola Secundária Clara de Resende (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
10	Escola Secundária Fernão de Magalhães (Vila Real)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
11	Escola Secundária de Raul Proença (Leiria)	MB	B	MB	MB	B	09-10
12	Escola Secundária de Miraflores (Lisboa)	MB	B	B	B	S	09-10
13	Escola Secundária da Quinta do Marquês (Lisboa)	B	MB	B	MB	MB	06
14	Escola Secundária Nuno Álvares (Castelo Branco)	MB	MB	MB	MB	B	09-10
15	Escola Secundária José Estêvão (Aveiro)	MB	B	B	B	S	08-09
16	Escola Secundária João Silva Correia (Aveiro)	B	B	MB	MB	MB	06
17	Escola Secundária Filipa de Vilhena (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	06-07
18	Escola Secundária Rainha D, Leonor (Lisboa)	MB	MB	B	B	S	07-08
19	Escola Secundária/3 Artur Gonçalves (Santarém)	B	B	MB	MB	MB	06-07
20	Escola Secundária Dr, Mário Sacramento (Aveiro)	S	B	B	B	S	07-08
21	Escola Secundária Pedro Nunes (Lisboa)	B	B	B	B	S	08-09

\* Em avaliação em 2010/2011

## Anexo 6b

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa até à 20.<sup>a</sup>  
escola em “pior” posição no *Ranking* do Básico e Secundário (9.º+12.ºano)**

N.O.	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					
		R	PSE	OGE	L	CARM	ANO
208	Escola Secundária de Valongo (Porto)	B	B	B	MB	B	09-10
209	Escola Secundária D, João II (Setúbal)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
210	Escola Secundária Braancamp Freire – Pontinha (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
211	Escola Secundária José Cardoso Pires (Lisboa)	S	B	B	B	S	07-08
212	Escola EB 2,3 de Mondim de Basto (Vila Real)	S	S	B	S	S	07-08 C
213	Escola Secundária Francisco Simões (Setúbal)	-----	-----	-----	-----	-----	NA*
214	Escola Secundária de Pinhel (Guarda)	-----	-----	-----	-----	-----	NA*
215	Escola Secundária de Vila Verde (Braga)	S	S	B	B	B	06-07 C
216	Escola Secundária do Bombarral (Leiria)	S	B	B	MB	B	07-08
217	Escola EB 2,3 de Murça (Vila Real)	INS	S	S	INS	INS	07-08
218	Escola Secundária Dr, Augusto César S, Ferreira (Santarém)	B	B	B	MB	S	07-08
219	Escola Secundária de Tábua (Coimbra)	-----	-----	-----	-----	-----	NA*
220	Escola Secundária Gama Barros (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
221	Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)	S	S	B	B	S	09-10
222	Escola Secundária da Amora (Setúbal)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
223	Escola Secundária de Castelo de Paiva (Aveiro)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
224	Escola Secundária António Nobre (Porto) Fusão AE da Areosa	-----	-----	-----	-----	-----	NA*
225	Escola Secundária de Santo António (Setúbal)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
226	Escola Secundária D, Luísa de Gusmão (Lisboa)	S	S	S	S	B	06
227	Escola EB 2,3/S de Michel Giacometti (Setúbal)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11
228	Escola Secundária de Vila Real de Santo António (Faro)	S	S	B	S	S	06-07
229	Escola Secundária D, Dinis (Lisboa) (Lisboa)	S	S	B	B	S	08-09
230	Escola EB 2,3/S de Baião (Val de Ovil) (Porto)	B	B	B	B	S	07-08
231	Escola Secundária Seomara da Costa Primo (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
232	Escola Secundária da Drª Laura Ayres – Quarteira (Faro)	S	S	S	S	INS	08-09
233	Escola EB 2,3/S de S, João da Pesqueira (Viseu)	B	B	MB	MB	B	08-09
234	Escola Secundária Matias Aires (Mira-Sintra) (Lisboa)	-----	-----	-----	-----	-----	10-11*
235	Escola Secundária de S, Pedro da Cova (Porto)	S	B	B	B	S	08-09
236	Escola Secundária de Camarate (Lisboa)	B	MB	B	B	B	06-07
237	Escola ES/3 D, Egas Moniz (Viseu)	B	B	B	B	S	07-08
238	Escola Secundária de Mogadouro (Bragança)	S	S	S	S	S	08-09
239	Escola Secundária / 3º Ciclo do Cerco (Porto)	S	S	B	S	S	08-09

\* Em avaliação em 2010/2011 ou não avaliada (NA) devido a processo de fusão.



**Anexo 7a**

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20  
escolas em “melhor” posição no *Ranking* do Ensino Básico (9.º ano)**

NOF	NOR	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					Ano
			R	PSE	OGE	L	CARM	
1	1	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Telheiras nº 1 (Lisboa)	MB	B	MB	B	S	07-08
2	2	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de D, Pedro IV (Massamá) (Lisboa)	MB	B	MB	B	B	09-10
3	3	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Drª, Maria Alice Gouveia (Coimbra)	MB	MB	B	B	S	08-09
4	4	Escola Secundária de Fernão de Magalhães (Vila Real)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
5	5	Escola Secundária com 3º Ciclo de Bocage (Setúbal)	B	B	MB	MB	B	09-10
6	6	Escola Secundária com 3º Ciclo de Restelo (Lisboa)	B	B	B	B	B	08-09
7	7	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Joaquim de Carvalho (Coimbra)	MB	MB	B	MB	MB	06
8	8	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Eugénio de Castro (Coimbra)	B	S	S	S	S	07-08
9	9	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Inês de Castro (Coimbra)	MB	B	B	B	S	09-10
10	10	Escola Secundária com 3º Ciclo de Quinta do Marquês (Lisboa)	B	MB	B	MB	MB	06
11	12	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Vasco da Gama (Lisboa)	B	B	MB	B	B	07-08
12	13	Escola Secundária de Garcia de Orta (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
13	14	Escola Básica de Bento Carqueja (Aveiro)	B	B	B	B	S	06-07
14	15	Escola Básica de Francisco Torrinha (Porto)	B	B	MB	B	B	08-09
15	16	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Mário Sacramento (Aveiro)	S	B	B	B	S	07-08
16	17	Escola Secundária de Aurélia de Sousa (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
17	18	Escola Básica de Sofia de Mello Breyner (Porto)	MB	B	B	MB	B	08-09
18	20	Escola Básica de Lameiras (Braga)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
19	21	Escola Secundária com 3º Ciclo de José Gomes Ferreira (Lisboa)	MB	B	B	MB	B	07-08
20	22	Escola Secundária de Almeida Garrett (Porto)	B	B	MB	MB	B	09-10

**Anexo 7b**

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20  
escolas em “pior” posição no *Ranking* do Ensino Básico (9.º ano)**

NOF	NOR	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					Ano
			R	PSE	OGE	L	CARM	
21	686	Escola Secundária de D, Egas Moniz (Viseu)	B	B	B	B	S	07-08
22	687	Escola Secundária de Vila Verde (Braga)	S	S	B	B	B	06-07
23	688	Escola Básica de Arco de Baulhe (Braga)	S	B	S	B	B	09-10
24	689	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Olaias (Lisboa)	S	S	S	S	INS	09-10
25	690	Escola Secundária com 3º Ciclo de Alvide (Lisboa)	B	B	B	B	S	09-10
26	691	Escola Básica de Souselo (Viseu)	S	S	S	S	INS	07-08
27	692	Escola Secundária de Joaquim de Araújo (Porto)	S	S	B	MB	S	07-08
28	693	Escola Básica de Amares (Braga)	B	B	B	B	B	08-09
29	694	Escola Secundária de Alexandre Herculano (Porto)	S	S	B	B	S	09-10
30	695	Escola Secundária de Fafe (Braga)	S	B	B	B	S	07-08
31	696	Escola Básica e Secundária de Carrazeda de Ansiães (Bragança)	B	B	B	M B	S	08-09
32	698	Escola Secundária D, Dinis (Lisboa) (Lisboa)	S	S	B	B	S	08-09
33	699	Escola Básica e Secundária de Prof, António da Natividade (Vila Real)	B	B	MB	MB	B	08-09
34	700	Escola Secundária com 3º Ciclo de Camarate (Lisboa)	B	MB	B	B	B	06-07
35	701	Escola Secundária com 3º Ciclo de Dr, Azevedo Neves (Lisboa)	B	MB	MB	MB	B	09-10
36	702	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Prof, Galopim de Carvalho (Lisboa)	S	S	B	B	S	09-10
37	703	Escola Básica de Dr, Leonardo Coimbra (Porto)	S	S	B	S	S	07-08
38	704	Escola Secundária com 3º Ciclo de Drª, Laura Ayres (Faro)	S	S	S	S	INS	08-09
39	706	Escola Básica de São Pedro da Cova (Porto)	S	B	B	B	S	08-09
40	707	Escola Básica e Secundária de Cerco (Porto)	S	S	B	S	S	08-09

**Anexo 8a**

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20  
escolas em “melhor” posição no *Ranking* do Ensino Secundário (12.º ano)**

NOF	NOR	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					Ano
			R	PSE	OGE	L	CARM	
1	1	Escola Secundária Infanta D, Maria (Coimbra)	B	B	B	B	B	06-07
2	2	Escola Secundária Manuel da Fonseca (Setúbal)	B	B	S	S	S	06-07
3	3	Escola Secundária Garcia de Orta (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
4	4	Escola Secundária José Falcão (Coimbra)	B	B	B	B	S	07-08
5	5	Escola Secundária de José Gomes Ferreira (Lisboa)	MB	B	B	MB	B	07-08
6	6	Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
7	8	Escola Secundária do Restelo (Lisboa)	B	B	B	B	B	08-09
8	9	Escola Secundária Vergílio Ferreira (Lisboa)	B	MB	B	MB	S	07-08
9	10	Escola Secundária Carlos Amarante (Braga)	MB	MB	MB	MB	B	09-10
10	11	Escola Secundária Bocage (Setúbal)	B	B	MB	MB	B	09-10
11	12	Escola Secundária de Miraflores (Lisboa)	MB	B	B	B	S	09-10
12	13	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr, Joaquim de Carvalho (Coimbra)	MB	MB	B	MB	MB	06
13	14	Escola Secundária de Raúl Proença (Leiria)	MB	B	MB	MB	B	09-10
14	15	Escola Secundária Clara de Resende (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
15	16	Escola Secundária Nuno Álvares (Castelo Branco)	MB	MB	MB	MB	B	09-10
16	17	Escola Secundária Filipa de Vilhena (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	06-07
17	20	Escola Secundária José Estevão (Aveiro)	MB	B	B	B	S	08-09
18	21	Escola Secundária Fernão de Magalhães (Vila Real)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
19	22	Escola Secundária Rainha D, Leonor (Lisboa)	MB	MB	B	B	S	07-08
20	23	Escola Secundária/3 Artur Gonçalves (Santarém)	B	B	MB	MB	MB	06-07

## Anexo 8b

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20  
escolas em “pior” posição no *Ranking* do Ensino Secundário**

NOF	NOR	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					Ano
			R	PSE	OGE	L	CARM	
21	349	Escola Secundária D, Luísa de Gusmão (Lisboa)	S	S	S	S	B	06
22	353	Escola Secundária de Aljustrel (Beja)	S	B	B	B	S	09-10
23	355	Escola Secundária José Afonso (Setúbal)	S	B	B	S	INS	08-09
24	356	Escola Secundária de Arganil (Coimbra)	S	S	B	B	B	07-08
25	357	Escola Secundária da Dr <sup>a</sup> Laura Ayres - Quarteira (Faro)	S	S	S	S	INS	08-09
26	359	Escola Secundária de Vila Real de Santo António (Faro)	S	S	B	S	S	06-07
27	360	Escola EB 2,3/S de Baião (Porto) AE do Vale de Ovil	B	B	B	B	S	07-08
28	361	Escola Secundária de Alijó (Vila Real)	B	B	B	B	S	09-10
29	364	Escola Secundária D, Sancho II - Elvas (Portalegre)	B	S	B	B	B	07-08
30	365	Escola EB 2,3/S de S, João da Pesqueira (Viseu)	B	B	MB	MB	B	08-09
31	366	Escola Secundária do Montejunto (Lisboa)	S	S	S	INS	INS	08-09
32	367	Escola Secundária de Camarate (Lisboa)	B	MB	B	B	B	06-07
33	368	Escola Secundária de S, Pedro da Cova (Porto)	S	B	B	B	S	08-09
34	369	Escola Secundária de Sacavém (Lisboa)	S	S	B	B	INS	08-09
35	370	Escola ES/3 D, Egas Moniz (Viseu)	B	B	B	B	S	07-08
36	371	Escola EB 2,3 de Penalva do Castelo (Viseu)	S	B	S	S	S	07-08
37	374	Escola Secundária de Mogadouro (Bragança)	S	S	S	S	S	08-09
38	375	Escola EB 2,3/S Prof, António da Natividade - Mesão Frio (Vila Real)	B	B	MB	MB	B	08-09
39	376	Escola EB 2,3/S Prof, Mendes Remédios - Nisa (Portalegre)	S	S	S	S	INS	08-09
40	377	Escola Secundária / 3º Ciclo do Cerco (Porto)	S	S	B	S	S	08-09

**Anexo 9a**

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20  
escolas em “melhor” posição no *Ranking* do Básico e Secundário (9.º+12.ºano)**

NOF	NOR	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					Ano
			R	PSE	OGE	L	CARM	
1	1	Escola Secundária Garcia de Orta (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
2	2	Escola Secundária de José Gomes Ferreira (Lisboa)	MB	B	B	MB	B	07-08
3	3	Escola Secundária Aurélia de Sousa (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	07-08
4	4	Escola Secundária do Restelo (Lisboa)	B	B	B	B	B	08-09
5	6	Escola Secundária Bocage (Setúbal)	B	B	MB	MB	B	09-10
6	7	Escola Secundária Vergílio Ferreira (Lisboa)	B	MB	B	MB	S	07-08
7	8	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Joaquim de Carvalho (Coimbra)	MB	MB	B	MB	MB	06
8	9	Escola Secundária Clara de Resende (Porto)	MB	B	B	B	B	06-07
9	10	Escola Secundária Fernão de Magalhães (Vila Real)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
10	11	Escola Secundária de Raul Proença (Leiria)	MB	B	MB	MB	B	09-10
11	12	Escola Secundária de Miraflores (Lisboa)	MB	B	B	B	S	09-10
12	13	Escola Secundária da Quinta do Marquês (Lisboa)	B	MB	B	MB	MB	06
13	14	Escola Secundária Nuno Álvares (Castelo Branco)	MB	MB	MB	MB	B	09-10
14	15	Escola Secundária José Estêvão (Aveiro)	MB	B	B	B	S	08-09
15	16	Escola Secundária João Silva Correia (Aveiro)	B	B	MB	MB	MB	06
16	17	Escola Secundária Filipa de Vilhena (Porto)	MB	MB	MB	MB	B	06-07
17	18	Escola Secundária Rainha D. Leonor (Lisboa)	MB	MB	B	B	S	07-08
18	19	Escola Secundária/3 Artur Gonçalves (Santarém)	B	B	MB	MB	MB	06-07
19	20	Escola Secundária Dr. Mário Sacramento (Aveiro)	S	B	B	B	S	07-08
20	21	Escola Secundária Pedro Nunes (Lisboa)	B	B	B	B	S	08-09

## Anexo 9b

**Classificação atribuída pela IGE na Avaliação Externa das 20  
escolas em “pior” posição no *Ranking* do Básico e Secundário (9.º+12.ºano)**

NOF	NOR	Escola	Níveis de classificação na AE por domínio					Ano
			R	PSE	OGE	L	CARM	
21	208	Escola Secundária de Valongo (Porto)	B	B	B	MB	B	09-10
22	211	Escola Secundária José Cardoso Pires (Lisboa)	S	B	B	B	S	07-08
23	212	Escola EB 2,3 de Mondim de Basto (Vila Real)	S	S	B	S	S	07-08 C
24	215	Escola Secundária de Vila Verde (Braga)	S	S	B	B	B	06-07 C
25	216	Escola Secundária do Bombarral (Leiria)	S	B	B	MB	B	07-08
26	217	Escola EB 2,3 de Murça (Vila Real)	INS	S	S	INS	INS	07-08
27	218	Escola Secundária Dr, Augusto César S, Ferreira (Santarém)	B	B	B	MB	S	07-08
28	221	Escola Secundária Alexandre Herculano (Porto)	S	S	B	B	S	09-10
29	222	Escola Secundária da Amora (Setúbal)	B	MB	MB	MB	MB	07-08
30	226	Escola Secundária D, Luísa de Gusmão (Lisboa)	S	S	S	S	B	06
31	228	Escola Secundária de Vila Real de Santo António (Faro)	S	S	B	S	S	06-07
32	229	Escola Secundária D, Dinis (Lisboa) (Lisboa)	S	S	B	B	S	08-09
33	230	Escola EB 2,3/S de Baião (Porto)	B	B	B	B	S	07-08
34	232	Escola Secundária da Drª Laura Ayres – Quarteira (Faro)	S	S	S	S	INS	08-09
35	233	Escola EB 2,3/S de S, João da Pesqueira (Viseu)	B	B	MB	MB	B	08-09
36	235	Escola Secundária de S, Pedro da Cova (Porto)	S	B	B	B	S	08-09
37	236	Escola Secundária de Camarate (Lisboa)	B	MB	B	B	B	06-07
38	237	Escola ES/3 D, Egas Moniz (Viseu)	B	B	B	B	S	07-08
39	238	Escola Secundária de Mogadouro (Bragança)	S	S	S	S	S	08-09
40	239	Escola Secundária / 3º Ciclo do Cerco (Porto)	S	S	B	S	S	08-09

## Anexo 10

**Avaliação externa das 20 escolas “melhor” (M) e  
das 20 “pior” (P) posicionadas no Ranking do Ensino Básico (R 9.º ano)**

Domínios	Níveis	Ano em que decorreu a Avaliação Externa																				Total			
		06				06-07				07-08				08-09				09-10							
		M		P		M		P		M		P		M		P		M		P		M		P	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
R	MB	1	50	0	0	1	50	0	0	4	50	0	0	2	50	0	0	2	50	0	0	10	50	0	0
	B	1	50	0	0	1	50	1	50	3	37,5	1	20	2	50	3	42,9	2	50	2	33,3	9	45	7	35
	S	0	0	0	0	0	0	1	50	1	12,5	4	80	0	0	4	57,1	0	0	4	66,7	1	5	13	65
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PSE	MB	2	100	0	0	0	0	1	50	3	37,5	0	0	1	25	0	0	0	0	1	16,7	6	30	2	10
	B	0	0	0	0	2	100	0	0	4	50	2	40	3	75	4	57,1	4	100	2	33,3	13	65	8	40
	S	0	0	0	0	0	0	1	50	1	12,5	3	60	0	0	3	42,9	0	0	3	50	1	5	10	50
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OGE	MB	0	0	0	0	0	0	0	0	5	62,5	0	0	1	25	1	14,3	3	75	1	16,7	9	45	2	10
	B	2	100	0	0	2	100	2	100	2	25	4	80	3	75	5	71,4	1	25	3	50	10	50	14	70
	S	0	0	0	0	0	0	0	0	1	12,5	1	20	0	0	1	14,3	0	0	2	33,3	1	5	4	20
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
L	MB	2	100	0	0	0	0	0	0	4	50	0	0	1	25	2	28,57	2	50	1	16,65	9	45	3	15
	B	0	0	0	0	2	100	2	100	3	37,5	3	60	3	75	3	42,86	2	50	4	66,7	10	50	12	60
	S	0	0	0	0	0	0	0	0	1	12,5	2	40	0	0	2	28,57	0	0	1	16,65	1	5	5	25
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CARM	MB	2	100	0	0	0	0	0	0	1	12,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	15	0	0
	B	0	0	0	0	1	50	2	100	4	50	0	0	3	75	2	28,6	3	75	2	33,3	11	55	6	30
	S	0	0	0	0	1	50	0	0	3	37,5	4	80	1	25	4	57,1	1	25	3	50	6	30	11	55
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	20	0	0	1	14,3	0	0	1	16,7	0	0	3	15
Escolas Avaliadas		2	10%	0	0	2	10%	2	10%	8	40%	5	25%	4	20%	7	35%	4	20%	6	30%	20	100%	20	100%

(Domínios : R= resultados; PSE= Prestação do Serviço Educativo; OGE= Organização e Gestão Escolar; L= Liderança e CARM= Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria)

## Anexo 11

**Avaliação externa das 20 escolas “melhor” (M) e  
das 20 “pior” (P) posicionadas no *Ranking* do Ensino Secundário (R 12.º ano)**

Domínios	Níveis	Ano em que decorreu a Avaliação Externa																				Total			
		06				06-07				07-08				08-09				09-10							
		M		P		M		P		M		P		M		P		M		P		M		P	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
R	MB	1	100	0	0	3	50	0	0	3	50	0	0	1	50	0	0	4	80	0	0	12	60	0	0
	B	0	0	0	0	3	50	1	50	3	50	3	60	1	50	2	20	1	20	1	50	8	40	7	35
	S	0	0	1	100	0	0	1	50	0	0	2	40	0	0	8	80	0	0	1	50	0	0	13	65
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PSE	MB	1	100	0	0	1	16,7	1	50	4	66,7	0	0	0	0	0	0	2	40	0	0	8	40	1	5
	B	0	0	0	0	5	83,3	0	0	2	33,3	3	60	2	100	4	40	3	60	2	100	12	60	9	45
	S	0	0	1	100	0	0	1	50	0	0	2	40	0	0	6	60	0	0	0	0	0	0	10	50
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OGE	MB	0	0	0	0	2	33,3	0	0	2	33,3	0	0	0	0	2	20	4	80	0	0	8	40	2	10
	B	1	100	0	0	3	50	2	100	4	66,7	4	80	2	100	4	40	1	20	2	100	11	55	12	60
	S	0	0	1	100	1	16,7	0	0	0	0	1	20	0	0	4	40	0	0	0	0	1	5	6	30
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
L	MB	1	100	0	0	2	33,3	0	0	4	66,7	0	0	0	0	2	20	4	80	0	0	11	55	2	10
	B	0	0	0	0	3	50	1	50	2	33,3	4	80	2	100	2	20	1	20	2	100	8	40	9	45
	S	0	0	1	100	1	16,7	1	50	0	0	1	20	0	0	5	50	0	0	0	0	1	5	8	40
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	10	0	0	0	0	0	0	1	5
CARM	MB	1	100	0	0	1	16,65	0	0	1	16,7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	15	0	0
	B	0	0	1	100	4	66,7	1	50	2	33,3	2	40	1	50	2	20	4	80	0	0	11	55	6	30
	S	0	0	0	0	1	16,65	1	50	3	50	3	60	1	50	3	30	1	20	2	100	6	30	9	45
	INS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	50	0	0	0	0	0	0	5	25
Escolas Avaliadas		1	5%	1	5%	6	30%	2	10%	6	30%	5	25%	2	10%	10	50%	5	25%	2	10%	20	100%	20	100%

(Domínios : R= resultados; PSE= Prestação do Serviço Educativo; OGE= Organização e Gestão Escolar; L= Liderança e CARM= Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria)



## Anexo 12

**Avaliação externa das 20 escolas “melhor” (M) e das 20  
“pior” (P) posicionadas no Ranking do Básico e Secundário (R 9.º + 12.ºano)**

Domínios	Níveis	Ano em que decorreu a Avaliação Externa																				Total			
		06				06-07				07-08				08-09				09-10							
		M		P		M		P		M		P		M		P		M		P		M		P	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
R	MB	1	33,3	---	---	3	75	---	---	3	50	---	---	1	33,3	---	---	3	75	---	---	11	55	---	---
	B	2	66,7	---	---	1	25	1	33,3	2	33,3	4	50	2	66,7	1	16,7	1	25	1	50	8	40	7	35
	S	---	---	1	100	---	---	2	66,7	1	16,7	3	37,5	---	---	5	83,3	---	---	1	50	1	5	12	60
	INS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	12,5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	5
PSE	MB	2	66,7	---	---	1	25	1	33,3	4	66,7	1	12,5	---	---	---	---	1	25	---	---	8	40	2	10
	B	1	33,3	---	---	3	75	---	---	2	33,3	5	62,5	3	100	2	33,3	3	75	1	50	12	60	8	40
	S	---	---	1	100	---	---	2	66,7	---	---	2	25	---	---	4	66,7	---	---	1	50	---	---	10	50
	INS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
OGE	MB	1	33,3	---	---	2	50	---	---	2	33,3	1	12,5	---	---	1	16,7	3	75	---	---	8	40	2	10
	B	2	66,7	---	---	2	50	3	100	4	66,7	6	75	3	100	3	50	1	25	2	100	12	60	14	70
	S	---	---	1	100	---	---	---	---	---	---	1	12,5	---	---	2	33,3	---	---	---	---	---	---	4	20
	INS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
L	MB	3	100	---	---	2	50	---	---	4	66,7	3	37,5	---	---	1	16,7	3	75	1	50	12	60	5	25
	B	---	---	---	---	2	50	2	66,7	2	33,3	3	37,5	3	100	2	33,3	1	25	1	50	8	40	8	40
	S	---	---	1	100	---	---	1	33,3	---	---	1	12,5	---	---	3	50	---	---	---	---	---	---	6	30
	INS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	12,5	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	5
CARM	MB	3	100	---	---	1	25	---	---	1	16,7	1	12,5	---	---	---	---	---	---	---	---	5	25	1	5
	B	---	---	1	100	3	75	2	66,7	2	33,3	1	12,5	1	33,3	1	16,65	3	75	1	50	9	45	6	30
	S	---	---	---	---	---	---	1	33,3	3	50	5	62,5	2	66,7	4	66,7	1	25	1	50	6	30	11	55
	INS	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	1	12,5	---	---	1	16,65	---	---	---	---	---	---	2	10
Escolas Avaliadas		3	15%	1	5%	4	20%	3	15%	6	30%	8	40%	3	15%	6	30%	4	20%	2	10%	20	100%	20	100%

(Domínios : R= resultados; PSE= Prestação do Serviço Educativo; OGE= Organização e Gestão Escolar; L= Liderança e CARM= Capacidade de Auto-Regulação e Melhoria )

## Anexo 13

## Grelha de Análise

Domínio	Categorias	Código	Subcategorias
Processo de auto-avaliação	Estrutura do processo de auto-avaliação	A	A.1 Formal/institucional
			A.2 Recolha de dados/práticas de avaliação
			A.3 Inexistência de práticas de auto-avaliação
			A.4 Aspecto não clarificado
	Diversidade de campos de análise	B	B.1 Só ensino/aprendizagem
			B.2 Diversos campos de análise
			B.3 Aspecto não clarificado
	Sustentabilidade do processo de auto-avaliação	C	C.1 Recente
			C.2 Sistemático
			C.3 Aspecto não referido/não clarificado
	Constituição da equipa de auto-avaliação	D	D.1 Só docentes
			D.2 Docentes e não docentes
			D.3 Docentes, não docentes, enc. de educação e alunos
			D.4 Docentes com apoio de entidade externa
			D.5 Docentes, não docentes e encarregados de educação com apoio de entidade externa
			D.6 Não há equipa de auto-avaliação
			D.7 Aspecto não referido/não clarificado
Uso e fins do processo de auto-avaliação	Conhecimento de pontos fortes e de pontos fracos	E	E.1 Permite conhecer pontos fortes/pontos fracos
			E.2 Não permite conhecer pontos fortes/pontos fracos
			E.3 Aspecto não referido/não clarificado
	Reflexão sobre os resultados da auto-avaliação	F	F.1 Proporciona reflexão
			F.2 Não proporciona reflexão
			F.3 Aspecto não referido/não clarificado
	Instrumento de desenvolvimento/melhoria	G	G.1 Planos de melhoria
			G.2 Acções de melhoria
			G.3 Inexistência de acções e planos de melhoria
			G.4 Aspecto não referido/não clarificado
	Apoio à decisão, influência no planeamento e gestão	H	H.1 Apoia a decisão, influencia o planeamento e a gestão
			H.2 Não apoia a decisão, não influencia o planeamento nem a gestão
			H.3 Aspecto não referido/não clarificado
Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação	Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação	I	I.1 Ponto forte
			I.2 Ponto fraco
			I.3 Aspecto não referido

## Anexo 14

## Aserções por Subcategoria (“Melhores”/“Piores”)

Categoria	Subcategorias	Aserções por Subcategoria	N.º	%
A. Estrutura do processo de auto-avaliação	A.1 Formal/institucional	M- 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 18	12	60
		P- 21, 24, 25, 29, 30, 35, 36, 37,	8	40
	A.2 Recolha de dados/práticas de avaliação	M- 1, 2, 11, 16, 17, 19, 20	7	35
		P- 22, 23, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 38, 39, 40	11	55
	A.3 Inexistência de práticas de auto-avaliação	M- 14	1	5
		P- 26	1	5
	A.4 Aspecto não clarificado	-----	-----	0
		-----	-----	0
B. Diversidade de campos de análise	B.1 Só ensino/aprendizagem	M- 3, 14, 17,	3	15
		P-24, 26, 27, 34,	4	20
	B.2 Diversos campos de análise	M- 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 19, 20	16	80
		P- 21, 22, 23, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40	16	80
	B.3 Aspecto não clarificado	M- 1	1	5
		P- -----	-----	0
C. Sustentabilidade do processo de auto-avaliação	C.1 Recente	M- 1, 2, 4, 5, 6, 13, 14, 19, 20	9	45
		P- 22, 23, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40	13	65
	C.2 Sistemático	M- 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18	10	50
		P- 21, 24, 25, 29, 30, 31, 37	7	35
	C.3 Aspecto não referido/não clarificado	M- 17	1	5
		P- -----	-----	0
D. Constituição da equipa de auto-avaliação	D.1 Só docentes	M- 1, 2, 3, 10, 16, 17, 18, 19,	8	40
		P- 22, 23, 24, 27, 28, 30, 31, 33, 36, 37, 38	11	55
	D.2 Docentes e não docentes	M- -----	-----	0
		P- 29	1	5
	D.3 Docentes, não docentes, enc. de educação e alunos	M- -----	-----	0
		P- 21, 35	2	10
	D.4 Docentes com apoio de entidade externa	M- 5, 11, 20	3	15
		P- -----	-----	0
	D.5 Docentes, não docentes, enc. de educação e alunos com apoio de entidade externa	M- 4,9, 13	3	15
		P- 25	1	5
E. Conhecimento de pontos fortes e de pontos fracos	E.1 Permite conhecer pontos fortes/pontos fracos	M- 4, 5, 7, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 19, 20	11	55
		P- 21, 23, 27, 28, 29, 32, 35, 36, 37, 39	10	50
	E.2 Não permite conhecer pontos fortes/pontos fracos	M- 1, 3, 8, 13, 14,	5	25
		P- 24, 25, 26, 31, 33, 34, 40	7	35
	E.3 Aspecto não referido/não clarificado	M- 2, 6, 16, 17,	4	20
		P- 22, 30, 38	3	15

F. Reflexão sobre os resultados da auto-avaliação	F.1 Proporciona reflexão	M- 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 18,	13	65
		P- 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 37	10	50
	F.2 Não proporciona reflexão	M- 1, 2, 11, 14, 19, 20	6	30
		P- 31, 32, 34, 38, 39, 40	6	30
	F.3 Aspecto não referido/não clarificado	M- 16	1	5
		P- 23, 30, 33, 36	4	20
G. Instrumento de desenvolvimento/ melhoria	G.1 Planos de melhoria	M- 9, 12, 13, 15, 16,	5	25
		P- 21, 28, 29, 31, 35, 37,	6	30
	G.2 Acções de melhoria	M- 6, 10, 11, 17, 18,	5	25
		P- 22, 23, 24, 25, 27, 34, 36,	7	35
	G.3 Inexistência de acções e planos de melhoria	M- 1, 2, 3, 4, 5, 8, 14, 19, 20	9	45
		P- 26, 30, 32, 33, 38, 39, 40	7	35
	G.4 Aspecto não referido/não clarificado	M- 7	1	5
		P- -----	-----	0
H. Apoio à decisão, influência no planeamento e gestão	H.1 Apoia a decisão, influencia o planeamento e a gestão	M- 5, 6, 9, 12, 13, 15, 16, 18	8	40
		P- 21, 25, 27, 29, 35, 36, 37	7	35
	H.2 Não apoia a decisão, não influencia o planeamento nem a gestão	M- 1, 2, 3, 4, 8, 10, 11, 14, 17, 19, 20	11	55
		P- 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 38, 39	11	55
	H.3 Aspecto não referido/não clarificado	M- 7,	1	5
		P- 30, 40	2	10
I. Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação	I.1 Ponto forte	M- 9, 15, 18	3	15
		P- 21, 24, 25, 29, 30,	5	25
	I.2 Ponto fraco	M- 1, 3, 5, 8, 10, 11, 14, 16, 19, 20	10	50
		P- 23, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 40	12	60
	I.3 Aspecto não referido	M- 2, 4, 6, 7, 12, 13, 17,	7	35
		P- 22, 35, 37	3	15

**Anexo 15a****Frases ilustrativas por subcategoria****Domínio – Processo de auto-avaliação**

<b>Cat.</b>	<b>Sub.</b>	<b>Frases/ Expressões Ilustrativas</b>
A	A.1	<p>“A Escola produziu um relatório na sequência da adopção do modelo Common Assessment Framework” (4).</p> <p>“desenvolveu algumas práticas nesse sentido, como por exemplo, a avaliação formal do PE, pela AE, que envolveu todos os representantes deste órgão, tendo em conta, mormente o processo de ensino e aprendizagem, a gestão dos recursos materiais, bem como as relações humanas e a disciplina.” (6).</p> <p>“A auto-avaliação da escola é efectiva e permanente” (7).</p> <p>“Estão assumidas nas várias estruturas de orientação educativa de topo e intermédias, de há muitos anos a esta parte, práticas sistemáticas de reflexão e avaliação crítica” (9).</p> <p>“Baseada no modelo da Estrutura Comum de Avaliação (CAF), com o apoio de uma consultoria externa, a Escola desenvolveu o seu processo de auto-avaliação” (9).</p> <p>“A Escola desenvolve, há vários anos, alguns procedimentos de auto-avaliação, com particular incidência nos resultados académicos e no grau de consecução das actividades das diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica” (10).</p> <p>“A capacidade de auto-regulação que tem revelado decorre de um processo organizacional progressivo, que tem proporcionado um aperfeiçoamento contínuo. (...) A Assembleia de Escola desempenha neste aspecto um papel relevante, participando nos balanços periódicos e analisando a necessidade de ajustes. Segundo o seu presidente, praticamente todas as reuniões incluem um ponto sobre avaliação, interna ou externa.” (12).</p> <p>“Como foi referido anteriormente, a Escola tem desenvolvido um sistema bem coordenado de auto-avaliação que envolve a participação de toda a comunidade educativa, incluindo estruturas locais” (15).</p> <p>“os dirigentes não se deram por satisfeitos e promoveram a auto-avaliação, na sequência da qual formularam metas e procuraram formas e instrumentos de melhoria contínua e consistente de resultados dentro do seu quadro de actuação.” (18).</p> <p>“Em resultado da análise e tratamento dos dados foram elaborados relatórios com a identificação dos pontos fortes e dos aspectos a melhorar, posteriormente apresentados ao Conselho Pedagógico e devolvidos às diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica para implementação de planos de melhoria.” (21).</p> <p>“Existe uma cultura de auto-avaliação que foi apropriada por algumas estruturas de orientação educativa e órgãos de administração e gestão.” (24).</p> <p>“O processo de auto-avaliação da Escola é participado, envolvendo toda a comunidade educativa, desde a fase da concepção até à definição de planos de melhoria.” (29).</p>

A.2	<p>“A escola não parece conseguir mobilizar os seus docentes para uma acção concertada e convergente, que potenciase um conjunto que fosse mais do que apenas a soma das partes.” (1).</p> <p>“A ESJGF faz a recolha de dados estatísticos sobre os resultados escolares, em particular dos resultados académicos, mas também sobre o funcionamento de algumas estruturas e projectos, embora isso ainda não se traduza numa análise reflexiva sobre o impacto destes nas aprendizagens dos alunos” (2).</p> <p>“Todavia o processo de auto-avaliação não é suficientemente conhecido pela comunidade escolar, não tendo sido devidamente apropriado pelos diversos órgãos, estruturas e profissionais.” (11).</p> <p>“Não obstante a existência de procedimentos de avaliação interna, a Escola ainda não tem uma política consistente e sistemática de auto-avaliação.” (16).</p> <p>“A instituição está consciente da necessidade de criar um sistema de auto-avaliação mais sólido e abrangente, envolvendo a comunidade educativa, bem como estabelecer metas e indicadores de avaliação.” (17).</p> <p>“Por outro lado, apesar de existirem elementos sobre os resultados escolares, a Escola não efectua uma reflexão sistemática por forma a produzir consequências” (19).</p> <p>“Por outro lado, a reduzida participação nas propostas dos planos de melhoria, da responsabilidade praticamente exclusiva da equipa de auto-avaliação, contribuiu para a fragilidade dos mesmos e para o seu impacto reduzido. ... assenta numa cultura organizacional bastante sólida e tem condições para melhorar e divulgar o processo de auto-avaliação, mas os níveis de participação dos diferentes parceiros da comunidade educativa, ainda não evidenciam a sustentabilidade do progresso.” (20).</p> <p>“A Escola recolhe e analisa, regularmente, os resultados dos alunos, por disciplina e níveis de classificação em todos os anos de escolaridade.” (27).</p> <p>“Apesar de a cultura de auto-avaliação não estar ainda consolidada” (28).</p> <p>“Nesta esfera de procedimentos, o trabalho da equipa assentou numa de recolha de dados, relativos às áreas da “organização e gestão”, do “ensino-aprendizagem” e da “cultura de escola”, mas foram evidentes as dificuldades de participação da restante comunidade escolar e não foram auscultados os encarregados de educação.” (31).</p> <p>“tem sido aplicada a Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) para detectar “forças”, “pontos de melhoria”, “oportunidades” e “ameaças”. Todavia, os procedimentos adoptados na implementação deste modelo não estão devidamente adaptados e aperfeiçoados à realidade escolar. (...) não existe um processo de auto-avaliação devidamente sustentado” (32).</p> <p>“Os responsáveis do Agrupamento têm uma prática de análise interna dos resultados, embora pouco explícita e sistemática.” (33).</p> <p>“Não têm sido desenvolvidas iniciativas de auto-avaliação organizadas e sistemáticas que dêem sustentabilidade ao planeamento da acção educativa, nem é regular a auscultação da comunidade escolar, no sentido de avaliar o seu grau de satisfação sobre a qualidade dos serviços prestados ou de conhecer eventuais propostas de melhoria.” (34).</p> <p>“Apesar da existência desta equipa, não há um relatório de auto-avaliação, mas um vasto conjunto de documentos dispersos sobre recolha e tratamentos de dados, resultados académicos e relatórios trimestrais. (...) foi perceptível a inexistência do seu conteúdo funcional, das suas finalidades, dos programas de focagem e dos seus procedimentos.” (38).</p>
-----	---

		<p>Contudo, as evidências recolhidas nos diferentes painéis não coincidem inteiramente com as conclusões decorrentes do trabalho da equipa de avaliação interna, pelo que importará reflectir sobre o processo de auto-avaliação desenvolvido, no sentido de o tornar um instrumento de visibilidade plural, abrangente e partilhado para a melhoria global do Agrupamento. 39</p> <p>“Ainda não foi instituído um processo de auto-avaliação sistemático” (40).</p>
	A.3	<p>“Os processos de auto-avaliação resumem-se a uma auto-análise incipiente, que privilegia processos não formalizados) (26).</p> <p>“A análise dos resultados escolares, realizada no conselho pedagógico, nos departamentos curriculares/subcoordenações disciplinares e nos conselhos de directores de turma, não está suficientemente estruturada” (14).</p>
B	B.1	<p>“tem vindo a tratar, com carácter regular e sistemático, os resultados escolares dos alunos.” (3).</p> <p>“Os procedimentos avaliativos estão centrados nos órgãos e nas estruturas de coordenação e supervisão e dizem respeito, sobretudo, à análise dos resultados escolares.” (14).</p> <p>“A importância que a Escola concede à qualidade educativa contribuiu para a criação de um sistema de monitorização dos resultados e das práticas escolares dos alunos, que abrange as vertentes do sucesso escolar, da assiduidade e do comportamento.” (17).</p> <p>“A avaliação interna já efectuada no domínio dos resultados escolares ... Quanto à auto-avaliação do desempenho organizacional, esta parece relativamente secundarizada. O processo de auto-avaliação, apesar de sistemático e regular é focalizado, não abrange ainda todas as áreas estratégicas” (24).</p> <p>“O Agrupamento não implementou um processo participado de auto-avaliação que considere todas as áreas-chave do seu desempenho. (...) limitados à área do ensino/aprendizagem , especificamente aos resultados académicos.” (26).</p> <p>“No ano lectivo transacto, realizou-se uma análise comparada dos resultados dos alunos entre 2004 e 2007, através do tratamento estatístico das classificações de frequência, das taxas de transição e de conclusão e do abandono escolar. Nesse estudo, inconsequente, foram também incluídos os resultados obtidos nos exames nacionais, ao longo daquele mesmo período. Tal análise de dados, a par da não inclusão de outras dimensões do funcionamento, ainda não se constitui como um processo de auto-avaliação consequente” (34).</p>
	B.2	<p>“Neste âmbito, foram aplicados questionários a todos os intervenientes no processo educativo, em áreas como a liderança, o planeamento e estratégia e gestão dos processos e da mudança.” (4).</p> <p>“O desenvolvimento dos indicadores de análise e a construção dos instrumentos de recolha de dados foram da responsabilidade da equipa de auto-avaliação. ...e implementou o modelo da Estrutura Comum de Avaliação – CAF (Common Assessment Framework).” (5).</p> <p>“desenvolveu algumas práticas nesse sentido, como por exemplo, a avaliação formal do PE, pela AE, que envolveu todos os representantes deste órgão, tendo em conta, mormente o processo de ensino e aprendizagem, a gestão dos recursos materiais, bem como as relações humanas e a disciplina.” (6).</p> <p>“Existe um grande conhecimento dos dados e sua relevância ... A escola atingiu já um nível em que o progresso passa pelo estabelecimento de metas e objectivos científicos generalizados, muito focados na excelência a todos os níveis” (7)</p>

		<p>“Esta comissão estabeleceu uma metodologia para avaliação dos resultados escolares e fez propostas de instrumentos de avaliação de actividades e de estruturas.” (8).</p> <p>“O processo desencadeado pela equipa de auto-avaliação alargou o âmbito dos procedimentos anteriormente desenvolvidos, (...) Os procedimentos de auto-avaliação realizados, embora restritos a algumas áreas da Escola” (10).</p> <p>“O processo de auto-avaliação da escola está enraizado, é abrangente (...) Durante este processo, foram feitos inquéritos aos elementos da comunidade educativa e estudados os processos e resultados considerados charneira.” (18).</p> <p>“Recolha de informação relacionada com uma área de funcionamento da Escola (disciplina/indisciplina, satisfação da comunidade escolar, percurso escolar de ex-alunos e resultados).” (28).</p> <p>“O projecto de auto-avaliação tem vindo a abranger as várias dimensões da Escola, nomeadamente, as de âmbito pedagógico, organizativo, funcional e de gestão, considerando, claramente, os parâmetros de avaliação consignados na lei.” (29).</p> <p>“Um grupo de professores da escola tem levado a cabo um trabalho regular de auto-avaliação, ... bem como a alarga-lo a novos campos de análise.” (30).</p> <p>Nesta esfera de procedimentos, o trabalho da equipa assentou numa de recolha de dados, relativos às áreas da “organização e gestão”, do “ensino-aprendizagem” e da “cultura de escola” (31).</p> <p>“Os campos de análise incidiram nos seguintes domínios: resultados, prestação do serviço educativo, organização e gestão escolar, liderança e capacidade de auto-regulação e melhoria da escola.” (35).</p> <p>“O trabalho desenvolvido, que recorreu à recolha de informação por questionário, numa amostra da comunidade escolar, possibilitou algum conhecimento sobre o Agrupamento, nomeadamente: o diagnóstico de problemas, a organização e gestão escolares, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem na sala de aula, o clima e ambiente educativo.” (39).</p> <p>“O Agrupamento evidencia práticas continuadas de avaliação do seu desempenho a nível dos resultados escolares e da concretização do projecto de constituição do território educativo de intervenção prioritária.” (40).</p>
C	C.1	<p>“A escola revela-se algo acomodada ao conforto dos resultados dos exames nacionais do ensino secundário que tem sustentado e não tem sido sistemática na recolha e análise dos dados dos processos e resultados das aprendizagens dos alunos, que lhe permitam afinar estratégias de melhoria” (1).</p> <p>“A fase de desenvolvimento em que se encontra a aplicação do modelo de auto-avaliação e a forte tendência de concentração do processo no CE tem condicionado” (2).</p> <p>“No presente ano lectivo, a Escola optou por um processo formal de auto-avaliação” (4).</p> <p>“foi criada em Janeiro de 2008 para formalizar o processo de auto-regulação” (5).</p> <p>“Em 2008-2009, foi implementado um mecanismo de auto-avaliação” (13).</p> <p>“O exercício de auto-avaliação foi lançado recentemente” (19).</p> <p>“A recente adopção de processos participados de auto-avaliação institucional permitem concluir</p>



		<p>no sentido da sustentabilidade do progresso do Agrupamento.” (23).</p> <p>“Contudo, não estão ainda implementados procedimentos sistemáticos de auto-avaliação com vista ao controlo efectivo da melhoria da actividade.” (27).</p> <p>“Em 2006, um grupo de trabalho iniciou um processo de recolha de informações sobre a realidade escolar, no sentido de compreender os resultados das suas actividades e propor a melhoria da qualidade educativa.” (35).</p> <p>“A partir de 2007/2008, com o início de actividade da equipa de auto-avaliação, mantendo a prioridade à melhoria dos resultados escolares” (36).</p> <p>“Desde o ano de 2007/08, tem vindo a elaborar relatórios periódicos de avaliação das metas estabelecidas no projecto TEIP 2. Apesar de evidenciarem procedimentos avaliativos do seu desempenho, o Agrupamento ainda não institui um processo de auto-avaliação regular” (40).</p>
	C.2	<p>“Por sua vez, a equipa de auto-avaliação, que foi constituída em 2005/06 e integra exclusivamente docentes, tem vindo a tratar, com carácter regular e sistemático, os resultados escolares dos alunos.” (3).</p> <p>“Assim, desde 2001/2002 até ao momento, já foram criadas quatro comissões de avaliação interna, por iniciativa da Assembleia de Escola/Agrupamento.” (8).</p> <p>“Estão assumidas nas várias estruturas de orientação educativa de topo e intermédias, de há muitos anos a esta parte, práticas sistemáticas de reflexão e avaliação crítica” (9).</p> <p>“A actividade do Observatório, designadamente os relatórios produzidos relativos ao triénio de 2004-2007 e ao biénio de 2008-2009” (11).</p> <p>“Assim, desde 2001 que a Escola tem vindo a envolver-se em projectos que evidenciam a sua motivação para a auto-avaliação, designadamente, o Programa Aves, o Projecto Sócrates / Comenius, a Oficina de Formação e criação do GAVI (Gabinete de Avaliação Interna).” (16).</p> <p>“A escola dispõe de um núcleo de auto-avaliação desde 2003” (18).</p> <p>“O processo de auto-avaliação teve início no ano lectivo de 2002/2003” (31).</p>
D	D.1	<p>“a prática que existe não é sistemática e é, frequentemente, da iniciativa de grupos restritos de professores.” (1).</p> <p>“Este trabalho tem sido desenvolvido, essencialmente, pelo órgão de gestão apoiado por um pequeno grupo de docentes.” (2).</p> <p>“Bem como a ausência de participação de outros elementos da comunidade educativa fragilizam o processo de avaliação” (17).</p> <p>“Esta equipa é constituída por 11 docentes e encontra-se subdividida em quatro grupos de trabalho, cada um dos quais responsável pela recolha de informação relacionada com uma área de funcionamento da Escola” (28).</p> <p>“A equipa dispõe de recursos técnicos e humanos adequados para prosseguir e consolidar o trabalho iniciado. Verifica-se, contudo, que os restantes sectores da comunidade educativa não têm sido envolvidos no processo de auto avaliação da Escola em termos de responsabilidade partilhada, designadamente os representantes dos pais e encarregados de educação e os alunos.” (36).</p>

D.2	<p>“Os procedimentos avaliativos estão centrados nos órgãos e nas estruturas de coordenação e supervisão e dizem respeito, sobretudo, à análise dos resultados escolares.” (14).</p> <p>“Para o efeito está constituída uma equipa de auto-avaliação que integra elementos de vários sectores da Escola (órgãos de gestão, docentes e não-docentes).” (29).</p>
D.3	<p>“Com o objectivo de implementar a auto-avaliação foi criada, em 2004, uma equipa formada por docentes, alunos, uma funcionária e um encarregado de educação” (21).</p> <p>“Em 2008, este grupo foi substituído pela “Comissão de Avaliação Interna”, constituída por alunos, docentes e não docentes e pais, que, na sequência do trabalho anterior, produziu um documento de avaliação interna.” (35).</p>
D.4	<p>“A equipa de auto-avaliação, constituída apenas por docentes,” “contaram com o apoio de uma empresa de consultadoria, que também assegurou o tratamento estatístico dos inquéritos aplicados à comunidade educativa.” (5).</p> <p>“O processo de auto-avaliação da Escola, conduzido pela equipa do Observatório da Qualidade” (11).</p> <p>“Na implementação inicial do modelo contaram com o apoio de uma consultora externa, que também tem assegurado o tratamento estatístico dos inquéritos por questionário aplicados a docentes, não docentes, alunos, pais e encarregados de educação.” (20).</p>
D.5	<p>“Tendo sido constituída uma equipa que integra pessoal docente e não docente, representantes dos Pais/EE, dos alunos e um amigo crítico.” (4).</p> <p>“Foi designada pelo CP uma equipa de auto-avaliação que integra as diferentes sensibilidades da comunidade escolar. com o apoio de uma consultoria externa” (9).</p> <p>“No presente ano lectivo a equipa passou a integrar um Amigo Crítico e um Grupo de Focagem (um assistente, um pai e três alunos).” (13).</p> <p>“Os gestores e a equipa de auto-avaliação estabeleceram como desafios: – recompor a equipa de avaliação interna que passou a envolver, além de professores, pessoal não docente, pais e uma “amiga crítica”, uma ex-aluna graduada no domínio da gestão de empresas e ligada à Universidade” (25).</p>
D.6	<p>“Todavia, desenvolveu algumas práticas nesse sentido, como por exemplo, a avaliação formal do PE, pela AE, que envolveu todos os representantes deste órgão” (6).</p> <p>“Actualmente, não existe uma equipa para promover a auto-avaliação. Os procedimentos avaliativos estão centrados nos órgãos e nas estruturas de coordenação e supervisão e dizem respeito, sobretudo, à análise dos resultados escolares.” (14).</p> <p>“Não foi constituída uma equipa de auto-avaliação” (26).</p> <p>“A Escola, em sede de Conselho Pedagógico, departamentos curriculares e conselhos de turma, tem vindo a analisar os resultados académicos dos alunos e os órgãos e estruturas de gestão intermédia têm promovido a auto-avaliação de algumas das suas actividades. Por outro lado, o Plano Anual de Actividades tem sido avaliado em Conselho Pedagógico” (32).</p>

**Anexo 15b****Domínio – Uso e fins do processo de auto-avaliação**

<b>Cat.</b>	<b>Sub.</b>	<b>Frases/ Expressões Ilustrativas</b>
<b>E</b>	<b>E.1</b>	<p>“Em Abril de 2009 foi elaborado o relatório em resultado do trabalho desenvolvido, onde foram identificados os pontos fortes e os pontos fracos do funcionamento organizacional, bem como as áreas de melhoria.” (4).</p> <p>“As conclusões constantes no relatório, produzido em Junho de 2009, no qual estão identificados os pontos fortes e os aspectos a melhorar” (5).</p> <p>“Com o apoio de uma consultoria externa e seguindo o modelo CAF, foram aplicados questionários a professores, pessoal não docente, alunos e pais/encarregados de educação, visando a elaboração do diagnóstico organizacional da ESFM. Os planos de melhoria que daí resultaram foram discutidos e apresentados a toda a comunidade escolar, têm um coordenador por cada acção de melhoria e uma equipa operacional responsável pela sua execução.” (9).</p> <p>“A capacidade de auto-regulação que tem revelado decorre de um processo organizacional progressivo, que tem proporcionado um aperfeiçoamento contínuo.” (12).</p> <p>“Apesar de a cultura de auto-avaliação não estar ainda consolidada e da reduzida implementação de planos de melhoria decorrentes de processos auto-reflexivos, a Escola conhece os seus principais pontos fortes e fracos, bem como as principais oportunidades e constrangimentos.” (28).</p>
	<b>E.2</b>	<p>“Parece não possuir uma percepção dos seus pontos fracos nem reconhecer ameaças à sua acção, o que pode induzir algumas dificuldades em definir uma estratégia consequente e largamente aceite, pela comunidade, que lhe permita aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem e melhorar o seu desempenho.” (1).</p> <p>“Não se recolheram evidências de que as práticas de auto-avaliação adoptadas pela Escola (...) considerem os pontos fortes e as debilidades da prestação do serviço educativo” (2).</p> <p>“A escola não identificou, formalmente, as áreas fortes e fracas do seu desempenho, nem as oportunidades e ameaças ao seu desenvolvimento.” (3).</p> <p>“Os dados tratados evidenciam os aspectos positivos e negativos bem como os que carecem de melhoria, mas, globalmente, os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e constrangimentos não se encontram suficientemente explicitados.” (13).</p> <p>“O discurso dos vários responsáveis faz referência constante à necessidade e vontade de melhoria do serviço ou à noção de qualidade, contudo não especifica os aspectos a melhorar.” (25).</p> <p>“A equipa que produziu o trabalho reconhece que o processo desenvolvido foi pouco consistente e não garantiu o rigor necessário. (...) conduzido por processos mais rigorosos de forma a que se obtenham resultados que caracterizem, de modo mais objectivo, a realidade da Escola.” (31).</p> <p>“não se constitui como um processo de auto-avaliação consequente, sendo inexistente qualquer relatório actualizado sobre o desempenho global da Escola.” (34).</p>
<b>F</b>	<b>F.1</b>	<p>“Está instituída a prática dos órgãos de administração e gestão e das estruturas de orientação educativa da escola desenvolverem a reflexão sobre as vertentes do seu funcionamento interno” (3).</p> <p>“A cultura da Escola traduz-se, assim, na monitorização das práticas educativas, como forma de prestar um serviço de qualidade, nomeadamente a reflexão sobre os resultados e as medidas implementadas no sentido de assegurar o sucesso educativo dos alunos.” (4).</p> <p>“Práticas sistemáticas de reflexão e avaliação crítica” (9).</p>

		<p>“Deste processo resultou um relatório com identificação de pontos fortes e pontos fracos que fundamentaram as recentes alterações do PE” (10).</p> <p>“Esses elementos são analisados pelo Conselho Executivo, pelos Departamentos, Conselho de Directores de Turma e Conselho Pedagógico.” (17).</p> <p>“Os resultados destas avaliações levaram à apresentação de sugestões de melhoria dos serviços, tiveram impacto nos desempenhos dos colaboradores e na estrutura da organização e, claro, serviram de base para a elaboração do Projecto Educativo da Escola.” (18).</p> <p>“Existe uma cultura de auto-avaliação que foi apropriada por algumas estruturas de orientação educativa e órgãos de administração e gestão como forma de reflectir e fazer reflectir sobre os processos e os resultados das aprendizagens” (24).</p> <p>“Apesar de a cultura de auto-avaliação não estar ainda consolidada e da reduzida implementação de planos de melhoria decorrentes de processos auto-reflexivos” (28).</p> <p>“Os resultados de auto-avaliação são reflectidos” (29).</p>
	F.2	<p>“o ambiente que encontramos não nos pareceu envolver uma intensa prática de auto-reflexão e de auto-crítica na escola e a prática que existe não é sistemática e é, frequentemente, da iniciativa de grupos restritos de professores.”(1).</p> <p>“A ESJGF faz a recolha de dados estatísticos sobre os resultados escolares, em particular dos resultados académicos, mas também sobre o funcionamento de algumas estruturas e projectos, embora isso ainda não se traduza numa análise reflexiva sobre o impacto destes nas aprendizagens dos alunos” (2).</p> <p>“O processo de auto-avaliação é insuficientemente conhecido por parte da comunidade escolar, não tendo sido objecto de uma reflexão sistemática e generalizada.” (11).</p> <p>“Esta reflexão não é suficientemente estruturada no sentido de obter um conhecimento global da organização e da eficácia das medidas propostas.” (14).</p> <p>“A sua reflexão não é ainda sistemática e não produz consequências sustentadas” 19.</p> <p>“As conclusões não foram devidamente divulgadas, o que diminuiu o seu impacto institucional, pois a generalidade dos entrevistados desconhecia-as.” (20).</p> <p>“Desta metodologia, ainda não resultou a elaboração de um relatório orientador de reflexão e melhoria da actividade educativa.” (33).</p> <p>“Assim, a auto-avaliação resume-se bastante à auto-análise” (38).</p>
G	G.1	<p>“Na procura de novos caminhos implementaram-se projectos de melhoria, com elevada qualidade, nos seguintes domínios: participação dos alunos, participação dos pais, ocupação dos tempos escolares, resultados escolares, prevenção e segurança escolares, impacto da Escola na sociedade, informação/comunicação interna, instalações e equipamentos.” (9).</p> <p>“No que se refere aos serviços de administração escolar, estes estão contemplados no plano de intervenção (p. ex., envolvimento/relações interpessoais), no sentido de aumentar a satisfação dos utentes.” (13).</p> <p>“Está em curso a elaboração de um plano de melhoria resultante das debilidades identificadas no último relatório de auto-avaliação (e.g., participação dos pais na vida da escola e avaliação participada do Projecto Educativo).” (21).</p> <p>“Apesar de a cultura de auto-avaliação não estar ainda consolidada e da reduzida implementação de planos de melhoria decorrentes de processos auto-reflexivos” (28).</p> <p>“A recente elaboração, em função do já referido relatório, de uma incipiente proposta de melhoria, elaborada em sede de Conselho Pedagógico e ainda em fase de discussão naquele órgão” (31).</p>

		<p>“Elaborando uma listagem de sugestões/estratégias para os combater, designadamente uma melhor articulação entre os distintos departamentos, selecção/elaboração de materiais pedagógicos específicos ajustados às necessidades dos alunos, promoção da troca de saberes dentro da comunidade escolar, entre outros.” (35).</p> <p>“A existência de planos de melhoria, ainda que não enquadrados numa prática generalizada” (37).</p>
	G.2	<p>“Facilitou a identificação de pontos fortes e fracos que fundamentaram a reformulação do Projecto Educativo e já tiveram resultados na requalificação dos espaços e na gestão dos tempos escolares.” (10).</p> <p>“Apesar de terem sido desenvolvidas algumas acções de melhoria e definidas algumas áreas de intervenção prioritárias” (11).</p> <p>“Tiveram impacte nos desempenhos dos colaboradores e na estrutura da organização e, claro, serviram de base para a elaboração do Projecto Educativo da Escola.” (18).</p> <p>“Face à identificação dessas situações problemáticas, o Agrupamento encontrou algumas respostas, designadamente através da diversificação da oferta educativa/formativa, que contribuíram para o seu progresso.” (23).</p> <p>“Porém algumas estratégias e medidas desenvolvidas não têm contribuído eficaz e eficientemente para a melhoria do sucesso académico dos alunos e redução dos elevados índice de abandono escolar.” (24).</p> <p>“Algumas das acções de melhoria apresentadas estão já a ser implementadas, não sendo ainda possível avaliar o seu impacto.” (36).</p>
	G.3	<p>“Nesta escola existe a percepção da importância da avaliação interna e da avaliação externa enquanto factores estruturantes do seu processo contínuo de crescimento, não obstante a escola não ser muito consequente no uso do processo de avaliação interna como um processo de melhoria do seu próprio funcionamento.” (1).</p> <p>“Não se recolheram evidências de que as práticas de auto-avaliação adoptadas pela Escola tenham já permitido uma intervenção sistemática consubstanciada em planos de melhoria” (2).</p> <p>“Falta, assim, proceder à recolha e ao tratamento regular e sistemático de outra informação que, pelo possível impacto no funcionamento interno e na elaboração e concretização de planos de acção, permita avaliar actividades” (3).</p> <p>“Todavia, na sequência do processo de auto-avaliação, não foram elaborados planos formais de melhoria, embora tenham sido identificadas áreas a melhorar.” (4).</p> <p>“O Agrupamento parece não conhecer muito bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua acção, por isso é difícil definir uma estratégia de melhoria” (8).</p> <p>“Este processo não conduziu à elaboração de planos de melhoria” (10).</p> <p>“Não foram produzidos nem implementados planos estratégicos de melhoria.” (19).</p> <p>“Por outro lado, a reduzida participação nas propostas dos planos de melhoria, da responsabilidade praticamente exclusiva da equipa de auto-avaliação, contribuiu para a fragilidade dos mesmos e para o seu impacto reduzido.” (20).</p> <p>“Falta também uma avaliação do impacto do Agrupamento nos diferentes actores da comunidade educativa, bem como a consequente fase de estabelecimento de um plano de melhoria global” (26).</p> <p>“Para além disso, o Agrupamento ainda não implementou acções de melhoria para superar os pontos fracos identificados” (39).</p>
H	H.1	<p>“Os resultados já tiveram impacto positivo ao nível da comunicação interna, da utilização dos meios informáticos, da uniformização interdepartamental dos critérios de avaliação, bem como do funcionamento dos departamentos curriculares, através da reformulação conjunta dos respectivos regimentos internos.” (5).</p>

	<p>“Consolidou os primeiros (PONTOS FORTES) através da formação interna, para motivar e empenhar os seus profissionais, e da divulgação dos projectos nacionais e internacionais. Introduziu melhorias na área de vulnerabilidade identificada, através da optimização do uso dos meios informáticos. As oportunidades reconhecidas, como o estabelecimento de parcerias e de protocolos com empresas e instituições locais, são aproveitadas e os constrangimentos, tal como a falta de espaços, são minimizados através de uma boa gestão.” (5).</p> <p>“Estando a prática de auto-avaliação, bem como os processos de auto-regulação e melhoria, já assumidos e interiorizados, verificando-se muito bons resultados académicos nos últimos anos, assistindo-se a uma grande articulação com a comunidade escolar e assumindo a Escola uma clara visão de futuro” (9).</p> <p>“Existe um conhecimento sustentado da realidade escolar por parte dos órgãos de direcção, administração e gestão, que actuam de modo a consolidar os pontos fortes, ultrapassar as dificuldades, aproveitar as oportunidades de desenvolvimento e minimizar os constrangimentos.” (10).</p> <p>“O processo de auto-avaliação, desenvolvido desde há anos, tem sido sustentado e participado. A informação recolhida é tratada e divulgada sistematicamente, com reflexos no planeamento e na gestão das actividades e na organização da escola” (12).</p> <p>“Estes processos de auto-avaliação têm vindo a contribuir para a melhoria do desempenho da Escola e da qualidade do serviço educativo prestado.” (16).</p> <p>“A auto-avaliação da Escola configura uma prática contínua, progressiva e determinante na eficácia da sua organização e da qualidade das práticas e resultados escolares.” (21).</p> <p>“Ainda assim, regista-se que os dirigentes têm expectativas muito mais elevadas e estão a utilizar a auto-avaliação para reformular sucessivamente os processos, procurando formas e instrumentos de melhoria contínua e consistente dos resultados.” (25).</p> <p>“Face a esta circunstância, está a ser realizada formação no âmbito da auto-avaliação de escolas, frequentada por docentes que integram os órgãos de gestão executiva e pedagógica, com vista a elaborar e implementar um projecto de auto-avaliação.” (27).</p> <p>“Decorrente do processo de auto-avaliação a Escola conhece os seus pontos fortes e fracos, procura estratégias alternativas para os transformar e aproveita construtivamente as oportunidades que encontra.” (29).</p>
H.2	<p>“Nesta escola existe a percepção da importância da avaliação interna e da avaliação externa enquanto factores estruturantes do seu processo contínuo de crescimento, não obstante a escola não ser muito consequente no uso do processo de avaliação interna como um processo de melhoria do seu próprio funcionamento.” (1).</p> <p>“Não se recolheram evidências de que as práticas de auto-avaliação adoptadas pela Escola tenham já permitido uma intervenção sistemática consubstanciada em planos de acção que considerem os pontos fortes e as debilidades da prestação do serviço educativo e sustentem as opções estratégicas e as decisões tomadas relativamente à vida da Escola”. (2).</p> <p>“O Agrupamento parece não conhecer muito bem os seus pontos fracos e não reconhece ameaças à sua acção, por isso é difícil definir uma estratégia de melhoria que lhe permita ultrapassar as dificuldades com que se depara, e aproveitar as oportunidades que se lhe oferecem com o intuito de melhorar o seu desempenho.” (8).</p> <p>“A instituição está consciente da necessidade de criar um sistema de auto-avaliação mais sólido e abrangente, envolvendo a comunidade educativa, bem como estabelecer metas e indicadores de avaliação.” (17).</p> <p>“A Escola conhece os seus pontos fortes e fracos, na sequência do processo que implementou, mas ainda não se apropriou das propostas apresentadas pela equipa de autoavaliação, para introduzir melhorias nas áreas de vulnerabilidade identificadas.” (20).</p> <p>“O processo de auto-avaliação, apesar de sistemático e regular é focalizado, não abrange ainda todas as áreas estratégicas e não envolve toda a comunidade educativa, pelo que não se assume</p>

---

	<p>como o garante de um desenvolvimento sustentado da Escola.” (24).</p> <p>“Apesar de se registarem procedimentos que vão permitindo internamente um reajuste das práticas para melhorar a qualidade dos processos e dos resultados, tal facto não suprime a importância de uma visão holística sobre as dinâmicas da Escola, revelando-se ainda claramente inacabada e pouco consolidada.” (28).</p> <p>“Não foram identificadas práticas sistemáticas de auto-avaliação que norteiem as decisões estratégicas que são tomadas.” (31).</p>
--	--

**Anexo 15c****Domínio – Atributo dado pela IGE ao processo de auto-avaliação**

<b>Cat.</b>	<b>Sub</b>	<b>Frases/ Expressões Ilustrativas</b>
I	1.1	<p>“A capacidade de auto-regulação e melhoria.” (9).</p> <p>“A auto-avaliação é muito participada e os seus resultados são instrumento para a melhoria da Escola.” (15).</p> <p>“A adopção de um modelo de auto-avaliação mais adaptado às escolas que o CAF, mais em linha com o adoptado internacionalmente que o concebido pela equipa responsável e integrador de contributos de avaliadores que não sejam docentes” (18).</p> <p>“A implementação de planos de acção decorrentes das fragilidades identificadas nos relatórios de auto-avaliação.” (21).</p> <p>“Processo de auto-avaliação que apesar de focalizado numa só vertente revela trabalho continuado e prática consolidada.” (24).</p> <p>“A colaboração de um "amigo crítico" com formação académica em gestão de empresas no projecto de auto-avaliação” (25).</p> <p>“Projecto de auto-avaliação com forte impacto nos planos de melhoria do desempenho da Escola” (29).</p> <p>“Existência de um grupo de auto-avaliação, com trabalho continuado” (30).</p>
	1.2	<p>“Ausência a rotinas, fortemente interiorizadas, que criam inércias inibidoras de questionamento ante à necessária eficácia de implementação de processos” (1).</p> <p>“A inexistência de processos consistentes e suficientemente consolidados de auto-avaliação” (3).</p> <p>“A não inclusão de outros elementos da comunidade educativa, para além dos professores, na equipa de auto-avaliação.” (5).</p> <p>“Inexistência de metas quantificáveis e de procedimentos de monitorização dos processos implementados.” ( 8).</p> <p>“A equipa de auto-avaliação, pouco representativa da comunidade, e o processo de auto-avaliação, pouco sistemático e abrangente para ter impacto na organização e gestão e nas práticas profissionais” (10).</p> <p>“Ausência de uma estratégia integrada de implementação de medidas concretas de resolução dos problemas detectadas no relatório final de auto-avaliação.” (11).</p> <p>“Ausência da implementação de um processo de auto-avaliação, que não permite um conhecimento mais abrangente da organização e o desenvolvimento de planos consistentes de melhoria.” (14).</p> <p>“Os procedimentos de avaliação interna que ainda não revelam uma política consistente e sistemática de auto-avaliação.” (16).</p> <p>“Falta de um dispositivo para a avaliação das diversas áreas-chave do desempenho escolar, designadamente do processo ensino-aprendizagem, que dificulta o desenvolvimento sustentado de planos de melhoria.” (19).</p> <p>“A deficiente divulgação das conclusões do processo de auto-avaliação, junto da comunidade educativa, reduziu o seu impacto.” (20).</p> <p>“Ausência de procedimentos sistemáticos de auto-avaliação institucional.” (23).</p> <p>“A falta de quantificação e calendarização na definição dos objectivos, o que condiciona a</p>



	<p>Vacuidade do processo de auto-avaliação, sem um quadro de referência assente em metas e em procedimentos de monitorização comensuráveis.” (26).</p> <p>“Inexistência de um projecto de auto-avaliação com vista à verificação das acções e dos processos de melhoria da qualidade do funcionamento da Escola e dos resultados académicos dos alunos.” (27).</p> <p>“A falta de iniciativa e de uma cultura de avaliação sistemática e global.” (31).</p> <p>“A inexistência de um processo de auto-avaliação devidamente sustentado que possibilite a sua utilização como instrumento de gestão com vista à introdução de melhorias na organização escolar.” (32).</p> <p>“Definição de metas de modo qualitativo, com implicações na não identificação estratégica de pontos fortes e fracos.” (33).</p> <p>“A ausência de procedimentos organizados de auto-avaliação inviabiliza a concepção de planos de melhoria que contribuam para o progresso sustentado da Escola.” (34).</p> <p>“A auto-avaliação, enquanto processo regular e sistemático, é recente, pouco participado, não abrangendo todas as áreas de melhoria organizacional.” (36).</p> <p>“Um modelo de auto-avaliação pouco estruturado e participado.” (38).</p> <p>“A incipiente cultura de auto-avaliação numa perspectiva abrangente e participada.” (40).</p>
--	--

**Anexo 16****Escolas que apresentaram contraditório**

	<b>Contraditório</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>“Melhores”</b>	5C, 8C, 11C, 20C	4	20%
<b>“Piores”</b>	23C, 24C, 26C, 31C, 37C, 40C	6	30%
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>25%</b>

**Frequência relativa de contraditórios com referência ao domínio *Capacidade de auto-regulação e melhoria***

	<b>Contraditório</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>“Melhores”</b>	8C, 20C	2	10%
<b>“Piores”</b>	23C, 24C, 26C, 31C, 40C	5	25%
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>17,5%</b>